UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Gabriela Fortunato Castro

"**Um jornal que diz VIVA, um jornal que VAIA**":
Memória e imprensa estudantil na implementação da Universidade Estadual Paulista de Marília em 1976

Marília
2025

Gabriela Fortunato Castro

“**Um jornal que diz VIVA, um jornal que VAIA**”: Memória e imprensa estudantil na implementação da Universidade Estadual Paulista de Marília em 1976

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Marília.

Linha de Pesquisa: Pensamento Social, Educação e Políticas públicas

Orientadora: Prof.ª Drª. Maria Valeria Barbosa

Marília
2025

C355“

Castro, Gabriela Fortunato
“Um jornal que diz VIVA, um jornal que VAIA” : Memória e imprensa estudantil na implementação da Universidade Estadual Paulista de Marília em 1976 / Gabriela Fortunato Castro. -- Marília, 2025
198 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Maria Valeria Barbosa

1. Ciências Sociais. 2. Pensamento Social. 3. Memória. 4. Unesp. 5. Imprensa Estudantil. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

Gabriela Fortunato Castro

“**Um jornal que diz VIVA, um jornal que VAIA**”:

Memória e imprensa estudantil na implementação da Universidade Estadual Paulista de Marília em 1976

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Pensamento Social, Educação e Políticas públicas

Banca Examinadora

Profª. Drª. Maria Valeria Barbosa
Unesp – Câmpus de Marília
Orientadora

Profª. Drª. Lívia Morais Garcia Lima
Unesp – Câmpus de Assis

Profª. Drª. Rosane Michelli de Castro
Unesp – Câmpus de Marília

Prof. Dr. Mario Bispo dos Santos
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Suplente

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
Unesp – Câmpus de Marília
Suplente

Marília, 22 de setembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Os “agradecimentos” se constituem enquanto a última parte que escrevemos na dissertação e que nos faz rememorar que ainda que o trabalho de escrita seja solitário, o trabalho de produção da pesquisa é coletivo. Logo, aqui agradeço a cada pessoa, momento e “coincidência” que fizeram com que estes fossem os resultados desta pesquisa.

Em primeiro lugar, agradeço a todas aquelas que vieram antes de mim, aos estudantes que lutaram para que eu pudesse cursar uma Pós-Graduação gratuita e de qualidade em minha terra.

Agradeço à minha avó Maria Thereza, que esteve presente em vida em nossos cafés da manhã, quando eu rascunhava o que viria a ser esta pesquisa, que desde pequena me ensinou a grandiosidade de estudar, escutar e ensinar.

Agradeço à minha família que proporcionou um ambiente seguro e confortável para que eu pudesse me dedicar à ciência, como também sempre se interessaram em compreender o que eu estava pesquisando, o que eu havia descoberto e quais eram os percalços desta pesquisa. Agradeço à minha mãe e melhor amiga Maria Angélica, pelo carinho, por acreditar e me apoiar no caminho da pesquisa científica. Também agradeço à Tia Ana e Tia Cris por todas as conversas e incentivo, ao meu pai Humberto, à Luciana e à Thais. Em especial, tenho comigo a profunda gratidão ao meu companheiro Victor e à Pitanga, por estarem ao meu lado.

À Marina Olinda Calori de Lion por tanto, agradeço a ti por compartilhar as dificuldades em ser colega de mestrado, por me acalmar e me mostrar vários caminhos possíveis.

Ao Toloi, pela confiança em meu trabalho e pela amizade construída.

Às amizades que me escutaram, emprestaram livros, recomendaram leituras ou fizeram a leitura deste trabalho: Renato Al-Lage, Douglas Euzébio, Fernanda Ferzola, Miguel dos Reis, Beatriz Ângelo, Larissa Teixeira e Jo Klinkerfus.

Agradeço às professoras que marcaram minha trajetória na Pós-Graduação, que dedicaram tempo e leitura a este trabalho enquanto Banca Examinadora e que se tornaram grandes referências na pesquisa em Educação e Ciências Humanas para mim, Rosane Michelli de Castro e Lívia Morais Garcia Lima.

Agradeço também à minha psicanalista, Renata, que me acompanhou, pois é urgente que falemos sobre saúde mental no ambiente universitário.

Por fim, não poderia deixar de expressar minha gratidão à minha orientadora, professora Maria Valeria Barbosa, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília pela oportunidade de pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa de mestrado sobre a implementação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) na cidade de Marília em 1976. Trata-se de pesquisa sócio-antropológica, quanto à abordagem, e documental bibliográfica, quanto às fontes, sendo que a análise de dados dos impressos, objetos da investigação, foi desenvolvida no entrelaçamento dos dados produzidos com base nos procedimentos da História Oral, centralmente a entrevista, aliada à etnografia de arquivos. Dessa maneira, tomou a narrativa estudantil como objeto de investigação que, por meio da chave analítica da memória, teve como Objetivo geral compreender a narrativa dos estudantes por meio da imprensa estudantil no jornal FAFETO, produzido entre 1975 e 1977 pelo Diretório Acadêmico XV de Março, uma manifestação de resistência à forma como estava ocorrendo a reestruturação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, popularmente conhecida como “FAFI”, um dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, e consequente implementação da Unesp no período da ditadura civil-militar. Logo, a pesquisa desenvolvida valoriza, fundamentalmente, a atividade de investigação que, inserida no ambiente científico, portanto de caráter empírico, questiona a memória da própria instituição e a forma como esta compreende seus processos e narra sua historicidade. Ao final, dentre as considerações, tem-se que a dita “reestruturação” pode ser observada também como uma estratégia política estadual que rompeu com a organização política e cultural crescente na sociedade mariliense desde o estabelecimento de um “Instituto Isolado” no município, algo que desorganizou movimentos e agrupamentos considerados “subversivos” na época.

Palavras–chave: Ciências Sociais; Pensamento Social; Memória; Unesp; FAFETO; Imprensa Estudantil.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a master's research on the implementation of the São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) in the city of Marília in 1976. It is a socio-anthropological research, in terms of approach, and bibliographical documentary research, in terms of sources, and the analysis of data from printed materials, objects of investigation, was developed in the interweaving of data produced based on Oral History procedures, centrally the interview, combined with archival ethnography. Thus, the student narrative was used as the object of investigation, using the analytical framework of memory. The overall objective was to understand the students' narratives through the student press in the FAFETO newspaper, produced between 1975 and 1977 by the XV de Março Academic Directory. This newspaper was a manifestation of resistance to the restructuring of the Marília School of Philosophy, Sciences, and Letters, popularly known as "FAFI", one of the Isolated Institutes of Higher Education of the State of São Paulo, and the subsequent implementation of Unesp during the civil-military dictatorship. Therefore, the research developed fundamentally values the research activity that, embedded in the scientific environment and therefore empirical in nature, questions the memory of the institution itself and the way it understands its processes and narrates its historicity. In the end, among the considerations, it is clear that the so-called “restructuring” can also be seen as a state political strategy that broke with the growing political and cultural organization in Mariliense society since the establishment of an “Isolated Institute” in the municipality, something that disorganized movements and groups considered “subversive” at the time.

Keywords: Social Sciences; Social Thought; Memory; Unesp; FAFETO; Student Press.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -– Vista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília
Figura 2 – Foto aérea do Câmpus I em 1975
Figura 3 – Captura de tela do Mapa Interativo Arqueológico
Figura 4 – Mapa da Linha Tronco Oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro
Figura 5 – Vista da Avenida Vicente Ferreira
Figura 6 – Capa da 2ª edição do jornal FAFETO
Figura 7 – Editorial FAFETO
Figura 8 – Página 3 do jornal FAFETO
Figura 9 – Página do Jornal FAFETO
Figura 10 – Página do Jornal FAFETO
Figura 11 – Recorte de jornal “Show de Belchior dia 24”
Figura 12 – Crítica ao Diretório Acadêmico
Figura 13 – O papo é: Liberdade de imprensa
Figura 14 – Pichação “Abaixo a ditadura” (1968)
Figura 15 – Página do Jornal FAFETO
Figura 16 – Inauguração da Pedra Fundamental do Campus I
Figura 17 – Recorte de jornal “A FAFI está de casa nova”
Figura 18 – Requerimento
Figura 19 – Prédio de Atividades Didáticas em 1975
Figura 20 – Recorte de jornal “No ‘campus’ universitários, o caos”
Figura 21 – Diretório Acadêmico no Campus I
Figura 22 – Placa de inauguração da Biblioteca Central
Figura 23 – Captura de tela do Google Maps
Figura 24 – Última página da edição nº 2
Figura 25 – Capa da 4ª edição do FAFETO
Figura 26 – Editorial da 4ª edição
Figura 27 – “A filosofia está morrendo...”
Figura 28 – “A filosofia está morrendo...”
Figura 29 – “Qual a mudança?”
Figura 30 – Continuação da matéria “Qual a mudança?”

Figura 31 – Paisagem da Inauguração da Pedra Fundamental do Campus I
Figura 32 – Matéria jornalística da *Isto É*
Figura 33 – Sequência da matéria jornalística da *Isto É*
Figura 34 – Estudantes da USP na Marginal Pinheiros
Figura 35 – Greve de 1977 na Universidade de Brasília
Figura 36 – Charge de Claudius Ceccon
Figura 37 – Contracapa do FAFETO 4
Figura 38 – Recorte de jornal “DA: Comissão estudará irregularidades”
Figura 39 – Recorte de jornal “Diretório da FAFI lança mais um Fafeto”
Figura 40 – Montagem de fotografias de Toloi com a camiseta vermelha do time de futebol da FAFI na fachada do Campus II

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FAFI	Faculdade de Filosofia
Unesp	Universidade Estadual Paulista
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
MEC	Ministério da Educação
CHS	Ciências Humanas e Sociais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
FCHSSALLA	Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes
GT	Grupo de Trabalho
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
CMUrb	Centro de Memória Urbana da Zona Leste de São Paulo
CEDEM	Centro de Documentação e Memória da Unesp
FFC	Faculdade de Filosofia e Ciências
IIESESP	Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília
ADUNESP	Associação dos Docentes da Unesp
GRUTA	Grupo de Teatro Amador
ANPUH	Associação Nacional de Professores e Universitários de História
TEFLA	Teatro de Estudantes da Faculdade de Letras de Assis
SAII	Sistema Administrativo dos Institutos Isolados
CEE	Conselho Estadual de Educação

CES	Câmara de Ensino Superior
CEES	Conselho Estadual de Ensino Superior
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	United States Agency for International Development
EUA	Estados Unidos da América
CASES	Coordenação da Administração do Sistema de Ensino Superior
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
AI-5	Ato Institucional nº 5
CRUSP	Conjunto Residencial da USP
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CESESP	Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo
IPPMar	Instituto de Políticas Públicas de Marília
CEUM	Casa do Estudante Universitário de Marília
CEDHUM	Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília
TI	Terra Indígena
PI	Posto Indígena
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia
LEVOC	Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio-Ambiente
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
UEM	Universidade Estadual de Maringá
AESI	Assessorias Especiais de Segurança e Informações
DOI	Destacamento de Operações de Informação
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
GE	Grêmio Estudantil
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DA	Diretório Acadêmico

CA	Centro Acadêmico
PCB	Partido Comunista Brasileiro
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
SNI	Serviço Nacional de Informações
CIE	Centro de Informações do Exército
OBAN	Operação Bandeirantes
FIESP	Federação das Indústrias
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
RFA	República Federal da Alemanha
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
CGB	Coordenadoria Geral de Bibliotecas
GEA	Grupo Especial de Assessoramento
COPr	Conselho Universitário Provisório
ME	Movimento Estudantil
UnB	Universidade de Brasília
PUC	Pontifícia Universidade Católica
ENE	Encontro Nacional dos Estudantes
FAMEMA	Faculdade de Medicina de Marília
CEES	Centro de Estudos da Educação e da Saúde
FUNDEPE	Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão
UNATI	Universidade Aberta à Terceira Idade
CIPE	Central Interdisciplinar de Pesquisa Experimental
SIGAD	Sistema de Gestão Arquivística de Documentos
HO	História Oral

SUMÁRIO

Prólogo **13**

INTRODUÇÃO **15**

(Meu) Lugar: Estudante, pesquisadora ou nativa? 15

Metodologia, técnicas da pesquisa e produção de dados 19

Capítulo 1: A interiorização do ensino superior público paulista, a FAFI e a ditadura civil-militar **29**

Ser trabalhador e estudante de Ciências Sociais no Oeste Paulista da ditadura civil-militar: Uma entrevista de História Oral 42

"A cidade de Marília sempre foi conservadora": Uma perspectiva antropológica do projeto de fundação da cidade e o massacre indígena *47*

"O que nós vamos fazer? Nós vamos ficar aqui mortos? Como se não estivesse acontecendo nada no país? Em Marília!": a ideia de um jornal *56*

Capítulo 2: "Um jornal de estudantes para estudantes" **63**

"O papo é liberdade de imprensa": Abaixo a censura *85*

"O prédio inacabado" da FFCL de Marília *91*

Capítulo 3: "A Filosofia está morrendo…A quem cabe a culpa?" **105**

Qual a mudança? 115

A imprensa estudantil enquanto agente político dentro da Unesp 130

Epílogo - Pretérito imperfeito e futuro do presente **139**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **144**

REFERÊNCIAS **149**

APÊNDICES **158**

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido 158

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista semiestruturada 160

APÊNDICE C - Transcrição completa da entrevista 162

ANEXOS **191**

ANEXO A - Evento "'Vicente Ferreira': trajetórias e perspectivas" 191

ANEXO B - Levantamento dos jornais Diário de Marília e Diário Regional de Marília - ano de 1976 193

ANEXO C - Levantamento do Fundo "Memória da Universidade" - CEDEM 195

Prólogo

Pela janela basculante da sala de professores, olhei os estudantes caminhando curiosos por entre as mesas que compunham a feira de profissões da escola. Era a hora do intervalo, e eu estava na fila para a garrafa de café. Entre as universidades que estavam expondo havia um balão inflável com a logo da Unesp. Observei aquilo com certo desânimo por ser uma mestranda sem bolsa de pesquisa, trabalhando na informalidade como professora substituta em uma instituição de ensino privada; foi a construção desse entre-lugar que possibilitou o acesso às fontes primárias que compõem esta dissertação.

Servi meu café sem açúcar e olhei para o corpo docente naquela sala, suspirei fundo e envolta no imaginário da feira de profissões pensei comigo "Onde será que a pessoa mais velha dessa sala fez faculdade?", direcionei meu olhar para um senhor de cabelos brancos que organizava seu material na grande mesa disposta no centro da sala; já faziam alguns meses que eu estava trabalhando naquela escola e ainda não tinha "puxado conversa" com os professores ali, que eram em sua maioria homens brancos que conversavam entre si. Me aproximei dele e perguntei "Toloi, qual faculdade você fez?", e ele respondeu *"Fiz Unesp, antes de ser Unesp! Eu fui aluno da FAFI, não sei se você já ouviu falar…"*. Assenti com a cabeça e abri um sorriso, era como se alguém estivesse falando a minha língua.

Na semana seguinte, Toloi levou suas pastas de documentos e recordações, nós havíamos trocado números de celular para lembrá-lo de levar para a escola o material que ele presumiu que pudesse me interessar, pois havia contado a ele que estava fazendo uma pesquisa de mestrado sobre a implementação da Unesp. No horário de aula vaga em comum ele abriu as pastas e começou a me mostrar recortes de jornais, o "santinho"[1] de quando havia concorrido à vereança na cidade, notícias sobre o time de futebol de várzea que ele fez parte, cartas de convocação para reuniões extraordinárias na já Unesp de 1978, que recebia por ser representante discente na Câmara de Graduação, e os FAFETOs.

Peguei os FAFETOs na mão, e perguntei "O que é isso, Toloi? FAFETO?" e ele respondeu *"*FAFETO era o jornalzinho da FAFI, do nosso DA na época*"*. Folheei rapidamente as dez páginas de cada um dos dois FAFETOs, como quem ainda

[1] Na política partidária brasileira, os "santinhos" são conhecidos por ser uma propaganda impressa em papel com informações sobre a pessoa candidata, tais como: nome, número, foto e partido político.

desacredita que havia encontrado ali, em meio a sala de professores, em uma conversa informal, o seu material de análise. Percebi que assim como os demais papéis na pasta, considerados por Toloi como documentos, os FAFETOs também tinham uma moldura, ou melhor, uma margem vermelha.

INTRODUÇÃO

(Meu) Lugar: Estudante, pesquisadora ou nativa[2]?

Mariliense, sou a segunda geração da minha família a ingressar no ensino superior, e ainda que meus pais, tias e tios tenham cursado uma universidade, ninguém o fez na Universidade Estadual Paulista de Marília. Cresci embalada pelas histórias de minha avó, Maria Thereza, que narrava causos de seus tempos de professora, sobre o sonho de cursar Pedagogia na "FAFI" e a recusa que encontrou na família que permitiram-na apenas cursar a Escola Normal, popularmente conhecida como Magistério, independência profissional máxima autorizada a ela enquanto mulher no Oeste Paulista cafeeiro e algodoeiro dos anos 1950. Quando criança minha mente era inundada pelo imaginário do galopar do cavalo que acompanhava minha avó até a escola rural onde ministrava aulas, e em nossas caminhadas pelo centro da cidade ela apontava lugares que antes eram casebres, mercearias e cinemas, em uma Marília com menos de cem anos, marcada pelo rápido desenvolvimento industrial, crescimento demográfico e urbanização.

Quando voltei a morar em Marília em 2021 já era mulher adulta graduada em Ciências Sociais, em meio à pandemia global e aos cuidados de minha avó, passei a cultivar o desejo de ingressar na Pós-Graduação, agora na minha cidade natal. Entre as questões que passaram a me incomodar, a principal delas era: em que momento a "FAFI", que habitava a memória de minha avó, passou a ser Unesp? Passei a me incomodar também com o próprio *site* institucional da Unesp e com as lacunas que eu observava na pesquisa exploratória sobre a implementação dessa instituição, percebi que havia ali uma questão de pesquisa.

Fui aprovada no processo seletivo para o ingresso no mestrado em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp, câmpus de Marília. Na época meu projeto de pesquisa carregava um título genérico "Memória e Instituição: o contexto sociopolítico dos anos 60 e 70 e a implementação da Unesp, câmpus Marília". Foi apenas no contato com colegas da turma de mestrado, com professores da Pós-Graduação e conversando informalmente com qualquer pessoa que tivesse

[2] O termo "nativo", entre outros significados, é aquele que nasceu no lugar ou originário daquele lugar. Na Antropologia, o conceito de "nativo" é complexo e sujeito a interpretações, especialmente quando aplicado a contextos coloniais e pós-coloniais. O conceito de "nativo" foi mobilizado aqui sobre "ser mariliense", ou seja, de ter nascido e viver neste local específico, com uma conexão profunda com a terra e suas memórias.

um pouco de interesse sobre a história de Marília ou sobre a Unesp, que passei a compreender os entraves do processo de implementação da universidade no município, bem como a delimitar melhor o que me inquietava dentre todas as minúcias que passei a "descobrir".

As instituições são parte fundamental do funcionamento da sociedade e deixam marcas que contém informação (Costa, 1997), sendo essa uma materialidade física, virtual ou presente no imaginário coletivo. Nesse sentido, a memória se torna um fenômeno que vem sendo disputado como meio de determinar o que deve e o que não deve ser recordado (Siqueira, 2015). Nas instituições, a reflexão sobre a memória vem ganhando espaço, pois abarcam a necessidade que se acentua no uso e recuperação de informações que possam promover uma melhor percepção da trajetória da instituição (Toller, 2017).

Lembro de escutar de mais de um professor que seria difícil minha pesquisa, pois os arquivos da Unesp de Marília não eram devidamente organizados ou disponíveis para pesquisa científica — ainda que haja cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Pós-Graduação em Ciência da Informação nesse câmpus — como também que não havia possibilidade de entrevistar os professores daquela época, que possivelmente já estavam mortos, e que os estudantes já deviam ser idosos. Escutei que *"*não existia movimento estudantil, era época de ditadura no Brasil, só estudava a elite de Marília na FAFI*"*, sendo essa a colocação docente que mais me marcou.

O primeiro ano de mestrado foi marcado pela falta de bolsa de pesquisa[3], como narrado no prólogo, eu era mestranda sem bolsa de pesquisa trabalhando informalmente como professora substituta em uma instituição de ensino privado, um entre-lugar que apesar de despertar angústia e a não dedicação exclusiva à pesquisa no primeiro ano de mestrado, possibilitou que eu tivesse acesso ao meu interlocutor e aos FAFETOs, os jornais estudantis, que marcaram não apenas a transição institucional da Faculdade de Filosofia para a Universidade Estadual Paulista, como também narram a insatisfação estudantil diante da forma como a mudança predial, institucional e curricular foi realizada,

[3] As bolsas de pesquisa são apoios financeiros concedidos a estudantes e pesquisadores para se dedicarem exclusivamente a projetos de investigação científica. Essas bolsas são oferecidas por diversas instituições, como universidades, órgãos governamentais e empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento científico e tecnológico.

> Dessa forma, na história de uma comunidade estudantil universitária de um determinado país, entrecruzam-se temporalidades diversas: a da vida universitária propriamente dita, a da cidade na qual a universidade está inserida, a do país na qual está integrada – e a do movimento estudantil em si mesmo, com suas heterogêneas vivências e a dos estudantes, sujeitos principais desse processo específico (Delgado, 2009, p. 12).

Pelo exposto, o objetivo geral da pesquisa foi compreender a narrativa dos estudantes por meio da imprensa estudantil no jornal FAFETO, produzido entre 1975 e 1977 pelo Diretório Acadêmico XV de Março; elaborado a partir do seguinte questionamento: “O que diziam os estudantes sobre o processo de transição da “FAFI” para a Unesp?”. Dessa maneira, o texto está organizado, além desta seção introdutória e das considerações finais, em mais três capítulos, sendo que, em cada um deles, buscou-se atingir os objetivos específicos de: 1) Compreender a expansão do ensino superior no estado de São Paulo, via criação dos Institutos Isolados, entre 1950 e 1960, o golpe militar em 1964 e como o autoritarismo militar operou nas instituições de ensino superior e universitárias no Brasil, e na fundação da Unesp em 1976; 2) Identificar e entrevistar um dos agentes sociais que protagonizaram a produção acadêmica do jornal estudantil FAFETO; 3) Apresentar e analisar aspectos das edições de número 2 e 4 do FAFETO de 1976 e 1977, à luz das fontes documentais e da entrevista de História Oral; e, 4) levantar outros documentos que permitissem compreender como reverberou a narrativa estudantil na implementação da Unesp no município de Marília.

Ainda nesta introdução, estabeleço detalhadamente o referencial teórico-metodológico por meio do qual desenvolvi a pesquisa. Entre os aspectos metodológicos, apresento a escolha de uma abordagem qualitativa empírica centrada na área das Ciências Sociais, especificamente na Antropologia (Geertz, 1975; 1989; Velho, 1986; Douglas, 2007; Abu-Lughod, 2018; Fragoso, 2024) mediante a etnografia de arquivos (Vianna, 2014; Lowenkron; Ferreira, 2020; Klinkerfus, 2025) e o uso da entrevista de História Oral (Lang, 2001; Portelli, 1997, 2017a, 2017b; Lima, 2024; Bosi, 1993, Rovai, 2013; Delgado, 2009; Calabria, 2023). Para tanto, os capítulos foram elaboradas para o alcance dos objetivos específicos da pesquisa, a saber: 1) Analisar processos sobre a interiorização do Ensino Superior no Estado de São, via criação dos Institutos Isolados, entre 1950 e 1960, até a criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em 1975; 2) Identificar e entrevistar um dos agentes sociais que protagonizaram a produção acadêmica do jornal estudantil em questão; 3) Apresentar e analisar aspectos das

edições de número 2 e 4 do FAFETO de 1976 e 1977, à luz das fontes documentais e da entrevista de História Oral; e, 4) levantar outros documentos que permitissem compreender como reverberou a narrativa estudantil na implementação da Unesp no município de Marília.

Dessa maneira, o primeiro capítulo se faz enquanto ensaio teórico ao perpassar os indícios da interiorização do ensino superior paulista, os entraves que viveram os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Lima, 2005; Zelante, 2001; Corrêa, 2006), bem como do Ensino Superior mariliense entre 1950 a 1980 (Castilho, 2009; Castro, 2009; Souza, 2015; Oliveira, 2018), os debates sobre a ditadura civil-militar brasileira (Cunha 1988; Amorim, 2009; Abrão, 2021; Castro, 2023; Vasconcelos, 2024; Ângelo, 2024) e a memória (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992; Nora, 1993; Bosi, 1987, 2003; Chauí, 1995; Rovai, 2013; Seligmann-Silva, 2008, 2010) do entrevistado enquanto trabalhador e estudante (Bourdieu; Passeron, 1982; Kuenzer, 1991; Silva, 2019) de Ciências Sociais no Oeste Paulista, na cidade que teve seu projeto desenvolvimentista ferroviário e cafeeiro assentado na invisibilidade do extermínio de povos indígenas que viviam na região (Lara, 1991; Tanuri, 1999; Gallois, 2004; Calavia Sáez, 2005; Zioli, 2006; Joviano, 2011; Bispo, 2017; Resende, 2024).

Já o segundo capítulo é destinado à etnografia de arquivo, da edição de número 2 do jornal estudantil do Diretório Acadêmico XV de Março na já implementada Universidade Estadual Paulista de 1976, na discussão sobre a imprensa alternativa (Kucinski, 1991), ao enquadrar o FAFETO como uma imprensa alternativa estudantil institucional que se posicionava ativamente contra a ditadura civil-militar da época (Daefiol, 2021), como também que expôs a forma como aconteceu a “reestruturação” universitária.

O foco do terceiro capítulo segue na apresentação e análise da edição de número 4 do FAFETO de 1977, que teve reverberação em jornais municipais da época, sendo essas entrelaçadas a trechos da entrevista de História Oral (HO) realizada com Carlos Roberto Martins Toloi, meu interlocutor, que cedeu os jornais estudantis, e cuja subjetividade é marcada pelo sistema repressivo instituído pela ditadura civil-militar brasileira e pelas invasões do Diretório Acadêmico (DA) por agentes a serviço dos órgãos de repressão no município de Marília. Ainda que esta dissertação tenha foco em discussões que permeiam a violência institucional e violência de Estado para com estudantes e o movimento estudantil na década de

1970, cabe enfatizar que esse sistema repressivo era composto de mecanismos de vigilância, captura, prisão, tortura e desaparecimento de corpos que representavam o "inimigo interno", sendo esses estudantes e professores universitários (Vasconcelos, 2024), trabalhadores organizados em sindicatos (Kallás, 2024), mulheres (Ribeiro, 2024), população LGBTQIAPN+[4] (Vieira, 2024), população negra (Pedretti, 2018; Silva, 2024), povos indígenas (Valente, 2017) e campesinos que lutavam pelo direito à terra.

Por fim, há um epílogo que marca a subjetividade da pesquisa de abordagem sócio-antropológica que concatena o pretérito imperfeito e o futuro do presente de uma instituição implementada de forma vertical em um período marcado pelo autoritarismo militar no Brasil. Contudo, os dados desta dissertação que passaram a ser coletados, não existem no mundo prontos para serem colhidos (Fragoso, 2024). Dessa forma, fazer pesquisa é uma tarefa difícil, pois tudo surge aos nossos olhos como confuso. Assim sendo, o tópico abaixo se dedica a estabelecer a metodologia, as técnicas e procedimentos metodológicos, dentre os quais, o de produção dos dados, a partir das etapas bibliográfica e documental, esta última viabilizada, sobremaneira, via História Oral.

Metodologia, técnicas da pesquisa e produção de dados

A metodologia é um processo fundamental na pesquisa científica, pois, é o "passo a passo" que torna a atividade proposta como possível. Ao analisar os recursos metodológicos disponíveis, optou-se pelo desenvolvimento de uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa não prioriza a representatividade numérica, o foco é se aprofundar na compreensão dos fenômenos em toda sua complexidade, envoltos no campo de pesquisa. Valoriza-se assim, nas pesquisas qualitativas, as descobertas do percurso. Nesse sentido, o interesse em pesquisas qualitativas deve estar focado no processo e não no resultado (Bogdan; Biklen, 1994), pois questões importantes surgem no decorrer da pesquisa. Sendo a teoria e a empiria processos vivos, "[...] a teoria não representa uma dimensão supra-individual capaz de tornar algo sagrado, mas uma ferramenta do pensamento

[4] A sigla LGBTQIAPN+ representa uma comunidade diversa, que inclui pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras identidades. A inclusão de letras, juntamente com o "+", demonstra uma maior abrangência e inclusão, reconhecendo a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero que compõem a comunidade.

a ser questionada, o que por sua vez conduz a novas ideias" (González Rey, 2002, p. 65).

O passo inicial empregado foi a realização de uma pesquisa bibliográfica, Antônio Joaquim Severino (2007) ressalta que a pesquisa bibliográfica se realiza partindo de registros disponíveis resultantes de pesquisas anteriores. Posto isto, após cursar a disciplina de "Metodologia e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais", que se configura como disciplina obrigatória do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) procurou-se incorporar uma das ferramentas de pesquisa aprendidas em sala de aula. A pesquisa bibliográfica foi delimitada a dois[5] agregadores acadêmicos: *Athena* — repositório da Unesp — e o Periódicos CAPES, foram utilizadas combinações com operadores booleanos[6] com o fito de mapear pesquisas já realizadas, disponíveis *online* em tais agregadores, utilizando as seguintes chaves de pesquisa: 1) "Unesp" OR "universidade" AND "memória"; 2) "Unesp" OR "FAFI" AND "memória" e 3) "Unesp" OR "FAFI" AND "política". Resultando na soma de mais de cinquenta páginas de resultado que foram ponderadas, destaca-se a contribuição das pesquisas de: Zelante (2001), Corrêa (2006), Toller (2017) e Oliveira (2018), a partir da Unesp e sobre a mesma, como também de Castro (2009) a respeito da produção científica na cidade de Marília. Estas, passaram a se constituir como referências bibliográficas e consideradas também fontes secundárias na produção de dados da pesquisa.

Aliada à abordagem qualitativa, após a realização da pesquisa bibliográfica, optou-se inicialmente, entre os métodos de pesquisa mobilizados pelas Ciências Humanas e Sociais (CHS), pela escolha da análise de conjuntura. Essa seria empregada de acordo com a obra *Como se faz Análise de Conjuntura*[7], do sociólogo brasileiro Herbert de Souza.[8], pois se compreendia que a implementação da Unesp

---

[5] A escolha de pesquisa nos dois agregadores acadêmicos exibe a subjetividade em todo trabalho de pesquisa, pois a busca no repositório da Unesp *Athena* é reflexo dos interesses desta pesquisa em compreender o que foi produzido sobre a Unesp a partir de pesquisadores da Unesp, enquanto que o Portal de Periódicos da CAPES é uma biblioteca virtual que reúne artigos, livros, teses, patentes e outros documentos no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC), trata-se de uma agência de fomento à pesquisa que concede várias modalidades de bolsas e auxílios; sozinha, responde por 55% das bolsas de mestrado e doutorado no Brasil.

[6] Operadores booleanos são conectores que indicam ao sistema de busca como combinar termos de pesquisa. Os operadores booleanos mais comuns são AND, OR e NOT.

[7] O estudo em Souza (1984) só foi possível por meio do empréstimo entre Bibliotecas da Rede Unesp, sendo disponibilizado e enviado pela Biblioteca da Unesp de Araraquara.

[8] Herbert José de Souza foi um sociólogo brasileiro ativista pelos direitos humanos. Com o golpe militar, em 1964, mobilizou-se contra a ditadura e com o aumento da repressão foi obrigado a se exilar no Chile, em 1971, viveu anos de exílio no Panamá, Canadá e México. Ficou conhecido como

no município de Marília aconteceu envolto em uma complexidade de conflitos no tempo histórico da década de 1970, em meio à ditadura civil-militar[9] brasileira. No entanto, a Comissão Examinadora do Exame Geral de Qualificação de Mestrado notou a inviabilidade da adoção da análise de conjuntura e demandou a realização de uma entrevista com meu interlocutor, que forneceu os jornais estudantis FAFETO.

No entanto, de forma a "não jogar o bebê fora com a água do banho"[10], cabe mencionar a particularidade da análise de conjuntura ter sido desenvolvida por Herbert de Souza, sociólogo[11] brasileiro que na década de 1980, após viver quase uma década de exílio político, estabelece tal instrumento metodológico a fim de compreender cenários econômicos complexos na redemocratização brasileira. Souza (1984) estabeleceu ferramentas próprias e desenvolveu sua metodologia a partir de algumas categorias, são elas: Acontecimentos; Cenários; Atores; Relação de forças; Articulação entre estrutura e conjuntura; Estratégia e Tática.

A partir da inviabilidade prática da metodologia elencada inicialmente, optei por voltar-me aos fichamentos teóricos e anotações realizadas ao longo dos anos de mestrado (2023-2025), e percebi que desde o início o que estava acontecendo era uma pesquisa em Ciências Sociais, voltada à Antropologia de cunho etnográfico. Na Antropologia, a pesquisa etnográfica é fundamentada por técnicas que exigem tradicionalmente uma observação e vivência prolongada com o grupo pesquisado, para o antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1989),

> Praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele represente: um risco

---

"o irmão do Henfil" na canção *O Bêbado e a Equilibrista*, gravada por Elis Regina, à época da Campanha pela Anistia aos presos e exilados políticos. Anistiado em 1979, voltou ao Brasil. Fundou o IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas em 1980 e, na década de 1990, tornou-se símbolo de cidadania no Brasil ao liderar a *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*, conhecida popularmente como a campanha contra a fome. Hemofílico, morreu de Aids em 9 de agosto de 1997. Para mais informações, cf. IBASE. Disponível em: https://ibase.br/betinho/ Acesso em: 8 out. 2024.

[9] Há um debate acerca do termo utilizado para o período de exceção no Brasil. Refere-se à ditadura civil-militar, dado o apoio populacional por meio de marchas, passeatas e denúncias; mas também há quem se refira ao período como ditadura empresário-civil-militar, visto o apoio do empresariado e a presença de banqueiros financiadores. Para esta pesquisa utilizaremos o termo civil-militar, mas não se descarta a complexidade do termo.

[10] Expressão popular para alertar que, ao tentar "se livrar" de algo indesejado ou inútil, pode-se também perder algo valioso.

[11] Cabe pontuar que Herbert de Souza — Betinho — durante a década de 1960 fazia parte da Ação Popular (AP), uma organização revolucionária. Foi perseguido e exilado pela ditadura civil-militar em 1971 e só retornou ao Brasil anistiado em 1979.

> elaborado para uma ‘descrição densa’, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle (Geertz,1989, p.15).

Para Geertz (1975; 1989), uma das principais ações do antropólogo é a escrita. A antropóloga brasileira Mariana Pitasse Fragoso (2024) em sua tese, aponta que não há um método estrutural do texto etnográfico, de modo geral, muito do material disponível sobre a construção do texto etnográfico enfatiza a descrição e os aspectos emocionais, como as dificuldades, impasses e inseguranças dos pesquisadores no desenvolvimento da atividade científica. Nesse sentido, Lila Abu-Lughod (2018), antropóloga palestina-americana, irá propor a *etnografia do particular* como instrumento de um *humanismo tático*, ao examinar as implicações da condição situada na produção de conhecimento antropológico. Pois, é na produção de etnografias que o conhecimento antropológico é atualizado.

Assim como Jo Pedro Klinkerfus (2025), antropóloga brasileira, procurei “levar a sério” (Viveiros de Castro, 2011) os FAFETOs — jornal estudantil — observado aqui como documento e objeto de investigação, ou seja, parto da noção que tais periódicos expressam uma compreensão de mundo ímpar daqueles que enquanto representantes do corpo discente, no Diretório Acadêmico XV de março, viviam e produziam material a respeito da reestruturação da Faculdade de Filosofia de Marília. No entanto, a descrição densa sugerida por Geertz (1989) é dificultada no arquivo documental devido à ausência de convivência com o grupo pesquisado, por isso ainda há certa resistência em aceitar a etnografia de documentos.

> Uma das propostas que buscou chacoalhar os moldes tradicionais da pesquisa etnográfica foi a da etnografia de documentos. Formulações teórico-metodológicas foram desenvolvidas e postas a questionar coisas como: o quão etnográfico é o trabalho com documentos? Como poderia a Antropologia dar conta de pesquisas desse tipo e manter-se como uma disciplina coerente? A resposta foi ao mesmo tempo simples e complexa: tomando esses papéis como interlocutores, contextualizando-os, levando a sério o que eles diziam, compreendendo qual a “verdade própria do documento” e relacionando-os com as interações humanas que possibilitaram sua existência (Cunha, 2004; Vianna, 2014 *apud* Klinkerfus, 2025, p. 36)

Percebe-se assim que os documentos são peças etnográficas que possibilitam leituras e produzem efeito na situação sob registro, sedimentando representações, discursos e materialidades (Vianna, 2014). Isto posto, considero a antropologia de documentos (Lowenkron; Ferreira, 2020) como integrante do arranjo metodológico viável, entendendo que é possível englobar todo registro que pode ser

consultado posteriormente e que há possibilidade de compreender as disputas entre agentes sociais, a heterogeneidade das questões sociais e as assimetrias de poder.

No Exame Geral de Qualificação de Mestrado, a Comissão Examinadora questionou a ausência de meu interlocutor na escrita da dissertação. No entanto, o tempo era curto para realizar submissão da pesquisa na Plataforma Brasil[12] dada não apenas as etapas para a realização deste serviço: 1) Efetuar cadastro pessoal na Plataforma Brasil e 2) Efetuar o cadastro do projeto de pesquisa e, ainda que o serviço seja gratuito para qualquer cidadão maior de 18 anos que deseje realizar uma pesquisa envolvendo seres humanos, o tempo de análise pode vir a ser longo — o prazo de emissão do parecer inicial pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) costuma ser de 30 dias, após a aceitação da documentação enviada, sendo a checagem documental realizada em 10 dias. Contudo, o prazo para emissão do parecer inicial pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) é de 60 dias. Ao mesmo tempo, não tinha esperança de que fosse aprovada caso houvesse tempo para submissão, pois minha pesquisa já havia começado e, segundo as regras do Manual Operacional 013/2007 e Resoluções da CONEP, o CEP não avalia pesquisa em andamento.[13]

Desse modo, comecei a pensar em saídas possíveis, o que nós pesquisadores em Ciências Sociais aprendemos sobre ética e o efeito que essa estrutura de avaliação tem sobre pesquisadores, pois, na verdade, trata-se de questões pouco discutidas, seja na Graduação ou na Pós-Graduação. Na obra *Ética e Regulamentação na pesquisa antropológica*, a antropóloga norte-americana Claudia Fonseca, radicada no Brasil, comenta

> No dicionário Houaiss (2001, p. 1271), uma das primeiras definições de "ética" se refere a um "conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade". Segue logo o exemplo da "ética profissional", da "ética psicanalítica", dando a entender que cada profissão tem sua ética. Certamente, para a maioria de nós, é na prática disciplinar (no meu caso, a antropologia) que nascem as primeiras inquietações sobre a ética em pesquisa (Fonseca, 2010, p. 39).

A discussão sobre ética nas pesquisas com seres humanos se apresentou

[12] A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o Sistema CEP (Comitês de Ética em Pesquisa)/CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios — desde sua submissão até a aprovação final pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e/ou pela Conep.

[13] O passo a passo da submissão na Plataforma Brasil foi parte da Oficina *online* de Ética em Pesquisa ministrada por Hully Guedes Falcão, promovida pelo Laboratório Universitário de Política, Direitos, Conflitos e Antropologia (LUPA)/ UFSC, do qual faço parte. Para mais, ver: https://lupa.paginas.ufsc.br/ Acesso em: 23 jun. 2025.

mais urgente após os experimentos médicos nazifascistas decorrentes da Segunda Guerra Mundial, as regulamentações passaram então a ser discutidas para que houvesse confiabilidade no trabalho científico e proteção àqueles que contribuem com as pesquisas nos diversos países do mundo. No Brasil, o sistema CEP/CONEP se constituiu a partir da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 196/1996, que estabeleceu como seu objeto a regulamentação ética de "pesquisas envolvendo seres humanos" (Brasil, 1996), e vem sendo atualizado ao longo dos anos. Desde então, não apenas a Antropologia, como todas as CHS apontam como tais normativas são pensadas por pesquisadores das Ciências da Saúde e amparadas em saberes biomédicos com inspiração biocêntrica.

Na defesa de um modelo de avaliação ética específico para as humanidades, o Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA) foi criado em Brasília, em 11 de junho de 2013, na organização de um Grupo de Trabalho (GT), que elaborou a Resolução CNS nº 510/2016[14] e a Carta Circular 110/2017.[15] Enquanto pesquisadora da área das CHS, acredito que tais legislações auxiliam na regulamentação de pesquisas com seres humanos, especialmente pesquisas clínicas na área da saúde e pesquisas potencialmente invasivas aos interlocutores envolvidos, no entanto, para a área das Ciências Sociais, na Antropologia em especial, concebida como uma relação entre sujeitos, estabelecida por meio de um processo do qual emergem a própria definição do objeto e as condições de desenvolvimento da investigação, há uma diferença entre pesquisas em seres humanos para pesquisas com seres humanos. Sendo o Projeto de Lei (PL) nº 6.007/2023, a última atualização discutida, que se tornou a Lei nº 14.874/2024, percebe-se que segue "a inadequação da tentativa de atualização de referenciais biomédicos para regulamentação da pesquisa das Ciências Humanas e Sociais" (Castro; Falcão, 2024, p.1). Em tal cenário, as pesquisas em CHS seguem reduzidas "como uma espécie de apêndice das perspectivas metodológicas e éticas dos estudos clínicos" (Castro e Falcão, 2024, p. 12).

Logo, cabe aqui sinceridade acadêmica em apontar que esta pesquisa não

[14] A Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde determina diretrizes éticas específicas para as Ciências Humanas e Sociais (CHS), é resultado de anos de trabalho de pessoas e instituições que há muito apontavam a inadequação de uma única orientação de cunho biomédico para pesquisas em diferentes áreas.

[15] A carta circular nº 110/2017 tem por objetivo orientar pesquisadores e membros do sistema CEP/CONEP quanto ao preenchimento da Plataforma Brasil no tocante às pesquisas que utilizam metodologias próprias das áreas de Ciências Humanas e Sociais.

foi submetida à Plataforma Brasil, pois já estava em andamento, encontrou-se assim algumas alternativas metodológicas para que a mesma seguisse sendo desenvolvida de forma ética e respeitosa.[16] Entre tais, estar de acordo com o Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA): Título II, “dos direitos das pessoas, grupos e interlocutores e interlocutoras da atividade antropológica”, bem como desenvolvimento de um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), que consta disponível em “Apêndices”, conforme a Resolução 510/2016, explicando em uma linguagem acessível: I) a pesquisa; II) procedimentos; III) Riscos/Desconfortos e Benefícios; IV) Liberdades/Garantias; V) Sigilo/Anonimato; VI) Despesas/Indenização e VII) Publicação/devolutiva à pessoa entrevistada.

Tais minúcias explicam não só os procedimentos de coleta de dados por meio de entrevista, mas também a escolha da História Oral como metodologia viável de entrevista para compreender as memórias no tempo presente, daquele que enquanto estudante exprimiu suas subjetividades no tempo passado dos FAFETOs. A mesma aconteceu por ter cursado[17] a disciplina de “História Oral e Memória” oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Faculdade de Ciências e Letras (FCL), câmpus de Assis, no primeiro semestre de 2024 ministrada pela Profa. Dra. Lívia Morais Garcia Lima. Sendo o referencial teórico mobilizado (Lang, 2001; Portelli, 1997, 2017a, 2017b; Lima, 2024; Bosi, 1993; Delgado, 2009; Calabria, 2023; Rovai, 2013) a partir do plano de aula e discussões decorrentes da disciplina.

A HO constitui-se não apenas como uma metodologia de pesquisa, mas é também uma área do conhecimento, um campo específico. De acordo com Alessandro Portelli, historiador italiano, o que se percebe é que na expressão “História Oral”, há o substantivo “história” que evoca a própria narração do passado e o adjetivo “oral” que se refere ao meio expressivo característico (Portelli, 2017a). Segundo a socióloga brasileira Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, a HO “[...] permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela

[16] Cabe ressaltar que a Lei nº 14.874/2024 passa a demandar que todas as pesquisas que envolvem seres humanos devem obrigatoriamente realizar submissão à Plataforma Brasil, para avaliação do CEP e CONEP. Ou seja, é urgente que Programas de Pós-Graduação discutam em suas disciplinas introdutórias a necessidade de submissão e formas de fazê-lo. Ainda não há direcionamentos claros sobre a nova lei nas associações que compõe as Ciências Sociais no Brasil: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

[17] O acompanhamento presencial desta disciplina só foi possível, pois fui contemplada com o Edital PROPG 19/2024, conhecido como “MOBI”, que disponibiliza recurso financeiro com o fim de fomentar a mobilidade de discentes e docentes entre campi da Unesp.

voz daqueles que os viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura [...]" (Lang, 2001, p. 96), pois visa a escuta da narrativa dos agentes, e "Permite conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição social daqueles que os viveram e os narram" (Lang, 2001, p. 96).

Em vista disso, as Ciências Sociais também se utilizam da entrevista como ferramenta metodológica para coleta de dados, porém percebeu-se uma diferença primordial entre a entrevista sociológica ou antropológica e a entrevista na HO: a escuta. No sentido que para esta pesquisa fazia mais sentido a adoção do referencial teórico da HO não apenas por eu ter cursado uma disciplina, mas, principalmente, por ter percebido quão valioso é o momento da escuta para a HO. Em consonância com a historiadora brasileira Lívia Lima (2024), "Nesse processo, a história oral permite, através da fala e da escuta, o registro de histórias narradas, entrando em contato com a memória do passado e a cultura do presente, em uma prática reflexiva" (Lima, 2024, p. 2).

Para além de uma preocupação metodológica, a ética se manifesta no respeito à memória, às experiências e à vontade daqueles que compartilham suas narrativas, como salienta a historiadora brasileira Carla Rodeghero (2022; 2023), a prática da História Oral exige reconhecer a dimensão humana do trabalho com memórias, preservando a dignidade dos sujeitos e a integridade do processo investigativo. Isso implica garantir consentimento, transparência sobre os objetivos da pesquisa e devolutiva dos materiais produzidos, fortalecendo a confiança mútua. Para tanto, em Rodeghero (2022;2023) percebemos que há duas camadas de ética na HO: (a) "externa" – avaliações por CEP/Conep via Plataforma Brasil; e, (b) "interna" – os cuidados éticos próprios do campo (consentimento processual, compartilhamento de autoridade, cuidado com riscos, devolutivas, guarda/uso de acervos).

A pré-entrevista[18] de HO teve entre seus momentos: a elaboração do TCLE[19]

[18] Na pré-entrevista também constitui-se o diálogo com a pessoa a ser entrevistada sobre a melhor data e horário em comum para realização da mesma, a procura pelo espaço físico onde acontecerá a entrevista e por fim, os deslocamentos pela cidade que envolvem a impressão gráfica do material necessário, a possibilidade de carona para a pessoa entrevistada, como também o seu deslocamento enquanto pesquisador até o local combinado.

[19] O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é um documento que registra o consentimento de uma pessoa para participar de uma pesquisa ou um procedimento. É um documento que deve ser assinado por quem irá participar de uma pesquisa, como também pela pessoa pesquisadora responsável, este termo deve ser elaborado em uma linguagem acessível que explique os detalhes da pesquisa, assinado em duas vias.

e o preparo de um roteiro de entrevista com questões. Em vista da discussão da psicóloga brasileira Ecléa Bosi (1993) sobre a pesquisa em memória social, optei por organizar um roteiro de entrevista com questões semiestruturadas, que possibilita a escuta, mas pressupõe um direcionamento na entrevista de HO temática. A entrevista, que havia sido pré-agendada e autorizada, foi transcrita de acordo com os parâmetros[20] de apresentação textual de entrevista de HO do Centro de Memória Urbana da Zona Leste de São Paulo (CMUrb) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), ainda que tenha sido pensada fora do CMUrb, a fim de seguir parâmetros estabelecidos por aqueles que já desenvolvem e tem experiência na HO. Sobre o trabalho de normatização de fontes orais, Portelli (2017a) ressalta que

> As fontes orais, como todas as outras, foram submetidas aos procedimentos normais da crítica historiográfica para terem sua autenticidade e utilidade aceitas, da mesma maneira que os documentos dos arquivos. A passagem das fontes orais à história oral, porém, implica transformações mais relevantes. Significa, de fato, tratar estas fontes não como material complementar, auxiliar, em relação às outras fontes mais "canônicas", mas traçar sobre a centralidade das fontes orais outro tipo de trabalho historiográfico (Portelli, 2017a, p. 182).

Nesse sentido, no pós-entrevista optou-se por realizar uma transcrição completa e literal do áudio gravado, com o fim de não ocultar regionalismos ou fluxos de fala do interlocutor, reproduzindo a totalidade da gravação transcrita, que foi revisada e autorizada pelo interlocutor, para disponibilização na íntegra em "Apêndices", pois não foi arquivada em núcleo ou laboratório de pesquisa. A transcrição consiste na degravação de um depoimento gravado em áudio, isto é, na transposição do conteúdo oral do referido depoimento para um texto escrito, ao considerar, assim como Portelli (1997), que "as fontes históricas orais são fontes narrativas" (1997, p. 29) e a importância da transcrição completa, que exibe "o conteúdo emocional do discurso inclinado para a equanimidade e objetividade do documento escrito" (Portelli, 1997, p. 29). Diferentemente, para a dissertação há apenas trechos da narrativa, a fim de suprimir repetições e vícios de linguagem, ou seja, houve um trabalho de seleção e análise em que enfatizei algumas passagens. Como também não foram utilizados nomes fictícios, pois meu interlocutor preferiu que constasse seu nome verdadeiro.

Sendo assim, o arranjo metodológico possível para o problema de pesquisa construído foi a escrita de um texto etnográfico. Esse texto, aliado à etnografia de

---

[20] Cedido pela Profa. Dra. Lívia Morais Garcia Lima (PPGH/Unesp Assis) na disciplina de "História Oral e Memória". Para mais, ver: https://www.centrodememoriaurbana.org/ Acesso em: 31 mar. 2025.

documentos, à transcrição da entrevista de HO, a dois levantamentos em jornais do município e a fotografias, produziu a construção de uma "aldeia-arquivo" (Carrara, 1998) como um campo de pesquisa e de interlocução. Logo, esta dissertação está embasada na análise de: 20 páginas de duas edições descontinuadas do periódico estudantil intitulado FAFETO, 29 páginas de transcrição da entrevista de HO realizada, levantamento na Biblioteca da Câmara Municipal de Marília de 1968[21] de notícias dos jornais *Diário de Marília* e *Diário Regional de Marília* no ano de 1976, levantamento de 33 notícias de jornais do fundo/coleção "Memória da Universidade" do Banco de Dados *online* do Centro de Documentação e Memória (CEDEM)[22] da Unesp e nove fotografias do Memorial Fotográfico da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC).

Logo, tomo emprestada da Antropologia a ferramenta analítica de se conhecer um arquivo na totalidade e conseguir identificar, a partir dessa visão panorâmica o que, dentro desse arquivo, diz respeito à problemática construída — a narrativa estudantil sobre a reestruturação da FAFI e, consequente, a implementação da Unesp, neste caso —, em uma pesquisa sócio-antropológica multissituada. A tapeçaria de múltiplas metodologias e técnicas possibilitou, assim, uma discussão teórico-analítica e histórica, ou seja, "Um campo historicamente situado e culturalmente produzido; um campo no qual pensar em relações históricas e políticas era inevitável, haja vista o tema e o contexto no qual ele está inserido" (Laus, 2019, p. 29).

---

[21] A pesquisa presencial na Biblioteca da Câmara Municipal de Marília ocorreu nos meses de abril e maio de 2025, acompanhada pela bibliotecária Karenina Machado, que disponibilizou para consulta cerca de oito livros contendo notícias dos jornais *Diário de Marília* e *Diário Regional de Marília* no ano elencado de 1976.

[22] A pesquisa no Banco de Dados do CEDEM considerou "FAFI" como palavra-chave, que após ser digitada disponibilizou uma amostra de 740 resultados com mais de 37 páginas, que foram ponderadas e consideradas apenas 33 notícias de jornais que carregavam consigo informações sobre os estudantes da FAFI ou os estudantes da Unesp. A consulta pública ao Banco de Dados do CEDEM está disponível em:https://sistemas.unesp.br/acervo/publico/material.pesquisar.action?d-4010925-p=4&btn_pesquisar=&txt_palavra_chave=FAFI Acesso em: 27 maio 2025.

Capítulo 1: A interiorização do ensino superior público paulista[23], a FAFI e a ditadura civil-militar

Neste capítulo, o objetivo específico foi retornar às décadas de 1950 e 1960 para compreender os processos de interiorização do Ensino Superior no Estado de São, via criação dos Institutos Isolados, entre 1950 e 1960, até a criação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", em 1975; bem como apresentar o golpe militar em 1964 e como o autoritarismo militar operou nas instituições de ensino superior e universitárias no Brasil, e na fundação da Unesp em 1976, para ao final do capítulo identificar um dos agentes sociais - meu interlocutor - que protagonizou a produção acadêmica do jornal estudantil FAFETO - objeto de investigação.

Em meados do século XIX é que dávamos nossos primeiros passos para um ensino universitário no Brasil, esse que se originou elitizado e destinado apenas a prover diploma aos descendentes da aristocracia rural brasileira. Sem cair na armadilha de retroceder até nossos tempos de colônia para discorrer sobre um panorama do Ensino Superior público paulista, o primeiro marco a ser mencionado é a Reforma Francisco Campos[24] que em 1931 estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigente até 1961.

> As finalidades da Universidade propostas na Reforma Francisco Campos eram bastante amplas e otimistas, mas a vocação de formar as elites seria o objetivo mais perseguido e bravamente defendido por aqueles que tinham acesso ao ensino superior, sempre que alguma medida ameaçasse o ingresso dos não pertencentes às elites na universidade (Lima, 2005, p. 33).[25]

Apenas com a Constituição Federal de 1946 é que se instaura um debate público que passa a considerar a expansão do ensino superior para os interiores do

---

[23] Ainda que esse tópico dedica-se a mencionar as demandas de interiorização e expansão do ensino superior público paulista, não serão mencionadas as demais faculdades que existem em Marília, pois o foco é a Unesp. No entanto, cabe dizer que a Faculdade de Ciências Econômicas foi criada em 1956 e veio a se tornar a Universidade de Marília (UNIMAR), que a Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) foi criada em 1966, e que a Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, conhecida localmente como UNIVEM foi criada em 1967.

[24] A Reforma Francisco Campos consistiu-se em uma série de decretos que reformaram o ensino brasileiro em 1931, no contexto da integração política do país. A reforma estabeleceu procedimentos administrativos e didático-pedagógicos para todos os ginásios do país, homogeneizando a cultura escolar do ensino secundário.

[25] Eunice Lima (2005) está entre as pesquisadoras que estudaram os Institutos Isolados, especificamente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de Presidente Prudente, e dedica a introdução de sua tese à discussão das políticas públicas de acesso à educação no Brasil.

Brasil, e a Constituição do Estado de São Paulo de 1947, inspirada na Constituição Federal do ano anterior, é que determina a criação e gratuidade de cursos superiores noturnos. Na sequência, a Lei Estadual nº 161 de 1948 dispôs sobre a criação de estabelecimentos públicos de Ensino Superior em cidades do interior do Estado de São Paulo, "[...] esta medida também foi justificada pela falta de docentes na educação básica após a criação dos ginásios; assim, as faculdades cumpririam (também) a função de formar os professores" (Oliveira, 2018, p. 42).

O processo de expansão das instituições de ensino superior público no interior paulista ocorreu pela criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (IIESESP), ou "Institutos Isolados", como ficaram popularmente conhecidos. Eles receberam essa denominação por não pertencerem a nenhuma instituição universitária, sendo assim, unidades de ensino superior situadas em diversas cidades do interior paulista, abrangendo várias áreas do conhecimento.

Tal projeto descende de uma política desenvolvimentista, adotada como estratégia no Brasil dos anos 1950, entendia que, "num processo de descentralização e interiorização, passou a exigir profissionais de nível superior que a modernização do país demandava" (Zelante, 2001, p. 211). Somado a Constituição de 1946 mencionada, que já previa a criação de universidades no interior do estado de São Paulo. Havia também, um contingente notável de estudantes no interior paulista, em vias de terminar o curso secundário. Tais secundaristas, reunidos em associações, organizavam-se em manifestações e jornais locais para reivindicar a criação de faculdades (Corrêa, 2006). Além disso, havia os moradores das cidades do interior, que aspiravam uma formação de nível superior aos seus filhos, o que, na época, era acessível apenas para as elites locais que emigravam para os grandes centros, resultando na superlotação da capital, assim, drenava-se do interior sua juventude. Era evidente a ausência do poder público nesse setor e, tal circunstância chamou a atenção de políticos locais que passaram a pautar o ensino superior público em suas campanhas eleitorais, o que, por sua vez, resultou em promessas de criação de faculdades em diversas cidades do interior paulista.

Nesse contexto, havia expectativa que os tais Institutos Isolados[26] fossem

[26] Ainda que tenha sido apresentada a sigla IIESESP, optei por me referir aos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo como "Institutos Isolados" na escrita da dissertação, pois é assim que são popularmente conhecidos por pessoas mais velhas na cidade de Marília.

integrados à Universidade de São Paulo (USP), que inicialmente se opôs à criação dos mesmos. Mas, em um segundo momento, a implementação das faculdades no interior passou "[...] a ser considerado inevitável e até mesmo uma solução para a USP" (Corrêa, 2006, p. 23). As primeiras críticas contrárias à expansão do ensino superior pelo interior do Estado de São Paulo foram feitas por intelectuais, sobretudo da USP (Lima, 2005; Castilho, 2009; Souza, 2015; Oliveira, 2018). Eles alegavam que não havia quadro docente disponível para a oferta de mais universidades pelo interior paulista, tão pouco recursos materiais para que essa expansão ocorresse sem prejudicar a qualidade do ensino. Estavam, na verdade, defendendo a manutenção do monopólio da USP que centralizava na capital o ensino superior às elites dirigentes.

> Outro disseminador de ideias contrárias aos IIES, na "defesa" da USP, foi o jornal O Estado de São Paulo, que em seus editoriais colocava-se contrário aos Institutos, argumentando sobre a questão orçamentária, pois as verbas enviadas para os IIES deveriam ir para a USP, que ainda carecia de muitos investimentos (Oliveira, 2018, p. 45).

Segundo Castilho (2009) o proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita Filho possuía interesse por problemas educacionais, em especial pelo ensino superior. Antes de o surgimento dos Institutos Isolados, a USP se consagrava como o modelo de ensino superior no estado de São Paulo, e ainda que os IIESESP fossem suas "crias" (Oliveira, 2018), havia certa rivalidade. Ainda assim, "apesar de contrários à criação dos institutos, os profissionais da USP é que elaborariam os planos de cursos para instalá-los no interior. Até a lista de livros, os impressos, vieram todos prontos da USP" (Abreu *apud* Lima, 2005, p. 43).

Logo, a fundação dos Institutos Isolados faz parte de um significativo conjunto de ações para a expansão do ensino superior no estado de São Paulo, e apesar de a lei aprovada em 1948, demoraria quase dez anos para se concretizar. Foram criados, entre 1957 e 1963, os IIESESP, instituições autônomas, não vinculadas às universidades, ligadas ao poder estadual. Sendo que tais conquistas eram resultados de reivindicações de um setor de ensino básico em expansão que precisava de mão de obra especializada da população local que não tinha oferta na continuidade de ensino aos estudantes secundaristas egressos, como também de políticos locais (Castilho, 2009). No entanto, cabe ressaltar que o IIESESP "[...] não alcançaria, no início, as camadas mais pobres da população paulista, pois, até então, nem mesmo o acesso ao grupo escolar era uma realidade para todos no

Estado de São Paulo" (Lima, 2005, p. 45). Dessa maneira, os Institutos Isolados, foram criados gradualmente pelo Governo do Estado de São Paulo sob administração da Secretaria da Educação nos anos 1950 e 1960, os quais desfrutavam de certa autonomia, sendo representados por diretores, nomeados pelo governador, e que, em sua maioria, compunham o quadro docente da USP.

No final da década de 1950, nesse contexto, surge a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (FFCL), um[27] dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, conhecida localmente como "FAFI" — Faculdade de Filosofia — pela publicação da Lei nº 3.781 de 25 de janeiro de 1957[28], promulgada pelo governador Jânio da Silva Quadros, instalada em prédio que fora a fábrica de seda Santa Izabel, adquirido pela prefeitura e cedido ao governo, na Avenida Vicente Ferreira sob direção do Prof. Dr. José Querino Ribeiro, como mostra a figura 1 abaixo.

Figura 1 – Vista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília

[27] Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo foi a denominação dada às escolas de ensino superior público, criadas a partir de meados do século XX, que não estavam ligadas a nenhuma universidade. Foram os seguintes: Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba, Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, Faculdade de Música Maestro Julião. (Corrêa, 2006)

[28] Não encontrei dados sobre a população de Marília nesse ano, porém estima-se que havia menos de 50 mil habitantes.



Fonte: Memorial Fotográfico da FFC.[29]

A criação e consolidação da FAFI de Marília representava “[...] um sonho antigo, segundo os memorialistas, políticos, jornalistas e intelectuais quanto à imagem da cidade e da representação cultural que dela faziam” (Castilho, 2009, p. 83). Nesse sentido, como ressalta a educadora brasileira Rosane Michelli de Castro (2009), a implantação de uma unidade de ensino superior público orientava a sociedade local também para novas políticas no campo de acesso à cultura,

> Vaidergorn (1995) situou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília como Faculdade que, a exemplo dos demais institutos isolados de ensino superior criados durante a década de 1950, havia se destacado pela dinamização econômica, política, educacional e cultural proporcionada à sua cidade-sede e pela importância a ela atribuída, não somente pelos políticos e pelos chamados “intelectuais da terra”, como também por parte de centros acadêmicos de outros estados brasileiros. Anteriormente, Franceschini (1950, s.p.) já havia afirmado que a Faculdade de Marília gozava do respeito e da alta consideração sobretudo dos “intelectuais da Paulicéia” (Castro, 2009, p. 25).

A relação amistosa entre a FAFI e a comunidade local, pode ser percebida

[29] Algumas fotografias do Memorial Fotográfico da FFC integraram a Conferência “Vicente Ferreira: da FAFI à FFC” da Profa. Dra. Mariângela Fujita de 25 de abril de 2025 no evento “Vicente Ferreira”: trajetórias e perspectivas (Anexo A). No entanto, o acesso ao acervo do Memorial Fotográfico da FFC foi possível após o contato com a Profa. Dra. Telma Madio que em 7 de maio de 2025 me recebeu presencialmente no prédio da Seção Técnica de Comunicação (STCom) no Câmpus I da Unesp Marília, pois o acervo não está disponível *online* para consulta.

tanto por meio dos estudantes[30] que reivindicaram um ensino superior, como também via jornais locais que rebatiam as críticas feitas pelo jornal *O Estado de São Paulo* à expansão de instituições universitárias interioranas (Castilho, 2009), consoante com o sociólogo brasileiro Jayme Wanderley Gasparoto, ao afirmar que,

> Se para alguns membros da comunidade mariliense a criação da Faculdade tinha objetivos políticos, para outros o objetivo era outro. E foi o exemplo flagrante da união de todas as correntes da cidade para a criação de uma escola superior. Portanto a FAFI se inseriu na comunidade como algo dela e que merecia todo o apoio dessa comunidade (Gasparoto, 2001, p. 228).

Natália Dorini de Oliveira (2018), já citada, tem sua dissertação sobre a "História e Memória da práxis sindicalista da ADUNESP", comenta que em vários campi que compunham os Institutos Isolados foram desenvolvidas atividades culturais e políticas, tais como a formação do Grupo de Teatro Amador (GRUTA) em São José do Rio Preto da Associação Nacional de Professores e Universitários de História (ANPUH) em 1961 em Marília; "Por outro lado, as ações desenvolvidas pelos campi também tiveram repercussão negativa diante da comunidade local conservadora, como ocorreu com a visita de Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Jorge Amado, em 1960 ao campus de Araraquara" (Oliveira, 2018, p. 47). Fábio Ruela de Oliveira (2020) também comenta sobre a mudança na vida cultural da cidade de Assis com a chegada dos discentes do ensino superior, via clubes de cinema, centro de artes e do Teatro de Estudantes da Faculdade de Letras de Assis (TEFLA) em sua dissertação, "História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (1958-1964): Memória da formação da FCL/Unesp". Por conseguinte,

> Segundo Furtado (1969, p. 41) as "faculdades caboclas" da cidade de Marília criadas nas décadas de 1950 e de 1960 representaram "um passo decisivo" para a evolução cultural do estado de São Paulo, sobretudo como um dos fatores de descentralização e democratização do ensino. Furtado referia-se à Faculdade de Ciências Econômicas de Marília, à Faculdade de Medicina e, sobretudo, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. Particularmente sobre esta última, Furtado afirmou tratar-se de uma faculdade parte da "verdadeira revolução pedagógica" que, segundo ele, se implantava de forma "irreversível" (Castro, 2009, p. 46).

No entanto, essa "verdadeira revolução pedagógica" não era observada com "bons olhos" por alguns setores da sociedade civil, pois no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial houve o fortalecimento da influência norte-americana, que "[...] baseados, em parte, nesse discurso, e na argumentação de moralização da política

[30] Figura 3: Estudantes Marilienses no Jardim da Luz, na chegada a São Paulo para conquistar a FAFI em 31/05/1957 - Fonte: *Jornal Diário*, Coluna Raízes, Marília, domingo, 16 dez. 2007 (Castilho, 2009, p. 74).

brasileira, bem como no afastamento do ‘perigo comunista’ [...]” (Magalhães, 1998, p. 58), passaram a ter na comunidade acadêmica e universitária também um alvo. A ideia da iminência de uma comunização era constante, havia também um clima internacional de caça aos “comunistas” que ecoava no Brasil, uma vez que o “perigo vermelho” estava em toda parte,

> O jornal O Estado de São Paulo, de novo entrou na “batalha” contra os IIES, “acusando-os” de “comunização”, evidenciando, mais uma vez, seu posicionamento diante da conjuntura brasileira e dos IIES. As ações reacionárias precederam ao golpe de 1964, já em janeiro (de 1964) o jornal comentava que a prova do vestibular para ingresso nos IIES continha autores comunistas [...] (Oliveira, 2018, p. 48).

Para Josiane Magalhães (1998), “a década de 60 foi o berço das principais modificações que se processaram na estrutura jurídica e organizacional das instituições de ensino superior e transformaram a universidade naquilo que é hoje” (1998, p. 65). As últimas modificações nas normativas educacionais que organizavam o ensino superior paulista antes de o período de exceção foram: o Sistema Administrativo dos Institutos Isolados (SAII), que era um departamento da Secretaria da Educação de 1959, em 1963, para adequar-se à Lei de Diretrizes e Bases 4.024/61, o Conselho Estadual de Educação (CEE) e “[...] dentro dele, a Câmara de Ensino Superior (CES), incorporando a documentação do antigo Conselho Estadual de Ensino Superior (CEES) e do SAII” (Lima, 2005, p. 117).

Em 31 de março de 1964, tropas militares do estado de Minas Gerais marcharam em direção ao Rio de Janeiro sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, para depor o presidente eleito, João Goulart (Oliveira, 2018). Jango, como era chamado, foi deposto e partiu para o exílio no Uruguai. No dia 1º de abril, o Congresso Nacional declarou vacância do cargo presidencial, Ranieri Mazzilli, o presidente da Câmara dos Deputados assumiu como presidente interino em 2 de abril. Dessa forma, o golpe de 1964 acabou com a institucionalidade democrática, retirando poder do Congresso, porém sem fechá-lo, o que manteve socialmente uma imagem de neutralidade. Na mesma medida que foi retirada a liberdade de imprensa pelos militares, mas não foram fechados os jornais. E por fim, os partidos políticos sofreram uma sangria através da cassação de deputados e na instalação do bipartidarismo — por meio da permissão de apenas dois partidos políticos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — um *modus operandi* no qual a ditadura controlou e perseguiu as principais lideranças

políticas.

O estranhamento entre acadêmicos e munícipes aumentou nas capitais e nos interiores do Brasil com o golpe civil-militar, e atos de violência passaram a ser recorrentes em diversos centros acadêmicos e culturais pelo país.[31] No dia 1º de abril de 1964, o edifício da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi roubado, destruído e incendiado na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro.

> A 435 km da cidade de São Paulo, longe dos grandes centros, em São José do Rio Preto, o Golpe Militar de 1964 também se manifestou. No dia 1º de Abril de 1964, os interventores estavam a postos dentro da Faculdade Isolada de São José do Rio Preto, hoje UNESP. Isso porque desde o final dos anos 1950, uma intensa movimentação cultural acontecia. De lá partiam anseios reais e objetivos com relação à educação pública de qualidade, alfabetização de adultos, reforma universitária e conscientização do povo através da arte (Amorim, 2009, p. 10).

Os primeiros atos de repressão da ditadura civil-militar em ambientes universitários ficou conhecido entre militares como *Operação Limpeza* e foi marcado por ações violentas e invasões de instituições educacionais de ensino superior. “Além disso, sindicâncias instaladas nas universidades pelos colaboradores da ditadura foram ferramentas eficazes para se efetuar a ‘limpeza’ desejada pelos militares” (Vasconcelos, 2024, p. 5). O golpe civil-militar de 1964 estabilizou um novo modelo de ensino, segundo Cunha (1988, p. 13), a “institucionalização do regime autoritário, em 1964, permitiu por sua vez, a realização de uma nova política educacional, já esboçada antes do golpe [...]”.

> Após a Operação Limpeza nas universidades, a ditadura voltou-se para a reforma universitária, não sem antes tentar enquadrar o movimento estudantil com a chamada Lei Suplicy[32], que visava substituir a UNE e as Uniões Estaduais por órgãos controlados pelo governo. A lei foi ignorada pelos estudantes, que continuaram com suas entidades, mesmo consideradas ilegais (Vasconcelos, 2024, p. 7).

Para os militares, os ambientes educacionais eram focos de proliferação de

---

[31] Em 3 de abril de 1964, a Livraria Anita Garibaldi na cidade de Florianópolis foi invadida, saqueada e seus livros incinerados dias após o golpe civil-militar instaurado no país, na 1ª primeira página do jornal *A Gazeta*, de 5/4/1964 a manchete era: “Populares incendeiam livros marxistas na Liv. Anita Garibaldi” (Matos; Cunha, 2018). Em 9 de abril de 1964, nove dias após o golpe civil-militar, professores e estudantes universitários acusados de subversivos foram perseguidos pelo regime na Universidade de Brasília (UnB), no campus invadiram salas de aulas, revistaram estudantes, procurando armas e material de propaganda subversiva. No ano seguinte, após greve, 223 dos 305 professores da UnB se demitiram. Disponível em: https://unb.br/a-unb/historia/633-invasoes-historicas?menu=423 Acesso em: 2 nov. 2024.

[32] A Lei Suplicy de Lacerda, Lei nº 4.464/1964, foi um decreto que dispos sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes, restringiu a atuação da UNE e de outras entidades estudantis durante a ditadura civil-militar no Brasil, significou para o movimento estudantil a revogação do livre direito de organização e manifestação. A lei, que proibiu atividades políticas estudantis, colocou a UNE e as demais entidades na ilegalidade, forçando-as a operar na clandestinidade (Vasconcelos, 2024).

ideias de esquerda, e o “perigo” de uma Revolução Cultural dizia respeito principalmente à ação de estudantes universitários que passaram a atuar enquanto aliados das classes trabalhadoras na construção de uma nova ordem social (Cunha, 1988). Eram estudantes que, desde o final da década de 1950, passaram a panfletar em frente às indústrias, participar de comitês de greve, integrar clubes de cinema e teatro, integrar partidos políticos, organizar grupos de estudos, organizações, associações e manifestações, tais como a *Operação Andarilho*.[33]

A comentada influência da hegemonia norte-americana na educação superior brasileira ocorreu por meio de acordos governamentais fechados entre os dois Estados, “[...] os acordos MEC-USAID[34] faziam recomendações a respeito das modificações que deveriam ser feitas nessas instituições com a finalidade de ‘modernização’, respaldando-se em modelos empresariais de organização (Corrêa *apud* Oliveira, 2020, p. 157).

> Em 1965, o Ministério da Educação assinou uma série de acordos com a USAID, a agência do governo dos Estados Unidos que fazia parte da estratégia estadunidense para barrar o avanço comunista na região. Financiando governos latino-americanos, os EUA comandavam as políticas dos países “ajudados”. No caso do Brasil, os acordos MEC/USAID foram denunciados pelo movimento estudantil, sendo a principal pauta discutida no 28º Congresso da UNE de 1966 em Belo Horizonte, que condenou também o autoritarismo dos atos institucionais (Vasconcelos, 2024, p. 7).

Houve em 1967, pelo Decreto 47.775, a criação da Coordenação da Administração do Sistema de Ensino Superior (CASES), que abria espaço para uma reforma universitária e a institucionalização das orientações desses acordos; em julho de 1968 foi instituído o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU).

O ano de 1968 ficou conhecido como “o ano que não acabou”, sendo esse o ano que marcou a ação decisiva do aparato de repressão, em 12 de outubro de 1968 há o desmantelamento do 30º Congresso da UNE em Ibiúna no estado de São Paulo e a prisão de cerca de mil estudantes, entre essas lideranças de entidades estudantis nacionais e estaduais. Na sequência há a promulgação da Lei de

---

[33] A *Operação Andarilho* foi um movimento que reuniu estudantes que marcharam pelo interior até a capital, demonstrando seu descontentamento com a política, como também demandando infraestrutura para a Faculdade de Medicina de Botucatu, durou 26 dias e grande parte do que foi prometido pelo governo não foi cumprido. Disponível em: https://www.nossahistoria.ibb.unesp.br/index.php/1967/08/26/operacao-andarilho-e-operacao-denuncia/ Acesso em: 5 dez. 2024.

[34] Os acordos MEC-USAID foram uma série de convênios de cooperação financeira e assistência técnica entre o Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a United States Agency for International Development (USAID). Os acordos MEC-USAID tinham como objetivo reformar o ensino brasileiro de acordo com padrões impostos pelos EUA.

Reforma Universitária nº 5540, em 28 de novembro. Em 13 de dezembro, é decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) por Costa e Silva,

> [...] o quinto de dezessete grandes decretos emitidos pela ditadura militar. Nesse momento, a realidade brasileira ficou marcada pela suspensão de direitos públicos, devido ao processo de coibir a participação social, prisões, exílios, torturas, censuras e perseguições" (Castro, 2023, p. 36).

Poucos dias após a edição do AI-5, universidades foram alvo de operações por parte da repressão. Quatro dias após a decretação do AI-5, em 17 de dezembro de 1968, houve a invasão por autoridades militares ao Conjunto Residencial da USP (CRUSP), local que era referência para as ações da esquerda estudantil. Durante a operação, estudantes foram presos, tiveram seus pertences revistados em busca de provas de participação em atividades subversivas e o CRUSP acabou submetido à intervenção militar durante dois anos (Daefiol, 2021). A socióloga brasileira Rachel Tomás dos Santos Abrão (2021) reitera que,

> Assim, 1968 pode ser lembrado como o ano da repressão e da resistência; ano em que o estudante Edson Luís é friamente morto pela Polícia Militar, ano em que são presos mais de 900 estudantes no 30º Congresso da UNE em Ibiúna, ano de greves e paralisações reprimidas em São Paulo, da realização da Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, ano em que crescem as organizações da luta armada, em que se cria o Conselho Superior da Censura e promulga-se o Ato Institucional nº 5. Além de todos esses eventos, o Instituto Valdimir Herzog (2013) também menciona o fato de terem sido aposentados compulsoriamente muitos professores da Universidade de São Paulo, entre eles Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (Abrão, 2021 ,p. 51).

Tal cotidiano de punições e medo fez com que muitos cientistas e professores deixassem o país, fenômeno conhecido como "fuga de cérebros" (Vasconcelos, 2024). De acordo com Castilho (2009) e Oliveira (2018), professores da FAFI de Marília também sofreram nesse período, "[...] quando muitos deles sofreram perseguição política chegando a ser detidos junto ao DOPS e Prisão Tiradentes, em virtude de suas convicções, a Faculdade prosseguia com suas atividades normais" (Castilho, 2009, p. 110). Docentes de outras cidades do interior paulista também sofreram sanções,

> Além de Rio Preto, houve prisões em Araçatuba, Araraquara, Assis, Marília e Rio Claro. Estas cidades eram conhecidas por terem um movimento operário intenso, promovido pelo sindicato dos ferroviários, que também foi "acusado" de ser comunista, juntamente com os professores (Oliveira, 2018, p. 62).

No entanto, outro *modus operandi* entre os militares que compunham a "linha

dura”[35] da ditadura era a prisão, tortura e morte de opositores políticos sem a devida documentação de entrada nos Batalhões de Polícia Militar (BPM), ou seja, pouco se tem documentado sobre tais prisões e perseguições que houve à comunidade universitária, uma lacuna para novas pesquisas em Delegacias Regionais, nos Relatórios Finais da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e no “Bagulhão”[36], documento de 1975 produzido por presos políticos do Presídio Tiradentes.

> A faculdade de Assis também sofreu ações repressivas. Na cidade, o movimento sindicalista dos ferroviários era forte e a ligação com professores da faculdade também, havia encontros para analisar a situação do país. Segundo Corrêa (2014b), por conta disso, cinco professores e sete estudantes foram presos [...] (Oliveira, 2018, p. 57).

Para Cunha (1988), “a política educacional pós-64 definiu-se pela fragmentação interna do ensino superior, pela segregação das universidades em câmpus e pela privatização” (1988, p. 101). O desenvolvimento desigual dos dezessete Institutos Isolados era notável, tanto em função das particularidades de cada diretoria e sua administração, como também do desenvolvimento local dos municípios aos quais pertenciam, aumentando gradativamente as exigências de estrutura física, corpo docente e cursos disponíveis.

Na tentativa de agrupar os Institutos Isolados em uma única instituição universitária, decorrente da reforma administrativa do governo do estado de Abreu Sodré, que organizou a educação por níveis. A Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP) foi criada em 1969, com intuito de padronizar a administração e centralizar o poder, “[...] revelando o problema crucial para uma futura universidade - centralização excessiva para unidades diversificadas e dispersas” (Corrêa, 2006, p. 32), à qual os Institutos passam a ser subordinados, assim permanecendo até a criação da Unesp (Lima, 2005). Para Castilho (2009),

> Muitas foram as causas que pediam a transformação dos Institutos Isolados em Universidade. A cada dia, era percebido que eles não podiam continuar isolados, precisavam de uma orientação maior para avançarem, crescerem científica e administrativamente. Muitas questões estavam mal definidas. Entre elas, destacamos que faculdades com muitos alunos da área de Humanas recebiam a metade da verba que outras faculdades que possuíam a metade desse número de alunos. Na condição de escolas isoladas, os institutos eram fracos e, sob a forma autárquica, não possuíam poder político. Nesse sentido, o Coordenador dos Institutos bem como o

---

[35] A expressão “linha dura”, começou a ser empregada pouco depois de o golpe de 1964, referia-se aos militares radicais que defendiam o endurecimento do regime.

[36] Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20480_arquivo.pdf Acesso em: 4 dez. 2024.

> Secretário da Educação, estavam convencidos, junto ao Conselho Estadual de Educação que a salvação dos Institutos Isolados de Ensino Superior seria a criação da Universidade, evitando o risco de se transformarem em apenas uma escola de formação de professores (Castilho, 2009, p. 159).

Os chamados “Anos de Chumbo”[37] marcam as discussões institucionais do período de transição da FAFI para a Unesp. Com os governos dos generais Costa e Silva e Médici, houve a primeira crise do petróleo e um viés tecnocrático da educação. Sendo a transição dos Institutos Isolados um processo nebuloso, dado o momento de tensão política que marcou os anos 1970, isto é, a ditadura civil-militar no Brasil, como também suas particularidades, visto que eram diversos e distribuídos pelo estado. Compreender os entraves que marcam esse período é parte fundamental nas relações estabelecidas durante a consolidação do campus de Marília da Unesp, tal emaranhado de acontecimentos marcam a memória de marilienses que vivenciaram, tal momento e, consequentemente, a forma como tais narrativas eram veiculadas nas mídias e documentos da época, pois, se a instituição existe, a memória se concebe (Toller, 2017).

O prédio novo da FAFI foi inaugurado em 6 de março de 1975[38] na rodovia Marília-Assis km 445, conforme figura 2 abaixo.

Figura 2 – Foto aérea do Câmpus I em 1975

[37] “Anos de Chumbo” refere-se ao período considerado o mais repressivo da ditadura civil-militar no Brasil (de 1968 a 1974). A repressão se intensificou durante esse período, com a suspensão do *habeas corpus*, fechamento do Congresso Nacional, cassação de mandatos parlamentares e perseguição a intelectuais, artistas e opositores.

[38] Em 1975-1976, a cidade de Marília era marcada pelo crescimento populacional de trabalhadores fabris, marcada pelo êxodo rural, e possuia cerca de 105 mil habitantes. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1976/populacao_m_1976aeb_033_a_060.pdf Acesso em: 30 jun. 2025.



Fonte: Memorial Fotográfico da FFC.

O projeto original da Unesp era uma Federação de Autarquias, no entanto, o projeto de federação autárquica foi encaminhado ao Conselho Estadual que concluiu que seria preferível enfrentar a comunidade científica com uma universidade multicampi a ter uma federação (Castilho, 2009). As primeiras considerações a respeito da criação da Unesp vislumbravam que esta seria desmembrada em universidades regionais, ou seja, a Unesp foi concebida como uma universidade de transição.

Assinado em 1975 o projeto de Lei do Secretário de Educação José Bonifácio Coutinho, na sequência, a Lei nº 952 de 30 de janeiro de 1976 criou a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, e a FAFI passou a integrar a nova universidade, com o nome de Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação — Campus Marília.

> O artigo 1º da Lei de criação da UNESP atribui o nome do jornalista Júlio de Mesquita Filho reconhecido no âmbito educacional, nome escolhido pelo governador Paulo Egydio Martins que muito ligado ao grupo do Estado se manifestou em homenagear o atual patrono da UNESP, dando a ela o nome

> de Júlio de Mesquita Filho, um dos criadores da USP. O nome foi inicialmente proposto pelo Dr. Moacyr Vaz Guimarães, presidente do Conselho Estadual de Educação da época e que foi bem aceito pelo governador Paulo Egydio. Certamente foi uma homenagem para a família Mesquita, mas também poderia ser entendida como uma estratégia política uma vez que este era o dono do jornal O Estado de São Paulo (Castilho, 2009, p. 162).

No entanto, tal homenagem não aplacaria as críticas do jornal à Unesp. Considerando a discussão da dinâmica educacional mariliense vivenciada nos anos 1970, que marcam o processo de implementação da Unesp, interessa aqui pensar quem eram os estudantes da FAFI que passaram a ser corpo discente na recém inaugurada Unesp, e o que eles diziam sobre a implementação da nova universidade, que se apresentava como uma "reestruturação" nos jornais do município. Contudo, vale lembrar que, mesmo tratando-se de um evento histórico específico — a implementação do campus de uma universidade, nesse caso — a memória nunca é homogênea, mostrando-se enquanto um campo de disputas, o passado é diversamente construído e reconstruído, alterando-se conforme a conveniência, a experiência e o imaginário de certos indivíduos e grupos sociais.

Ser trabalhador e estudante de Ciências Sociais no Oeste Paulista da ditadura civil-militar: Uma entrevista de História Oral

A sala 13 do Instituto de Políticas Públicas de Marília (IPPMar) no Câmpus II da Unesp de Marília na Avenida Vicente Ferreira 1278, foi cedida por Rosane Michelli de Castro, membra da Comissão Examinadora do Exame Geral de Qualificação de Mestrado, que foi pessoalmente receber eu e Carlos Roberto Martins Toloi, que a partir de agora passo a chamar de Toloi, no dia 27 de fevereiro de 2025 às quatorze horas. Cumprimentamos o porteiro e caminhamos os três pelo corredor longo e silencioso, que segundo Rosane havia sido reformado, porém *"se você olhar pro teto ainda encontra as marcas do passado no forro de madeira antigo"*. Gostaria de ter tirado uma foto dos dois caminhando lado a lado à minha frente, como se abrissem caminho para eu pertencer àquele ambiente também. Passamos em frente ao Auditório Mestre Xidieh[39], que segundo Toloi já havia

[39] Oswaldo Elias Xidieh foi professor do IIES de Marília, popularmente conhecido como FAFI de Marília. Em 1991, a Unesp de Marília promoveu um Colóquio "Encontro com Mestre Xidieh", mesmo ano em que outorgou-lhe o título de professor emérito. Oswaldo Elias Xidieh além de professor, escreveu vários textos e dois livros: *Narrativas Pias Populares* (1967) e *Semana Santa Cabocla* (1972).

recebido Paulo Freire[40], era como se a entrevista já houvesse iniciado, porém sem gravador. A sala 13 era pequena, porém dispunha de uma estante de livros, um armário pequeno, uma mesa redonda, cadeiras, uma janela basculante com persianas no alto, um ventilador de teto e um banheiro; dispus minhas ferramentas de trabalho na mesa: caderno, lapiseira, borracha, computador, celular com gravador de voz, e alguns papéis: o TCLE, roteiro de questões semi-estruturadas e os FAFETOs, que iria devolver ao "homem da margem vermelha".

Carlos Roberto Martins Toloi nasceu em abril de 1954, no município de Pompéia, interior de São Paulo, filho de imigrantes austríacos e espanhóis, neto de avô trotskista.[41] Com oito anos já acompanhava seu pai agricultor e açougueiro no matadouro, *"no tempo em que o próprio açougueiro que matava o boi",* com dez anos já fazia a limpeza do porco e descarnava o boi. Sua relação com a leitura e os jornais teve início no ambiente de trabalho familiar, *"No açougue, a gente cortava a carne e punha num plástico, depois embrulhava com jornal pras pessoas levarem para casa, e meu pai comprava jornal velho. Um dia meu pai falou assim 'Que que você tá fazendo agora?', aí eu 'Ah, nada, o senhor quer que faça alguma coisa?', aí ele 'Não, pega aquele jornal lá', e eu lembro que acho que era no domingo o Estadão vinha volumoso. Aí meu pai falou 'Lê, abre o jornal e lê alguma coisa', e eu li o jornal, o jornal era de quase dois anos atrás, e aí foi uma das maiores lições de vida, meu pai 'Você conhece tudo que tem aí?' Eu falei 'Não…', e ele 'Então lê, porque tem muita coisa aí, que é antiga, mas é notícia, e você não sabe'.*[42]

O hábito de leitura veio também pras suas duas irmãs e os três acabaram se formando na mesma área, *"interessante isso, que meu pai não discriminava as*

---

[40] Paulo Freire foi um educador e filósofo pernambucano que criticou a educação tradicional em sua obra *Pedagogia do Oprimido* e a conceituou como uma educação bancária, desenvolveu projetos de alfabetização de jovens e adultos em áreas rurais dos interiores do Brasil, coordenou o Plano Nacional de Alfabetização durante do governo do presidente João Goulart, durante a ditadura civil-militar foi preso e viveu exílio no Chile. Ministrou aulas nos Estados Unidos, na Suíça e organizou planos de alfabetização em países do continente africano. Com a anistia, em 1979, voltou ao Brasil, integrando-se à vida universitária. Foi secretário municipal de Educação de São Paulo, na prefeitura de Luiza Erundina. Nomeado *doutor Honoris Causa* de 28 universidades em vários países e teve obras traduzidas em mais de 20 idiomas. Se tornou o Patrono da Educação Brasileira, por meio da Lei nº 12.612.

[41] Trotskista refere-se a um grupo de pessoas ou ideias políticas relacionadas ao revolucionário urcraniano Leon Trotsky e sua corrente dentro do marxismo. Formulada como teoria política e ideológica, os trotskistas defendem uma visão particular da revolução socialista, enfatizando a importância da revolução permanente e da oposição à burocracia stalinista na União Soviética.

[42] As transcrições de trechos da entrevista com Toloi aparecerão em destaque nesta dissertação entre aspas e itálico.

meninas, porque era comum naquela época".[43] Ainda que tenha prestado vestibular para Odontologia em Araraquara, foi a aula inaugural do professor Ubaldo Puppi em 1974 que o encantou, pois havia também se inscrito no vestibular para Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília. "*Quando eu entrei aqui, eu e minha turma, tinham mulheres, ainda era FAFI, funcionava aqui no prédio da Vicente Ferreira, até o prédio não comportava o tanto de aluno, tanto é que a Faculdade alugou aqui embaixo na Rua Paraíba, um prédio ali que depois foi bombeiro, eu sei que na época era da igreja, e uma parte do pessoal de Pedagogia e Letras ia lá* [...]". O prédio que fora fábrica de seda, não comportava o tanto de estudantes que desde 1959 iam em busca do ensino superior oferecido pela instituição, uma das premissas para a necessidade de outro modelo universitário para o Institutos Isolados na época.

Tais limitações estruturais também foram rememoradas por Leonel Nava, discente egresso da FAFI de Licenciatura em Ciências, que na visita guiada — atividade do evento "Vicente Ferreira": trajetórias e perspectivas — nos revelou que dentro do prédio da Rua Vicente Ferreira para além de laboratórios, salas de estudo, biblioteca, salas de professores e funcionários, havia cerca de dez salas de aula apenas, ou seja, a prática de alugar prédios no entorno era comum à FAFI, o que estabeleceu grande fluxo estudantil pelas ruas do bairro Maria Izabel, conhecido hoje como Jardim Maria Izabel.

"Então assim, quem era estudante? Primeiro eram todos trabalhadores, eu fiz o curso no noturno, trabalhavam eu e todos da noite, trabalhava o dia inteiro, eu trabalhava de vendedor em loja de tecidos, trabalhava até às seis e meia no centro da cidade, a aula aqui começava quinze para às sete e terminava onze e quinze. Então saia do serviço noventa por cento quem eu lembro, tinham uns dois ou três bancários que o banco dispensava um pouco mais cedo, mas a gente que trabalhava no comércio, a gente vinha direto pra Faculdade e saía daqui, aí que ia chegar em casa, tomar banho, jantar, e estudar." Para Toloi, grande parte dos estudantes se deslocavam de transporte público e a FAFI "*era muito movimentada, porque ela tinha curso de manhã, mas quem fazia curso de manhã era o pessoal da*

[43] Até a metade do século XX, nas famílias rurais dos interiores do Brasil, inclusive no estado de São Paulo, operava-se um patriarcalismo familiar, no qual as mulheres costumavam sair de casa para se casar e ter filhos, as mulheres dissidentes que não seguiam as antigas normativas e moralidades vinculadas ao casamento e à maternidade costumavam viver situações de pouco acolhimento na sociedade, violência e opressão de gênero.

elite da cidade, a gente tinha que trabalhar, tinha bastante mulheres, mas também mulheres trabalhadoras [...]". Existe assim uma situação particular e recorrente, o trabalhador que também é estudante de ensino superior, o que reverbera não apenas na dificuldade de permanência e conclusão dos estudos, mas também na saúde mental e física para enfrentar todas as etapas que compõem o currículo universitário. Sobre isso, a assistente social brasileira Iasmin da Silva (2019) reitera,

> Falar do estudante trabalhador não é apenas lançar um olhar diferenciado para este tipo de aluno, embora se constitua como diferente, a depender da sua condição econômica, pois ainda o ensino superior apresenta características da sua hegemonia elitista, mas é também compreender parte da própria diversidade do universo universitário. Portanto, falar desta condição social é identificar as possibilidades postas à sua passagem na universidade, para alcançar mais um grau de ensino (Silva, 2019, p. 43).

Percebe-se assim uma divisão que, com suas particularidades, continua até os dias de hoje; há os estudantes descendentes da elite da cidade de Marília e região matriculados no período da manhã, ao passo que os estudantes trabalhadores se fazem presente no período noturno. Durante a pesquisa, não consegui saber com exatidão se todos os cursos de graduação oferecidos na parte da manhã também eram ofertados no período noturno, no entanto, sabe-se que havia nessa época seis cursos de graduação sendo oferecidos na FAFI: Ciências Sociais, Letras Modernas, Letras vernáculas e clássicas, História, Pedagogia e Licenciatura em Ciências, e três modalidades de cursos extracurriculares: Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão Universitária, totalizando 1389 estudantes.[44] Tal abismo de classe social entre os estudantes da manhã e da noite pode ser observado como uma "dualidade estrutural", que segundo a pedagoga brasileira Acacia Zeneida Kuenzer, reflete a escola brasileira em todos seus níveis de ensino,

> O fato da dualidade estrutural não ter sido resolvida no interior do sistema de ensino, apesar da tentativa feita pela Lei nº 5.6 92/71[45], não deve causar espanto, na medida em que ela apenas expressa a divisão que está posta na sociedade brasileira, enquanto separa trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais e exige que se lhes dê distintas formas e quantidades de educação. Ao mesmo tempo, essa impossibilidade revela, mais uma vez , a ingenuidade das propostas que pretendem resolver, através da escola, problemas que são estruturais nas sociedades capitalistas. Neste sentido, a escola brasileira, antes de resolver a dicotomia

[44]"Com 6 cursos e 1389 alunos, FAFI comemora 15º aniversário", matéria do jornal *Diário de Marília* de 21 de outubro de 1974, disponível para consulta no Fundo "Memória da Universidade" no CEDEM (Anexo C).

[45] A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, foi uma adequação, centralmente para atender aos objetivos cívico-militares de graduar para excluir a classe trabalhadora dos níveis superior de ensino. Essa lei foi revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

> educação/trabalho no seu interior, referenda, através do seu caráter seletivo e excludente, esta separação, que é uma das condições de sobrevivência das sociedades capitalistas, uma vez que determinada pela contradição fundamental entre capital e trabalho (Kuenzer, 1991, p. 14).

Em outro contexto geográfico, político e educacional, na França de 1970, Bourdieu e Passeron (1982) pensaram também o funcionamento social do sistema de ensino, e como esse contribui para reproduzir a estrutura social, tais autores questionaram sobre as ilusões que a escola produz em relação à autonomia do sistema de ensino e ao seu princípio universal da igualdade de oportunidades.

A boa relação que existia entre munícipes e estudantes da FAFI dos anos 1960, tornou-se conflituosa na década de 1970 com o aumento de demandas universitárias. Eram prédios alugados no entorno, eventos universitários sendo realizados na FAFI, no DA, no Yara Clube, bem como mais de mil estudantes transitando por um bairro que até duas décadas atrás era predominante rural. Como um dos resultados, houve o abaixo-assinado[46] que circulou entre moradores do bairro Maria Izabel contra a construção da Casa do Estudante nas imediações da Rua Vicente Ferreira, pois até 1976 a Casa do Estudante Universitário de Marília (CEUM) era uma política pública da prefeitura municipal voltada aos estudantes universitários do município no geral[47], principalmente estudantes homens, funcionava em regime de autarquia anexa ao Edifício Clipper no centro da cidade, e abrigava 18 estudantes universitários, menos de 1% do corpo discente que estudava na instituição.

Para Miguel Argollo Ferrão, presidente de duas gestões da CEUM, na matéria de jornal “Vizinhos querem impedir construção da Casa do Estudante”[48] de 28 de janeiro de 1976, “seria necessário que os moradores reclamantes conhecessem primeiro como funciona a Casa do Estudante, para depois tomar uma iniciativa dessa natureza”. Essa iniciativa, mencionada por Argollo Ferrão, visava impedir o acesso à moradia daqueles que dependiam da CEUM para permanecer no ensino superior, configurados como “estudantes carentes de maiores recursos que não podem pagar hotéis e pensões”. Cabe mencionar que em 1989 houve a 1ª

---

[46] Notícias do jornal: “Vizinhos querem impedir construção da Casa do Estudante” de 28 de janeiro de 1976; “Casa do Estudante pode mudar planos para a sede” de 30 de janeiro de 1976. Disponível em “Anexo B: Levantamento dos jornais *Diário de Marília* e *Diário Regional de Marília* – ano de 1976”.
[47] Informação disponível no Documentário *Paredes que falam –Memórias da Moradia Estudantil da UNESP Marília*. Dirigido por Fernanda Lima Peixoto, produzido por Meri Moraes. Financiado a partir da Lei Paulo Gustavo, lançado em 10 de março de 2025, Marília - SP.
[48] Disponível no Levantamento de jornais (Anexo B).

Ocupação estudantil por moradia, e que a construção da moradia estudantil da Unesp no Jardim Morumbi, próximo ao Campus I, aconteceu no ano seguinte em 1990. Já houveram quatro movimentos por moradia estudantil na Unesp, sendo o último, a 4ª Ocupação Estudantil por moradia de 2014 a 2016, segundo dados do documentário *Paredes que falam – Memórias da Moradia Estudantil da UNESP Marília* (Paredes, 2025).

De volta ao recorte histórico elencado, tal acontecimento — um abaixo-assinado contra a construção de uma moradia estudantil em 1976 — coaduna com adjetivos à cidade mencionados na entrevista de HO realizada, Toloi citou em dois momentos que "[...] *a cidade de Marília que era conservadora"* e *"A cidade de Marília sempre foi conservadora pra caramba*", houve assim a necessidade de se debruçar com mais afinco na compreensão do "Como a cidade de Marília é conservadora? De onde vem tal conservadorismo de uma cidade que ainda não possui 100 anos? O que não está sendo dito?".

"A cidade de Marília sempre foi conservadora": Uma perspectiva antropológica do projeto de fundação da cidade e o massacre indígena

A formação econômico-social brasileira descende de sua gênese colonial (Mazzeo, 1989) e desenvolveu características e dinâmicas próprias de um Estado capitalista da América do Sul, localização geográfica e política que também está sendo referida como Sul Global.[49] Ainda que o município de Marília, tenha surgido na década de 1920 no pós-abolição, percebe-se que o conservadorismo da sociedade brasileira se expressa tanto nas ideias das classes dominantes, como também em sua prática político-econômica,

> Essa tendência conservadora - que em muitos momentos configura-se como verdadeiramente reacionária - da burguesia agrário-mercantil brasileira, liga-se de maneira intrínseca à própria estrutura da forma de produção: rudimentar autocrática e, de certa forma, estagnizante (Mazzeo, 1989, p. 89).

Para o Exame Geral de Qualificação de Mestrado já havia sido realizada uma pesquisa sobre o município de Marília, anteriormente caracterizado como "cenário", de acordo com as categorias mobilizadas por Souza (1984), pois "as ações da trama social e política se desenvolvem em determinados espaços que podem ser

[49] Sul Global é um termo para países e povos da América Latina, África e das regiões da IndoChina e Oceania, todos que foram alvo do projeto colonial europeu, com foco em suas experiências compartilhadas de colonialismo, desigualdade e marginalização no sistema internacional.

considerados como cenário" (Souza, 1984, p. 11). Dissertar sobre o município de Marília foi tarefa mais difícil que o imaginado, dada minha subjetividade enquanto mariliense, no entanto, me preocupei em retomar a pesquisa bibliográfica realizada; em Castilho (2009) e Souza (2015) — tese e dissertação — há a pesquisa referente à história da formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e seus condicionantes, respectivamente, em ambas referências discute-se sobre o desenvolvimento do município de Marília, sua história e fundadores. No entanto, ainda que mencione brevemente sobre o Oeste Paulista enquanto última região do estado de São Paulo a ser colonizada (Souza, 2015, p. 64), não se desenvolvem questionamentos sobre o projeto de fundação do município.

Já Bispo (2017)[50], que tem como objeto de dissertação os cinemas na cidade de Marília, há uma problematização maior sobre a historiografia dada como oficial, a história "a partir dos olhos dos vencedores" e a ainda presente política elitista e patriarcal local. Todavia, não se encontrou pesquisas enunciadas desde Marília que se debruçaram a refletir sobre os antecedentes a seu projeto de fundação, ou como era sua ocupação antes da construção da ferrovia. Faz-se assim a opção de uma perspectiva antropológica, ao se aproximar de discussões da etnologia indígena[51], em evidenciar o "não dito" que antecedeu o projeto de fundação do município de Marília: o massacre e espoliação de terras indígenas.

Encontrar fontes confiáveis e seguras que tratem do desenvolvimento no Oeste Paulista em uma ótica outra que não seja "a partir dos olhos dos vencedores" (Bispo, 2017) é tarefa árdua. Inicialmente considerou-se uma visita ao Museu Histórico da cidade, mas ao se deslocar para o Complexo Cultural Braz Alécio, localizado na Avenida Sampaio Vidal, em outubro de 2024 encontrou-se em funcionamento apenas o Museu de Paleontologia e a Galeria Municipal de Artes de Marília. Ainda que o Museu Histórico e Pedagógico "Embaixador Hélio Antonio Scarabôtolo" permaneça fechado desde 2020 segundo os funcionários do Complexo, não se sabe a data ao certo. No *site*[52] da Prefeitura Municipal de Marília, encontra-se em "espaços" (culturais), o Museu Histórico, criado através do Decreto

[50] A dissertação de Bispo (2017) foi compartilhada pelo Prof. Paulo Eduardo Teixeira, docente na disciplina obrigatória de Metodologia e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais no primeiro semestre de 2023, que compõem o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da FFC Unesp Marília.
[51] A etnologia indígena é o estudo dos povos indígenas, focando na compreensão de suas culturas, sociedades, práticas e histórias. Entre os eixos temáticos da etnologia indígena há: 1) organização sociopolítica, troca e parentesco; 2) cosmologia e estética; 3) história, etnicidade e contato interétnico.
[52] Disponível em: https://cultura.marilia.sp.gov.br/-museu-historico/ Acesso em: 15 out. 2024.

n° 2.578 de 23/06/1972; o Museu que já esteve em funcionamento próximo ao Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM) no Campus II da Unesp, teve sua última instalação em imóvel junto à Biblioteca Municipal no Centro Cultural. Passada meia década após seu fechamento, ainda segue “Espaço em reforma – reinauguração em breve” no *site* sem atualizações.

Dessa forma, a produção de dados deste subcapítulo são informações retiradas do *site*[53] institucional do Museu histórico e pedagógico Índia Vanuíre[54], museu no Oeste Paulista que trata centralmente do genocídio de povos indígenas e da história do município de Tupã; da dissertação de Resende (2024) que analisa o encarceramento na Nova Alta Paulista e resgata a resistência e o massacre dos Kaingang que antecedeu a noção de progresso no interior paulista; da dissertação de Zioli (2006) que analisa “a política com café no oeste paulista”; da obra *Índios, Kaingang ou Coroados* da historiadora mariliense Rosalina Tanuri[55], e do artigo de Joviano (2011) que tece considerações sobre “o colono e o índio na ocupação da Nova Alta Paulista”.

> A população indígena encontrada no interior de São Paulo, durante o século XIX, era formada por guaranis, caiuás, xavantes e caingangues. As três primeiras nações eram consideradas “sociáveis”, poucos “entraves” causaram a ocupação da terra rural e sempre estiveram mais próximas do homem branco, desde os primeiros séculos de presença europeia no país. Os caingangues, ou kaingang, população autóctone do grupo gê, eram arredios, em maior número, e tidos como grandes guerreiros, e habitavam grande extensão do centro-oeste e oeste paulista. Também eram conhecidos como coroados por causa de seu corte de cabelo, com uma espécie de orla em volta do crânio raspado. Possuíam ampla mobilidade territorial, ocupando área estimada 50.000 km² [...] (Ghirardello *apud* Resende, 2024).

Nos primeiros anos do século XX, a marcha do café que corria para o Centro-Oeste do estado de São Paulo juntamente com o planejamento da construção de ferrovias — para transporte e escoamento do café — trouxeram consequências violentas para os povos que ocupavam o interior paulista. Contudo,

---

[53] Disponível em: https://museuindiavanuire.org.br/ Acesso em: 15 out. 2024.

[54] “[...] Vanuíre foi uma Kaingang trazida de Campos Novos do Paranapanema (atual Campos Novos Paulista) pelo SPI, como estratégia de atração dos Kaingang da região para que fossem aldeados. Assim, ela atuou como intérprete, como outros. Ela simboliza o fim dos conflitos, em 1912, que resultou no aldeamento dos Kaingang em duas áreas restritas, hoje as Terras Indígenas Vanuíre e Icatu, localizadas respectivamente em Arco-Íris e Braúna (SP). Vanuíre faleceu em 1918 em Icatu, onde viveu seus últimos dias”. Disponível em: https://museuindiavanuire.org.br/institucional/o-museu/ Acesso em: 15 out. 2024.

[55] Rosalina Tanuri é memorialista mariliense e integra a Comissão Organizadora de Registros Históricos da Câmara Municipal e da Cidade de Marília. Esta obra está disponível na Biblioteca Municipal de Marília “João Mesquita Valença” na Rua São Luiz, 1295.

os confrontos com indígenas datam desde 1848 na obra *Marília – Sua terra, sua gente,* do memorialista Paulo Corrêa de Lara (1991).

> No princípio deste século, nenhum homem civilizado habitava a imensa área de matas virgens, situada a Oeste do Estado de São Paulo, delimitada pelos Rios Feio e Peixe, embora as terras não fossem devolutas, como mais adiante falaremos… Elas eram habitadas em sua maior parte, pelos Índios Coroados, contrários a qualquer aproximação com o homem branco (Lara, 1991, p. 12).

1905 foi o ano em que o conflito entre os Kaingang[56] e não indígenas se intensificou no Oeste Paulista, devido ao início da construção da ferrovia pretendida. Jorge Tibiriçá, então presidente do estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Agricultura, determinou que a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo fizesse o reconhecimento dos vales dos rios Peixe e Feio, uma vez que, os trilhos das Companhias de Estradas de Ferro Sorocabana ao Sul e Noroeste ao Norte da região, avançavam rapidamente rumo ao sertão paulista.

> A Comissão formada para tal fim, que deve ter vindo desta última cidade [Santa Cruz do Rio Pardo], era composta dos engenheiros Olavo Humel, Júlio Bierrenbach de Lima, Mário Ayrosa e Guilherme Wender; do botânico Gustavo Edwel; dos médicos Drs. Octaviano Ferreira da Costa e Abílio Sampaio. Estava ela, em 15 de junho de 1905, nas cabeceiras do Rio do Peixe, ou nas nascentes do Córrego Arrependido, quando foi atacada pelos Índios Coroados, ocasião em que o engenheiro Olavo Humel foi atingido por uma flexada. Embora transportado com urgência para São Paulo, veio a falecer devido aos ferimentos recebidos (Lara, 1991, p. 14).

Embora Lara (1991) não dê continuidade aos desdobramentos desse caso, em Zioli (2006) encontra-se que a referida expedição encontrou cinco[57] aldeias kaingang[58] habitando o local. O Estado brasileiro apoiava a ocupação do território pelos grandes proprietários de terras (lícitas ou ilícitas) organizados em Companhias Colonizadoras (Joviano, 2011), ignorando a população indígena preexistente, passou a oferecer subsídios para a ocupação, não só abrindo estradas, como também incentivando chacinas cometidas contra os indígenas pelos chamados

---

[56] "Os Kaingang chegaram ao Sul e Sudeste do Brasil há 3.000 anos. A história desse povo em São Paulo pode, então, ser contada a partir daí. No planalto ocidental paulista ocupavam as terras mais altas dos campos de cerrado, entre os rios Tietê e Paranapanema, vales e espigões, margeando os rios Tietê, do Peixe, Aguapeí/Feio e Paranapanema" Disponível em: https://museuindiavanuire.org.br/institucional/o-museu/ Acesso em: 15 out. 2024.

[57] Encontram-se fotos de famílias kaingang aculturadas pelos membros da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, durante a expedição exploratória do Rio do Peixe, de 1906, no site "História de Botucatu". Disponível em: http://www.ybytucatu.net.br/historia/cachoeira.html Acesso em: 15 out. 2024.

[58] É interessante observar os deslocamentos de linguagem que há ao longo das décadas: em Lara (1991) os indígenas eram chamados de "coroados", ao passo que em Zioli (2006) são pontuados enquanto grupo pertencente à etnia kaingang.

“bugreiros”.[59] O extermínio completo das comunidades indígenas não se completou graças à ação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).[60]

> Entretanto, Borelli (1984) afirma que, se por um lado o SPI deveria proteger as populações nativas, por outro estava vinculado, enquanto organismo estatal, a uma política mais ampla de unificação territorial e expansão capitalista, onde o indígena aparecia como um obstáculo a ser superado. Diante dessa dualidade, uma das medidas implementadas pelo SPI foi a criação de núcleos de atração de índios “hostis e arredios” (Resende, 2024, p. 25).[61]

O trabalho de “pacificação” dos Kaingang teve início em 1912, sendo o último grupo Kaingang “pacificado” em 1915, segundo informações do *site* institucional Museu Índia Vanuíre. Em 1913, a Terra Indígena (TI) Araribá[62] foi decretada como terra indígena pelo SPI, sendo a área habitada por diferentes etnias: Guarani, Guarani Nhandeva, Terena e Kaingang. Em 1916, indígenas kaingang são também realocados para o Posto Indígena (PI) Icatu, local adquirido pelo SPI no ano anterior, e em 1917, por conta de desentendimentos entre os grupos Kaingang, é criado o Posto Indígena Vanuíre. Estima-se que 90% da população Kaingang foi exterminada entre 1905 e 1921 (Resende, 2024). Hoje, esses territórios compreendem os municípios de Avaí, Braúna e Arco Íris, respectivamente, uma vez que na região Centro-Oeste Paulista há apenas três[63] TIs, homologadas em 1991 e localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Tietê: a TI Araribá, TI Vanuíre e TI Icatu.

É aterrador que “[...] focada em divulgar as descobertas de fósseis e sinais da presença de dinossauros, a região de Marília explora pouco estes espaços que tratam de pessoas” (Mapa, 2024).[64] De acordo com a antropóloga belga Dominique Tilkin Gallois, são comuns idéias como a “imemorialidade” da ocupação indígena em

---

[59] Termo derivado da palavra bugre, pelo qual ficaram conhecidos os indivíduos especializados em atacar e exterminar indígenas (Joviano, 2011).

[60] Após pressão de grupo liderado por intelectuais, políticos e militares, o governo federal, sob presidência de Hermes da Fonseca, criou, em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que tinha a missão de evitar mais chacinas, confinando e controlando os indígenas como patrimônio federal.

[61] “Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) relatou que o PI de Icatu era uma “cadeia ilegal de abrangência nacional” na qual o Estado alocava presos que “deveriam ser afastados de sua região e de seu povo”. Assim, a “política penal-migratória do Estado brasileiro” (Penteado Junior e Urquiza, 2021) encurralava no Oeste Paulista todos os indígenas “faltosos” que viviam nos acampamentos ou postos pacificados do SPI (Melatti, 1976). A Comissão também publicou, no mesmo relatório, depoimentos que ilustram a violência e a tortura empreendida contra os indígenas nos postos do SPI - evidenciando uma situação bem diferente daquela idealizada pelos pressupostos pacificadores e civilizatórios do órgão ” (Resende, 2024, p. 26).

[62] A Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) homologou a TI Araribá em 1991, quase 80 anos após a criação pelo SPI.

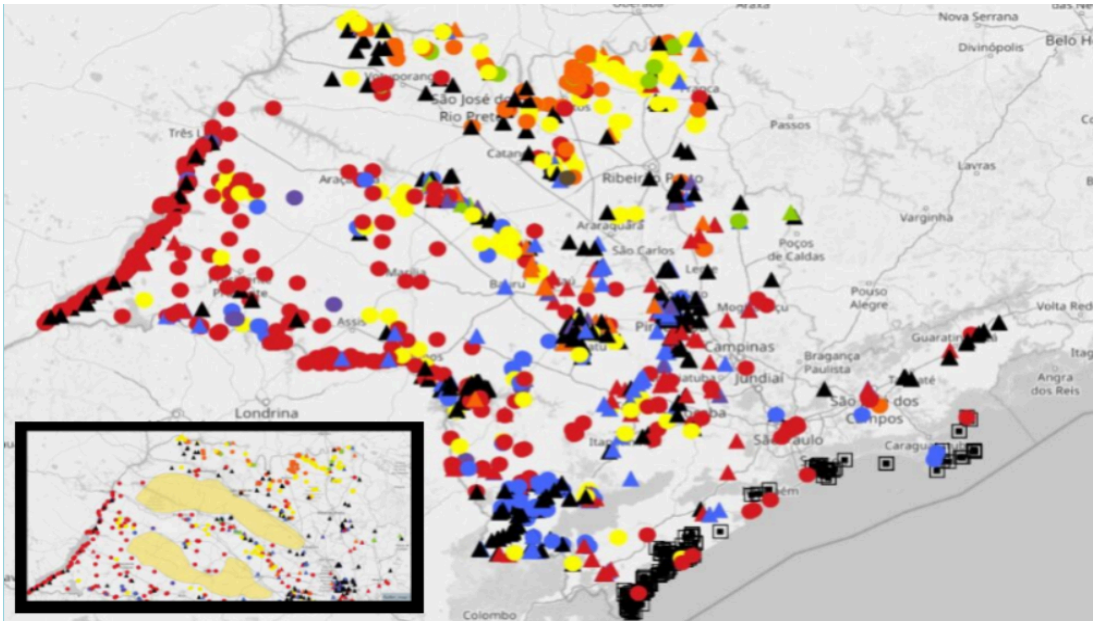
[63] Sendo as três TIs distantes de 70km a 100km do município de Marília, segundo o serviço de mapeamento *online* Google Maps.

[64] Disponível em: https://www.giromarilia.com.br/cidades/marilia/mapa-da-usp-mostra-sitios-arqueologicos-indigenas-na-regiao-de-marilia/ Acesso em: 3 out. 2024.

determinada região (Gallois, 2004), por consequência, nos relatos do passado não se encontram nomes próprios, não há personagens heróicos, não há monumentos (Calavia Sáez, 2005), diante da invisibilidade histórica, a presença indígena é simbólica atualmente nos logradouros públicos que carregam nomes de etnias no município de Marília, são eles: Coroados, Carajás, Carijós, Coroas, Corumbis, Bororós, Aimorés, Tupinambá, Tamoios, Tupis, e de palavras originárias de línguas indígenas, tais como: Tupã, Caiçara, Tabajara, Iporá, Cacique e Tapajós.

Somado ao esforço científico em recuperar e publicar dados sobre a presença indígena no interior paulista, pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP mapearam, pelo menos, 2 mil sítios arqueológicos indígenas no interior do estado de São Paulo. Como resultado da pesquisa “A ocupação humana do Sudeste da América do Sul ao longo do Holoceno: uma abordagem interdisciplinar, multiescalar e diacrônica”[65] do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio-Ambiente (LEVOC) do MAE criou-se um mapa interativo que exibe com colorações distintas os pontos de descobertas, detalhes de datas e povos.

Figura 3 – Captura de tela do Mapa Interativo Arqueológico



Fonte: Laboratório Interdisciplinar de Pesquisas em Evolução, Cultura e Meio-Ambiente (LEVOC).[66]

[65] Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/106928/a-ocupacao-humana-do-sudeste-da-america-do-sul-ao-longo-do-holoceno-uma-abordagem-interdisciplinar-m/ Acesso em: 3 out. 2024

[66] Disponível em: https://data-2-map.web.app/#/map/aHR0cHM6Ly9zY3JpcHQuZ29vZ2xlLmNvbS9tYWNyb3Mvcy9BS2

Na figura acima percebe-se a intensa presença indígena no estado de São Paulo, e ainda que haja poucos pontos coloridos próximo à cidade de Marília, que se localiza no espigão ocidental da Serra dos Agudos, divisor dos rios Feio-Aguapeí e Peixe, há em Tanuri (1999) a menção sobre um aldeamento próximo ao que se tornaria a Segunda Rodoviária de Marília[67], ativa de 1979 a 2003, perímetro urbano central.

> Em 1905, quando da primeira exploração do Vale do Rio do Peixe pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado, foi encontrado aldeamento de Coroados nas proximidades da cabeceira do Pombo, rio que tem suas nascentes na rua XV de Novembro em Marília. Eles desconheciam o apelido Coroados dado pelo homem branco que assim os chamaram porque tinham um círculo raspado no alto da cabeça, parecido com uma coroa de clérigo. [...] Os ocupantes primitivos iam sendo empurrados para o Oeste à medida que a ambição pela posse das terras aumentava. Sentindo-se cada vez mais acossados, os valentes Coroados, guerreiros munidos de arco e flecha usavam de forte vingança contra os que usurpavam suas terras, tirando-lhes a caça e a pesca. Os brancos, por sua vez, foram piores que os bárbaros, tais foram suas crueldades ao assassinar e esquartejar índios, inclusive crianças e mulheres. Criadas pelo Coronel Francisco Sanches Figueiredo, as “dadas” eram formadas por brancos armados e organizados com a finalidade de acabar com os índios do Rio do Peixe. De fato, as palhoças foram reduzidas em escombros. O Coronel, acreditando abrir caminho à civilização, foi alvo de muitas acusações (Tanuri, 1999, p. 4).

O impacto que a colonização teve sobre as populações indígenas, pode ser percebido pelo próprio deslocamento de tais populações, “[...] muitas delas rechaçadas e refugiadas em áreas que não correspondem à sua localização histórica, nem à extensão territorial ocupada antes da dizimação gerada pelo encontro com frentes de colonização” (Gallois, 2004, p. 39), pois

> como sugere João Pacheco de Oliveira: Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas” (Oliveira Filho, 1996 *apud* Gallois, 2004, p. 39).

Em 1913, sob a égide de um federalismo que permitia autonomia aos estados, entre os governadores de estado, então chamados de “presidentes de estado”. Rodrigues Alves, “presidente” do estado de São Paulo, iniciou as obras de 147 km de linhas ferroviárias da Noroeste, próximo ao que viria a se tornar o município de Cafelândia, com a Sorocabana, na região de Platina. A nova malha

---

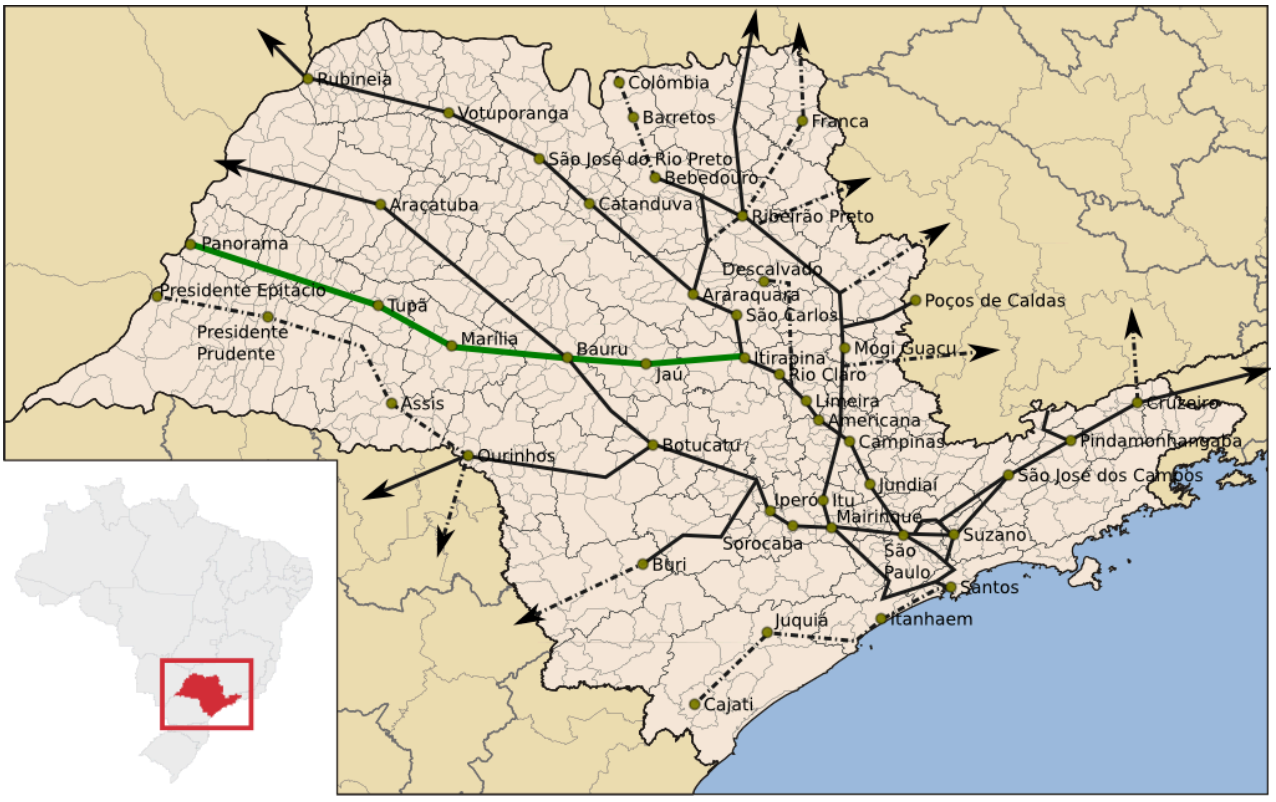
Z5Y2J6RzBRalU1NkNVNVZ2Z2NGd2NDNDVLWlFkZVBOUFVSRlJiTklOaURZdXJmMXk0RHBHQ0xwczN1N1N2OWdHT3FJYkJBdy9leGVj Acesso em: 3 out. 2024.

[67] Disponível em: https://sebastiaoleme.com.br/index.php/cidades/segunda-rodoviaria-de-marilia-sp-em-fotografia-de-arquitetura-entre-1979-e-2003-11/ Acesso em: 22 abr. 2025.

férrea iria atravessar territórios já espoliados dos indígenas, sendo esse o primeiro marco da concessão das terras do “sertão paulista” à colonização por parte do Estado brasileiro.

> A construção da Noroeste fora projetada para interligar São Paulo ao Mato Grosso, uma antiga reivindicação desde os tempos da guerra com o Paraguai. Ao longo da ferrovia foram construídas novas estações e ao lado delas abriram-se fazendas de café que, em meados do segundo decênio do século passado, começaram a dar seus primeiros frutos. Foi lá que, em 1911, Bento de Abreu comprou terras onde abriria novas fazendas” (Zioli, 2006, p. 106).[68]

Figura 4 – Mapa da Linha Tronco Oeste da Companhia Paulista de Estradas de Ferro



Fonte: Wikimedia Commons (2009).[69].

Essa nova região nascia sob a égide do trabalho livre e assalariado de imigrantes que eram atraídos para o trabalho rural no pós-abolição, fazendo da terra não apenas um patrimônio hereditário, mas também um bem comercializável,

[68] Zioli (2006) estabelece em sua dissertação de mestrado uma pesquisa biográfica sobre Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948), integrante da oligarquia cafeeira paulista durante a Primeira República. Um dos fundadores do município de Marília.

[69] Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_Tronco_Oeste_Companhia_Paulista.png. Acesso em: 22 abr. 2025.

elemento central no processo nacional de “novas configurações sociais” em que a posse de terra possibilita a ascensão econômica e social. Ainda que não seja o foco, cabe mencionar que a fundação de Marília tem entre seus principais nomes: Cincinato Braga, Bento de Abreu Sampaio Vidal[70], Antônio Pereira da Silva e seu filho, José Pereira da Silva. Em relação à economia local, a base do desenvolvimento mariliense foi a cultura de café, posteriormente substituída pela cultura do algodão, que na sequência atraiu a instalação de duas fábricas de óleo, também associada ao cultivo do amendoim.

> Desde seu início, Marília foi habitada por gente ordeira e de bons sentimentos. Embora tenha havido, na parte do Rio do Peixe a luta para a conquista das terras defendidas pelos selvagens, os ferozes Coroados, acreditamos que as atrocidades ali praticadas pelos brancos, deveram-se mais às intransigências desses silvícolas que não faziam vida comum, nem com outros da sua mesma natureza (Lara, 1991, p. 155).

A dita “Marília conservadora” aparece também nas moralidades daqueles que enunciam em obras clássicas da memória local, enquanto os marilienses são retratados como “gente ordeira” e de “bons sentimentos”, os povos originários são retratados enquanto “selvagens” e “ferozes Coroados”. Tais narrativas ofensivas aos povos que aqui viviam e que foram colocados enquanto barreira ao progresso do Oeste Paulista coadunam com o discurso do desmatamento de áreas de mata nativa sob a perspectiva do desenvolvimentismo do sertão paulista,

> O historiador Lucílio Coelho de Oliveira em sua monografia - “A cidade de Marília” -, nos diz que, “derrubaram de uma só arrancada mais de 12.000 alqueires de matas e plantaram quase de um só fôlego, mais de vinte e quatro milhões de pés de café”. E acrescenta: “Quem fez Marília foi o café”. E diz mais: “Houve verdadeiro êxodo das chamadas zonas velhas deste Estado, rumo ao avanço da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Havia abundância de braços. A corrente migratória era grande, e perdurou muitos anos. Vinha de preferência do Nordeste, com o plano delineado: trabalhar no “Alto Cafezal”. Este nome foi um ímã de 1924 a 1930 (Lara, 1991, p. 21).

No entanto, o intuito não é deslegitimar o trabalho feito por aqueles que vieram antes, que carregaram consigo discursos e valores morais conservadores,

---

[70] As primeiras benfeitorias na cidade foram realizadas em sua maioria por Bento de Abreu Sampaio Vidal: Jornal *Correio de Marília* [1928], Santa Casa de Misericórdia [1929], Paróquia Santa Isabel [1958] e Educandário “Bento de Abreu Sampaio Vidal” [1957] (Lara, 1991). Como não é foco desta pesquisa se debruçar minuciosamente sobre cada uma das construções que passou a constituir o município, percebe-se apenas a grande influência que Sampaio Vidal teve, onde até hoje figura como nome da avenida principal da cidade, um dos bairros mais antigos e elitizados da cidade carrega o nome de sua esposa Maria Izabel, como também o bairro Santa Antonieta que carrega consigo o nome Antonieta, filha de Bento de Abreu Sampaio Vidal; a Escola Estadual Bento de Abreu Sampaio Vidal e o estádio municipal, conhecido popularmente como “Abreuzão”.

que reverberam tanto o tempo histórico que vivenciaram, como possivelmente os marcadores de classe social, gênero e raça. Cabe dizer que o memorialista Paulo Lara é homenageado na Biblioteca da Câmara Municipal de Marília, onde há uma placa de 5 de dezembro de 2008 com sua foto na entrada da Sala da Comissão Organizadora dos Registros Históricos da Câmara Municipal e da Cidade de Marília.

Posto isto, não há comparação entre a espoliação de terras e o sofrimento provocado a partir da violência e deslocamento forçado de indígenas nas regiões do que viria a se tornar a Alta Paulista, e os silenciamentos e perseguições vividas por estudantes universitários, são situações distintas em cronologia e força opressora, ainda que ambos sofram a partir de violências perpetradas por agentes do Estado, ou no caso do massacre kaingang, por pessoas financiadas pelo Estado. Porém, a perspectiva antropológica adotada se esforçou em evidenciar o "não-dito" de uma cidade considerada como conservadora por aqueles que habitam suas margens.

"O que nós vamos fazer? Nós vamos ficar aqui mortos? Como se não estivesse acontecendo nada no país? Em Marília!": a ideia de um jornal

Em 1974[71], o Diretório Acadêmico XV de Março ficava em uma casa de esquina, na encruzilhada da Rua Paraíba com as avenidas Vicente Ferreira e Guaianazes, como mostra a fotografia abaixo, uma representação do que enxergava quem estava na entrada da FAFI e observava "o outro lado da rua".

[71] Até 1973, o DA ficava em um anexo grudado à Faculdade, ligado por um corredor aberto com uma cobertura simples, é em 1974 que o DA passa a ter seu funcionamento na casa de esquina em frente à FAFI na Av. Vicente Ferreira. Tais dúvidas foram elucidadas pelo Prof. Dr. Dagoberto Buim Arena, em contato via *e-mail*.

Figura 5 – Vista da Avenida Vicente Ferreira



Fonte: Memorial Fotográfico da FFC.

Era um imóvel alugado, *"uma casa típica das elites municipais dos anos 50 do interior"*, como definiu o Toloi ao olhar a fotografia acima por conversa de *Whatsapp*[72], "[...] *a gente precisava divulgar o nome do Diretório, ninguém conhecia. Hoje acho que ninguém conhece, nem sei se usam o mesmo nome.*[73] *O Diretório era*

[72] O WhatsApp é um aplicativo que funciona como um serviço de mensagens instantâneas conectado à internet. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet. O software está disponível para smartphones (celulares com conexão à internet).

[73] Em busca de saber se o DA seguia usando o mesmo nome, passei a conversar com diversos estudantes, professores e funcionários da Unesp sobre o DA, que ainda que tenha estrutura física, não funciona mais, sendo seu espaço físico ocupado por centros acadêmicos no desenvolvimento de atividades estudantis. Para compreender tal acontecimento com exatidão, solicitei um requerimento (Protocolo: MAR/FFC - D 1030/2025) no SIGAD/UNESP para acessar os últimos documentos a respeito do Diretório Acadêmico. Em contato com Luciana Biondo Gomes, assessora da direção, que compartilhou comigo cópia digitalizada do guichê 2178/2000, disponibilizado pela Seção Técnica Acadêmica. Esse documento apenas confirmava a mim que até os anos 2000 ainda era utilizado "D.A XV de março" enquanto nome, não revelava o porquê da não mais existência do DA enquanto órgão representativo estudantil. Apenas em visita presencial em 27 de junho de 2025, em conversa informal com Mariana Galletti, assessora da vice-direção, que foi estudante da Unesp que compreendi um pouco mais sobre as minúcias desse fenômeno, pois em 2012 houve eleição para o DA e no processo eleitoral uma das duas chapas desistiu, ao passo que a outra foi derrotada por voto nulo majoritário entre os estudantes da época, o ano de 2013 foi marcado por uma greve estadual na Unesp, algo que acarretou afastamento e expulsão de diversos estudantes pelo estado, desde então

D.A XV de março, dia que em 1959 se estabeleceu a Faculdade de Filosofia em Marília. Por isso que foi colocado, não fomos nós que colocamos, já existia o Diretório Acadêmico XV de março." O vínculo de Toloi com a entidade representativa estudantil veio após a eleição do órgão em 1974, seu primeiro ano de faculdade, onde a chapa "Integração" ganhou as eleições, composta em maioria por estudantes de História e Ciências Sociais, vencendo a "Chapa 74".

As nuances do comportamento do movimento estudantil são diversas e as entidades representativas costumavam sofrer mudanças de acordo com o posicionamento político daqueles que as compõem, ou seja, no Diretório Acadêmico XV de Março nem sempre prevaleceram posições de resistência e luta contra o regime autoritário. Assim como aconteceu em outras partes do Brasil, também em Marília, o movimento estudantil não foi homogêneo. Ao tecer considerações sobre o *Brado Universitário*, jornal estudantil da Universidade Estadual de Maringá (UEM), a jornalista e historiadora brasileira Regina Daefiol (2021a) ressalta as particularidades do ano letivo de 1974 com a chegada do general Ernesto Geisel ao Poder Executivo, o que acarretou uma mudança de táticas na ampliação dos espaços de atuação do movimento estudantil,

> No ano seguinte, as greves estudantis se espalharam por diversos estados brasileiros. No primeiro semestre ocorreram movimentos grevistas em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco e no Distrito Federal (MÜLLER, 2010). Na Universidade Federal da Bahia, os estudantes de Medicina fizeram greve por mais de 15 dias, protestando não só pela falta de professores e de materiais básicos de atendimento no Hospital das Clínicas da UFBA, mas também fazendo críticas a "todo o sistema de educação implantado pela ditadura" (Daefiol, 2021a, p. 75).

Em meio a esse cenário nacional, entre 1974 e 1975 no Diretório XV de março se questionavam: *"O que nós vamos fazer? Nós vamos ficar aqui mortos? Como se não estivesse acontecendo nada no país? Em Marília!".* Entre as ideias que foram surgindo a melhor foi a de Walmir, estudante de Letras e integrante do DA, *"Ele deu a ideia 'Vamos fazer um jornalzinho! A gente divulga entre os estudantes"*, o Diretório já dispunha de uma impressora offset, o que era inédito para época que costumavam utilizar datilógrafos que necessitavam de álcool para impressão. *"Então nós começamos, começamos com o jornal, soltavamos entre os*

---

em Marília aparentemente não houveram mais eleições para o DA, algo que carece de mais pesquisas, pois a Unesp não arquiva materiais de campanha eleitoral discente, e por meio de consulta presencial ao Processo MAR/FFC 23/2015 Vol. 1, pude perceber que desde 2014 as reivindicações estudantis passaram a acontecer por meio dos CAs, que se tornaram mais ativos na ausência de um DA.

alunos, daí depois já começa a vir a repressão, porque o jornal sai e cai na mão de alguém."

Um dos instrumentos de repressão do regime militar brasileiro para controle da comunidade acadêmica foi a criação de um sistema de vigilância dentro das universidades, chamadas de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), criadas no início da década de 1970 com funcionamento até 1981. O objetivo era monitorar o movimento estudantil, professores e funcionários (Vasconcelos, 2024), essas agências poderiam induzir demissões, impedir matrículas e contratações, facilitar processos de perseguição, exerceram tarefas de vigilância, censura, contrapropaganda e triagem ideológica dos membros da comunidade universitária (Motta, 2008). Tais agentes a serviço dos órgãos de repressão são constatados por Julia Gumieri no verbete sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (FFCL) no *site* do Memorial da Resistência de São Paulo,

> Com a maior parte de sua existência transcorrida sob a ditadura, a instituição foi bastante afetada pelo ambiente de perseguição ideológica criado pela repressão em torno das universidades. Em Presidente Prudente, professores e alunos foram vigiados em suas atividades políticas e acadêmicas, e controlados por um regime disciplinar rigidamente imposto pelo secretário geral da instituição, João Batista Camargo, e pelo diretor interventor, Sylvio Fernando Paes de Barros. A permanente movimentação dos estudantes, em constantes contatos com o movimento estudantil da capital, rendeu diversas invasões policiais ao campus (Gumieri, 2015).[74]

Somado a isto, estava em vigor na época o Decreto nº477/68[75] que definia infrações disciplinares praticadas por professores, estudantes, funcionários e empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, ou seja, acabava por caracterizar atividades institucionais que desagradaram agentes do regime militar como "infrações disciplinares", o decreto vinha no bojo de ações repressivas implementadas juntamente com o AI-5. Em vista disso: se reunir, produzir, imprimir e distribuir de mão em mão no campus um jornal estudantil entre 1974 e 1978, no caso dos FAFETOs, configurava crime nos termos do Artigo 1º do AI-5,

> III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe; IV -

[74] Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/faculdade-de-filosofia-ciencias-e-letras-de-presidente-prudente-ffcl/ Acesso em: 23 maio 2025.

[75] O Decreto-Lei nº 477/68, definiu infrações disciplinares em estabelecimentos de ensino, vigorou por 11 anos, de 1969 a 1979, revogado pela Lei de Anistia.

> Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza; § 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas: II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos (Brasil, 1969).

Sendo as reuniões do DA potencialmente consideradas um “movimento subversivo” e o jornal estudantil FAFETO um “material subversivo”.

Entre as estratégias estudantis para se reunir havia as reuniões que aconteciam aos domingos à tarde, segundo Toloi em entrevista *“quem acha que estudante vai se reunir domingo às 16h da tarde?”*. Porém, houve uma reunião estudantil sobre a implementação da Unesp no município de Araçatuba, interior de São Paulo, em que Toloi foi detido após uma reunião a caminho de seu carro, para ele quando isso acontecia em São Paulo tinha mais visibilidade, ao passo que ser detido e interrogado em órgãos de segurança pública no interior não tinha visibilidade nenhuma, afinal eram estudantes estigmatizados não só por militares, mas pela sociedade civil pró-ditadura também. *“Na Faculdade, o termo melancia foi criado naquela época pelos estudantes, não em Marília, mas, em geral, os estudantes de outras áreas, chamavam a gente de Ciências Sociais e História, de melancia, verde por fora e vermelho por dentro, comunista, né? A gente era chamado, primeiro, melancia. Isso na cidade, viu. Melancia, depois subversivo. A gente usava barba, cabelo comprido, que era moda na época, né. E ainda lá o pessoal da área de humanas usava mesmo. Depois veio o terrorista, quantas vezes eu não fui chamado terrorista, até hoje de vez em quando eu sou. Aí veio o termo que até era sempre falado assim, esses caras não sabem o que eles ficam falando. Na época que começou aqueles movimentos muçulmanos, lá dos xiitas, né? O pessoal falava do xiita, que era o radical. Daí começou a chamar a gente de xiita. Xiita, xiita, sabe? Só que eram pessoas assim que falavam, não sabiam o que era. Até quando a gente era levado ao interrogatório, os caras não sabiam, perguntavam porque alguém ali falou pra ele, ‘ó, esse cara é comunista, né?’ Chegaram a dizer, ‘ô, comunistinha de merda’. Se você perguntasse pra ele o que é ser comunista, ele não sabia. Mas você tinha que baixar a cabeça, ficar quieto.”*

De acordo com o jornalista e escritor brasileiro Bernardo Kucinski há uma estimativa que entre 1964 e 1980, período de exceção que marca a ditadura civil-militar no Brasil, “[...] nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos

como "imprensa alternativa ou imprensa nanica" (Kucinski, 1991, p. 13). Os jornais alternativos atuavam em contraste com a clemência da grande imprensa para com as ações da ditadura civil-militar; em consonância com Daefiol (2021a) entende-se grande imprensa como aquela que exerce posição hegemônica na sociedade por meio dos grandes grupos empresariais de comunicação. A atuação da grande imprensa ocupou assim um importante papel no contexto anterior ao golpe de Estado,

> No contexto do pré-golpe, a mídia teve atuação decisiva na campanha do complexo IPES/IBAD[76] para disseminar o temor de uma "ameaça comunista" que pairava sobre o país, representada pelo governo de João Goulart, e a ideia da inevitabilidade da intervenção militar como recurso para "restabelecer a ordem". Segundo Dreifuss (1981), a divulgação do ideário ipesiano era maciça "no rádio e televisão, onde a máxima cobertura era dada a seus militantes, bem como apoio às suas atividades e ideias. Através da mídia audiovisual [a elite orgânica] organizava um extraordinário bombardeio ideológico e político contra o Executivo" (Daefiol, 2021a, p. 35).

No entanto, esse "ente político-social chamado imprensa" (Daefiol, 2021a) não era homogêneo, logo, muitos jornalistas e funcionários de jornais pelo Brasil passaram a não concordar com as limitações impostas por empresas de comunicação complacentes com o momento político e com os interesses do grande empresariado jornalístico. Essa oposição ao discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa (Kucinski, 1991) fez com que houvesse a emergência de jornais alternativos espalhados por capitais e interiores do Brasil. Eram publicações que cobravam a restauração da democracia, respeito aos direitos humanos, críticas ao modelo econômico, e que veiculavam respostas às notícias falsas relativas às torturas de presos políticos pelo Brasil.

> O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao

[76] "Fundado em 1962 por empresários e militares de alta patente, o IPÊS foi um dos principais articuladores do movimento que culminou no golpe de 1964. Supostamente criado para fins educacionais, o instituto desenvolveu nos bastidores uma ampla campanha político-ideológica para desestabilizar o governo João Goulart. Dentre as ações estavam o financiamento de parlamentares e grupos oposicionistas, a infiltração em movimentos populares e a disseminação de propagandas anticomunistas através de publicações, filmes, programas de TV, etc. Tais atividades eram executadas junto ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), outra organização anticomunista fundada em 1959. Ambas as entidades eram largamente financiadas pela embaixada dos EUA e por empresas multinacionais. Durante a Ditadura, membros do IPÊS assumiram cargos estratégicos em ministérios e empresas estatais, implementando políticas de interesse do empresariado. Além disso, organizaram e financiaram aparatos de vigilância e repressão como o SNI e a Operação Bandeirantes. A sede do IPÊS na capital paulista, desativada em 1970, funcionou em dois endereços: uma casa em Higienópolis e uma sala em um edifício no centro da cidade" (Djurovic, 2015). Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes/. Acesso em: 30 jun. 2025.

> imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação (Kucinski, 1991, p. 16).

Assim, o período de 1968 a 1978 pode ser caracterizado por uma escalada na comunicação de resistência. Sendo a imprensa alternativa, também conhecida como “nanica”, por seu formato, considerada descendente da imprensa panfletária e da imprensa anarquista, “[...] na função social de criação de um espaço público reflexo contra hegemônico. Especialmente no seu apogeu, durante o triênio 1975-1977” (Kucinski, 1991, p. 21).

O ano de 1974 marca a “abertura lenta, gradual e segura”, bordão criado por Ernesto Geisel e Golbery do Couto Silva[77], que indicava o processo em que os militares governados por Geisel optaram pelo processo de abertura política controlada, frente a falta de saídas para a crise, tal abertura política foi alavancada por meio da grande imprensa, há assim a permissão da propaganda eleitoral gratuita nas televisões, rádios e jornais. No entanto, a “linha-dura” militar, que estava diretamente envolvida com os órgãos de repressão não concordava, logo não havia consenso nas Forças Armadas quanto à abertura política. Contudo, com a morte, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, em outubro de 1975, rompe-se qualquer equilíbrio que houvesse nas relações de trabalho na grande imprensa,

> Alguns jornais chegaram a noticiar versão forjada pelos militares de suicídio do jornalista, mas logo depois viram-se impelidos à tomada de uma nova posição, pois a situação assumiria, dali em diante, um novo rumo (Daefiol, 2021a, p. 40).

Ocorreu assim, um esgotamento na forma conivente com que os jornais se relacionavam com o regime, o que acabou por dar origem a uma nova geração de jornais alternativos influentes, derrubando qualquer possibilidade de manutenção e apoio à ditadura, para estes Kucinski (1991) nomeou-os de “os jornais da crise Herzog”

---

[77] Golbery do Couto e Silva, considerado principal ideólogo da ditadura militar brasileira, foi um general e geopolítico brasileiro. Tornou-se conhecido como um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional, elaborada nos anos 1950 pelos militares brasileiros da Escola Superior de Guerra, sendo um dos criadores do Serviço Nacional de Informações. Participou de vários governos da ditadura militar, a começar pelo do marechal Castelo Branco (1964-1966), quando criou e dirigiu o SNI, posteriormente do de Ernesto Geisel (1974-1979) e, finalmente, do de João Figueiredo (1979-1985). No período Geisel, foi o cérebro do plano de abertura “lenta, gradual e segura”, em direção a algumas liberdades democráticas. Disponível em: https://sites.usp.br/portalatinoamericano/couto-e-silva-golbery Acesso em: 26 jun. 2025.

Capítulo 2: “Um jornal de estudantes para estudantes”

Nesta seção o objetivo específico é de apresentar e analisar aspectos da edição de número 2 do periódico estudantil FAFETO de 1976, à luz da entrevista de História Oral e das fontes documentais. No ínterim do que foi apresentado no capítulo anterior, surgem os FAFETOs, um jornal estudantil que lidava com o vazio que havia se instalado nas universidades, ali se multiplicavam as tentativas de controle ideológico articuladas por agentes a serviço dos órgãos de repressão, articuladas entre o núcleo integralista que exercia o controle sob as áreas da educação e interesses de acadêmicos oportunistas (Kucinski, 1991). A edição de uma imprensa estudantil vinculada às instituições educacionais foi uma estratégia comum[78], uma vez que “[...] tal fenômeno se insere na prática disseminada entre a esquerda brasileira de produção de exemplares de uma imprensa alternativa e militante, cada qual exercendo sua crítica ao regime autoritário estabelecido [...]” (Barcelos, 2013, p. 39). Essas publicações podem ser caracterizadas como uma forma específica de imprensa periódica produzida por estudantes ou por órgãos de representação discente, como Grêmios Estudantis (GEs), Diretório Central dos Estudantes (DCE), Diretórios Acadêmicos (DAs) ou Centros Acadêmicos (CAs). Flávia Werle (2007) conceitua a imprensa estudantil de instituições educacionais como,

> [...] uma imprensa constituída por grupos de alunos que, por curto período de tempo, estão na escola e que caracterizam, em seus escritos, ocorrências e imagens diretamente vinculadas aos atores ali presentes, e ao específico momento histórico institucional (2007, p. 83).

Tais produções se dão na forma de informativos, boletins, jornais ou revistas, podendo apresentar uma certa periodicidade. Podemos ampliar esse conceito também para os impressos produzidos pelos estudantes universitários durante a ditadura civil-militar. Sendo que, por serem publicadas pelos órgãos de representação discente, tais publicações serviam como canal de comunicação entre os alunos do curso ou faculdade, como também entre estudantes de outras

[78] Durante a escrita desta dissertação fiz o mapeamento de alguns periódicos estudantis das décadas de 1960 e 1970: o jornal *Amanhã* (1967), *A Ponte* (1972) e *O Avesso* (1977) produzido por estudantes da USP; *Terra Roxa* (1972) e *Poeira* (1974), jornais estudantis de Londrina analisados por Torregrossa (2016); *Bar Brazil* (1970) de Juiz de Fora analisado por Musse e Reis (2015), o jornal *O Brado Universitário* (1973-1976) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) analisado por Daefiol (2021).

universidades. As publicações costumavam ser distribuídas à comunidade estudantil pelo próprio órgão que as publicava, e refletiam as opiniões dessas entidades.

Assim como a historiadora brasileira Thatiana Amaral de Barcelos ao analisar a imprensa do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no exílio, também encontrei diversas dificuldades na ausência de informações editoriais sobre o material analisado, tal como sua tiragem, distribuição e recepção do público destinado, o que dificulta a compreensão do alcance e relevância do fenômeno (Barcelos, 2013). Ademais, nas páginas abaixo irá se constatar que vários textos foram assinados com pseudônimos ou iniciais, algo que inviabiliza a identificação dos estudantes que contribuíram para sua produção. Apesar dessas dificuldades no tratamento do tema, a especificidade dessa imprensa estudantil e sua importância no período analisado merecem destaque, pois configuram uma memória local que não se tinha acesso.

> É quase irresistível aos cientistas sociais o encantamento produzido pelo contato com as fontes primárias, documentos, papéis, fotografias, capazes de revelar parcelas desconhecidas ou até então invisíveis da história e do mundo social. Esta sensação é fortalecida quando o material foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático, e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com frações muito íntimas da história e de seus personagens. O acesso a estes documentos têm a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações. A sedução exercida pelos arquivos privados pessoais! sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam sua “papelada” [...] (Heymann, 1997, p. 41).

A descrição da socióloga brasileira Luciana Quillet Heymann é precisa quando pontua o encantamento que há na descoberta de fontes primárias, no entanto, a análise que precede o contato com um arquivo privado deve estar atenta na compreensão de alguns aspectos ao se deparar com o material na ação da pesquisa: origem, autoria, veracidade, argumentação; para além do cuidado no entendimento que há na prática de guardar, como afirmou Vianna, Lissovsky e Moraes de Sá (1986), conduz de algum modo a memória, independente das causas motivadoras.

Os estudos sobre memória são diversos e aumentaram consideravelmente após a década de 1980, como consequência do pós-guerra e do processo de redemocratização de países latino-americanos, abrindo relevantes questionamentos teóricos interdisciplinares. Maurice Halbwachs (1990) foi o primeiro sociólogo a se dedicar ao tema da memória, conceituando-a como “memória coletiva” em seu

trabalho *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Para o autor a memória não é apenas uma expressão do passado, mas sim a construção coletiva entre indivíduos sobre o que aconteceu no passado. Estas dependeriam sempre de “quadros sociais da memória”. Ainda sobre o conceito de memória, Michael Pollak (1992) atentou para o caráter nem sempre positivo das funções desempenhadas pelas memórias, como alerta Siqueira (2015, p. 54) “aquilo que Halbwachs chamava de memória coletiva esteve em muitos casos a serviço da criação e manutenção de regimes ditatoriais e fascistas que culminaram em massacres e genocídios”.

A memória, assim, aliada aos padrões de verdade vigentes na sociedade, torna-se alvo político e, assim como a identidade, se fazem como princípios disputados. Ecléa Bosi (1987) compreende a memória como um conjunto de lembranças que, longe de serem consideradas verdades absolutas, são partes fundamentais da escrita da história pessoal ou coletiva. Logo, está ligada diretamente com espaços afetivos do passado. No entanto, a memória pode se fazer enquanto seletiva “[...] há os fatos que parecem insignificantes, que não merecem ser relembrados, e há o esquecimento, a ocultação proposital ou consciente” (Toller, 2017, p. 17).

Ou seja, investigar documentos de arquivos pessoais e privados acarreta a responsabilidade de compreensão da história do outro e de sua relação e ação no coletivo, logo, refletir sobre a memória social e coletiva por meio dos artefatos documentais é compreender que todo sujeito possui memória e história, busca-se assim, destacar o que há de social na produção material desse tipo de memória dos indivíduos, algo que localiza nesse tipo de fonte primária um campo considerado “clássico” nas Ciências Sociais, o da relação entre indivíduo e sociedade (Heymann, 1997), e como aponta o antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1986), isso é dinâmico e reorganiza a memória do sujeito, conferindo-lhe novos sentidos e significados.

Em primeiro lugar, é importante apontar que um arquivo fica disponível como fonte de pesquisa depois de passar do domínio privado ao público. No caso dos FAFETOs, impressos em papel sulfite ofício 2, de 75g, 216mm x 330mm[79], os dois exemplares disponibilizados são as edições de número 2 e 4, de 1976 e 1977 respectivamente, tais edições foram disponibilizadas para fins de pesquisa por meu interlocutor e constarão a partir de agora página por página nesta dissertação. A

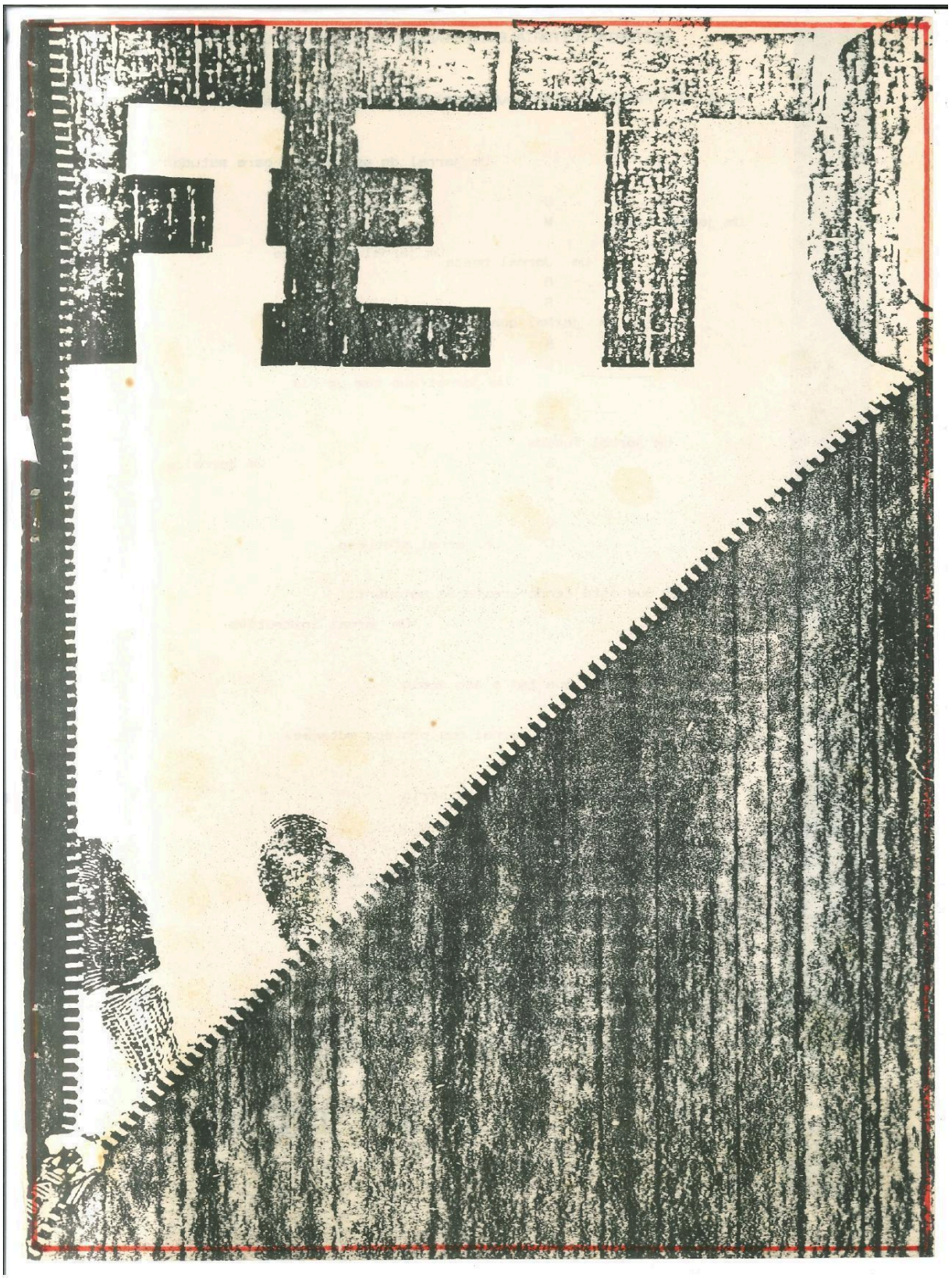
[79] Tais informações precisas sobre o tamanho e gramatura do papel se deram após o contato com Gláucio Rogério de Morais, funcionário da Gráfica da Unesp.

reprodução total desse material de análise se fez necessária, pois os FAFETOs não estão disponíveis para consulta pública[80], expressam assim a materialidade fragmentada das produções estudantis que sofriam censura devido ao período de exceção vigente na época, tendo seus produtores perseguidos, essas produções eram recolhidas por configurar “material subversivo” e dessa forma nunca vieram a ser arquivadas adequadamente pelo Diretório Acadêmico XV de Março, pela Unesp ou em arquivo público. Sua existência marca a oposição à repressão e violência da ditadura civil-militar, ou seja, foram desenvolvidas enquanto estratégias de resistência que objetivavam a disseminação e continuidade de uma identidade ligada ao movimento de militância estudantil, na edição de uma imprensa estudantil.

Ademais, cabe adiantar uma particularidade narrativa, não são jornalistas que escreveram as duas edições dos periódicos que serão analisadas, mas sim, estudantes universitários que tiveram sua instituição de ensino superior modificada em nomenclatura, gestão interna, cursos superiores disponíveis e realocação predial, sendo os próprios estudantes da instituição o público-alvo, logo *“um jornal de estudantes para estudantes”*.

[80] Foi requisitado pela Comissão Examinadora do Exame Geral de Qualificação de Mestrado que os jornais estudantis FAFETOs fossem disponibilizados para consulta pública. No entanto, em contato com o Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Unesp, após envio de um dos jornais para análise, a devolutiva foi que as duas edições não configuraram número suficiente para estabelecer um Fundo ou Coleção de acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções e Aquisição de Acervos do CEDEM. Após isso, foi feito um contato inicial com a docente responsável do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM) da Unesp, sobre a possibilidade de disponibilização dos jornais estudantis digitalizados para salvaguarda, no entanto, não houve mais resposta da docente diante das tentativas de contato.

Figura 6 – Capa da 2ª edição do jornal FAFETO



A edição de número 2 do jornal estudantil FAFETO do Diretório Acadêmico XV de Março, circulou em 1976 com uma capa de sobreposições, nela encontra-se não apenas o recorte de seu nome “FETO”, ao que descobriremos nas páginas seguintes do periódico ser o nome incompleto do FAFETO em questão, como também a imagem borrada e xerocada de uma mão, com destaque para a impressão digital sobreposta por um tecido que contém um zíper semi-aberto. Ao questionar meu interlocutor sobre a capa dessa edição, posteriormente à entrevista de HO realizada, ele respondeu que “*o zíper é a ditadura*, *observe que está sendo aberto*”. Esses jornais faziam parte da lógica da ditadura, sendo sua única razão de existir a prática de resistência no contexto da repressão exercida por agentes militares no período.

O sistema repressivo instituído pela ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi idealizado para operar com eficiência na busca de manter um controle social e político. Esse sistema repressivo era composto de mecanismos de vigilância, captura, prisão, tortura e desaparecimento de corpos que representavam o “inimigo interno”, sendo esses estudantes e professores universitários (Vasconcelos, 2024), trabalhadores organizados em sindicatos (Kallás, 2024), mulheres (Ribeiro, 2024), população LGBTQIAPN+[81] (Vieira, 2024), população negra (Pedretti, 2018; Silva, 2024), povos indígenas (Valente, 2017) e campesinos que lutavam pelo direito à terra. Leonardo Ângelo (2024), historiador brasileiro, ressalta que esse sistema foi criado se apropriando de antigas instituições pautadas na repressão, e criam-se outras ao mobilizar um novo ideal, atrelado à Guerra Fria e ao medo do comunismo que rondava as Américas,

> A Doutrina de Segurança Nacional é um exemplo da influência direta dos Estados Unidos sobre os militares brasileiros durante a Guerra Fria. Nos anos 1950 e 1960, militares foram treinados por instituições como a Escola das Américas (localizada no Panamá), em que concepções consideradas estratégicas dessa doutrina eram difundidas, tais como a investida militar dos Estados contra supostos “inimigos internos” e o conceito de Guerra Total, em que todas as táticas de repressão eram aplicadas (Ângelo, 2024, p. 3).

[81] A sigla LGBTQIAPN+ representa uma comunidade diversa, que inclui pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras identidades. A inclusão de letras, juntamente com o “+”, demonstra uma maior abrangência e inclusão, reconhecendo a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero que compõem a comunidade.

Houve assim a articulação de um aparato estatal complexo que convergia a doutrina de segurança nacional, a influência estadunidense e o apoio de setores empresariais financiadores (Ângelo, 2024), sendo os órgãos centrais responsáveis pela repressão: o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Centro de Informações do Exército (CIE), os quais operaram juntamente à delegacias, sendo o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) na cidade de São Paulo, um dos lugares emblemáticos da prática violenta e tortura perpretadas por agentes do Estado.

Nesse escopo, a Operação Bandeirantes (OBAN) foi criada também para investigações das organizações de esquerda sob direção do CIE, o projeto do general Canavarro Pereira foi financiado por empresas multinacionais, sob o apoio da Federação das Indústrias (FIESP), há registros[82] de contribuição financeira e apoio material por parte do Bradesco, Mercantil, Ford, General Motors, Ultragás e Folha, que emprestavam carros de entrega de jornais para camuflagem dos agentes da OBAN.

> Alguns desses empresários tiveram o "prazer" sádico de participar de sessões de tortura, como o então presidente da Ultragás, H. Boilesen; e outros, como o dono do Bradesco, Amador Aguiar, participam da famosa "caixinha da OBAN" (Operação Bandeirante), um esquema paralelo e criminoso de repressão política e extermínio de opositores (Hoeveler, 2024, p. 6).

Ao olhar com atenção a capa da edição nº 2 do periódico estudantil, percebi nesta a referência direta aos sacos pretos de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar. Padrós (2005) situa a América Latina como uma das regiões onde a política de desaparecimentos forçados como método de terror de Estado se impôs com maior impacto e eficiência, no entanto, o método de desaparecimento não foi invenção própria de ditaduras latino-americanas, mas sim, um acúmulo de técnicas de terrorismo de Estado cujas raízes podem ser localizadas na Alemanha nazista, passando pela Argélia sob domínio colonial francês, como também pela Guerra do Vietnã travada pelos Estados Unidos (Marques; Lucas; Santos, 2023). No *modus operandi* de desaparecimentos promovido por ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul,

---

[82] Desde 2019, o Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) investiga sobre a responsabilidade do empresariado na ditadura. A partir destas novas pesquisas, sabemos detalhes sobre crimes cometidos pela Mannesmann, Belgo Mineira, Fiat, Paranapanema, Aracruz, CSN, grupo de arroz Tio João, Cobrasma, Itaipu, Docas de Santos, Petrobras, Embraer e Itaipu (Hoeveler, 2024).

> A premissa básica de que “se não havia corpo, não havia vítima; e se não havia vítima não havia crime” orientou todo um protocolo que desresponsabilizava os agentes da repressão quando, na realidade, os desaparecimentos foram previstos e deliberados por ordem dos governos ditatoriais ou contaram com seu consentimento. É importante ressaltar que para o funcionamento dessa política foi necessário haver uma especialização de tarefas, uma espécie de divisão do trabalho, e o envolvimento de uma cadeia hierárquica no tocante à ordenação e à execução das ações. É isso que ajuda a configurar a política de desaparecimentos como um sistema (Marques; Lucas; Santos, 2023, p. 253).

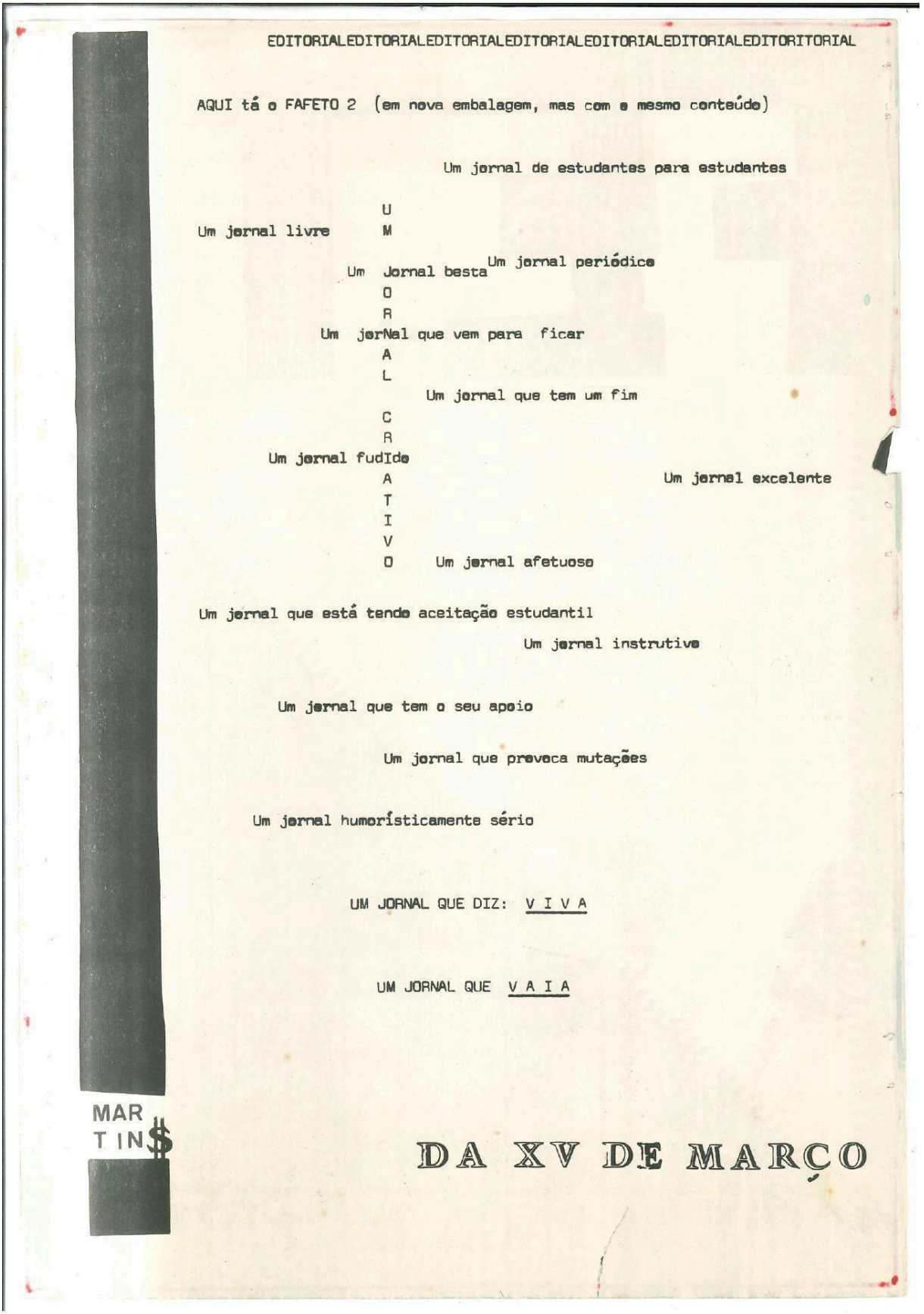
Somado a esse mecanismo de monitoramento dos opositores políticos ao regime militar, havia também, no âmbito da sociedade civil, o funcionamento de um grupo terrorista que surgiu nos anos 1960 inicialmente como “movimento universitário de direita”, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo paramilitar patriótico e anticomunista. A ação do CCC ocorreu dentro das universidades, atentos aos regimentos, o Comando se organizou a princípio como “movimento estudantil”, amplamente favorável à ditadura, sendo a atuação do CCC apoiada no sistema repressivo do regime militar que legitimava as práticas persecutórias contra aqueles considerados “comunistas”, o grupo também agia dentro do aparelho estatal, enquanto um braço da repressão a serviço do regime de exceção.

Foi no contexto desse arcabouço legal autoritário (Daefiol, 2021a) que o movimento estudantil se articulou dentro da recém-criada Universidade Estadual Paulista, sendo o Diretório Acadêmico XV de Março herdado da antiga estrutura da FAFI. Tendo na imprensa estudantil uma possibilidade concreta de resistência e divulgação de informações no contexto de vigilância e repressão que impedia outras formas de luta. Percebe-se assim, logo na capa, que o periódico nessa edição segue uma estrutura organizacional que rejeitava os parâmetros da grande imprensa, a capa apresentada não segue moldes tradicionais de uma capa de jornal com título, data, localidade e afins.

Abaixo, na segunda página do FAFETO 2 há o título “editorial”; um editorial é um texto de opinião que apresenta o posicionamento do jornal no momento da publicação, diferente dos outros textos que integram um jornal, que costumam ser de caráter informativo, os editoriais são textos opinativos, com a finalidade de persuadir a pessoa leitora. Esse editorial, apresenta a autoria e o público-alvo ao qual o FAFETO é destinado “um jornal de estudantes para estudantes”, como também realiza um jogo de palavras que adjetiva as qualidades do jornal: “livre,

periódico, besta, que vem pra ficar, que tem um fim, fudido, excelente, afetuoso, que está tendo a aceitação estudantil, instrutivo, que tem o seu apoio, que provoca mutações, humoristicamente sério", sendo esse um editorial assinado pelo Diretório Acadêmico XV de Março. A segunda edição do periódico, "em nova embalagem, mas com o mesmo conteúdo" percebe-se assim que há no editorial, uma aproximação por meio de tais adjetivos com o público leitor, o corpo discente da Unesp, no caso.

Figura 7 – Editorial FAFETO



EDITORIALEDITORIALEDITORIALEDITORIALEDITORIALEDITORIALEDITORITORIAL

AQUI tá o FAFETO 2 (em nova embalagem, mas com o mesmo conteúdo)

Um jornal de estudantes para estudantes

U
Um jornal livre M

Um Jornal besta Um jornal periódico
O
R
Um jorNal que vem para ficar
A
L
Um jornal que tem um fim
C
R
Um jornal fudIdo
A Um jornal excelente
T
I
V
O Um jornal afetuoso

Um jornal que está tendo aceitação estudantil

Um jornal instrutivo

Um jornal que tem o seu apoio

Um jornal que provoca mutações

Um jornal humorísticamente sério

UM JORNAL QUE DIZ: V I V A

UM JORNAL QUE V A I A

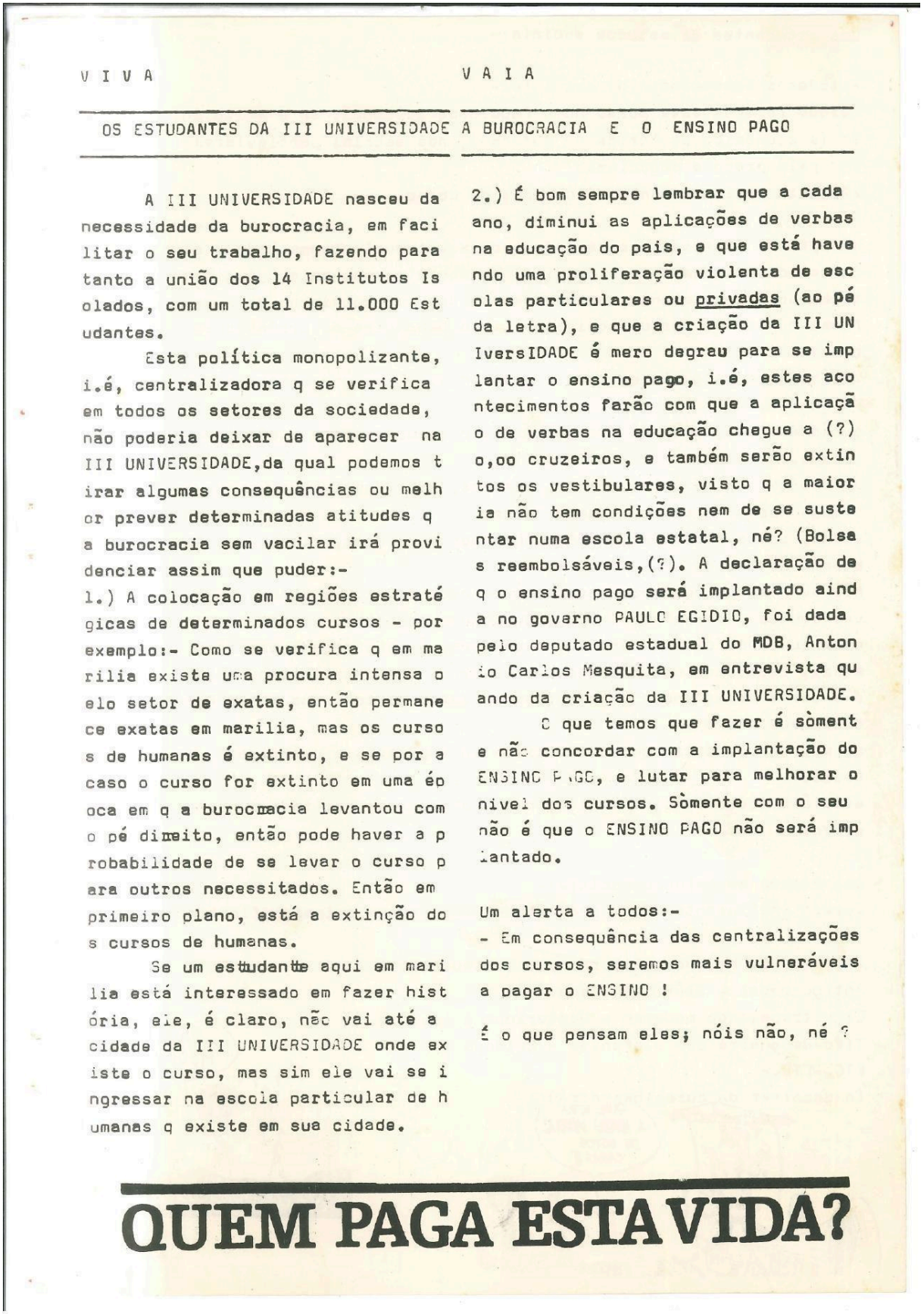
MAR
T IN$

DA XV DE MARÇO

O jogo de palavras antagônicas *“viva”* e *“vaia”* inaugura o cabeçalho da terceira página do periódico. Sendo a vaia, um ato público que demonstra descontentamento e desaprovação por algo ou alguém. Nesse sentido, o jogo de palavras permite compreender que *“viva”* os estudantes da III Universidade — como foi chamada a Unesp antes de ter seu nome divulgado publicamente — e *“vaia”* a burocracia e o ensino pago. Daí ter surgido a elaboração do título desta dissertação.

A união dos Institutos Isolados não foi recebida com “bons olhos” pelos discentes, pois parecia dar conta apenas da “burocracia de facilitar o trabalho” daqueles que realizavam a gestão dos IIESESP, centralizando o poder em uma reitoria na capital. Como também, o estabelecimento da dita III Universidade foi marcado pela expansão nacional do ensino pago nas universidades, ou seja, para os estudantes da Unesp, esse poderia ser apenas um “mero degrau” — como eles mesmos escrevem — no estabelecimento de uma instituição privada. Até porque, a gestão (1975-1979) do deputado Antonio Carlos Mesquita, pertencente ao partido político Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi marcada por uma sinalização para o ensino privado durante o governo (1975-1979) de Paulo Egydio Martins, enquanto governador do estado de São Paulo. Aqueles que articulavam a confecção dos FAFETOs, pertencentes ao órgão representativo discente, ecoavam os direcionamentos estudantis contra o ensino pago e as demandas por melhores condições: “O que temos que fazer é somente não concordar com a implantação do ensino pago, e lutar para melhorar o nível dos cursos”.

Figura 8 – Página 3 do jornal FAFETO



V I V A

OS ESTUDANTES DA III UNIVERSIDADE

A III UNIVERSIDADE nasceu da necessidade da burocracia, em facilitar o seu trabalho, fazendo para tanto a união dos 14 Institutos Isolados, com um total de 11.000 Estudantes.

Esta política monopolizante, i.é, centralizadora q se verifica em todos os setores da sociedade, não poderia deixar de aparecer na III UNIVERSIDADE,da qual podemos tirar algumas consequências ou melhor prever determinadas atitudes q a burocracia sem vacilar irá providenciar assim que puder:-

1.) A colocação em regiões estratégicas de determinados cursos - por exemplo:- Como se verifica q em marilia existe uma procura intensa o elo setor de exatas, então permanece exatas em marilia, mas os cursos de humanas é extinto, e se por acaso o curso for extinto em uma época em q a burocracia levantou com o pé direito, então pode haver a probabilidade de se levar o curso para outros necessitados. Então em primeiro plano, está a extinção dos cursos de humanas.

Se um estudante aqui em marilia está interessado em fazer história, ele, é claro, não vai até a cidade da III UNIVERSIDADE onde existe o curso, mas sim ele vai se ingressar na escola particular de humanas q existe em sua cidade.

V A I A

A BUROCRACIA E O ENSINO PAGO

2.) É bom sempre lembrar que a cada ano, diminui as aplicações de verbas na educação do pais, e que está havendo uma proliferação violenta de escolas particulares ou privadas (ao pé da letra), e que a criação da III UNIversIDADE é mero degrau para se implantar o ensino pago, i.é, estes acontecimentos farão com que a aplicação de verbas na educação chegue a (?) o,oo cruzeiros, e também serão extintos os vestibulares, visto q a maioria não tem condições nem de se sustentar numa escola estatal, né? (Bolsas reembolsáveis,(?). A declaração de q o ensino pago será implantado ainda no governo PAULO EGIDIO, foi dada pelo deputado estadual do MDB, Antonio Carlos Mesquita, em entrevista quando da criação da III UNIVERSIDADE.

O que temos que fazer é sòmente não concordar com a implantação do ENSINO PAGO, e lutar para melhorar o nivel dos cursos. Sòmente com o seu não é que o ENSINO PAGO não será implantado.

Um alerta a todos:-

- Em consequência das centralizações dos cursos, seremos mais vulneráveis a pagar o ENSINO !

É o que pensam eles; nóis não, né ?

QUEM PAGA ESTA VIDA?

A página na sequência se estabelece quase que como uma carta, destinada “aos estudantes de estudos sociais” problematizando o inexistente mercado de trabalho para aqueles que se formarão, como também a “baboseira de professores tão ignorantes”, algo que difere do que consta na transcrição da entrevista de HO realizada, uma vez que Toloi tece elogios ao corpo docente e comenta sobre quanto este os ajudaram em táticas frente aos agentes de repressão. Ecléa Bosi (2003), evidencia que é tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo, pois

> Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no quotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época (2003, p. 18).

É assim que funciona a “substância social da memória” (Bosi, 2003), que ao longo do tempo e espaço escolhe acontecimentos de forma não arbitrária, mas sim porque tais acontecimentos se relacionam por meio de índices e vivências comuns, afinal “[...] são configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo” (2003, p. 31). Ou seja, para Toloi, a memória de professores que já haviam enfrentado situações de repressão e compartilhavam com os estudantes as táticas e os cuidados que estes deveriam ter, permaneceu mais intensa que as adversidades vividas.

No entanto, é interessante observar que já na década de 1970 há um questionamento sobre o poder aquisitivo de professores do magistério superior. Tal assunto velado segue sendo considerado tabu e insere cotidianamente professores e estudantes na mesma instituição com uma discrepância salarial, algo que distancia historicamente o corpo docente das manifestações e reivindicações dos discentes. Uma vez que até pesquisar sobre o assunto é difícil na *internet*, ao realizar uma busca rápida no navegador com palavras-chave “piso salarial magistério superior 2025” encontram-se apenas valores referentes ao ensino básico. Cabe dizer também que, nos dias de hoje, os valores do piso salarial para o magistério superior variam de acordo com a instituição estar no âmbito federal ou estadual, como também o acúmulo de funções e tempo de carreira de cada docente.

As lacunas deixadas por professores de Estudos Sociais e percebidas por estudantes foi representada no periódico por meio de uma crítica não assinada, no

entanto, é seguida por uma charge que pressupõe que *“estos caras”* sejam os professores “idade média”.

Figura 9 – Página do jornal FAFETO

aos estudantes de estudos sociais:-

- tomamos consciência do seguinte:-
Porque fazemos este curso numa faculdade estadual, se é muito mais vantajo so (e econômico em termos de duração), nas escolas particulares?
1º) pelo preço q pagaríamos
2º) pela insignificante eficiência do curso.

se optamos conscientemente pela escola estadual, temos todo o dever de exi gir eficiência em termos de nível do nosso curso, pois, já q o mercado de trabalho é inexistente, então temos q ter uma convicção de nosso futuro no final do curso, porque aceitamos tanta baboseira de professores tão ignora ntes?
vocês já se perguntaram qual o poder aquisitivo dos nossos professores? Perguntem.
é tão elevado, q não há com q eles se preocuparem com a eficiência de seus cursos.
o problema deles é ter alunos, números, para continuarem dando as mesmas o u mais horas de aulas e ganhar mais.
então, somos obrigados a nos reunir-mos em grupos, discutir e falar aquilo q está no texto.
não se permite qualquer observação além textual. na prova só podemos escre ver aquilo q o professor falou durante o semestre, se colocamos qualquer c oisa que não foi dita durante o semestre, é considerada errada a questão.
assim, recebemos durante o curso catarros de conhecimento, q pouco nos val e e somos obrigados a devolver estes catarros todos na mesma quantidade e qualidade.
se mudamos q qualidade ou reduzimos ou ampliamos a quantidade, somos repro vados.
esta é a nossa crítica à direção e professores, com todo o nosso maior des prezo.

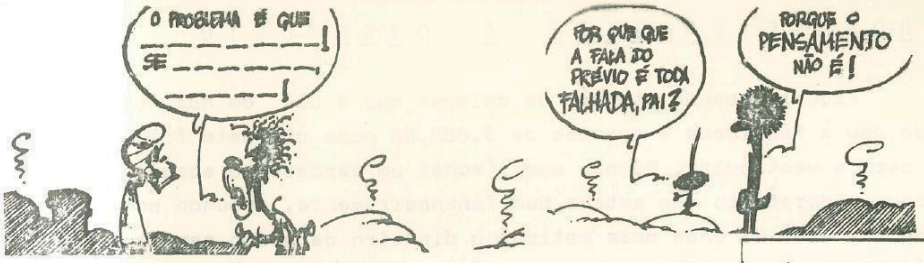
aos bichos de estudos sociais:-
cursos ineficientes, com professores ignorantes e insignificantes:-

Caveiras de homens - Ciborg de 6 sociedades.
Antiguidades - Glória a Jesus.
El ultrapassado moderno - Panterinha & Leoinha.
Tiro de guerra dos elefantes - Cuidado !
ETC.-ETC.-
(o decorrer do cursolhes dirá)





Figura 10 – Página do Jornal FAFETO



existe joão existe john

eterna mente

p e n s a que eu acredito p e n s a

esquiva

o olho na barra e a barra no olho

in-formação

so pra tudo

muito vento

sempre

o ab surdo

não h ouve

nunca existiu

um lance

de dados

muito sutil

quando o toque é muito sutil se perde o con-tato

sorria sempre

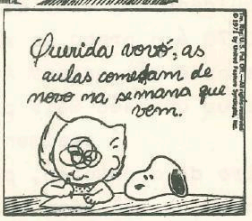
muitotudo

apesar de tudomuito é leve muitotudo

walter franco: que é que tem nessa cabe ça, irmão

esquiva

pensa que eu acredito pensa que eu ac redito pensa









Possível disposição gráfica da fala de Walter Franco, introdutória à música "Muito Tudo", no Festival "Abertura", em fevereiro de 1975.

A “possível disposição gráfica da fala de Walter Franco, introdutória à música ‘Muito tudo’, no Festival ‘Abertura’[83], em fevereiro de 1975”, mostra a aproximação dos estudantes que integravam a produção do periódico com as composições experimentais, inspiradas na poesia concreta de Walter Franco, onde a audácia do músico em questão lhe rendeu o epíteto de *Maldito*.

Durante a entrevista, Toloi comentou que no seu primeiro ano de Ciências Sociais em 1974, ainda FAFI, convidaram-no para participar do Departamento Cultural, *“nossa aí a gente começou a promover um monte de encontro*, *atividades*, *tudo o que você pode imaginar*, *eu tô perdendo o rumo?”.* Não havia nenhuma questão semiestruturada sobre os eventos culturais realizados pela comunidade acadêmica da FAFI, um dado já exposto em Castilho (2009), que não era desconhecido a mim, pois a década anterior, dos anos 1960, foi marcada na FAFI pela gestão do Prof. Massaud e por diversas atividades, “participaram dessas atividades, convidados ilustres de todas as áreas como Lygia Fagundes Telles, Antônio Cândido e Soares Amora, sendo todos muito prestigiados pela população local” (2009, p. 109). Porém, achei interessante essa pergunta de meu interlocutor sobre “estar perdendo o rumo”, era como se ao valorizar os fluxos de fala e as intencionalidades do narrar (Calabria, 2024), estivesse acessando exatamente o que queria: as especificidades da memória estudantil de Toloi, afinal os processos memorativos são relacionados a campos de significação na vida do sujeito que recorda (Bosi, 1993).

Os conhecidos eventos culturais promovidos pela FAFI, ressoaram não apenas nas falas de meu interlocutor, mas também integravam as histórias que minha avó contava sobre as orquestras que vinham à Marília. Tais eventos reverberaram igualmente em falas de conferencistas no já citado evento “Vicente Ferreira”: trajetórias e perspectivas, como esteve inclusive presente nos áudios de *Whatsapp* trocados com Wilza Aurora Matos Teixeira, membra da Comissão de Registros Históricos da Câmara de Marília, que carrega consigo a memória de artistas que faziam shows organizados pelo Diretório Acadêmico XV de março.

---

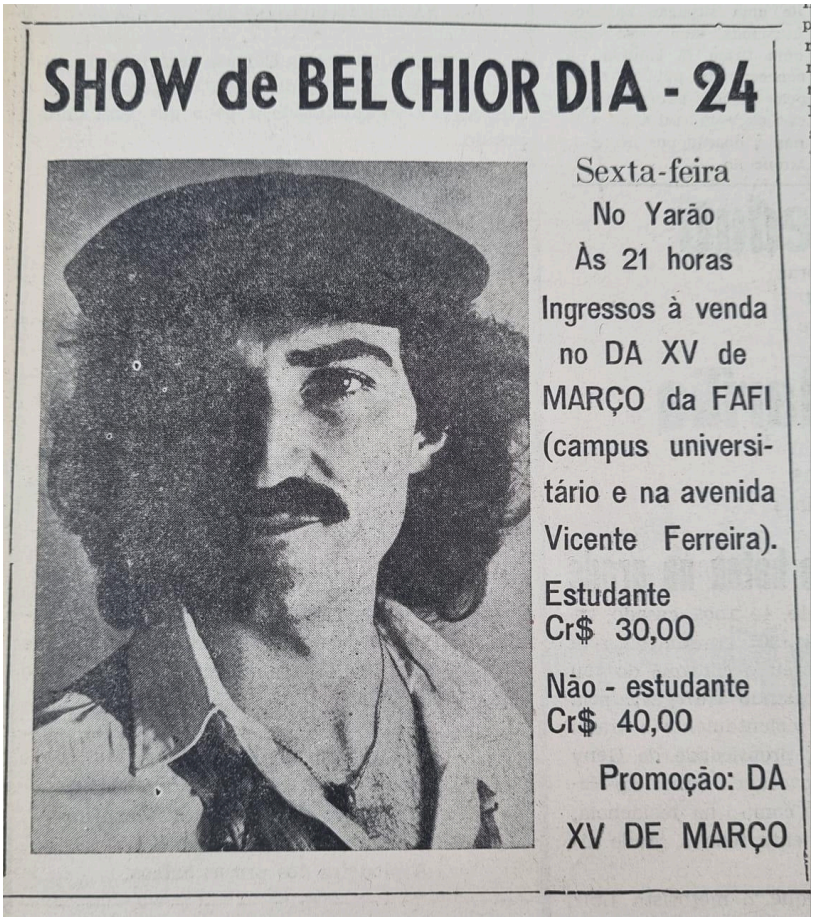
[83] “Os shows foram realizados no Teatro Municipal de São Paulo, entre janeiro e fevereiro de 1975, na presença de um público significativo. Quarenta músicas participaram das eliminatórias. Com a presença do então prefeito de São Paulo, Miguel Colasuonno, no dia 5 de fevereiro foram entregues no Teatro da Globo (SP) os prêmios em dinheiro aos três primeiros colocados. Carlos Vergueiro, autor de Como um Ladrão, conquistou o primeiro lugar; Fato Consumado, de Djavan, ficou em segundo; e Muito Tudo,
de Walter Franco, em terceiro”. Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/musicais-e-shows/abertura-festival-da-nova-musica/noticia/sinopse.ghtml Acesso em: 30 jun. 2025.

Eram artistas e intelectuais que se deslocavam pelo sertão paulista, *"Na área de Ciências Sociais, a gente trouxe Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Dalmo Dallari, numa época em que esses caras não podiam ir pra lugar nenhum* [...] *Nós trouxemos aqui Toquinho e Vinícius, foi no Yara.*[84] *Nós trouxemos aqui Beth Carvalho, que sempre foi uma mulher de esquerda, desde jovem! Trouxemos Beth Carvalho que foi lá no Cine São Luiz, não, Cine Marília, onde hoje é o Santander, mas ali era o Banco Banespa. É, nós trouxemos Belchior, o Belchior lançou o disco dele, o primeiro disco, Alucinação, o lançamento foi aqui em Marília…".*

Os levantamentos realizados na Biblioteca da Câmara (Anexo B) e no Fundo "Memória da Universidade" do CEDEM (Anexo C), não tiveram a intenção de legitimar os dados coletados na entrevista de HO, mas sim em constituir a "Aldeia-arquivo" (Carrara, 1998) do campo de pesquisa e, compreender quais e como eram divulgados os eventos na imprensa municipal. Não há recortes ou notícias de jornal a respeito da vinda de Beth Carvalho, ou Florestan Fernandes, algo comum à época visto que imperava o período de exceção da ditadura, e as apresentações de artistas e intelectuais aconteciam muitas vezes em algo próximo à clandestinidade, como mencionado acima por Toloi. Mas encontrou-se um recorte sobre "Gilberto Gil vem a Marília numa promoção dos acadêmicos da Faculdade de Filosofia" em 4 de outubro de 1974, a divulgação de "Tom Zé no Sagrado" em 28 de março de 1976. Bem como as notícias "Show de Belchior dia 24" na figura abaixo e "Hoje, no Yarão, o show do rapaz latino-americano, Belchior" de 22 e 24 de setembro de 1976, respectivamente.

[84] O Yara Clube de Marília é um clube de lazer privado que foi fundado em 1940, está localizado na Avenida Vicente Ferreira, 1096. Disponível em: https://www.yaraclube.com.br/noticia/yara-clube-completa-81-anos-de-legado-no-esporte-lazer-e-promocao-social/630 Acesso em: 09 ago. 2025.

Figura 11 – Recorte de jornal “Show de Belchior dia 24”



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Os eventos culturais que eram promovidos pelos Institutos Isolados, seguiram na recém inaugurada Universidade Estadual Paulista e na maior parte das vezes não aconteciam apartados de outros campus da Universidade, pois a transição dos Institutos Isolados para a Unesp promoveu reuniões em diversas cidades do interior paulista, e consequentemente diálogo entre estudantes do ensino superior do estado. José Paes de Almeida Nogueira Pinto, professor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Unesp, no artigo[85] intitulado “Nossos ídolos da MPB vinham a Botucatu de Kombi no Circuito Universitário” do *Jornal Unesp* comenta sobre como a censura não permitia que artistas recém-chegados do exílio se apresentassem na televisão.

> Alternativas começaram então a ser imaginadas até que em 1972, por iniciativa de um empresário musical da época, Benil Santos, e do produtor cultural Roberto de Oliveira, criou-se o lendário Circuito Universitário, quando, além das capitais, várias cidades do interior paulista, sul de Minas e

[85] Disponível em: https://jornal.unesp.br/2021/04/17/nossos-idolos-da-mpb-vinham-a-botucatu-de-kombi-no-circuito-universitario/ Acesso em: 31 mar. 2025.

> Rio de Janeiro, passaram a receber artistas que, a troco da bilheteria, apresentavam-se para o público universitário (Pinto, 2021).

O Circuito Universitário aconteceu em diversas cidades que possuíam IIESESP e que viviam discussões sobre a implementação da Unesp, bem como a organização de shows em série otimizavam os custos das apresentações, sobre isso Toloi mencionou que, *"E a gente que era das Filosofias: Marília, Assis, Prudente, Araçatuba. A gente começou a fazer os chamados Circuitos, então a gente convidava o pessoal, que começava aqui em Marília, aí ele ia pra Assis no outro dia e depois ia pra Prudente"*. Não encontrei registros exatos do início e fim dos Circuitos Universitários,

> O circuito universitário durou cerca de dois anos. Na época a Unesp ainda não havia sido criada, mas acredito que esses mesmos artistas tenham passado por outras cidades que hoje abrigam unidades de nossa Universidade: Araraquara, Bauru, São José do Rio Preto, por exemplo (Pinto, 2021).

Em Marília, há notícia do pianista catarinense "Arthur Moreira Lima no Circuito Universitário" que data de 2 de outubro de 1976, logo, pode-se afirmar que possivelmente em 1972 foram inicialmente promovidos por diretórios acadêmicos que integravam a estrutura dos antigos Institutos Isolados, mas que o Circuito Universitário também chegou a ser impulsionado por estudantes universitários na já Unesp.

Antes mesmo de ser município, Marília já possuía um cinema e uma vida sociocultural ativa, segundo Bispo (2017, p. 40), "a primeira sala de projeção surge na cidade de Marília no ano de 1927, período que antecede a própria organização dos patrimônios como município [em 1929]". A partir de Bispo (2017), pensou-se a respeito desses cinemas instalados relativamente próximos ao prédio da antiga FAFI situado na Avenida Vicente Ferreira, "esse cinema, conhecido como Cinema Municipal ou Cine Municipal, foi fundado por Francisco Rodrigues e era localizado na Rua Tamandaré, posteriormente Ceará e finalmente conhecida como 9 de julho, no quarteirão entre as ruas São Luiz e XV de Novembro" (Bispo, 2017, p. 40). De acordo com o *Google Maps* — serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra — a distância entre o campus II da Unesp, antiga FAFI e o quarteirão que era situado o Cine Municipal é de 1,8km, aproximadamente 25 minutos de caminhada ou 8 minutos de carro.

> Mas o grande dia era terça no São Luís que lotava por um público muito seleto. Porque aqui em Marília tivemos grandes escolas como a faculdade antes de virar a Unesp que era ali perto do Yara, vinham professores da USP dar aula aqui, então tinha um grupo grande de pessoas e intelectuais e

> que todos iam para a sessão às 20 horas na terça-feira, além de outras pessoas da cidade que também se interessavam. Então era uma sessão que lotava, às vezes você chegava em cima da hora e não entrava pois estava lotado e você não assistia mais o filme porque era só naquele dia que passava [...] (Roberto Cimino *apud* Bispo, 2018, p. 57).

Logo, percebe-se a união de uma cena cultural mariliense ativa por meio dos cinemas, consonante as atividades desenvolvidas no âmbito da Faculdade de Filosofia e sua proximidade geográfica ao centro da cidade, facilitava o "ir e vir" de estudantes do ensino superior que não apenas acessavam esses cinemas, mas também dispunham dos mesmos para a realização de eventos.

De volta às minúcias do periódico estudantil, no canto superior direito há uma tirinha vertical do Peanuts[86] (figura 10), que retrata a personagem Sally Brown escrevendo uma carta para sua avó, onde um erro ortográfico "crasse" leva à personagem canina Snoopy às gargalhadas, com o quadro final expondo que "esse bigle"[87] idiota tá rindo da minha falta de cultura!". A "falta de cultura" mencionada por Sally Brown pode ser compreendida como uma sutil crítica dos estudantes da Unesp ao choque cultural que marcava o abismo entre estudantes — descendentes da elite rural agrária, bem como filhos de trabalhadores rurais que tiveram sua permanência no ensino superior marcada pelo estudo aliado ao trabalho — para com os professores vindos da USP (Castilho, 2009; Lima, 2015; Oliveira, 2018), trazendo a tona os impasses da relação entre a elite letrada brasileira para com os regionalismos de tais estudantes observados aqui como "caipiras".

O morador do sertão foi historicamente observado como "roceiro", "sertanejo", "caboclo" ou "matuto". O choque cultural se dava exatamente por meio dos diálogos, representados no erro fonético de Sally Brown, uma minúcia expressa por meio da tirinha que pode revelar algo sobre a relação da comunidade acadêmica mariliense na década de 1970. De certo modo, o caipira funcionou como uma plataforma que precisava ser transposta, sendo a formação científico-acadêmica uma forma de transformar o sujeito que carrega consigo não apenas erros gramaticais, regionalismos e vícios de linguagem, mas também a sombra de um passado colonial rural que precisava ser modernizado e recalcado. Logo, a tirinha expunha, de forma branda, a percepção estudantil sobre esse contraponto entre cosmopolitismo e

---

[86] A tirinha Peanuts, que conta a história de Snoopy e Charlie Brown, foi publicada no Brasil, pela Folha de São Paulo. Peanuts foi criada pelo cartunista norte-americano Charles M. Schulz (1922-2000).

[87] Referência direta à raça canina "beagle".

provincianismo.

Figura 12 – Crítica ao Diretório Acadêmico

E S T U D A N T E C R I T I C A O D I R E T Ó R I O

Fiquei sabendo atravéz de colegas que o D.A. em dezembro do ano passado deu à faculdade a quantia de 3.000,00 para que esta fizesse propaganda para o vestibular. Quando ouvi, achei um verdadeiro absurdo, primeiro porque o diretório não estava bem financeiramente, segundo porque a faculdade não sabe de onde mais retirar o dinheiro de nosso pequeno bolso:- 0,70 é o preço do xerox, e pra quanto é que vai este ano? Porque os professores não pagam? Afinal faculdade (UNIVERSIDADE) não são todos? Então porque uns são mais privilegiados do que outros?

É realmente lamentável que coisas deste tipo aconteçam. O dinheiro do diretório, penso eu, tem que ser revertido para os próprios estudantes, e não para as propagandas da faculdade. Por outro lado, eu acho que a faculdade é que deveria fornecer dinheiro ao diretório e construir uma sede no prédio novo, pois nós aqui estamos sem um local. Mais uma vez eu pergunto:- Faculdade não são todos? Então se os professores que são em aproximadamente 100, tem suas salas, porque nós, estudantes, que somos em 1000, não temos nada? Será que é por causa de um zero a mais? Por outro lado eu acho q as decisões importantes não devem ser decididas por uma minoria, ou seja pela diretoria que nós votamos em massa, e sim, por uma maioria, ou seja, numa reunião com muitos estudantes interessados. Sòmente assim é que se pode dizer que as decisões foram dos estudantes. Não é porque a diretoria foi eleita é que todas as decisões serão tomadas a portas fechadas.



Ao menos um representante de cada classe. Mas para que isto aconteça, todos nós, estudantes, precisamos colaborar, e não apenas criticar, mas ajudar no sentido de participar das discussões, do jornal, do jornal mural q será criado, etc... Caso isto aconteça, i.é, caso nós, estudantes, não participemos das realizações do D.A., o trabalho todo será em vão, e o DA será apenas um enfeite onde se vai lá para jogar ping-pong e tomar café.



Acima há o texto “estudante critica o Diretório”, tal texto se estabelece como uma carta aberta de estudantes para os representantes estudantis, na figura do Diretório Acadêmico XV de Março, algo que expõe os próprios impasses que existiam entre a comunidade discente que não era homogênea, pois o texto trata do orçamento do órgão representativo que não estava sendo destinado para atividades acadêmicas dos estudantes, mas revertido para propagandas da faculdade, uma função que não caberia aos estudantes, mas sim à gestão da universidade.

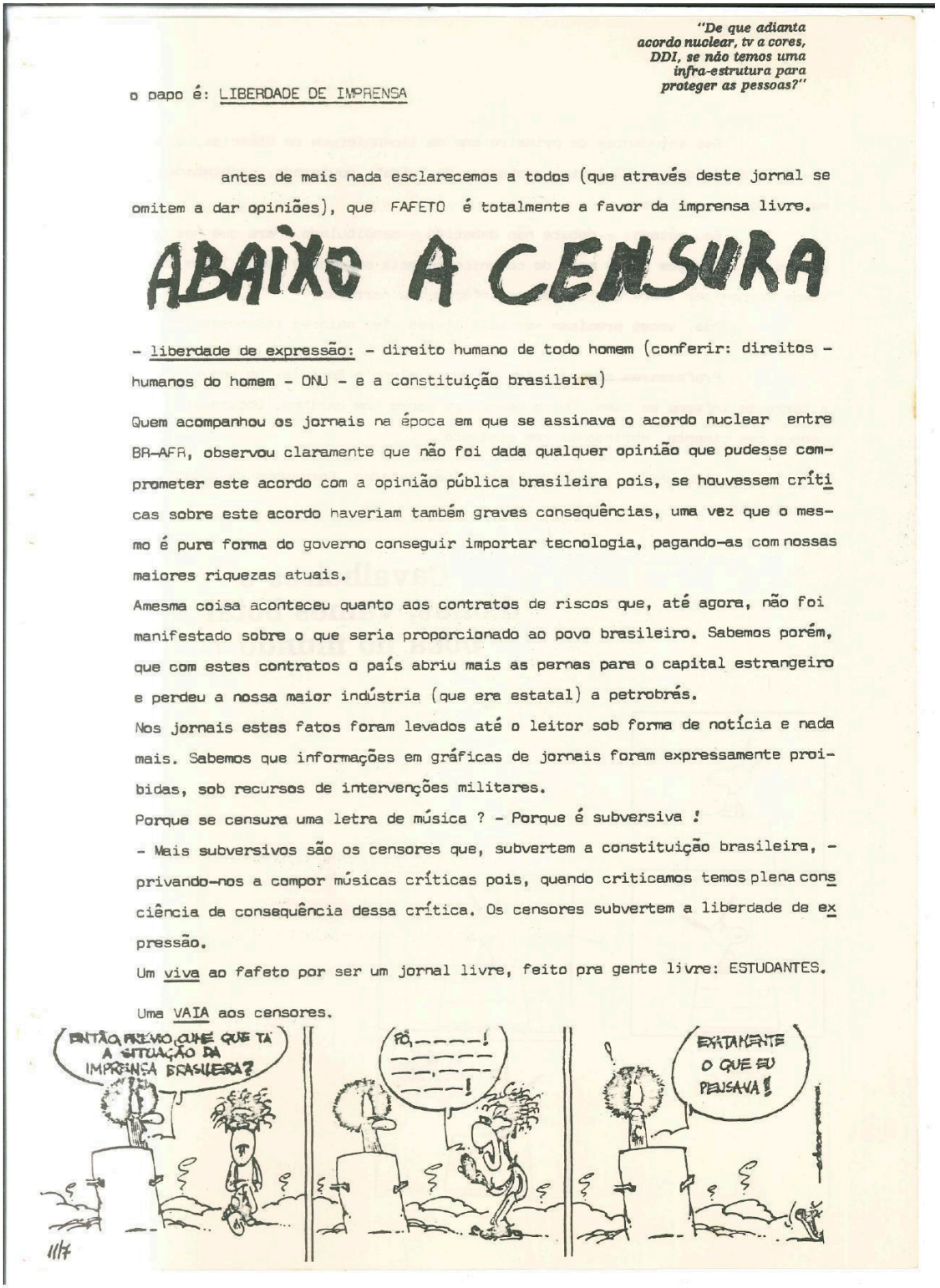
Existem outros questionamentos que reverberam na página, tais como: a falta de estrutura física do DA no novo prédio no campus universitário, a diferença de espaço físico destinado aos professores e aos estudantes, visto que quantitativamente o número de estudantes era maior que o de professores, porém os docentes possuíam suas salas para trabalho, diferentemente do corpo discente.

As críticas tecidas para o corpo docente é acompanhada de outra tirinha dos Peanuts que retrata a personagem de Charlie Brown alimentando o cão Snoopy, porém Snoopy não possui dinheiro para pagar pelo alimento e pela conta do médico, mas ainda assim, não aceita pagar “sendo um bom cão de guarda, um companheiro fiel e um cão humilde…”, devolvendo à Charlie Brown, quem o estava financiando, o pote de ração.

O texto é finalizado com um pedido, em meio à crítica, que busca a união dos estudantes para que participem das reuniões do DA, senão este acabará apenas por se tornar um espaço físico “para jogar ping-pong e tomar café” e não cumprirá sua função social de deliberação estudantil a respeito das mudanças universitárias em meio a crise da educação, consequência direta da Reforma Universitária.

“O papo é liberdade de imprensa”: Abaixo a censura

Figura 13 – O papo é: Liberdade de imprensa



"De que adianta acordo nuclear, tv a cores, DDI, se não temos uma infra-estrutura para proteger as pessoas?"

o papo é: LIBERDADE DE IMPRENSA

antes de mais nada esclarecemos a todos (que através deste jornal se omitem a dar opiniões), que FAFETO é totalmente a favor da imprensa livre.

ABAIXO A CENSURA

- liberdade de expressão: - direito humano de todo homem (conferir: direitos - humanos do homem - ONU - e a constituição brasileira)

Quem acompanhou os jornais na época em que se assinava o acordo nuclear entre BR-AFR, observou claramente que não foi dada qualquer opinião que pudesse comprometer este acordo com a opinião pública brasileira pois, se houvessem críticas sobre este acordo haveriam também graves consequências, uma vez que o mesmo é pura forma do governo conseguir importar tecnologia, pagando-as com nossas maiores riquezas atuais.

Amesma coisa aconteceu quanto aos contratos de riscos que, até agora, não foi manifestado sobre o que seria proporcionado ao povo brasileiro. Sabemos porém, que com estes contratos o país abriu mais as pernas para o capital estrangeiro e perdeu a nossa maior indústria (que era estatal) a petrobrás.

Nos jornais estes fatos foram levados até o leitor sob forma de notícia e nada mais. Sabemos que informações em gráficas de jornais foram expressamente proibidas, sob recursos de intervenções militares.

Porque se censura uma letra de música ? - Porque é subversiva !

- Mais subversivos são os censores que, subvertem a constituição brasileira, - privando-nos a compor músicas críticas pois, quando criticamos temos plena consciência da consequência dessa crítica. Os censores subvertem a liberdade de expressão.

Um viva ao fafeto por ser um jornal livre, feito pra gente livre: ESTUDANTES.

Uma VAIA aos censores.

Os primeiros dizeres no canto superior esquerdo da página do periódico "o papo é: LIBERDADE DE IMPRENSA" exibe o posicionamento político daqueles que produziam o jornal, são estudantes integrantes do órgão representativo discente que se posicionavam, "que FAFETO é totalmente a favor da imprensa livre". Segundo

Kucinski (1991), “Os jornais alternativos tornaram-se palco de uma realização sociopolítica, em cujos bastidores dava-se uma disputa política e ideológica permanente.” (1991, p. 17). Seguido dos dizeres “abaixo a censura”, tal grafia faz referência direta às pichações[88], que passaram a ser comuns após 1968, eram inscrições simples que estabeleciam agilidade para escapar da repressão policial, como mostra figura abaixo sem autor identificado, veiculada na revista Manchete e publicada no livro *68: A paixão de uma utopia* de Daniel Aarão Reis Filho e Pedro de Morais.

Figura 14 – Pichação “Abaixo a ditadura” (1968)



Fonte: Memórias da ditadura.[89]

Em seguida, no periódico há a definição de liberdade de expressão enquanto direito humano “de todo homem”, tradução literal do francês “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”. No entanto, cabe ressaltar que desde 1948, ano

[88] Pichação é uma forma de expressão visual e gráfica, geralmente associada à escrita em superfícies públicas (muros e paredes), usando tinta em *spray* aerossol, dificilmente removível, estêncil ou mesmo rolo de tinta, que se tornou um fenômeno cultural e urbano. Existem duas formas de escrita da palavra: picho com “ch” é algo espontâneo, uma ação de rabisco de alguém que passou por ali, enquanto que pixo com “x” é o nome de um movimento, que tem uma estrutura bem específica.
[89] Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968 / Acesso: 23 abr. 2025.

da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)[90], já se referia a direitos "humanos", e não direitos *do* "homem". O que exibe uma possível desatualização dos estudantes e a suposição de um dado de pesquisa: que a produção desse periódico era composta majoritariamente por um grupo de estudantes "homens".

Nos dizeres no canto superior direito "De que adianta acordo nuclear, tv a cores, DDI[91], se não temos uma infra-estrutura para proteger as pessoas?" há a insatisfação do corpo discente que produzia o FAFETO, que mesmo diante de supostos avanços tecnológicos e internacionais recentes constatou a falta de "proteção às pessoas", nesse sentido pensamos como "O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, draconiano, de censura prévia" (Kucinski, 1991, p. 13), resultando não apenas na falta de proteção das pessoas que lutavam contra o regime autoritário, mas em perseguições, prisões, torturas, mortes e desaparecimentos políticos forçados. Porém, é importante compreender cada um dos fatos mencionados nesta página em sua singularidade.

O "acordo nuclear" refere-se ao Acordo Nuclear Brasil - República Federal da Alemanha (RFA), assinado em 27 de junho de 1975 durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Em 27 de junho de 1975, em Bonn, capital da Alemanha Ocidental, representantes do governo local e da ditadura civil-militar brasileira anunciavam a assinatura de um acordo entre as duas nações. O documento oficializava a transferência de tecnologia alemã para o desenvolvimento do programa nuclear brasileiro juntamente com empresas alemãs lideradas pela Kraftwerk Union (KWU) prevendo a construção de oito usinas nucleares nos estados do Rio de Janeiro (Angra 2, 3, 4 e 5) e em São Paulo (Iguape 1, 2, 3 e 4). De acordo com o historiador brasileiro Fabiano Farias de Souza, nesse momento,

> [...] o Brasil apresentava uma conjuntura de crescimento econômico que demandava alto consumo energético e o modelo econômico implementado preconizava crescente necessidade de energia que deveria ter uma fonte própria de fornecimento, ao contrário da alta dependência brasileira do petróleo, matriz energética instável e cara naquele momento (De Souza, 2009, p. 225).

Tal conjuntura de crescimento econômico com consequente demanda de

---

[90] A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento base não jurídico internacionalista, formado por 30 artigos que estabelece a proteção universal dos direitos humanos básicos, adotado e proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU), reunida em Paris em dezembro de 1948.

[91] Discagem direta internacional.

consumo energético deriva também de um aumento de renda somado à expansão do crédito ao consumidor e à política de estímulo ao consumo de bens duráveis, entre eles a “tv a cores”, sendo em 19 de fevereiro de 1972, a primeira transmissão a cores da TV brasileira, realizada pela emissora Rede Globo.

No entanto, os desdobramentos[92] do Acordo Nuclear eram nebulosos, como grande parte das negociações realizadas pelo governo militar durante o regime, que segundo o corpo editorial do periódico estudantil, “nos jornais estes fatos foram levados até o leitor sob forma de notícia e nada mais. Sabemos que informações em gráficas de jornais foram expressamente proibidas, sob recursos de intervenções militares”.

O último parágrafo da página é dedicado a um diálogo reflexivo sobre os censores e a subversão, durante a ditadura civil-militar os censores eram em grande parte, policiais e agentes a serviço dos órgãos de repressão, trabalhavam no âmbito do DOPS, SNI e AESI, sendo a censura uma ferramenta de controle da produção política e cultural, uma vez que informações e expressões artísticas passaram a ser consideradas “subversivas” e criminosas de acordo com artigos do AI-5. A charge exibe como a falta de palavras, os espaços em branco ou receitas de bolo[93], imperavam na imprensa brasileira,

> O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação (Kucinski, 1991, p. 16).

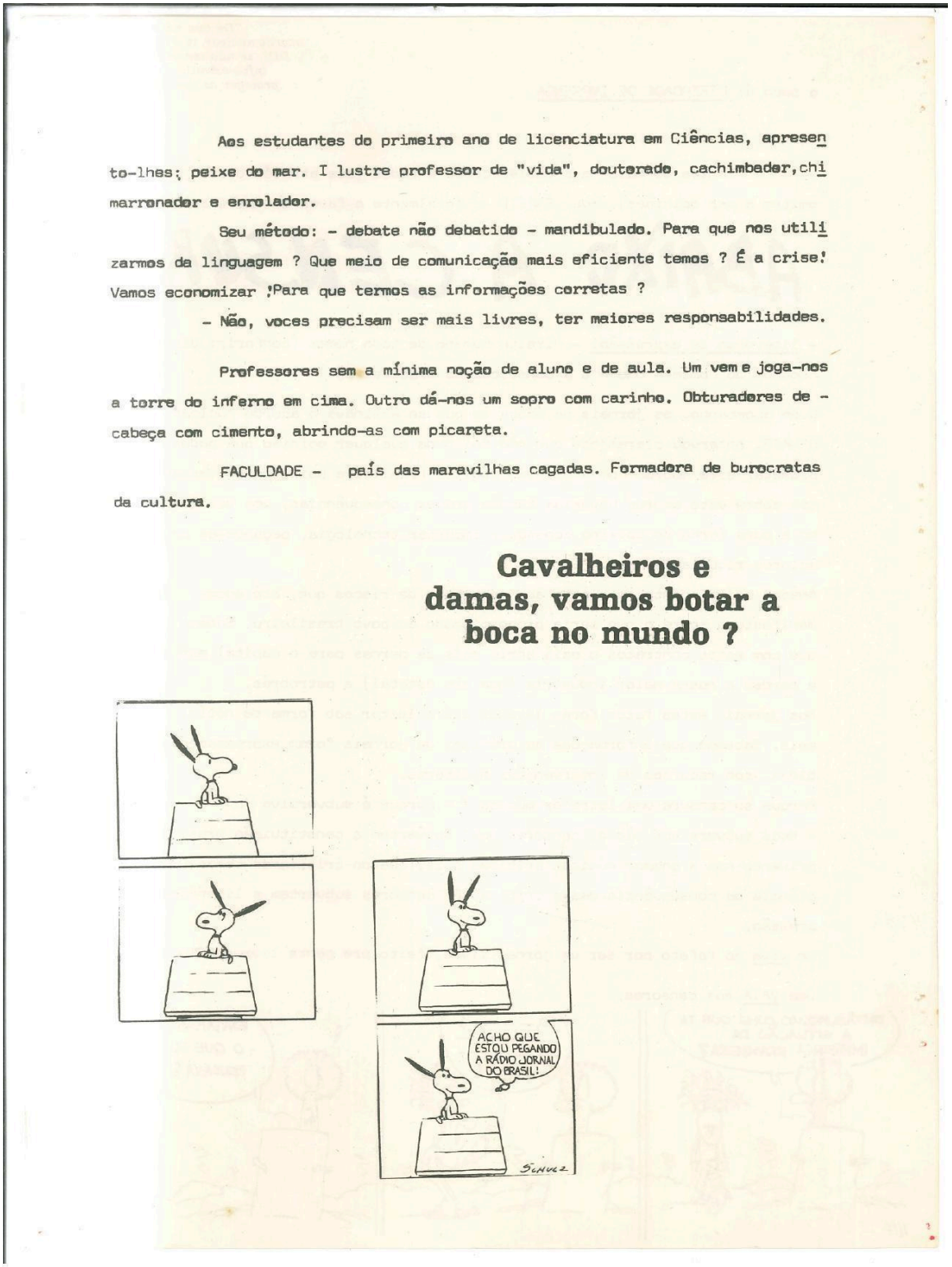
Para estes discentes, “mais subversivos são os censores que, subvertem a constituição brasileira, privando-nos a compor músicas críticas pois, quando criticamos temos plena consciência da consequência dessa crítica. Os censores subvertem a liberdade de expressão” (figura 13).

---

[92] Por conseguinte, após as críticas crescentes ao Acordo Nuclear, tanto da comunidade científica, quanto da sociedade, resultou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados em 1978, para investigar as irregularidades denunciadas pela imprensa de ambos os países, tendo sido publicado em 1982 o Relatório final da CPI sobre o acordo nuclear do Brasil com a República Federal da Alemanha. Por fim, tal acordo previa a construção de oito usinas no Brasil, o que não foi totalmente cumprido, com apenas duas usinas sendo construídas: Angra 1 e Angra 2.

[93] Notícias consideradas inapropriadas para publicação pelos censores do governo militar, instalados nas edições de jornais, eram substituídas por receitas de bolo. Assim permanece o legado das receitas de bolo como indicadores de informação reprimida, que continua flutuando na memória midiática brasileira. Disponível em: https://www.vice.com/pt/article/como-bolos-se-tornaram-uma-forma-de-resistencia-na-ditadura-militar-no-brasil/ Acesso em: 9 jun. 2025.

Figura 15 – Página do Jornal FAFETO



Aos estudantes do primeiro ano de licenciatura em Ciências, apresento-lhes: peixe do mar. Ilustre professor de "vida", doutorado, cachimbador, chimarronador e enrolador.

Seu método: - debate não debatido - mandibulado. Para que nos utilizarmos da linguagem ? Que meio de comunicação mais eficiente temos ? É a crise! Vamos economizar ! Para que termos as informações corretas ?

- Não, voces precisam ser mais livres, ter maiores responsabilidades.

Professores sem a mínima noção de aluno e de aula. Um vem e joga-nos a torre do inferno em cima. Outro dá-nos um sopro com carinho. Obturadores de - cabeça com cimento, abrindo-as com picareta.

FACULDADE - país das maravilhas cagadas. Formadora de burocratas da cultura.

Cavalheiros e damas, vamos botar a boca no mundo ?

A insatisfação estudantil com alguns professores que compunham o corpo docente do IIESESP para a recém-criada Unesp apareceu páginas atrás na mesma edição desse periódico em formato de carta aos estudantes de Estudos Sociais e

aparece na página acima direcionada “Aos estudantes do primeiro ano de Licenciatura em Ciências”, o descontentamento com um professor de Licenciatura em Ciências foi matéria no jornal *Diário de Marília* em 7 de dezembro de 1975 — meses antes à veiculação desta edição do FAFETO de 1976 — intitulada “Manifesto contra professor da FAFI”. A matéria jornalística comenta que estudantes do curso de Licenciatura em Ciências expressaram publicamente sua insatisfação diante da falta de aulas de um professor de Biologia. Não se sabe, com exatidão, se trata-se do mesmo da matéria jornalística, porém são meses de diferença entre a veiculação da notícia na grande imprensa e na imprensa estudantil. Somado a isso, houve adjetivos aplicados ao professor “de vida, cachimbador, chimarronador e enrolador” e uma crítica coletiva, “professores sem a mínima noção de aluno e de aula”, ou seja, um problema que não era recorrente apenas entre docentes de Estudos Sociais ou de Licenciatura em Ciências, como mencionado.

A última frase da página “Cavalheiros e damas, vamos botar a boca no mundo?” convoca a partir de uma perspectiva binária de gênero — cavalheiros e damas — a necessidade de “botar a boca no mundo”, ou seja, extrapolar os limites universitários ao expor insatisfações estudantis sobre o corpo acadêmico docente, bem como sobre a própria instituição universitária.

“O prédio inacabado” da FFCL de Marília

Cabe retomar um marco histórico importante para nos situar: a inauguração do prédio novo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (FFCL), ainda Instituto Isolado, que seguia sendo conhecida como “FAFI”, foi inaugurado em 6 de março de 1975 na rodovia Marília-Assis km 445, no que viria a se tornar a atual Avenida Hygino Muzzi Filho, região que ficou conhecida como Campus Universitário. Abaixo há uma fotografia que documenta a inauguração da Pedra Fundamental da FFCL, entre as pessoas na fotografia há a diretora Olga Pantaleão à esquerda segurando um papel em mão, juntamente ao Bispo-arcebispo de Marília Dom Hugo Bressane e a professora Josephina Chaia de óculos escuros e vestido à direita, figuras que aos poucos passaram a ser reconhecidas por mim por meio de fotografias.

Figura 16 – Inauguração da Pedra Fundamental do Campus I



Fonte: Memorial Fotográfico da FFC.

A inauguração da “casa nova” da FAFI foi um evento também divulgado com entusiasmo em jornais da grande imprensa municipal, em 7 de março de 1975 o jornal *Correio de Marília* estampou a capa com os dizeres “A FAFI está de casa nova”, como mostra a figura abaixo.

Figura 17 – Recorte de jornal “A FAFI está de casa nova”



CORREIO DE MARILIA

A FAFI está de casa nova

A diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, Dra. Olga Pantaleão, quando discursava na inauguração do novo prédio, ontem pela manhã. O bispo-arcebispo de Marília D. Hugo Bressane de Araujo fez a benção do prédio logo após o descerramento da placa, pelo secretário da Educação, Paulo Gomes Romeo e pelo prefeito Pedro Sola.

Esta é a fachada do conjunto arquitetônico da FAFI, localizado no km 445 da rodovia Marília-Assis, e que entrará em funcionamento nos próximos dias, quando terão início as aulas naquele estabelecimento de ensino superior. Apenas uma área será transferida inicialmente. A banda marcial do Cristo Rei esteve presente à inauguração. (detalhes na 5.a página)

Fonte: CEDEM, 1987.

No entanto, a realidade da comunidade acadêmica que passava a frequentar as novas instalações passou a não ser de tanto entusiasmo, segundo Toloi *“Quando começaram a construir aquele prédio no campus universitário, o que a gente achava é que seria uma transferência da Faculdade de Filosofia. Porque demorou pra construir. Você só tinha aquele prédio central e a biblioteca, então eram só dois prédios que construíram lá. E a gente imaginava que seria a FAFI lá, tá?”*. A notícia da III Universidade passou a ser comentada juntamente aos desagrados decorrentes da mudança predial, *“Como eu disse pra você, teve uma época que precisou alugar prédio aqui embaixo, se eu não me engano, foi o professor Celso Frederico que dava aula pra gente que trouxe essa notícia ‘Óh, haverá a criação da Terceira Universidade. E os campi, as Faculdades de Filosofia que chamavam Instituto Isolado, vão fazer parte. Cada uma é um campi da nova universidade’. E aí ficou aquele negócio, aí você procura daqui, daí, aí foi ganhando corpo, até que chegou*

aqui em Marília, a notícia. Nem o nome a gente sabia. Era Terceira Universidade, isso que a gente ficava sabendo".

A página abaixo do FAFETO se apresenta em uma estrutura textual burocrática de requerimento destinada aos "Ilmos. Srs. Dirigentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília", sem assinatura, datada de 22 de março de 1976. Ou seja, já fazia cerca de um ano que a FAFI havia sido instalada ali e um pouco mais de um mês que a Lei nº 952 de 30 de janeiro de 1976, criou a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", e a FAFI passou a integrar a nova universidade, com o nome de Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação – Campus Marília. Logo, o novo prédio da Unesp passou a se caracterizar como Campus I, ao passo que o antigo prédio da FAFI na Avenida Vicente Ferreira ficou denominado como Campus II.

Figura 18 - Requerimento

Ilmos. Srs. Dirigentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

Apresento-me formalmente (do jeito que voces gostam) para criticar-vos. Por favor, tirem a bunda de suas cadeiras e venham ver a calamidade em que nos colocaram, pondo em funcionamento cursos antes razoàvelmente instalados, hoje funcionando num prédio inacabado.

Além deste prédio estar no meio da caatinga, há vários aspectos que me levou a esta:

1- a precária via de acesso que põe em perigo a vida de estudantes.
2- a falta de iluminação no campus.
3- a falta de uma cantina.
4- a falta de nossos representantes: o DA.
5- a falta de uma biblioteca de Letras, que ainda não foi transferida.
6- além de outros fatores precários, existe também as aulas ping-pong, obrigando os estudantes a assistirem duas aulas np prédio antigo e as outras duas, terão que se locomoverem ao outro extremo da cidade. E vice-versa.
7- também critico-os pela falta de soluções para estes itens.

Sendo assim, e com muita coisa a dizer, mas o espaço é curto,

N. Termos,
P. Deferimento.

Marília, 22 de março de 1976.



O prédio novo é retratado na página acima pelos estudantes como uma “calamidade”, uma vez que antes os cursos estavam “razoavelmente instalados” no prédio da Avenida Vicente Ferreira e em prédios alugados na mesma região do bairro Maria Izabel, agora uma parte dos cursos de graduação funcionava no tal “prédio inacabado” que se localizava no outro extremo da cidade, uma área nova destinada ao que viria se tornar o Campus Universitário. Na fotografia abaixo está representada a parte interna do Campus I e o caminho de terra que levava ao Prédio de Atividades Didáticas, um dos dois prédios construídos para funcionamento da Faculdade no novo local.

Figura 19 – Prédio de Atividades Didáticas em 1975



Fonte: Memorial Fotográfico da FFC.

O ponto final do ônibus era o portão de entrada da instituição, *“ali era o ponto final dele, porque a UNIMAR veio depois, a Fundação veio depois, a FAFI ficou lá isolada. A gente tinha que descer a pé também com lama, não tinha nem pedrisco,*

não tinha nada, você pegava lama, não tinha grama, tudo terra, quando chovia era um inferno, quem ia de carro muitas vezes descia e depois pra subir? Porque era barro vermelho mesmo, e aí a gente começou nas lutas de reivindicação." A luta de reivindicação mencionada por Toloi aparece nos sete pontos listados nesta nona página do FAFETO de edição nº 2.

O item 1 "a precária via de acesso que põe em perigo a vida de estudantes" não versa exatamente sobre o lamaçal da parte interna do atual Campus I da Unesp, mas sim da Avenida Hygino Muzzi que ainda era perímetro da rodovia não asfaltada na época. As matérias de jornal sobre a situação caótica na região passaram a ter frequência quase que semanal, como se percebe no Anexo B: "No campus universitários, o caos" de 10 de março de 1976; "Problemas no campus ainda à espera de solução" de 14 de março de 1976; "Vereador quer viaduto para acesso ao campus" de 18 de março de 1976; "Acesso ao 'campus'" de 27 de março de 1976; "CODEMAR construirá marginal. Estudantes querem também viaduto" de 26 de abril de 1976; "Viaduto ao campus será pedido dia 30 ao governador" de 21 de abril de 1976; "Concluída a perimetral Campus universitário espera o trevo" de 14 de maio de 1976 e "Acesso às Faculdades poderá ter semáforo" de 5 de agosto de 1976.

Em outros termos, as instalações que marcaram o período de transição da FAFI para a Unesp foram pensadas apenas na estrutura física de prédios e salas de aulas, mas não em estrutura urbana, pois a região que ainda estava em desenvolvimento e expansão carecia de gestão pública em relação à asfalto, semáforos, linha de transporte coletivo e iluminação.

O item 2 aborda "a falta de iluminação no campus" e o item 3 "a falta de uma cantina", constatações possíveis apenas para aqueles que passaram a frequentar cotidianamente o novo prédio da instituição. *"Ali onde fizeram a cantina, era um predinho assim, dava uns 30 metros, colocaram lá com tijolão à vista, cobertura de brasilit, aquilo queimava, nem calçada colocaram, nem pedrisco jogaram, a gente tinha que sair da cantina e quando chovia, pisar tudo em barro pra entrar no Diretório. Mas nós reivindicamos e fizeram, reivindicamos uma quadra, um campo, que veio depois. Reivindicamos o ônibus na época, ele pegava aquela marginal, não tinha asfalto na Hygino Muzzi.".* As matérias jornalísticas compartilhavam as dificuldades vividas pela comunidade universitária, no entanto, o foco era no trânsito intenso que a região passou a receber, bem como na falta de ônibus para os universitários e o recém-feito asfalto que já começava a afundar: "Chuva e ônibus,

apenas alguns dos problemas dos estudantes” de 11 de agosto de 1976; “Asfalto começa a afundar na avenida perimetral Campus” de 13 de agosto de 1976; “CMT discutirá pedido de mais ônibus para o ‘campus’ universitário” de 14 de agosto de 1976, conforme figura abaixo.

Figura 20 – Recorte de jornal “No ‘campus’ universitários, o caos”



ANO III — NUMERO 714 — QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1.976 — AVULSO Cr$ 1,00 —
FUNDADOR E DIRETOR PRESIDENTE — JOSÉ NELSON CARVALHO

DIÁRIO DE MARÍLIA
regional

No «campus» universitário, o caos

Um verdadeiro caos: congestionamento na pista da rodovia Marília-Assis, nas vias de acesso do trevo nas proximidades do cemitério e poeira insuportável. Esse era o quadro desolador verificado nos dois primeiros dias de aulas da Faculdade de Filosofia e da Associação de Ensino de Marília, no “campus” universitário.

A falta de uma infra-estrutura ideal para receber um volume de tráfego de centenas de veículos particulares, além dos ônibus da Empresa Circular que estão fazendo a linha normalmente para atenderem aos pedidos dos alunos, está sendo a causa principal desse problema, cujas vítimas estão sendo todos, alunos, professores e diretores.

No primeiro dia de aulas, segunda-feira, só não aconteceram acidentes, “porque Deus nos ajudou”, segundo um dos elementos ligados às entidades educacionais situadas naquele local. O fluxo de veículos foi realmente muito grande e as condições de tráfego eram mínimas.

Assim, essa comissão que fará a avaliação das áreas de terra para a construção da avenida perimetral, nomeada ontem pelo prefeito, era para ter sido formada desde os primeiros estudos para a implantação de um “campus” universitário. Esse problema das vias de acesso poderia ser visto por qualquer leigo e consequentemente as providências deveriam ter sido tomadas logo de início, para impedir agora o perigo e as reclamações, principalmente contra a administração municipal. E, agora, o transcurso normal da desapropriação certamente demorará um tempo muito longo, que somado ao necessário para a construção da avenida perimetral será o bastante para que os estudantes continuem correndo perigo de vida naquele local.

Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Em visita ao Campus I da Unesp em 28 de abril de 2025, estive em busca de alguma placa de inauguração do DA, para compreender o item 4 “a falta de nossos representantes: o DA” e o tempo que o órgão representativo discente esteve em funcionamento apenas no que se tornou o Campus II da Unesp, antiga FAFI na Avenida Vicente Ferreira. No entanto, não há uma placa que informe a reivindicação dos estudantes de 1976, soube em conversas informais com meu interlocutor que a construção do prédio que funcionaria o DA ocorreu em 1977, e segue com a mesma estrutura física passados 48 anos, como mostra a fotografia abaixo.

Figura 21 – Diretório Acadêmico no Campus I



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

No item 5 é reclamada “a falta de uma biblioteca de Letras, que ainda não foi transferida”, sendo a inauguração em 8 de novembro de 1980 da Biblioteca da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação, segundo conversas informais com funcionários da biblioteca, pois a informação não está disponível em seu *site*[94], atualizado há seis anos, exibe apenas datas relativas à Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília – “FAFI”, de 1959 a 1976. Ou seja, só após cinco anos da mudança predial é que a biblioteca foi transferida para o Campus I, no entanto, a Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB) conhecida antigamente como Biblioteca Central foi inaugurada em 1977 e segue em funcionamento no Campus II, como mostra a fotografia abaixo.

[94] Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/#!/biblioteca/sobre-a-biblioteca/historico/ Acesso em: 28 maio 2025.

Figura 22 – Placa de inauguração da Biblioteca Central



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

O penúltimo item, “além de outros fatores precários, existe também as aulas ping-pong, obrigando os estudantes a assistirem duas aulas no prédio antigo e as outras duas, terão que se locomover ao outro extremo da cidade. E vice-versa”. A captura de tela do mapa abaixo (figura 23) — gerado pelo *Google Maps*, um serviço *online* de pesquisa que permite a visualização de mapas e imagens de satélite — é mobilizada na tentativa de ilustrar a locomoção que a comunidade acadêmica passou a realizar. Sem cair em uma armadilha anacrônica, cabe ressaltar que o satélite utiliza referências atuais e busca apenas representar o que professores, estudantes e funcionários viveram ao se deslocar entre 4,8 a 6,6 km a depender do trajeto realizado, seja este “a pé” o que demanda hoje 1 hora e 3 minutos, de motocicleta ou carro particular cerca de 11 minutos, de bicicleta por volta de 17 minutos, ao passo que o transporte público demanda até hoje dois ônibus coletivos e 44 minutos de trânsito entre o Campus I e o Campus II.

Passados 50 anos da mudança predial do atual Campus II para o na época recém inaugurado Campus I, e consequente implementação da Unesp, ainda não há uma linha universitária própria de ônibus que faça esse trajeto.

Figura 23 – Captura de tela do Google Maps



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

"...No país das maquinilhas" é o título da última página da edição nº 2 do FAFETO (figura 24), para além de exibir a presença de meu interlocutor, Toloi, por meio da margem vermelha, também exibe uma palavra arcaica, não reconhecida em pesquisas *online*, talvez um neologismo. A palavra *maquinilhas* representa as dificuldades vivenciadas pelos estudantes, que utilizam de diversas metáforas: "engrenagens desarranjadas", "relógio em crise temporal", "motores precisam de mecânica", "comunicações com barreiras", para se expressar textualmente.

É interessante observar que nessa edição não há referência direta a nenhum dos autores clássicos da História ou Ciências Sociais — cursos predominantes do corpo discente que compunha a Chapa Integração e consequentemente a produção do FAFETO — não há assim nenhuma linha político-ideológica específica, apenas é nítido na leitura e análise que eram estudantes que se posicionaram contra o regime ditatorial, porém é importante salientar que a última página faz menção à "dialética",

conceito amplamente discutido no século XXI. Em sentido bastante genérico, a dialética é uma espécie de movimento filosófico de argumentação com fundamento no intelecto e na razão. Após leitura da obra de Karl Marx, seu método foi conceituado como “materialismo histórico dialético”, no entanto, Marx não menciona “dialética” em nenhum momento de sua obra.

Ao longo do último texto, igualmente não assinado, há um convite aos estudantes, público-alvo desse periódico, ao exercício de “pense, pense, pense: questione, interrogue e, nunca se esqueça de que para pensar é só preciso pensar”. Sendo que, a última frase da página traz consigo a referência direta à “navegar é preciso”, poema de 1914 de Fernando Pessoa, direcionando o público-leitor para uma reflexão em que é preciso que o viver faça sentido. Uma abstração filosófica expressa em forma de texto que nos mostra a falta de sentido — e a busca de sentido — que estava sendo vivenciada pelos estudantes, caberia aqui, caso fosse possível, reflexões sobre a saúde mental da comunidade universitária afetada pelas diversas mudanças acadêmicas que ocorreram nessa cidade do interior paulista durante a ditadura civil-militar sob o governo Geisel.

Por fim, a charge de autoria não identificada retrata um personagem que escreve no que parece ser um livro: “que método de punição usam com os fora-da-lei?”, joga-o ao mar e aguarda em cima de um monte sob o luar, a resposta emerge do mesmo mar em forma de livro “a gente faz eles entrar na política”. Uma crítica sutil, nos moldes de charge permitida por censores, porém direta à política vigente do regime de exceção, que insinua que as pessoas que ocupavam cargos políticos naquele momento eram os “fora-da-lei”.

Figura 24 – Última página da edição nº 2

... NO PAÍS DAS MAQUINILHAS

As engrenagens estão desarranjadas. O relógio está em crise temporal. Os motores precisam de uma mecânica eficiente. As comunicações estão encontrando barreiras muito altas, dificultando as transmissões. O navio conseguiu chegar nas 200 milhas. Cr$ 0,50 o copo d'água. O AR é nosso.

Hei você ! Veja se as engrenagens estão encaixando corretamente ; não será a falta de um pouco de óleo ? Ou será a velhice do comando operacional, hein ? Ou ainda, o arranjo desarranjado do modelo de construção; será que não há outra maneira de consertar este relógio ? Veja se o cabelo não está descentralizado, se não está faltando nenhum rubí ou, se o ponteiro não está raspando no chaciz do relógio. Paciência ! Calma ! Ande pelo caminho mais limpo e curto ! Às vezes o motor falha ; é preciso antecipar, para se conseguir com maior precisão,ou eficiência, a descoberta do sistema que está botando em crise a caminhada. E a crise do CAPETROLISMO ? É preciso descobrir quais os outros fatores que impedem a precisão da informação. Será que é a distância ? Será que é a natureza ? NÃO ! Não é a natureza, porque a dialética da natureza é a explosão da informação sem a consequente implosão da mesma. Então, porque se observa estas implosões ? Pense,Pense,PENSE ...! Questione, interrogue e, nunca se esqueça de que para pensar é só preciso PENSAR.

NAVEGAR É PRECISO, mas não existe precisão em viver.



Nessa segunda edição, já ficava explícita a essência dos temas que viriam a ser o centro das críticas nos próximos números do jornal. Eram textos que tratavam das insatisfações estudantis na criação da Terceira Universidade, que viria a se chamar Unesp; das ameaças de legisladores sobre a conveniência de um ensino pago; críticas aos professores que nem sempre articulavam de forma eficaz teoria e prática; bem como havia espaço para o DA em seu jornal divulgar críticas estudantis à gestão do próprio DA; discussões sobre censura e censores; os mecanismos pelos quais o regime de exceção tentava dar um verniz de legalidade a medidas autoritárias, e por fim, as ausências e angústias que estudantes passavam a viver no novo campus.

Capítulo 3: “A Filosofia está morrendo…A quem cabe a culpa?”

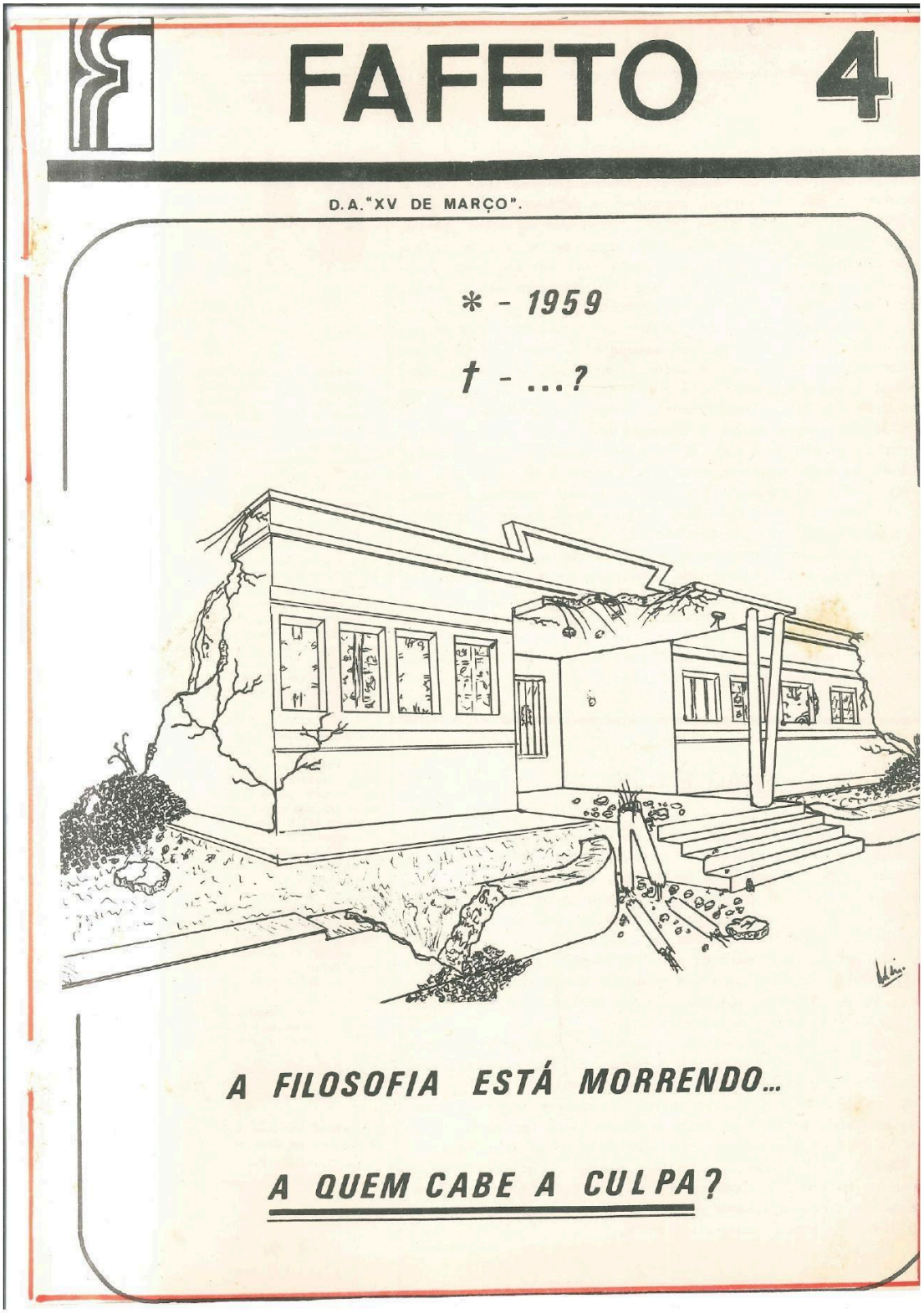
Neste capítulo, o objetivo específico é o de apresentar e analisar aspectos da edição de número 4 do FAFETO de 1977, como também levantar jornais municipais que permitissem compreender como reverberou a narrativa estudantil na implementação da Unesp no município de Marília, em diálogo com excertos obtidos por meio da entrevista de História Oral.

Analisar o material produzido por uma imprensa alternativa exige do ponto de vista metodológico, o rigor em apontar algumas especificidades que a diferenciam da grande imprensa. São fontes documentais que não possuem o mesmo alcance, periodicidade, verba, corpo editorial e estética que a grande imprensa, como é o caso da imprensa estudantil. No entanto, tais especificidades fazem dessa uma fonte única e singular, pois nos revela muito das ideias e da visão de mundo do coletivo de indivíduos que a produziu. A historiadora brasileira Maria Paula Araújo ao analisar “as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970”, revela que

> A análise de seus artigos, editoriais e reportagens principais revela-se extremamente rica para a história das ideias [...] nos dá a visão desses movimentos sobre eles próprios, a sociedade e a época em que vivem. Ela nos mostra suas ideias, suas propostas, suas concepções políticas originais; ela nos ajuda a definir os contornos dessa cena política alternativa e, sobretudo, ela nos dá a dimensão do processo de formulação dessas concepções políticas. Esse tipo de imprensa nos permite, mais do que qualquer outra, perceber a tentativa de construção das identidades políticas fragmentadas – marca [...] dos anos 1970 no Brasil e no mundo” (Araújo, 2000, p. 33).

Dessa forma, será analisado neste terceiro capítulo, a quarta edição do FAFETO, segunda edição a ser analisada nesta dissertação.

Figura 25 – Capa da 4ª edição do FAFETO



A capa da 4 edição do FAFETO foi a primeira das duas que peguei em mão em meio aos documentos disponibilizados por Toloi, na sala de professores após a *Semana de profissões da escola*. Lembro que a imagem da fachada do atual

Campus II da Unesp em ruínas me chamou a atenção, era como se o desenho trouxesse materialidade pros dados que estavam sendo construídos na pesquisa, as rachaduras no desenho pareciam escancarar as cicatrizes que percebia ao conversar informalmente com pessoas mais velhas de Marília, era a imagem do ressentimento que ficou na mudança institucional.

Agora com nome na capa, logo, número de edição e assinatura “D.A. ‘XV DE MARÇO’”, o periódico estudantil não exibe apenas a ilustração da fachada, mas também uma pergunta “A Filosofia está morrendo… A quem cabe a culpa?” que trazia o ano de 1959 na criação do IIESESP em Marília e uma cruz abaixo, indicando que este iria morrer. Durante a entrevista de HO realizada fez sentido questionar meu interlocutor sobre aquela capa, “Qual memória que vem na sua mente ao ver a capa desse FAFETO?”. Toloi pegou o FAFETO original em mão e observou por um tempo antes de me responder, *“Essa capa aqui, por incrível que pareça, foi discutida. O autor desse desenho é o Waldir, que era o Diretório, Waldir Braga, esse que eu falei que trabalhava no Banco do Brasil. Então ele bolou isso aqui. O Valmir é que bolou o nascimento, quando que vai morrer? e a quem cabe a culpa. Por quê? Porque exatamente nós estávamos vivendo esse momento da discussão, ‘gente vai tirar, precisa fortalecer’.*

O prédio em ruínas foi um desenho de Waldir, integrante do DA, que compunha o corpo editorial do FAFETO. Era um sábado à tarde, pois haviam aulas aos sábados e Waldir estava sentado dentro do diretório olhando pra FAFI, segundo Toloi, era uma casa grande e eles colocavam mesinhas do lado de fora. Após as seis horas, quando acabavam as aulas, o Diretório fazia reunião; a ilustração de Waldir logo foi percebida pelos colegas e em uma semana haviam idealizado o FAFETO de número 4. *“A intenção aqui foi provocar principalmente autoridades da cidade, certo? E provocar o pessoal que se opunha geralmente, que era o pessoal de Licenciatura em Ciências, os Departamentos, os professores, porque tinha uma briga tremenda dentro dos Departamentos. O dia que eu falei aqui, eu nem vou falar o nome dele, era aquela história, ‘esses comunistas, eles ficam agitando, tem que tirar daqui mesmo, tem que limpar’. Então eles achavam que eles iam ficar, entendeu? Porque eram os cursos mais fortes. Então quando a gente jogou a quem cabe a culpa, a gente queria envolver as autoridades, porque foram avisadas, certo? As autoridades, Câmara Municipal, a gente não conseguia o apoio e o interesse de ninguém, certo? E aí a gente achava que nós deveríamos fazer um movimento*

então entre nós, mas nós não conseguimos. Conseguia o pessoal de Ciências Sociais e de História. A gente não conseguiu unir, sabe? Mas não foi só em Marília não, em lugar nenhum. Assis não conseguiu. A nossa ideia era provocar reação, pra pelo menos, não que não pudesse acontecer, mas pelo menos todo mundo ficasse sabendo o que estava acontecendo. A ideia era virar um fato na cidade. Mas eu lembro que até a gente falava assim, 'as emissoras de rádio talvez convidem a gente pra falar'. Ninguém, ninguém que eu me lembro."

A reestruturação da FAFI e construção da Terceira Universidade não foi apenas uma mudança predial, como imaginavam os estudantes inicialmente. Mas envolveu também um processo de reorganização estrutural dos cursos de graduação disponíveis, realocação do corpo docente e consequente redistribuição destes pelas novas instalações universitárias.

> [...] mas o grande problema, que gerou as maiores reações não foi o fato da criação da Universidade, mas a racionalização de uma Universidade multicampi, procurando-se o mínimo de duplicação. Professores seriam removidos, por exemplo, de Marília para Araraquara e vice-versa. Foi um verdadeiro caos e eu entendi a situação: se você está com a vida estruturada há dez, quinze, vinte anos em um município numa cidade e de repente o curso foi fechado, temos que encontrar uma solução para os seus casos criados. Quando ainda envolvia Assis, Marília e Presidente Prudente era mais fácil, mas quando, por exemplo, de Marília para Araraquara era mais complicado (MARTINS, Luiz Ferreira *apud* Castilho, 2009).

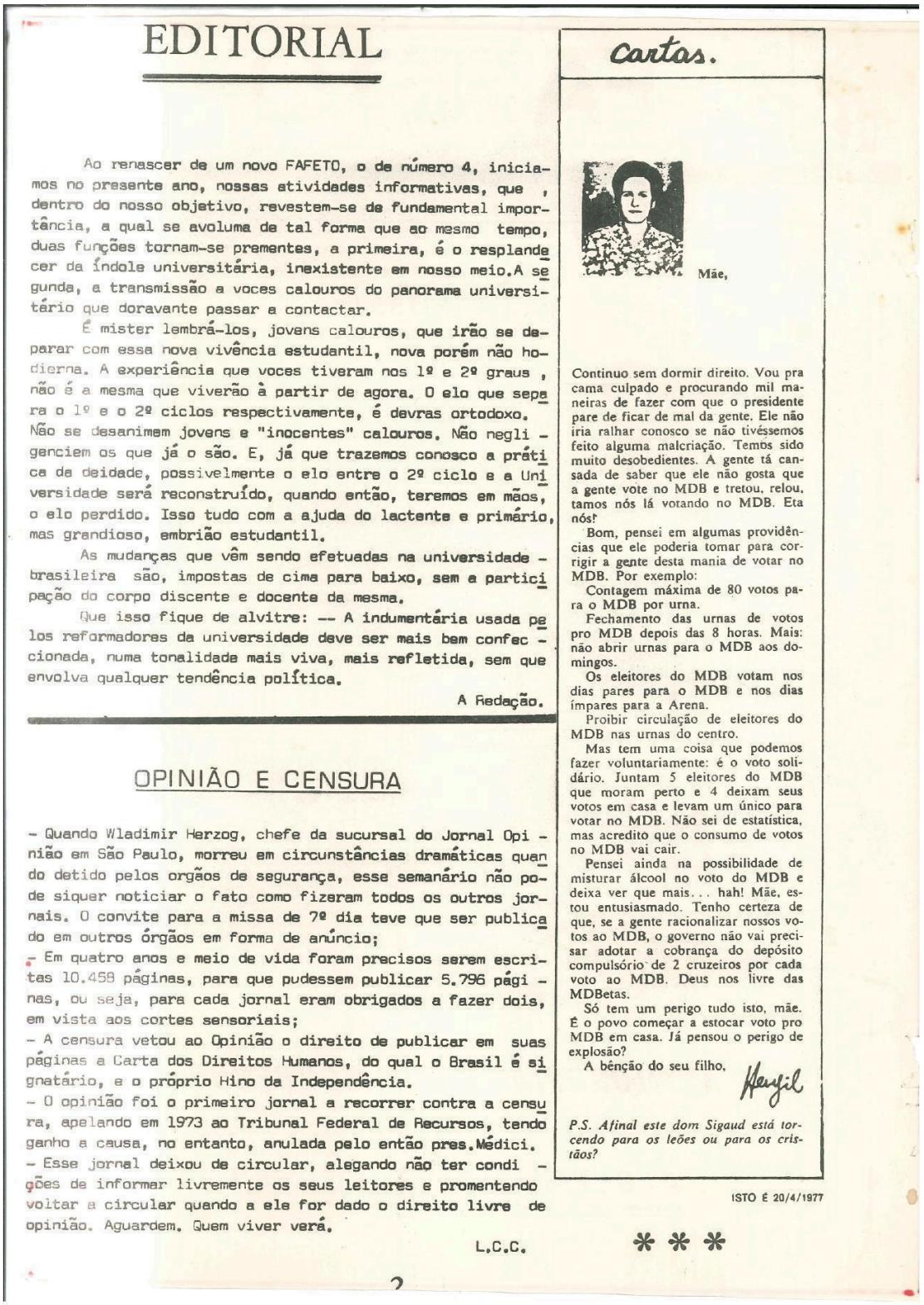
Para lidar com os desafios da chamada reestruturação, foi criado o Grupo Especial de Assessoramento (GEA) e o Conselho Universitário Provisório (COPr), que buscavam a otimização de investimentos nos novos campus que enfrentavam uma distância geográfica e, "[...] a não duplicação de cursos dada à racionalização administrativa que buscava aglutinar os cursos de determinadas áreas em apenas um campi" (Castilho, 2009, p. 168), algo mais comum na área de Ciências Humanas.

> Na medida em que existia esta duplicidade de cursos em diferentes campi, muitas vezes muito próximos um do outro, estariam sendo utilizados, recursos em dobro ou desviando recursos que poderiam ser alocados para outras regiões. Acreditava o reitor que esta problemática teria sido o estopim que culminou em uma reforma caracterizada pelo verticalismo, não permitindo a flexibilidade de discussões e de participação das comunidades acadêmicas como um todo, como já foi colocado (Castilho, 2009, p. 169).

Por exemplo, nas Faculdades de Filosofia Ciências e Letras das cidades de Assis e Marília, que dispunham ambas de cursos de História, foi fechado o curso de História em Marília. Igualmente, o curso de Letras (Modernas, Vernáculas e Clássicas) que havia em Marília foi encerrado e continuou apenas em Assis e Araraquara, somado ao curso de Filosofia que havia em Assis, que foi realocado em

Marília.

Figura 26 – Editorial da 4ª edição



EDITORIAL

Ao renascer de um novo FAFETO, o de número 4, iniciamos no presente ano, nossas atividades informativas, que , dentro do nosso objetivo, revestem-se de fundamental importância, a qual se avoluma de tal forma que ao mesmo tempo, duas funções tornam-se prementes, a primeira, é o resplandecer da índole universitária, inexistente em nosso meio.A segunda, a transmissão a voces calouros do panorama universitário que doravante passar a contactar.

É mister lembrá-los, jovens calouros, que irão se deparar com essa nova vivência estudantil, nova porém não hodierna. A experiência que voces tiveram nos 1º e 2º graus , não é a mesma que viverão à partir de agora. O elo que separa o 1º e o 2º ciclos respectivamente, é devras ortodoxo. Não se desanimem jovens e "inocentes" calouros. Não negligenciem os que já o são. E, já que trazemos conosco a prática da deidade, possivelmente o elo entre o 2º ciclo e a Universidade será reconstruído, quando então, teremos em mãos, o elo perdido. Isso tudo com a ajuda do lactente e primário, mas grandioso, embrião estudantil.

As mudanças que vêm sendo efetuadas na universidade brasileira são, impostas de cima para baixo, sem a participação do corpo discente e docente da mesma.

Que isso fique de alvitre: -- A indumentária usada pelos reformadores da universidade deve ser mais bem confeccionada, numa tonalidade mais viva, mais refletida, sem que envolva qualquer tendência política.

A Redação.

OPINIÃO E CENSURA

- Quando Wladimir Herzog, chefe da sucursal do Jornal Opinião em São Paulo, morreu em circunstâncias dramáticas quando detido pelos orgãos de segurança, esse semanário não pode siquer noticiar o fato como fizeram todos os outros jornais. O convite para a missa de 7º dia teve que ser publicado em outros órgãos em forma de anúncio;
- Em quatro anos e meio de vida foram precisos serem escritas 10.458 páginas, para que pudessem publicar 5.796 páginas, ou seja, para cada jornal eram obrigados a fazer dois, em vista aos cortes sensoriais;
- A censura vetou ao Opinião o direito de publicar em suas páginas a Carta dos Direitos Humanos, do qual o Brasil é signatário, e o próprio Hino da Independência.
- O opinião foi o primeiro jornal a recorrer contra a censura, apelando em 1973 ao Tribunal Federal de Recursos, tendo ganho a causa, no entanto, anulada pelo então pres.Médici.
- Esse jornal deixou de circular, alegando não ter condições de informar livremente os seus leitores e promentendo voltar a circular quando a ele for dado o direito livre de opinião. Aguardem. Quem viver verá.

L.C.C.

2

Cartas.

Mãe,

Continuo sem dormir direito. Vou pra cama culpado e procurando mil maneiras de fazer com que o presidente pare de ficar de mal da gente. Ele não iria ralhar conosco se não tivéssemos feito alguma malcriação. Temos sido muito desobedientes. A gente tá cansada de saber que ele não gosta que a gente vote no MDB e tretou, relou, tamos nós lá votando no MDB. Eta nós!

Bom, pensei em algumas providências que ele poderia tomar para corrigir a gente desta mania de votar no MDB. Por exemplo:

Contagem máxima de 80 votos para o MDB por urna.

Fechamento das urnas de votos pro MDB depois das 8 horas. Mais: não abrir urnas para o MDB aos domingos.

Os eleitores do MDB votam nos dias pares para o MDB e nos dias ímpares para a Arena.

Proibir circulação de eleitores do MDB nas urnas do centro.

Mas tem uma coisa que podemos fazer voluntariamente: é o voto solidário. Juntam 5 eleitores do MDB que moram perto e 4 deixam seus votos em casa e levam um único para votar no MDB. Não sei de estatística, mas acredito que o consumo de votos no MDB vai cair.

Pensei ainda na possibilidade de misturar álcool no voto do MDB e deixa ver que mais... hah! Mãe, estou entusiasmado. Tenho certeza de que, se a gente racionalizar nossos votos ao MDB, o governo não vai precisar adotar a cobrança do depósito compulsório de 2 cruzeiros por cada voto ao MDB. Deus nos livre das MDBetas.

Só tem um perigo tudo isto, mãe. É o povo começar a estocar voto pro MDB em casa. Já pensou o perigo de explosão?

A bênção do seu filho,

Hergil

P.S. Afinal este dom Sigaud está torcendo para os leões ou para os cristãos?

ISTO É 20/4/1977

* * *

O editorial, texto opinativo que expressa a posição do periódico, é usualmente

escrito como uma espécie de artigo de opinião, não assinado por autores individuais, mas sim pela redação ou editores-chefes. Este inaugura a quarta edição, “ao renascer de um novo FAFETO”, um texto de abertura que representa a postura do jornal. O texto apresenta as duas funções do periódico estudantil, sendo a primeira “o resplandecer da índole universitária, inexistente em nosso meio” e a segunda “a transmissão do panorama universitário”, fazendo uma espécie de boas-vindas àqueles que estão ingressando no ensino universitário, porém o corpo editorial discente já se posiciona ao postular que “as mudanças que vêm sendo efetuadas na universidade brasileira são, impostas de cima para baixo, sem a participação do corpo discente e docente da mesma”. O que une a crítica à Reforma Universitária de 1969 com as consequentes mudanças universitárias nacionais que passaram a ocorrer desde então, sendo a Unesp uma consequência desta.

O texto seguinte intitulado “opinião e censura” assinado apenas com as iniciais “L.C.C.” sinaliza para as dificuldades vividas por periódicos que compunham a imprensa alternativa e nanica brasileira, em especial o jornal *Opinião*, semanário brasileiro mais influente da imprensa alternativa dos anos 1970 (Kucinski, 1991). O primeiro parágrafo do texto ressalta as dificuldades, mencionadas anteriormente na dissertação, sobre a própria divulgação da notícia de morte de Vladimir Herzog, “chefe da sucursal do Jornal Opinião”, jornalista e professor da USP detido, torturado e morto nas instalações do DOI-CODI, sendo que mesmo “o convite para a missa de 7º dia teve que ser publicado em outros órgãos em forma de anúncio”.

Lançado em 1972 por Fernando Gasparian durante o governo de Emílio Médici, o jornal *Opinião* chegou a tiragem de 38 mil exemplares semanais, dirigido por representantes da burguesia nacional e por jornalistas resistentes ao sistema vigente, o *Opinião* foi concebido para ser um canal de manifestação de intelectuais e jornalistas de oposição, um instrumento ao regime ditatorial brasileiro desde os aspectos gráficos até a linha editorial que o jornal seguia. Um segundo dado apontado no texto “opinião e censura” pelos estudantes é exatamente que metade do conteúdo do *Opinião* em seus quatro anos e meio de vida, até aquele ano, 1977, foi censurado, segundo Fernando Gasparian, metade do material produzido ao longo da sua existência foi proibido pelos censores (Souza, 2019). Pois agentes da censura instalaram-se na redação do jornal a partir da quinta edição e saíram apenas quando a publicação fechou, 222 semanas depois.

O terceiro texto que aparece disposto na vertical da primeira página do

FAFETO de número 4 é uma reprodução da *Isto É*, intitulado “Cartas”. *Cartas da Mãe* foram cartas que o cartunista Henfil[95] escreveu para sua mãe, Dona Maria, eram publicadas em jornais e revistas, que posteriormente foram organizadas em formato de livro físico.

Uma produção artística e literária de Henfil que expressavam estratégias de resistência em tempos militares. A censura não veio para o cartunista com essas publicações que conduzem o público-leitor a debates da conjuntura da época. Henfil conta com acidez em sua prosa, e retratava assim diversos temas, tais como, os medos e anseios de ter seu irmão Betinho no exílio, na campanha pela anistia e as greves do ABC paulista.

A carta reproduzida de 20 de abril de 1977, satiriza os mecanismos que o regime militar tinha para que não houvesse votos no MDB, o partido de oposição permitido por militares, nas eleições do bipartidarismo instalado. Finaliza com “só tem um perigo tudo isto, mãe. É o povo começar a estocar voto pro MDB em casa. Já pensou o perigo de explosão?”.

Figura 27 – “A filosofia está morrendo...”

[95] Henrique de Sousa Filho, mais conhecido como Henfil, foi desenhista, jornalista e escritor. Ficou célebre por desenhos com forte teor político-social. Foi embalador de queijos, *boy* de agência de publicidade e jornalista, até se especializar, no início da década de 1960, em ilustração e produção de histórias em quadrinhos. Henfil teve uma atuação marcante nos movimentos políticos e sociais do país, lutando contra a ditadura, pela democratização do país, pela anistia aos presos políticos, e pelas Diretas Já. Era irmão do sociólogo Herbert de Sousa (1935-1997), o Betinho, e do compositor e violonista Francisco Mário (1948-1988). Os três irmãos eram hemofílicos e morreram após contraírem o vírus da aids em transfusões de sangue. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/henfil/ Acesso em: 3 jun. 2025.

A FILOSOFIA ESTA MORRENDO...

Difamação. Assalto à moralidade da pro-priedade pública. Depredação. Desrespeito à quilo que é nosso, e que nos ofereceu tanta coisa, inclusive o pão-nosso de cada dia.

Calma pessoal! Não é nada disso. A nossa capa vai diretamente à essência da coisa e o nosso antigo prédio é colocado apenas como modelo concreto, visando, sobretudo, a reflexão. Só a partir dela é que as coisas podem ser mudadas sem terem como resultado o caos e a anarquia. Note-se que é isto, exatamente, que falta nas últimas modificações - por nós vividas. E isso dói.

Junto a nossa capa, indagamos sempre e sempre sobre a importância da Faculdade de Filosofia na sociedade atual. A resposta é vaga. Talvez, dando uma visão histórica da sua implantação e evolução, conexada sempre à problemática da Universidade, onde estão - em jogo duas opções: o ensino e a pesquisa , possamos obter uma resposta.

Dois exemplos importantes existem e - são citados. A mais antiga, a Universidade - de Bologna, estruturada por corporações de alunos que estabelecem os professores a serem contratados, de acordo com o que querem aprender. Mais à frente, no séc.XII, a Universidade de Paris, constituída por uma corporação de professores, de índole profissional , como outra corporação qualquer. Tanto essas como outras,existiam num contexto, onde só a igreja tinha o poder de reconhecer as corporações, e é claro, reconhecia-as se fossem de encontro aos seu interêsses. Por outro lado, a Universidade tem um lugar determinado na estrutura social, e assim, uma certa autonomia nas suas decisões, acontecento o desenvolvimento das ciências naturais por entre as inelásticas academias de teologia, direito e medicina.

No Brasil, desde o início, a implantação de estabelecimentos de ensino, no século XIX, seguiram um objetivo utilitarista e imediato.

Em 1931 é que se introduz um núcleo de filosofia e ciências, respeitadas as antigas escolas profissionalizantes. Há o acoplamento dos sábios às corporações profissionais . Foi obedecendo essa linhagem que se instaura a USP, resguardando, porém, a autonomia e o desenvolvimento de pesquisas não-imediatistas.

Durante a II Guerra Mundial, foram os teóricos da filosofia que redescobriram e distribuíram know-how às indústrias para a localização de navios afundados.

Com a queda da ditadura, acontece a expansão universitária. As faculdades de Filosofia voltam-se para o fim único da formação de professores. É plantada a semente da Universidade atual, do vestibular e da licenciatura curta.

O valor da filosofia, hoje, está ligado ao da Universidade, a sua capacidade como canal de ascensão social. Doutro modo, como a Filosofia é parte do sistema universitário, é veículo para que o sistema social reproduza-se a si mesmo. Serve como demolidora de tensões sociais, à medida que abre perspectivas no campo de trabalho.(?) O sistema social reproduz-se a si mesmo através da Universidade, na proporção em que os indivíduos de maior ou menor poder aquisitivo possam procurar profissões que dêem continuidade à essa situação. E a filosofia, onde se situaria - dentro dessa perspectiva?

A crise da filosofia no Brasil, está - ligada a todo o sistema educacional, de situação calamitosa, e também ao complexo político-econômico, já que dalí partem as decisões sobre a verba a ser aplicada na Educação e sobre o que deve ser ensinado: O Brasil é,em volume de recursos orçamentários aplicados à Educação, o último da América Latina, vindo com 6% do HAITI, que investe cerca de 7,6%.

Essa crise está conectada à da Universidade, que, para enxergá-la basta acompanharmos os jornais, dia-a-dia. Veremos que a Educação tornou-se uma preocupação de economistas e não de educadores.

Isso tudo, em meio a uma chuva de pressões que impedem a discussão livre das idéias e logo, castram a seu desenvolvimento. Com respeito a tal fato, Júlio de Mesquita Neto se pronuncia aos alunos da Faculdade S.Luíz, da seguinte forma:

-..."uma coisa é a democratização da cultura, via que leva ao caminho da igualdade democrática de oportunidades; outra, muito diferente, é a vulgarização do ensino douto, que mobraliza nossas universidades,criando escolas de nível superior ao sabor da pressão das paixões políticas, ou das leis da economia de mercado.-..."Será necessário dizer que por aí se compromete na base uma das funções da universidade, que além de imprimir racionalidade instrumental em termos eficiência técnico-profissional, para aumento da produtividade nos sistemas econômicos, deve, por igual, incutir nos alunos racionali-

Figura 28 – “A filosofia está morrendo…”

dade crítica e criadora sobre as condições e sentido do desenvolvimento?"-..."Há, certamente, uma consciência nacional do problema; e a Nação continua onde sempre esteve: na expectativa. Porque a revolução de 1964 preferiu a habilidade em diblar situações e lubridiar legítimas reivindicações dos estudantes à experiencia e competência no campo educacional: ao ministro educador para a pasta de Educação e Cultura, preferiu-se o ministro com êxito na política partidária e estrategista de vitórias políticas e eleitorais."..
"As soluções autoritárias, centralizantes - não são o caminho da justiça social. Na política em geral, como em política educacional. Conduzem sim, ao agravamento do problema e as novas instâncias autoritárias, à guisa de despistamento e racionalização."...-"E, por paradoxal que pareça, reconduz-nos, outros - sim, à firme crença na educação, que é educação na liberdade. Se persiste, como nunca, a tentação totalitária, se alunos e professores hoje, apesar de tantas medidas repressivas, ainda se sentem inseguros ante as investidas da ideologia marxista, não é razão para que se adote uma política de restrição à liberdade de manifestação do pensamento e expressão: é razão para mais liberdade cultural, para mais debate, para mais diálogo. E é esse o clima da universidade liberal, que se quis subverter, primeiro com a tentativa de seu - infeudamento ao pensamento marxistizante, depois com a desastrada interverção política, tanto mais desastrada .quanto mais se fez distante da política democrática e sob o signo do autoritarismo."

Afinal, A QUEM CABE A CULPA ???

A "visão" nos dá alguns elementos a este respeito: "A culpa é da TV, que subverte o processo tradicional da informação. É das revistas em quadrinhos. É do govêrno,que distribui poucas verbas e não apresenta um planejamento coerente, fundado em dados reais da situação educacional no Brasil. É das Universidades que gastam mal seus recursos. É dos professores, que não se reciclam. É dos particulares, que cobram muito por cursos abaixo da crítica. É de quem decide os salários dos mestres.

Seja de quem for -- se culpa há--, a verdade que a educação como praticada no país tem mostrados resultados tão calamitosos que alguém precisa ser responsabilizado por isso."

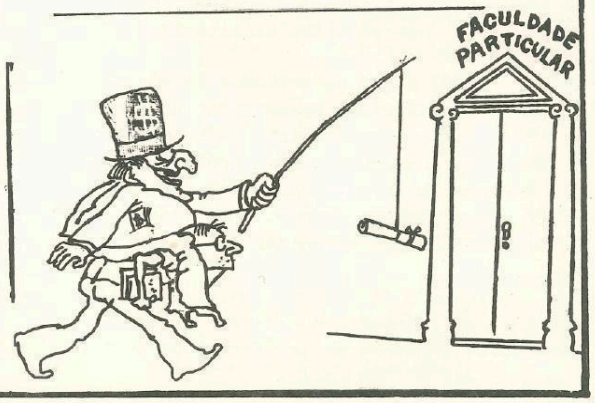
P E D R A S . . .

Pedras pontiagudas
perfuram a carne cansada
dos pés pelados,
Andando por cima delas
passamos
pasmados
por tendências, religiões e
sistemas,
monarquias e anarquias,
catolicismos e dizimismos,
machismo e puxassaquismos,
alegrias desconexas,
canções de ninar
cantadas a inertes
velhos em asilos,
carnavais
desilusões,
crianças com olhos
lagrimados,
terras tenras
empoeirando o telhado
dos cabelos,
calejadas mãos acarinhando
com afeto,
os cabelos claros
dos filhos famintos,
amores destruídos.

Casais derramando
o sangue menstrual
sobre seus próprios corpos.
Casas caídas.
Imagens embaçadas.
Frases perdidas, como
este poema.

Isso tudo,
produto
de muitas pedras
pontiagudas
dos nossos dias.

-walmir-



4

“A filosofia está morrendo…”, texto que tem início na página 3 e termina na

página 4, dialoga diretamente com o público-leitor ao explicar a ilustração na capa do periódico estudantil, “calma pessoal! não é nada disso. A nossa capa vai diretamente à essência da coisa e o nosso antigo prédio é colocado apenas como modelo concreto, visando, sobretudo, a reflexão”, a frase que emerge como uma resposta do que seriam ou do que serão acusações advindas do desenho feito por Waldir. O texto discorre sobre a importância da Faculdade de Filosofia na sociedade da época, a partir de uma reflexão sobre a própria função da universidade no século XIX, na crítica à sua lógica como estabelecimento de ensino com objetivo utilitarista e imediato.

Sob esse aspecto, o texto disserta sobre os contrapontos em que “as faculdades de Filosofia voltam-se para o fim único da formação de professores”, consideram que existe também a “sua capacidade como canal de ascensão social”, sem esquecer a forma como “o sistema social reproduz-se a si mesmo através da Universidade…”. Todavia “a crise da filosofia no Brasil”, pode ser entendida também como a crise que passaram a viver as Faculdades de Filosofia após a Reforma Universitária, uma vez que diversas instituições de ensino superior passaram a ser questionadas quanto sua utilidade pública na formação de professores, somado ao fato que a própria Filosofia enquanto disciplina era mal vista aos olhos daqueles que estavam à frente da política nacional, os militares.

> Uma das bandeiras do movimento estudantil que entraram em linha de confronto direto com o governo ditatorial foi a histórica luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade. As ações dos estudantes incluíam a realização de seminários e congressos, que denunciavam e criticavam “o acesso restrito às Universidades, lutando pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade e pela liberdade política” (ZAPARTE, 2011, p. 164). Esse posicionamento em defesa de um modelo de universidade que se opunha diametralmente ao projeto político e de desenvolvimento dos militares transformou a reforma universitária num tema espinhoso para o regime, que buscou alternativas de ação que fossem além da repressão aos protestos estudantis (Daefiol, 2021b, p. 55).

O problema educacional, segundo o corpo editorial estudantil, foi agravado por seus dirigentes, pois, “a crise da Filosofia no Brasil, está ligada a todo o sistema educacional, de situação calamitosa, e também ao complexo político-econômico, já que dali partem decisões sobre a verba a ser aplicada na Educação, e sobre o que deve ser ensinado”, nesse sentido pontuam que “[...] a Educação tornou-se uma preocupação de economistas e não de educadores”.

É importante lembrar que a Reforma Universitária de 1969 teve como base preceitos do acordo estabelecido em sigilo entre o MEC e a USAID, sendo o

principal alvo o ensino superior, um nível estratégico da educação. O objetivo da reforma era estabelecer uma formação técnica que fosse mais ajustada ao plano desenvolvimentista, em consonância com a política norte-americana para o país. O projeto de reforma era contrário à perspectiva anteriormente defendida pela UNE, sendo essa uma normativa que reverberou até o final do regime de exceção.

A reflexão “A quem cabe a culpa?” aponta diversos culpados: governo, universidades, professores, mídia e instituições particulares. Trata-se assim de um texto que estabelece uma crítica contundente à perda de relevância da Filosofia e, por extensão, das Ciências Humanas nas universidades e na sociedade brasileira, especialmente em um contexto de crise educacional, econômica e política, mas termina sem uma resposta definitiva, convidando à autorreflexão.

Há, por fim, um poema assinado por Walmir, intitulado “Pedras…”, seguido por uma charge onde há um homem com uma cartola com um cifrão estampado, ao lado dele há outro homem, em uma disposição minúscula, guiado por uma varinha com o que parece ser um diploma que o direciona para a porta da “faculdade particular”, a charge não está assinada, sendo seu autor não identificado. Tanto o texto, quanto o poema e a charge se conectam à medida que parecem reivindicar uma universidade mais democrática, crítica e menos subordinada ao mercado.

Qual a mudança?

Figura 29 – “Qual a mudança?”

QUAL A MUDANÇA ?

A funcionalidade ideal de uma escola depende da união de dois aspectos importantes: o físico e o humano. O aspecto físico é caracterizado pela estrutura técnico- ambiental; e, o humano, por sua vez,representa-se através das relações mantidas entre os indivíduos.

Nossa discussão fundamenta-se na dialética indivíduo-escola, e, assim sendo, os indivíduos sentem-se bem ou mal de acordo com as ligações possíveis entre a escola e o mundo exterior.

Baseados nos pressupostos acima, procuraremos analisar as condições que ora se nos deparam no "campus universitário".

Assim, ao pensar no aspecto físico, não poderíamos, inicialmente, omitir o fator localização. Nele está incluído a via de acesso, onde temos um transito bastante perigoso e cheio de problemas. O coletivo, mesmo quando não atrazado, a derramar os serventuários pelas janelas. O aperto. O nervosismo. O perigo de atropelamento ao atravessarmos a movimentada via perimetral.

O arame que circuda a Filosofia, representando o próprio isolamento entre ela e a comunidade, e que dá a impressão de nos colocar na condição de "carneirinhos". O vazio. O espaço aberto ao redor, no sentido de ser um alvo fácil, que abate nossa cidade durante a maior parte do ano.

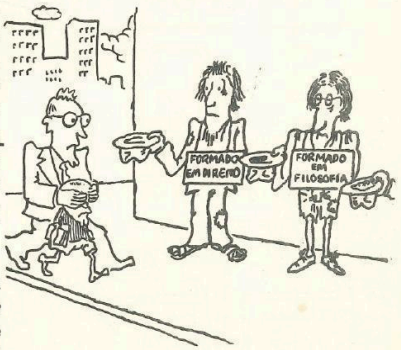
Nesse espaço foi erguido nosso prédio, e, poderíamos perguntar, até que ponto - sua arquitetura levou em conta as características específicas do local, pelo menos em sua estrutura interna, para torná-lo um ambiente sempre agradável e acolhedor. Pelo - contrário, o prédio não absorve adequadamente os fenômenos naturais, como o vento e a chuva.

Por outro lado, dentro de sua estrutura, qual o mínimo de espaço destinado ao lazer, que fizesse da faculdade não uma permanência forçada,mas expontânea, onde o aluno pudesse desenvolver uma atividade cultural criativa, sobretudo colocando em prática a teoria que lhe é despejada na sala de aula e na biblioteca?

Sabemos que o desempenho dessas atividades depende, e muito, de como nos é apresentada a teoria, no sentido da sua inter-relação com a circunstância imediata e da tecnologia aplicada como veículo da mesma. A bem da verdade, não há uma técnica mais desenvolvida. Tudo fica a nivel de abstração. Aliás, inexiste a preocupação de recorrer aos meios disponíveis para uma melhor eficiência do ensino, e, com isso, não são fornecidos aos alunos subsídios culturais necessários para o desenvolvimento de sua atividade criativa. A essência está na imitação e em nada mais. Tudo isso é importante para que o aluno se posicione criticamente diante de uma realidade e em direção à pesquisa. O objetivo é a única e exclusiva formação de professores, e, ainda assim, pelas razões acima expostas, de um nível discutível.

Mesclado a essa estrutura técnico-ambiental está o aspecto humano, que pretendemos analisar doravante. Ele é composto de um grande número de inter-relações. Tentaremos abordar as mais importantes.

Perguntemo-nos. Qual o grau da relação de aluno para aluno em nossa faculdade ? Pensemos. Os alunos se fecham em pequenos grupos, geralmente, determinados pelas áreas de estudos a que pertencem,gerando, consequentemente, uma certa rivalidade entre os mesmos, situação que, em muitas vêzes, transcendem o nível dos alunos e atingem o dos professores. Nesse - contexto, não podemos conceber a existencia de um espírito universitário como um todo, unido para a defesa de uma causa qualquer, abortando, de início, a consciência dos problemas que envolvem nossa escola, e, numa visão mais ampla, a Universidade Brasileira.



É preciso haver, também, a relação entre os professores e alunos, principalmente fora da sala de aula, onde a experiência vivida pode ser transmitida de maneira mais aberta. O número de

(continua..)

5

Figura 30 – Qual a mudança?

Qual...?

professores que se expõem a essa relação é limitado. O mesmo se diga quanto aos alu - nos. Há casos que tal relação é restrita - mesmo em classe.

Paralelamente, a relação aluno-aluno e deste com o professor, está a relação fa - culdade-meio, que inclui uma gama de rela- ções entre a escola e a comunidade, que de veria existir, mas que, em nosso caso não existe. Basta procurar saber se tentamos - ou não, em algum tempo, oferecer-lhe algo, indo até ela, ou mesmo trazendo-a até nós. Ao par disso, que não haja extranheza quan do a ela pedirmos ajuda e essa ajuda nos for negada.

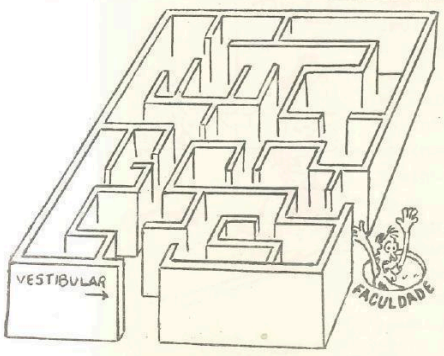
Eis que, finalmente, muitas indagações pairam no ar...

-Em que sentido, a mudança de prédio - vai solucionar, efetivamente, senão todos, pelo menos grande parte dos nossos velhos problemas? -Não significará, essa mudança, apenas uma simples substituição dos anti - gos por novos problemas? -Até quando as ne cessidades da escola serão atendidas satis fatóriamente, (se é que o serão) através - das condições precárias de funcionamento - do novo prédio? (ninguém pode contestar o fato de que a biblioteca e diversos outros setores estão funcionando provisoriamente em espaços inadequados, originalmente des- tinados para outros fins). -A escola está espacialmente estruturada, de modo que te- nhamos as condições básicas e necessárias para um melhor desenvolvimento das nossas atividades, ou é o espaço que determinará qualitativa e quantitativamente as ativida des possíveis?

Compete a alguém, num tempo hábil, an- tes em ação do que em meras palavras, a - obrigação de uma resposta satisfatória às questões formuladas.

E, finalmente retornaremos à questão básica:

"A QUEM CABE A CULPA?"



6

...AINDA, MUDANÇAS

A idéias fixa de que alguma coisa deve ser mudada está na índole do bra- sileiro. Até aí nada teria de anormal, se as mudanças não fossem de caráter - imediatistas, e, além disso, carentes de critérios lógicos. Exemplo temos, e muitos. A criação da nossa "universida de" é um bem flagrante.

A nossa intenção, no entanto, re- sume-se a um problema que nos afeta de maneira mais direta, ou seja, o da mu- dança da biblioteca para o "campus".

Inicialmente, causa-nos estranhe- za a absurda decisão de se mudar às pressas de um prédio para outro, sobre tudo, em época de aulas. Por outro la- do, essa mudança seria menos problemá- tica se, de imediato, a tranferência da biblioteca fosse efetuada concomi - tantemente com a dos cursos. Aliás, a situação se agravou tanto para os cur- sos transferidos, como também, para os que lá já estavam, pois, as atividades da mesma foram totalmente paralizadas desde o dia 31 de março, portanto, há quase um mes.

Imaginem os senhores, o tempo per dido, jamais recuperado, e as condi - ções que estamos levando os cursos, já que a utilização dos livros é impres- cindível ao desenvolvimento normal - dos mesmos.

Ah! Íamos esquecendo-nos de outro problema igualmente grave: -... e o Xe rox, como ficamos nessa história???

E, finalmente, a questão básica retorna intermitente e imperativamente drástica:

A QUEM CABE A CULPA?

"Tinha tanto medo de tomar posição que quando rezava pedia: "nos dai hoje o pão nosso de cada dia que o diabo a- massou."

* * *

"Para aceitar essa propaganda tola e u fanista em que gastam nosso dinheiro na TV, confesso que seria necessário ter uma inteligência menos privilegia da do que a dos mais estúpidos dos meus concidadãos".

* * *

"Todos os países são difíceis de go- vernar. Só o Brasil é impossível".

* * *

"E, se algum dia, alguém se lembrar de nós, possa dizer para todos: Essa foi sua mais vergonhosa hora."

(Millor)

Mais uma vez o texto jornalístico discente se apresenta em duas páginas, um padrão nessa edição do jornal estudantil, trata-se de um texto com narrativa clara na norma culta da língua portuguesa que se posiciona criticamente sobre algumas

condições do novo campus universitário. A discussão apresentada “fundamenta-se na dialética indivíduo-escola”, ou seja, no que conceituam como “a funcionalidade ideal de uma escola” que segundo os mesmos, depende de dois fatores: físico e humano. Sendo o fator físico, em suma, a estrutura técnico-ambiental e o humano, as relações sociais travadas dentro de tais espaços físicos escolares.

As condições analisadas no novo Campus I, são: localização, transporte coletivo, arame e o prédio. As dificuldades da via de acesso já haviam sido apontadas no FAFETO de número 2, no ano anterior, e seguem reverberando como insatisfação ainda latente no FAFETO de número 4, assim como o transporte público, que se não está “atrasado, a derramar os serventuários pelas janelas. o aperto. o nervosismo. o perigo de atropelamento ao atravessarmos a movimentada via perimetral”, se somam ao incômodo com “o arame que circunda a Filosofia”, pois na antiga FAFI, agora Campus II, não haviam cercas ou muros, apenas uma unidade de ensino superior em meio a cidade, cercada por árvores e bancos de cimento.[96]

O arame é apontado pelo corpo editorial discente como “representando o próprio isolamento entre ela [a Universidade] e a comunidade, e que dá a impressão de nos colocar na condição de ‘carneirinhos’”. Uma medida de segurança que isolava ainda mais o pertencimento da comunidade local em relação ao perímetro universitário. Seguida pela crítica à falta de estudos sobre a construção do prédio e sua localização geográfica, pois “o prédio não absorve adequadamente os fenômenos naturais, como o vento e a chuva”.

Na fotografia abaixo, que marca o evento de inauguração da pedra fundamental da ainda FAFI em 1975 — dois anos antes desta edição do FAFETO — apresentada anteriormente em outro ângulo, podemos perceber na paisagem de fundo, como a nova localização do prédio universitário configurava-se em um terreno ainda ermo, ao lado da rodovia — o que é costumeiro em campus universitário, a fim de facilitar o deslocamento da comunidade acadêmica — no entanto, exposto às intempéries do clima, em um espaço descampado em via de expansão urbana.

Figura 31 – Paisagem da Inauguração da Pedra Fundamental do Campus I

[96] Cabe ressaltar que atualmente o Campus II, localizado na Avenida Vicente Ferreira, é cercado por grades e que sua porta principal fica trancada, sendo a entrada possível apenas pelo portão do estacionamento.



Fonte: Memorial Fotográfico da FFC.

Na sequência desse texto há observações sobre a falta de espaços para o lazer e para o convívio em comunidade, tanto entre professores e alunos, como também entre os próprios estudantes, que costumam “se fechar” em pequenos grupos, o que desencadeava uma situação onde “não podemos conceber a existência de um espírito universitário como um todo, unido para a defesa de uma causa qualquer”. Questionam assim “em que sentido, a mudança de prédio — vai solucionar, efetivamente, senão todos, pelos menos grande parte dos nossos velhos problemas? — Não significará, essa mudança, apenas uma simples substituição dos antigos por novos problemas?”.

Houve assim uma estranheza causada pela mudança aos estudantes, que mesmo após dois anos de instalação, ainda consideravam como algo repentino, a mudança do Campus II para o novo Campus I, que ocorreu mesmo sem haver uma estrutura adequada no novo espaço. O que é apontado por aqueles que escrevem o texto, é que grande parte dos novos problemas são resultado da falta de comunicação para com a comunidade universitária que ali seria instalada sobre o que seria necessário para o funcionamento desta, nesses dois aspectos apontados

no início do texto: físico e humano; um dos fatores que ocasionou a primeira greve da Unesp de Marília, em 1977, “aliás, a situação se agravou tanto para os cursos transferidos, como também, para os que lá já estavam, pois, as atividades da mesma foram totalmente paralisadas desde o dia 31 de março, portanto, há quase um mês”. Sendo o ano de 1977 considerado como um ano marcante para as manifestações estudantis nacionais, segundo a socióloga brasileira Jordana Santos, pois

> A ditadura sofria um processo de enfraquecimento e abriram-se brechas para que os movimentos populares pudessem se mobilizar novamente. Podemos dizer que o culto ecumênico pela morte de Vlado realizado na Praça da Sé em 1975 demonstrou este crescimento da mobilização popular, pois reuniu desde estudantes e setores progressistas da Igreja Católica aos trabalhadores em geral. O ME vinha crescendo em organização desde este ano quando as tendências políticas (Liberdade e Luta, Refazendo, Caminhando entre outras) começaram a ganhar maior espaço entre os estudantes, liderando suas reivindicações e trazendo o ME ao cenário político outra vez. Este trabalho de reorganização foi alcançado graças aos Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) e às atividades realizadas dentro das universidades que conseguiram agregar a massa estudantil, colocando a importância da reconstrução das entidades e do fim do regime militar (Santos, 2010, p. 27).

Os textos “Qual a mudança?” e “A quem cabe a culpa?” são seguidos de uma charge de autor desconhecido. A charge é a ilustração de um labirinto, que na entrada há escrito “vestibular” seguido por uma flecha que direciona ao caminho do labirinto, e na saída do labirinto há um buraco, no qual a personagem está caindo, legendado como “faculdade”. Uma crítica pungente tanto ao vestibular enquanto processo classificatório para a entrada nas universidades, como também à própria “porta de entrada” da universidade, como um buraco abrupto. À direita da charge há quatro frases de Millôr Fernandes, que foi desenhista, humorista, escritor e jornalista brasileiro; conquistou notoriedade por suas colunas de humor gráfico e ácido em meios de comunicação tais como *Veja*, *O Pasquim* e *Jornal do Brasil*.

Figura 32 – Matéria jornalística da *Isto É*

ESTUDANTES

O que querem agora?

Até uma nova UNE pode surgir dessas discussões

Nirlando Beirão

De janeiro a abril, a universidade brasileira assistiu a uma dezena de episódios, pelo menos, que um observador desavisado consideraria, como sempre, isolados e fortuitos. A um analista dotado de um mínimo de argúcia, podem oferecer, porém, o aspecto de elos de uma mesma corrente. Houve invasões de restaurantes, assembléias gerais contra aumento de anuidades, simpósios pela reforma de currículos, greves gerais ou parciais, passeatas e até conflito com a polícia. Esses fatos geraram manifestos contra a censura, manifestações em repúdio ao fechamento do Congresso Nacional, solidariedade a políticos cassados, ciclo de conferências pelos direitos humanos, comissões universitárias pela anistia.

Alguns desses acontecimentos, por seu desdobramento, merecem ser observados mais minuciosamente. Em janeiro, os alunos da Universidade de Brasília foram surpreendidos com o novo preço de seu *bandejão* — servido num recinto sintomaticamente denominado "Palácio da Fome". De Cr$ 5,00, a refeição saltara para Cr$ 8,00. Os estudantes consideraram o preço indigesto demais e decidiram improvisar seu *bandejinha* no próprio diretório acadêmico, com recursos auferidos em pedágio de rua. Numa dessas coletas, um grupo deles foi preso pela polícia. Na UnB — nascida no berço do governo Goulart e crescida sob os rigores de crises periódicas — até a briga pela comida converte-se em tensão política insuportável. O preço da refeição acabou ficando nos Cr$ 6,00.

Nas PUCs do Rio, de São Paulo e de Porto Alegre, a abertura do ano letivo trouxe a ingrata surpresa de um aumento nas anuidades, em geral superior a 45% — e, portanto, superior ao índice de reajuste admitido pela estatística do governo federal. Em São Paulo e no Rio, a mobilização desaguou numa greve geral que só mesmo a interrupção da Semana Santa e a intervenção das autoridades educacionais, reduzindo o aumento, conseguiram amainar.

Em Porto Alegre, chegou a haver manifestação de rua. Pulando das verbas para a polícia, os universitários hastearam faixas contra o fechamento do Congresso e a prisão, pelos setores de segurança, de estudantes e professores, acusados de pertencerem a organizações clandestinas. A polícia interveio para demovê-los da idéia de prosseguirem a passeata pelo centro de Porto Alegre, na quarta-feira anterior à Semana Santa.

Visão panorâmica. Na Universidade São Paulo, que, embora já distante da reputação de melhor escola superior do país, ainda se reservava o consolo de ser considerada a mais liberal, a surpresa da *rentrée* foi um corte drástico de verbas, superior a 30% de um orçamento esperado de 2,4 bilhões de cruzeiros, municiado pelo governo estadual. É evidente que os cortes se abateriam sobretudo contra as pesquisas puras e as faculdades consideradas "menos relevantes" — por coincidência, aquelas, como Arquitetura, Ciências Sociais, Comunicações e Filosofia, que ainda cultivam, em seus currículos, o indesejável hábito de cultivar o senso crítico e a atenção política de seus alunos. Uma verba suplementar foi cobrada, pelos estudantes, em assembléias gerais, concentrações públicas e até uma passeata, com 5 mil adesões — passeata que seguiu, do campus do Butantã até o largo de Pinheiros, por alguns quilômetros de ruas e avenidas, sob vigilância de formidável aparato policial.

Na semana passada, os universitários da USP ganharam a promessa do governador Paulo Egydio Martins de que os recursos suplementares sairão. Paulo Egydio chegou a dizer que iria pessoalmente anunciar a boa nova, numa concentração marcada para a segunda-feira, diante da Reitoria. Por via das dúvidas, preferiu fazê-lo, mais confortavelmente, pelos matutinos — e não apareceu. Os universitários, prevenidos pelo primeiro blefe do governador, preferiram se precaver: continuarão em assembléia até ganharem uma certeza mais consistente do que as declarações de que sua reivindicação será realmente atendida. E, para não esperar ao relento, invadiram e ocuparam um salão geralmente abandonado — mas pomposamente chamado "Centro de Vivência" — do Instituto de Química, onde instalaram a sede de seu "DCE-livre". Em resposta, o reitor Orlando Marques de Paiva disse apenas que a atitude dos estudantes não era de sua conta, "mas da segurança pública". Por ora, contudo, os estudantes continuam gozando da visão panorâmica oferecida pelo "Centro de Vivência" para suas acaloradas discussões.

Fogo no circo? Bons ou maus, esses são presságios de que há coisas acontecendo nos territórios universitários brasileiros. O caldeirão ainda está tépido, mas logo pode entrar em ebulição. Desde 1968 que maio, além de mês das noivas, é também o mês dos estudantes. E a proximidade, ainda que meramente supersticiosa, pode ser fatal. Já está nítido que, entre os fluxos e defluxos da movimentação estudantil, o elemento de uma mobilização mais ou menos permanente estará presente, nos próximos dias e meses. A articulação não é nacional, mas pela primeira vez, após os tempos agitados de 67 e 68, estudantes de São Paulo tanto quanto os de Pernambuco, os de Minas como os do Rio Grande do Sul, os da Bahia ou de Goiás, esbarram num mesmo ponto de contestação — as verbas que custeiam seus estudos.

Daí para uma lição política é questão de apenas um passo: no momento em que o governo pára de comprar equipamentos para laboratórios ou deixa de consertar bebedouros nas escolas, os alunos se dão ao direito de falar genericamente na crise econômi-



7

Figura 33 – Sequência da matéria jornalística da *Isto É*

ca. No momento em que as dotações para o MEC decrescem (veja gráfico), arrogam a faculdade de interrogar, politicamente, em que degrau se encontra a educação nacional na escadaria das prioridades definidas pelo modelo brasileiro. Pela via da redução orçamentária, que, na maioria das escolas vai acabar não tendo conseqüência maior do que a paralização de uma obra ou outra, a política volta ruidosamente a povoar corações e mentes universitárias.

Será essa uma boa ocasião? Premidos pela impaciência que já se tornou lendária entre eles, estariam os estudantes se condenando a novo suicídio? Convém partir para a confrontação, agora que desafios muito mais tímidos, como a posição do MDB face à questão da Reforma Judiciária, são cortados pela raiz? Os universitários brasileiros estariam, mais uma vez, assumindo o triste papel de quem, por imprudência, está prestes a botar fogo no circo? Na aparência, pelo menos, toda essa ladainha de indagações e dúvidas se justifica, enfatizando o que poderia ser uma contradição fundamental entre a crescente arregimentação estudantil e o momento nacional — caracterizado pelo retraimento político e, sobretudo, pela expectativa.

Linguagem nova. Não se trata de suicídio — é a resposta das rejuvenecidas lideranças estudantis de São Paulo, do Rio, do Rio Grande do Sul, ouvidas na semana passada. Em sua opinião, o governo está muito mais ocupado por ora com outros projetos do que com as manifestações estudantis. Pelo menos enquanto essas se limitarem ao círculo das reivindicações administrativas. Acham que a crise econômica e a debandada de alguns setores do empresariado são mais inquietantes do que um pedido de reforço de verbas ou de redução no preço do *bandejão* universitário. Mas, para os novos líderes, esse pode ser o momento fecundo para se pensar na rearticulação, em outras bases. Eles querem testar, antes de mais nada, sua própria representatividade junto aos colegas. E, depois, a repercussão de suas mensagens junto a outros setores da população.

Essa disposição levou os estudantes paulistas a sairem às ruas com cartazes que estampavam a palavra de ordem "Contra a carestia". Ganharam aplausos dos que passavam ou dos que assistiram ao desfile pelas janelas, talvez porque estivessem se referindo a um drama concreto que diz respeito a todos, da classe média para baixo.

Não é bem como em épocas passadas — observam —, quando um punhado de jovens cabeludos intrometia-se pelo tráfego gritando contra entidades fantasmagóricas como o "imperialismo ianque", o problema dos excedentes ou o Acordo MEC-USAID, diante de uma platéia de olhares perplexos e confusos. Em geral, os estudantes procuram hoje dar a impressão de que as lições de 68 foram aprendidas. Ou, para falar no linguajar peculiar das lideranças, que foi feita, no fundamental, uma autocrítica.

Aliás, um dos sintomas das mudanças é o de que a própria linguagem já não é a mesma. As palavras de ordem e os debates nas assembléias gerais não convivem mais com expressões viciadas como "vou fazer uma colocação". Evitam-se as palavras "oportunismo", "reformismo" e "condições objetivas". Desterraram-se os chavões da era pré-Ato 5. O que pode parecer desprezível em termos de uma profunda análise sociológica do movimento estudantil, mas é pelo menos uma reconfortante dádiva aos ouvidos da saudável juventude que freqüenta os bancos da faculdade.

No caminho. Até mesmo os intransponíveis abismos ideológicos entre posições rivais, que transformaram, no passado, a esquerda universitária num rendilhado de tendências e em presa fácil para os adversários, vêm sendo ocultados — ou, por ora, adiados. Na Universidade de São Paulo, é bem verdade que três grupos poderosos, entre outros menores, estão disputando o poder no DCE e a liderança do movimento — "Liberdade e Luta", "Refazendo" e "Alternativa". Mas todos eles convergem para um mesmo objetivo estratégico, o combate pelas "liberdades democráticas". Conseguem, portanto, oferecer um exemplo de consenso a médio prazo, embora contribuam, saudavelmente, para promover um debate livre e aberto sobre como chegar a tal objetivo.

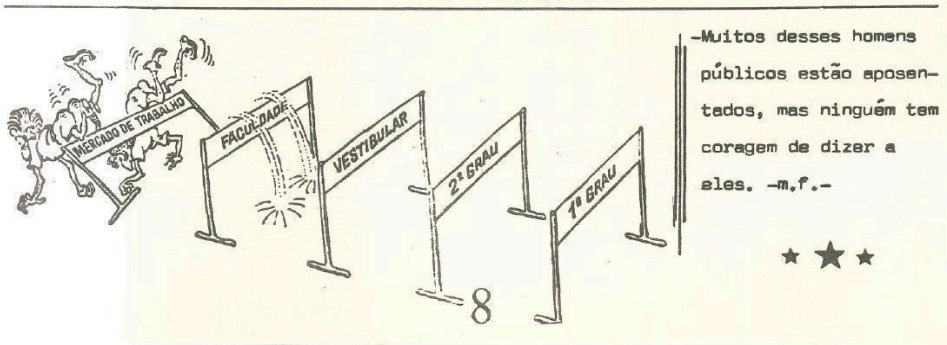
Dessa forma, conseguem fugir do vanguardismo inócuo que caracterizou a parcela do movimento estudantil mais radicalizada — e menos realista — dos anos 60. Houve dias, com efeito, em que o estudante brasileiro se imaginou o porta-bandeira da Revolução. Entrincheirados nos porões da Faculdade de Filosofia, na folclórica rua Maria Antônia, em São Paulo, ou no campus da Praia Vermelha, no Rio, imaginavam que dali sairiam numa radiosa manhã para conquistar a Bastilha — e atrás deles viria o povo. Houve até quem realmente saísse em busca dessa Bastilha ilusória. Os que o fizeram ficaram no caminho, pois o povo não os acompanhou.

Volta da UNE. Ao doloroso aprendizado se seguiu um longo silêncio nos campus, que serviu, de todo modo, para ditar lições de maturidade política às gerações que vieram depois. Maturidade que parece ter-se consolidado nas experiências de mobilização ressuscitadas a partir de 1973. Por que exatamente 73? Em razão da crise do petróleo e das primeiras fissuras no reluzente modelo econômico — como sugerem os estudantes? Ou em virtude do próprio abrandamento das posições do governo?

Normalmente, as lideranças do movimento estudantil não acreditam nas boas intenções dos governantes. Mas ainda que não se chegue a atribuir o renascimento político dos campus a um mero projeto teórico de distensão, é significativo notar que os avanços obtidos correspondem a fatos concretos como a vitória do MDB, em novembro — em eleição garantida pelo governo. Outro episódio que deu força e coesão ao movimento estudantil, como reconhecem as próprias lideranças, foi a morte do jornalista Wladimir Herzog numa cela do II Exército, em São Paulo. Os universitários se uniram aos setores que pediam uma investigação sobre a morte.

Não se viu também maior entusiasmo repressor — salvo tristes exceções, como a direção da Universidade de Brasília — quando, em meados do ano passado, em praticamente todo o Brasil, os alunos se dedicaram à tarefa de eleger seus diretórios acadêmicos por voto direto, desrespeitando a malfamosa Lei Suplicy, que regulamenta a representação estudantil. Mais significativo ainda talvez tenham sido as próprias passeatas das últimas semanas. Em outra situação, o resultado poderia ter sido violência, feridos e prisões a granel. Com recuos táticos e avanços, estudantes e governo parecem, enfim, encontrar um ponto de convivência pacífica. Ou será apenas uma trégua até uma confrontação mais dura? Há estudantes pensando em promover a reabertura da União Nacional dos Estudantes, como fruto de um terceiro Encontro Nacional dos Estudantes, marcado para maio. Este pode ser o momento da definição.

ISTO É 20/4/1977



-Muitos desses homens públicos estão aposentados, mas ninguém tem coragem de dizer a eles. -m.f.-

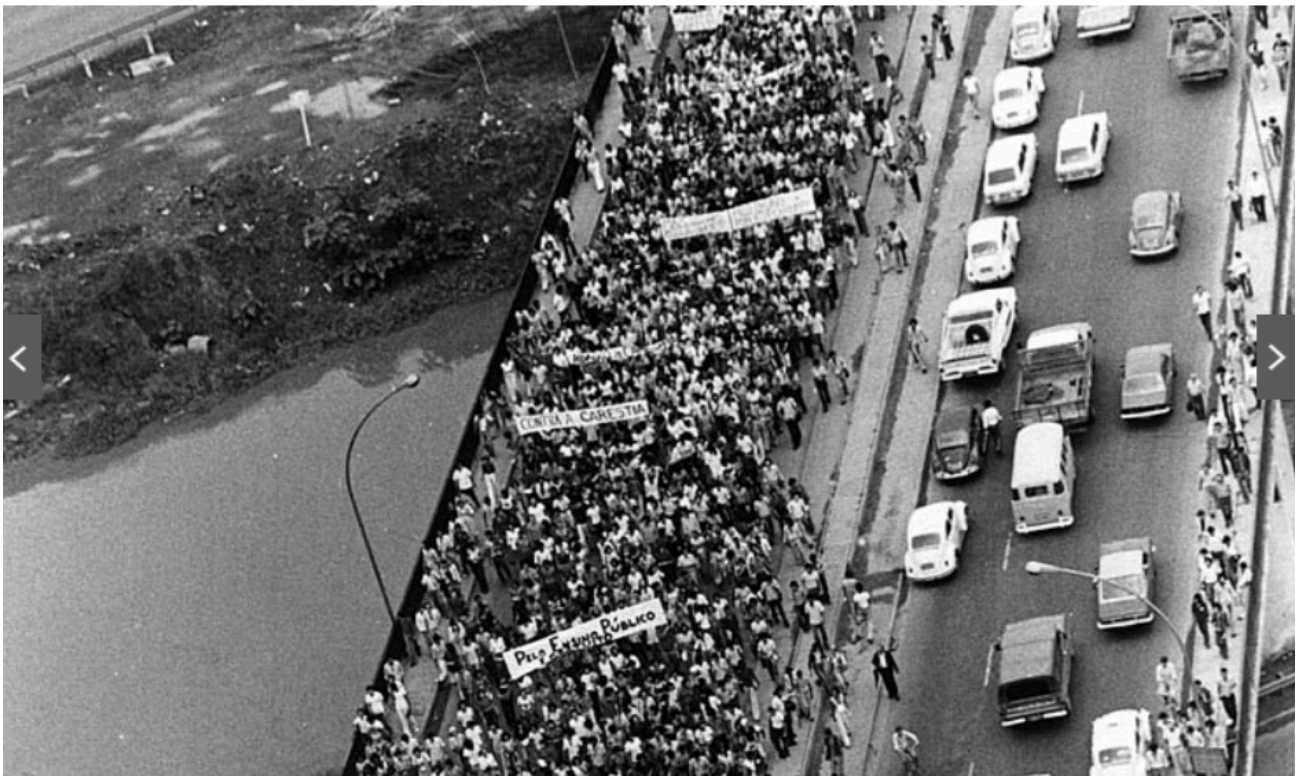
★★★

A reprodução da matéria jornalística da *Isto É* de 20 de abril de 1977 intitulada "O que querem agora? – Até uma nova UNE pode surgir dessas discussões" de Nirlando Beirão, jornalista e escritor brasileiro, exibe um panorama nacional do que

estava acontecendo com o Movimento Estudantil (ME), pois assim como revelava o gráfico com o título “verbas para a Educação – o que sobra para o MEC no orçamento da União” que integra a matéria, só houve queda no orçamento destinado para a educação pública nacional desde 1970, que de 7,33% caiu para 4,23% em menos de uma década. Desse modo, em 1977 houve uma reativação do ME após extenso período de repressão, que ficou conhecido como “renascimento” e foi composto de manifestações, greves e passeatas em diversas universidades pelo Brasil, como comenta o artigo jornalístico reproduzido na página 8 do FAFETO. Sendo que os cortes orçamentários, como ressalta o jornalista Nirlando se abateram não por coincidência às faculdades consideradas “menos relevantes”, que possuíam cursos que “ainda cultivam em seus currículos, o indesejável hábito de cultivar o senso crítico e a atenção política de seus alunos”, tais como Filosofia, Ciências Sociais, Comunicações e Arquitetura.

O texto reproduzido menciona as assembleias e ocupações que ocorreram na Universidade de Brasília (UnB), na Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, como também ações estudantis desde a USP. Menciona-se o Acordo MEC-USAID, a proibição da UNE, o levante estudantil pós-morte violenta de Vladimir Herzog e a “malfamosa” Lei Suplicy. Em 30 de março do mesmo ano houve uma manifestação que visava denunciar a situação do ensino superior, onde cerca de 2 mil estudantes da USP saíram do campus até o Largo de Pinheiros, tal ação foi a primeira passeata desde o AI-5.

Figura 34 – Estudantes da USP na Marginal Pinheiros



Fonte: Memorial da Democracia, 2015-2017a.[97]

O que não aparece no texto de Nirlando Beirão reproduzido, por conta da data, e que se seguiu, foi que em 19 de maio de 1977 houve o “Dia Nacional de Luta” em diversas universidades, com exigências para pôr fim às prisões e leis repressivas. Em junho, a UnB foi invadida pela polícia durante a greve — como mostra a fotografia abaixo — e em setembro, a PUC de São Paulo também foi palco de uma invasão policial violenta seguida de prisão de estudantes. Os eventos do ano ficaram conhecidos como a Retomada do Movimento Estudantil e a volta da UNE chegou a ser considerada possível após o 3º Encontro Nacional dos Estudantes (ENE).

Figura 35 – Greve de 1977 na Universidade de Brasília

[97] Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/estudantes-voltam-as-ruas-para-protestar Acesso em 5 jun. 2025.

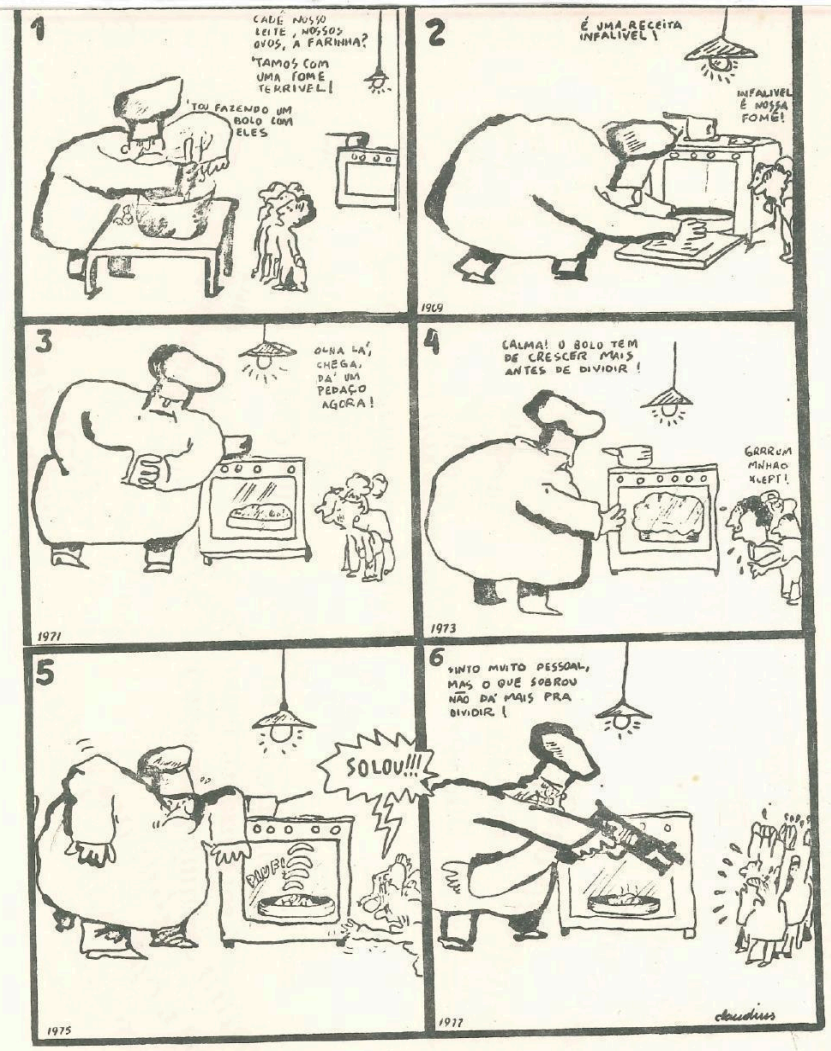


Fonte: Memorial da Democracia, 2015-2017. [98]

Após a reprodução do artigo jornalístico na íntegra, há uma charge de autor não identificado que ilustra a dificuldade dos universitários recém-formados, que após enfrentar uma corrida com obstáculos que representam o processo de ensino-aprendizagem nas escolas marcado na década de 1970 por 1º grau, 2º grau, vestibular e faculdade, as personagens acabam por cair ao ultrapassar o último obstáculo intitulado “mercado de trabalho”. Ou seja, uma crítica dos estudantes, pois mesmo após anos de escolarização não há a garantia de mercado de trabalho àqueles que se dedicam à universidade. Há uma frase à direita de Millôr Fernandes, “muitos desses homens públicos estão aposentados, mas ninguém tem coragem de dizer a eles”, uma crítica irônica à má gestão pública nacional.

Figura 36 – Charge de Claudius Ceccon

[98] Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/estudantes-da-unb-desafiam-o-regime Acesso em: 5 jun. 2025.



ECONOMIA, A BASE DA PROSPERIDADE

Depois dos grilos economicos, como por exemplo: a elevação do preço do petróleo; restrição às importações, e consequentes aumentos dos cigarros, bebidas, ingressos p'rá jogo de futebol, livros, discos, pipoca, chicletes, estadão, tomate e sim senhores! - café. Vi-me, portanto, na obrigação de diminuir os meus gastos pessoais. Passei a tomar café a dois, fumar o mesmo cigarro em tres vezes e procurar cortar sempre um pedaço a mais de papel higienico do banheiro da FAFI, colocando-o em meu bolso para possível uso futuro. Sapato que comprava todo ano, entrou agora com uma discreta meia sola, e o pasquim agora está na base da leitura grupal. Semana passada, o presidente - do D.A. e o tesoureiro deixaram um bilhete p'rá que o pessoal do jornal gastasse menos rascunho, diminuíssem a tiragem do jornal e procurassem escrever à lapis para evitar maiores despesas. Sendo assim, acabo de concluir que, assim como a concentração para jogos de futebol é importante à grandes jogadas, também a concentração de rendas o será para uma posterior distribuição. Tenham calma e dediquem-se. Quem viver verá..

-luiz carlos chinchilla-

9

Claudius Ceccon é cartunista e ilustrador brasileiro, foi fundador do semanário alternativo *Pasquim*, que fazia oposição à ditadura civil-militar, ficou conhecido por suas charges e ilustrações, além de atuação em projetos educacionais com Paulo

Freire, por conta de seu trabalho, viveu exílio político na Bélgica na década de 1970. A página 9 do FAFETO de número 4, possui uma charge assinada por Claudius que retrata a frase “é preciso fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”, popularizada por Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda durante o regime militar.

A charge possui seis quadros que representam o passar dos anos de 1968 a 1977 em que há um cozinheiro, ilustrado numa proporção maior que um grupo de pessoas ao seu lado, que observam famintos a produção de um bolo, seguido pelos dizeres “...com uma fome terrível”, “infalível é nossa fome!” e “olha lá, chega, dá um pedaço agora!”. No entanto, o penúltimo quadro ilustra que o bolo “solou” — expressão popular para quando o bolo não cresce — assim como o Brasil, que não teve uma distribuição da riqueza de forma justa, fazendo com que a maioria da população não participasse do suposto crescimento econômico.

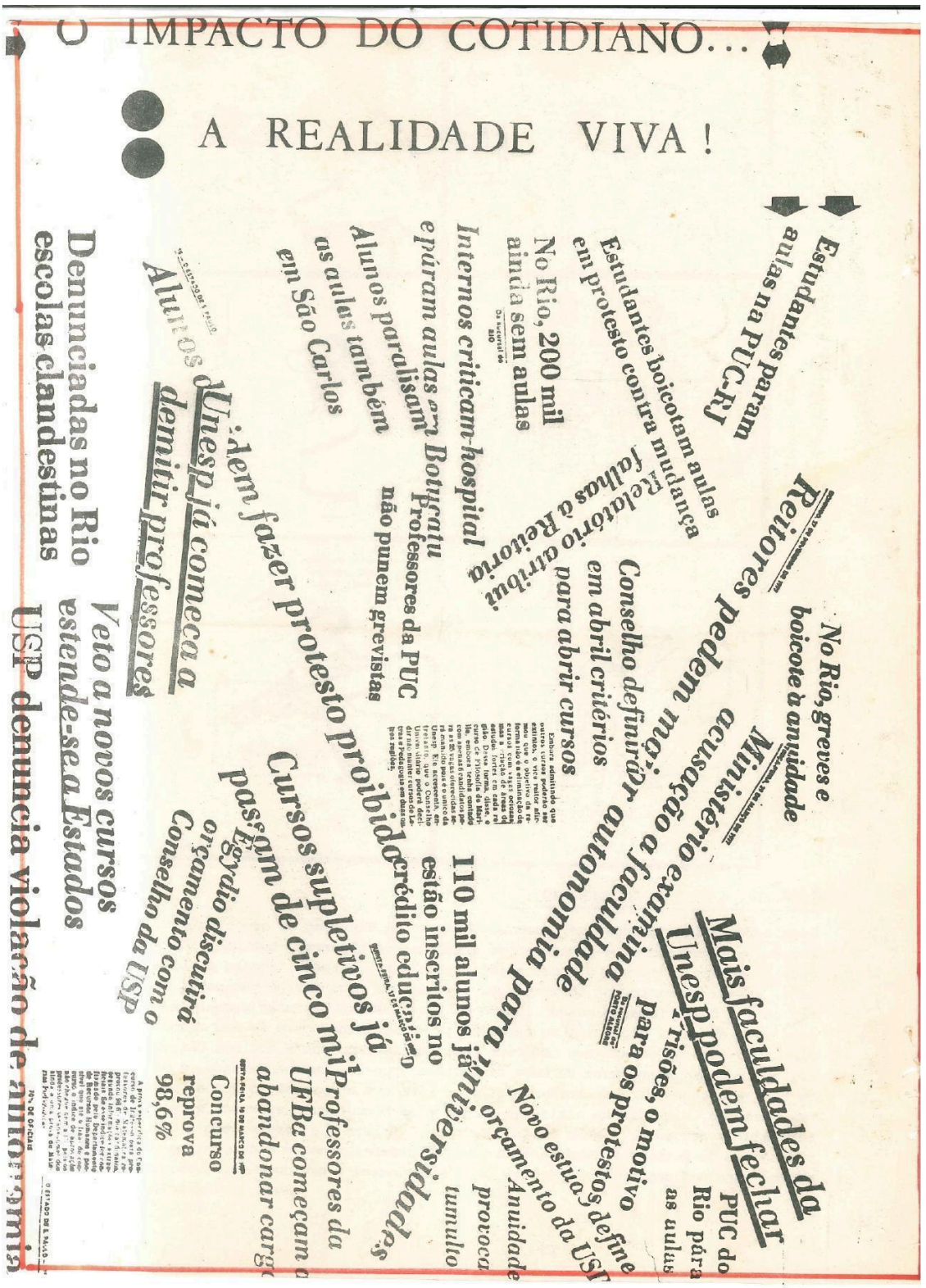
Ao passo que, no último quadro há o cozinheiro apontando uma arma para as pessoas com a fala “sinto muito pessoal, mas o que sobrou não dá mais pra dividir!”. Sendo esta, uma referência direta à frase de Delfim Netto que a apregoava para justificar que era necessário primeiro aumentar a riqueza e o poder econômico do país para que depois houvesse uma redistribuição dessa riqueza para a população brasileira, ou seja, o então Ministro mobilizou o bolo enquanto metáfora frente o suposto crescimento econômico acelerado do Brasil, que ficou conhecido como “Milagre econômico”. A charge é mobilizada pelos estudantes enquanto uma crítica à política econômica do regime militar, que priorizou o crescimento econômico em detrimento da distribuição de renda, o que ocasionou apenas injustiça social e maior concentração de riqueza no país.

Consoante à crônica narrativa assinada por Luiz Carlos Chinchilla, discente da Unesp que, segundo Toloi, integrava o DA e a produção editorial do FAFETO, “Economia, a base da prosperidade” que descreve os fatos que marcaram a inflação e a crise econômica para os estudantes: “vi-me, portanto, na obrigação de diminuir meus gastos pessoais. Passei a tomar café a dois, fumar o mesmo cigarro três vezes e procurar cortar sempre um pedaço a mais de papel higiênico do banheiro da FAFI”, tais acontecimentos são usados como fundamento para a reflexão sobre a economia brasileira na década de 1970.

Chinchilla comenta sobre *O Pasquim*, semanário alternativo que o chargista Claudius integrava e que “agora está na base da leitura grupal”, pois se tratava de uma publicação semanal que era vendida, ou seja, passou a ser paga coletivamente

a fim de diminuir gastos frente à crise econômica, para além dos cortes de gastos que reverberaram no Diretório Acadêmico XV de Março. Pois “o presidente do DA. e o tesoureiro deixaram um bilhete pra que o pessoal do jornal gastasse menos rascunho, diminuíssem a tiragem do jornal e procurassem escrever a lápis para evitar maiores despesas”. Porém, assim como o restante do material disponível no FAFETO, percebe-se o tom irônico e ácido da crítica estudantil.

Figura 37 – Contracapa do FAFETO 4



A contracapa do número 4 do FAFETO é marcada pela margem vermelha feita por Toloi, nela há o título “O impacto do cotidiano…” e o subtítulo “A realidade viva!”, seguida por recortes de jornais que retratam a situação universitária brasileira

naquele ano. São títulos que expressam os cortes orçamentários realizados ano após ano, como também as tensões dentro das próprias universidades entre a comunidade acadêmica: “Alunos paralisam as aulas também em São Carlos”; “Professores da PUC não punem grevistas”; “Unesp já começa a demitir professores”; “Denunciadas no Rio escolas clandestinas”; “Veto a novos cursos estende-se a Estados”; “USP denuncia violação…”; “Cursos supletivos já passam de cinco mil”; “Egydio discutirá orçamento com o Conselho da USP”; “110 mil alunos já estão inscritos no crédito educativo”; “Reitores pedem maior autonomia para universidades”; “Alunos decidem fazer protesto proibido”; “Mais faculdades da Unesp podem fechar”; “Estudantes param aulas na PUC-RJ”; “No Rio, 200 mil ainda sem aulas”; “Internos criticam hospital e param aulas em Botucatu”; “Relatório atribui falhas à Reitoria”; “No Rio, greves e boicote à anuidade”; “Ministério examina acusação a faculdade”; “Prisões, o motivo para os protestos”; “Professores da UFBA começam a abandonar carreira”; e “Concurso reprova 98,6%”.

A margem vermelha aparece pela última vez nesta página, pois não há outras edições disponíveis dos FAFETOS que se há conhecimento público. Desse modo, questionei Toloi, “pra você o que significam essas molduras vermelhas?”, pois compreendi que ele se fazia presente naquela cor que envolvia, anos depois, o conteúdo do jornal, e que os tornavam assim “objetos biográficos”, ao passo que envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida (Bosi, 2003). *“Para mim o significado do vermelho é aquele mesmo, a resistência. E o vermelho que se diz o sangue do trabalhador. Aí o pessoal fala ‘pô, mas você gosta de vermelho?’. Eu gosto de todas as cores, mas vermelho para mim tem um símbolo, que é a luta dos trabalhadores, o sangue foi derramado, várias conquistas que tiveram desde lá no século XIX, na Europa, vão chegando no Brasil. E uso vermelho mesmo, e outra, também fica melhor.”*

A imprensa estudantil enquanto agente político dentro da Unesp

O exercício analítico e etnográfico de olhar para as fontes documentais e compreender essas aliadas a entrevista de HO realizada foi um esforço científico de absorver outro tempo, diferente do qual estou inserida. Nesse exercício acadêmico houve uma amálgama de singularidades temporais e narrativas materializadas, a esse respeito, a historiadora brasileira Lucilia Delgado (2009) atenta que “trata-se do

encontro da História já vivida com a história pesquisada, estudada, analisada, enfim, narrada" (Delgado, 2009, p. 11). Houve para mim, uma sensibilidade despertada pela realização da entrevista de HO, ao corporificar uma das pessoas que estavam "por trás" do jornal estudantil, à vista disso,

> A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (Portelli, 1997, p. 31).

Ainda que Toloi tenha narrado que os FAFETOs tiveram intenção de chamar a atenção para *"envolver as autoridades"* na mudança institucional e consequente retirada de cursos de graduação disponíveis, como também das dificuldades estruturais do *"prédio inacabado"*, na transição dos antigos Institutos Isolados para a recém implementada Unesp, a memória que permaneceu foi que *"a gente não conseguia o apoio e o interesse de ninguém".* Ou seja, o sentimento estudantil que ficou para quem acompanhou de dentro a implementação da Unesp, foi o de batalha perdida, por esse ângulo vemos como as fontes orais revelam-nos bastante sobre "aspectos desconhecidos de eventos conhecidos" e os custos psicológicos decorrentes destes (Portelli, 1997).

Apesar disso, após o levantamento de jornais (Anexo C) no Banco de Dados *online* do CEDEM, encontrei duas matérias de jornal, que não constam no acervo da Biblioteca da Câmara[99] e que fizeram eu observar sob outra perspectiva a presença desse jornal estudantil no município de Marília na década de 1970.

Figura 38 – Recorte de jornal "DA: Comissão estudará irregularidades"

[99] O acervo disponível na Biblioteca da Câmara é marcado pelo *Jornal do Comércio* e *Diário Regional de Marília* (apenas dos meses de Maio e Junho) em 1975 e *Diário de Marília* nos anos de 1976 e 1977, segundo o recorte temporal elencado.



DA: Comissão estudará irregularidades

As matérias inseridas no jornal "Fafeto" do Diretório Acadêmico XV de Março, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, atacando a direção, professores e cursos, causaram protestos na FAFI e o diretor Jubert Sanches Cibantos, diante de denúncias, baixou Portaria 42/76, instituindo uma comissão especial para estudo do assunto e apuração das irregularidades. A Portaria foi afixada ontem no mural do corredor que dá acesso à sala da direção, no prédio da faculdade, na avenida Vicente Ferreira.

Os professores Jayme Vanderley Gasparoto, Jaciro Campante Patrício e Vilmo Guimarães formam essa comissão especial, presidida pelo último. A Portaria baixada pelo diretor da FAFI, em virtude de deliberação tomada pela Congregação da faculdade no dia 29 de março, está nos termos do Decreto 228 de 28 de fevereiro de 1967 (artigo 12, parágrafo 2.o; e artigo 1.o letras a, b, c).

Os artigos publicados no jornal do diretório acadêmico, segundo informações de pessoas ligadas à faculdade, são de baixo nível e ferem a dignidade da Escola. A comissão designada pelo diretor da FAFI deverá estudar o caso do jornal e outras irregularidades denunciadas contra o D.A. XV de Março, tendo 30 dias de prazo para apresentar o relatório.

Fonte: CEDEM, 1987.

A matéria jornalística intitulada “DA: Comissão estudará irregularidades” foi veiculada pelo *Correio de Marília* e data de 3 de abril de 1976, ou seja, cerca de uma semana após ter sido distribuído o número 2 do periódico estudantil FAFETO, é possível saber com exatidão por conta da data na página 9 analisada acima, que em formato de requerimento institucional o corpo editorial se dirigiu aos “Ilmos. Srs. Dirigentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília”, em 22 de março de 1976, na já implementada Universidade Estadual Paulista. Ou seja, houve sim uma repercussão na grande imprensa municipal sobre os periódicos estudantis que

estavam sendo produzidos. No entanto, percebe-se que não houve uma descrição informativa sobre o conteúdo que havia no jornal estudantil, mas sim a matéria jornalística conduz a um ataque aos estudantes do DA ao pontuar que eram artigos de “baixo nível e ferem a dignidade da Escola”, ressaltando apenas que foi instaurada uma Comissão para apurar as irregularidades denunciadas no jornal.

Não há mais notícias no arquivo disponível consultado no CEDEM que levam aos meses subsequentes a Comissão instaurada, uma das dificuldades de se realizar pesquisa documental é que esta depende de embasamento material para a análise, ou seja, se não há materialidade documental permanecemos com a ausência e o fragmento temporal, assim como trabalhar com o campo da HO, pois

> O passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos é desafio possível de ser enfrentado (Delgado, 2009, p. 14).

Nesse passado, estilhaçado como um vidro de um vitral, há a também repercussão pública do FAFETO de número 4, notada por meio da notícia veiculada pelo *Diário de Marília* na data de 30 de abril de 1977, ano seguinte, como mostra a figura abaixo.

Figura 39 – Recorte de jornal “Diretório da FAFI lança mais um Fafeto”



Diretório da FAFI lança mais um «Fafeto»

O Diretório Acadêmico XV de Março, da Faculdade de Filosofia, Educação Ciências Sociais e da Documentação de Marília está distribuindo o n.o 4 do FAFETO, seu órgão de divulgação, tendo na capa um desenho do velho prédio da Faculdade na avenida Vicente Ferreira em demolição, com o título "A Filosofia Está Morrendo.. "A Quem Cabe a Culpa".

Segundo o editorial do "Fafeto", tem dois objetivos: "resplandecer a índole universitária, inexistente em nosso meio" e a transmissão aos calouros do panorama que doravante passarão a contactar. O mesmo editoral fala das mudanças que estão sendo feitas na universidade brasileira afirmando que "são impostas de cima para baixo, sem a participação do corpo discente e docente da mesma".

REUNIAO

Por outro lado, o DA XV de Março estará representado hoje na reunião plenária de Estudantes do interior do Estado, que acontecerá no "campus" universitário de São Carlos — USP. Nesse encontro, serão discutidos em primeira fase, os problemas que estão enfrentando em relação ao ensino brasileiro, e ao próprio desenvolvimento das faculdades.

Fonte: CEDEM, 1987.

De um ano para o outro, de um veículo de comunicação para o outro, percebemos como mudou a forma como se referiram ao periódico estudantil, pontuado pela matéria do *Diário de Marília* enquanto “órgão de divulgação”, bem como ao próprio conteúdo do FAFETO, onde não é noticiada apenas a nova edição, mas também a reunião estudantil que aconteceria no campus da USP de São Carlos. Cabe lembrar que, como mencionado anteriormente, no ano de 1977 houve a retomada de uma intensa movimentação estudantil nacional (Santos, 2010).

É nessa década e ano de censura e repressão violenta que os jornais estudantis, assim como nas publicações alternativas, transformaram-se em palco de

ação política (Daefiol, 2021b). Diferente da imprensa comercial, também conhecida como grande imprensa, que se calava e consentia, os periódicos estudantis escancaram a crítica e o protesto no enfrentamento ao regime militar. Sendo assim, o FAFETO foi um espaço de ação política livre, pois não se pautava nos interesses empresariais dos grandes veículos de comunicação, mas sim nos interesses específicos de uma comunidade estudantil do interior paulista. Desse modo, pode ser observado como um agente político na sociedade mariliense, principalmente dentro da Unesp, de modo que a imprensa estudantil, como vertente da imprensa alternativa, ocupou posição de destaque como voz de oposição e resistência.

Contudo, como dito, havia um sistema de vigilância imposto ao ambiente universitário nacional, e não só a produção de jornais, mas de qualquer outro tipo de publicação informativa que não estivesse nos moldes impostos pela censura, era considerada subversiva. Murais, cartazes e panfletos passaram a ser frentes de ação política para o movimento estudantil, que teve estratégias de enfrentamento diante das medidas restritivas impostas pelo AI-5 e pelo Decreto-Lei 477, uma vez que esses configuravam obstáculos repressivos que obrigaram estudantes a buscar outras formas de expressão para se organizar e mobilizar mais pessoas.

É nesse ínterim, que a produção dos FAFETOs se mesclam na memória de Toloi com a ação dos panfletos, *“Nós começamos com jornal, soltava entre os alunos, daí depois já começa a vir a repressão, porque o jornal sai e cai na mão de alguém. Aí nós fomos pra luta dos panfletos, porque muita gente não sabe que aconteceu isso aqui. Mas nós fomos soltar os panfletos denunciando a ditadura, denunciando as condições da escola pública e onde a gente soltava? Tinha as grandes empresas de Marília, que eram a Ailiram, o Sasazaki, a Marilan, tinha uma aqui perto do estádio que era Biscoito Juno, então eles trabalhavam 24 horas, tinha revezamento de turno, o que a gente fazia, levantava de madrugada e na troca de turno a gente ia panfletar, de madrugada que era seis horas que eles faziam a troca”.*

Diferente dos FAFETOs que possuíam assuntos institucionais e uma linguagem direcionada aos estudantes, os panfletos atuavam como um canal para a articulação de engajamento político entre estudantes e trabalhadores fabris, ao passo que permitiam a circulação de informações entre os que se posicionavam não apenas contra a ditadura, mas também contra a exploração de mão de obra por grandes empresas. Eram ideias que questionavam o modo de produção das

fábricas, bem como a baixa remuneração dos trabalhadores. *“Eu lembro que nós fizemos um panfleto que deu o que falar, porque nas fábricas o relógio onde você vai bater o ponto, tava escrito assim, ‘o trabalho dignifica o homem’, bem espírito do capitalismo, e um dia nós fizemos um panfleto e soltamos em frente ao Sasazaki, de madrugada ‘o trabalho dignifica o homem, mas um bom salário também, o que você acha?’. Nossa, deu uma polêmica, o pessoal sabia que era a gente, era louco pra pegar a gente, mas a gente fazia essas coisas e sumia, sabe, você não deixava rastro, porque eles invadiam mesmo o Diretório”.*

Entretanto, não havia na pasta de documentos de meu interlocutor panfletos com margem vermelha para constar nesta dissertação, tais materiais gráficos considerados subversivos permaneceram apenas na memória narrada, pois a própria produção dos panfletos se dava em caráter ainda mais clandestino que os jornais estudantis, porém eram igualmente produzidos e impressos desde o Diretório Acadêmico XV de março, mas possuíam táticas diferentes de produção e armazenagem, questionei-o sobre o processo de distribuição dos panfletos, para compreender as diferenças e finalidades dos dois materiais informativos produzidos, *“Era totalmente clandestino. Eu lembro uma vez, que nós íamos soltar uns panfletos para Marilan, e aí ia colocar no meu carro, aí eu ia levar e passar para o carro de uma outra pessoa, essa outra pessoa ia passar pra outra que morava lá perto, aí no outro dia cedo nós íamos lá, já ia estar perto da casa da pessoa, mas alguém denunciou. E aí a polícia começou a rodar aqui em tudo, aí falei ‘ó, alguém dedou’, o que nós fizemos, do lado [do DA] tinha uma casa que a filha dela estudava aqui, o muro dela fazia fundo com a nossa casa lá [do DA], a Regina foi lá, conversou com ela e falou ‘joga lá’, aí nós pegamos [risos] e jogamos lá no quintal dela, a caixa com tudo, e na hora que eu desci, os caras sabiam que eu que ia levar, aí a hora que eu desci eles me pararam no Largo do Sapo aqui embaixo, na Rua Paraíba, eu e o Valdir que estávamos… O comandante chegou assim, meteu a metralhadora no meu ouvido, eu sentado, ele de pé, ‘Desce do carro, desce do carro’, abriram capô, levantaram banco e não tinha nada, e nós acabamos não fazendo a panfletagem lá porque tava arriscado. E aí foi crescendo, pichamos muro ‘abaixo a ditadura’, ‘fora FMI’, ‘fora Tio Sam’, a gente pichava muro em Marília mesmo, é lógico que no outro dia você via lá, no outro dia cedo todo mundo lia, mas já aparecia o dono, pintava, mas a gente pichava e tinha bastante pessoas que participava, agora não era a maioria né. Mas acho que assim, pra época era muita gente que atuava no DA.”*

Segundo Motta (2014), as universidades são espaços singulares para compreender as ambiguidades que envolveram o regime militar. De acordo com o autor, para além da violência política que não deve ser desconsiderada, é preciso captar os jogos de poder entre dirigentes do governo e as instituições acadêmicas públicas (e privadas), algo que transborda a tipologia binária de "resistência *versus* colaboração" (Camargo, 2022). Todavia, não optei pela busca de dados institucionais a respeito de punição aos estudantes à frente dos periódicos estudantis distribuídos ou da ação política, que notadamente provinha deles, pois também não foi o foco desta pesquisa a investigação da narrativa institucional em documentos, ainda assim, sabe-se que a lógica punitivista do regime militar operou em Marília por meio do monitoramento de estudantes por pessoas infiltradas a serviço dos órgãos de repressão, algo narrado em entrevista, *"o que a gente chamava de dedo-duro*[100]*, tinha e sempre matriculavam alguém, aqui em Marília nós tínhamos. Ele veio pra cá no terceiro ano de Ciências Sociais, de São Paulo transferido pra cá, depois que nós ficamos sabendo que o pai dele era um militar e trouxe ele pra cá, ele passava as informações".*

Somado às delações da ação política estudantil, houve também as invasões do DA por policiais militares em táticos-móveis[101], tanto no prédio na esquina da Avenida Vicente Ferreira, como também no DA do Campus I na já Unesp, *"Esse Diretório nosso aqui foi invadido várias vezes, quando a gente foi pro câmpus também, os caras invadiam mesmo, procurava tudo, revirava tudo, só que a gente sabia porque aí que vinha a vantagem de ser da nossa área, porque tinham alguns professores que também tinha passado por isso, como movimento estudantil e tudo, então eles orientavam a gente 'não pode deixar rastro'".*

Entre as invasões que marcaram o Toloi, há uma invasão em que os policiais levaram quatro ou cinco fitas cassetes de entrevista gravada com um senhor que participou da primeira experiência de reforma agrária do estado de São Paulo que ocorreu em Marília, uma pesquisa para a disciplina de metodologia, *"aí teve uma invasão lá, levaram tudo, levaram o meu…tava…tava na minha gaveta, que era um trabalho do grupo, mas como eu era do Diretório, estava sempre lá, eu deixei.*

---

[100] Expressão popular para definir aquele que delata, denunciante, delator que entrega algo, alguém ou um grupo.

[101] Trata-se de guarnições motorizadas em veículos quatro rodas, compostas por policiais militares que atuam em patrulhamento nas subáreas da unidade, sendo responsáveis por prestar apoio às guarnições básicas em ocorrências pela cidade.

Levaram tudo, levaram o gravador, toda a gravação. Aí eu não consegui mais encontrar esse cara, sabe? Já era um senhor bem idade… Nossa, ele contava como é que foi, mas aí ele conta que o regime militar proibiu, eles não conseguiam vender aqui, os comerciantes de Marília. Isso tava tudo gravado, acho que tinha umas cinco horas, foi tudo pro lixo, até o aparelho, até o aparelho perdeu…". Segundo Portelli (2017b, p. 189), "a história oral não nos servia ao certo para saber os fatos, mas sem as fontes não teríamos nos aproximado de seus significados no plano da subjetividade."

Nos levantamentos de jornais realizados tanto na Biblioteca da Câmara, como no Fundo Memória da Universidade do CEDEM não houve notícias que divulgassem as frequentes invasões policiais nos DAs da FAFI e da Unesp na sequência. As reportagens privilegiavam notas oficiais, discursos do diretor do câmpus de Marília e do reitor, em detrimento das manifestações de professores e estudantes, ainda que houvessem.

Em meio aos materiais científicos e institucionais recolhidos nas invasões do DA há também os próprios FAFETOs, na entrevista realizada contei à Toloi que não encontrei tais jornais estudantis em nenhum arquivo local, tampouco havia conhecimento público da existência destes entre os professores que tive em contato durante as disciplinas do mestrado, e que compõe o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, *"Provavelmente o pessoal da polícia que pegou, deve ter jogado tudo fora, queimado, não guardou nenhum. Eu guardava os exemplares, eu fui guardando desde o primeiro. A gente guardava num arquivinho que tinha lá, esses dois eu achei acho que depois de seis meses que eles [polícia] tinha entrado, tinha levado o que tinha, eu achei atrás de uma escrivaninha, tinha assim atrás, eu puxei e estavam os dois, não sei se ali quando a gente manuseava caiu. Não sei explicar, porque tinha que ter".* Lembro de assentir com a cabeça. Por fim, para a escritora e filósofa brasileira Marilena Chauí, "a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total" (Chauí, 1995, p. 125).

Concordei, é *"porque tinha que ter"*.

Epílogo - Pretérito imperfeito e futuro do presente[102]

O pretérito imperfeito é um tempo verbal da língua portuguesa que indica uma ação passada que não foi totalmente concluída, expressa assim uma continuidade ou a duração no tempo. A última questão da entrevista de HO realizada no dia 27 de fevereiro de 2025 na Sala 13 do IPPMar foi aberta, na compreensão de que a entrevista é o resultado de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos (Portelli, 1997). Questionei se havia alguma coisa que não havia sido perguntada e meu interlocutor gostaria de contar.

"É, eu tenho algumas coisas assim, que aconteceu comigo. Uma coisa que os alunos perguntam até hoje, 'Professor, você foi preso?' Aí eu respondo, 'preso não, eu não fui preso porque eu nunca fui condenado a nada, não fui julgado, eu fui detido'. Não só eu, vários. Mas aí, 'Professor, você sofreu tortura?'. Aí eu falo, 'olha, física, muito pouco'. O máximo que eu passei foi lá em São Paulo, quando levou a gente para o DOPS lá no corredor polonês[103], que eles punham a gente. Você sabe o que é o corredor polonês né? A minha sorte é que acho que eu não caí na Rua Tutóia, onde ficava o…o…o…o…o…o…DOI-CODI, ali onde as pessoas eram torturadas. Eu várias vezes fui levado pro DOPS na Avenida Tiradentes, o negócio é assustador lá dentro, é pra dar terror no ser. Na hora que levava aquele monte de estudante, a gente entrava naquele corredor, eles apagavam a luz, tudo escuro. Pouca gente sabe aí que nasceu o termo 'ninguém solta a mão de ninguém'.[104]

Lembro de sentir meus ossos se enrijecendo à medida que avançava a fala de Toloi sobre a tortura vivida e relativizada por ele, afinal a capacidade de testemunhar acontece apenas diante da sobrevivência, ou de uma violência "menos pior", como se fosse possível mensurar a dor (Seligmann-Silva, 2008). Recordo de assentir com a cabeça quando meu interlocutor direcionou o olhar pra mim após

---

[102] O título deste epílogo foi inspirado na apresentação "A 'Filosofia' e a 'Vicente Ferreira': pretérito imperfeito e futuro do presente" do Prof. Dr. Ubirajara R. A. Marques no evento "Vicente Ferreira": trajetórias e perspectivas que ocorreu em 24 e 25 de abril de 2025 no Auditório do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM).

[103] "Corredor polonês" refere-se a uma forma de castigo físico em que uma pessoa ou um grupo de pessoas é obrigado a passar entre duas filas de pessoas, como se fosse um corredor, que a humilham e a agridem fisicamente, um tipo de punição também conhecido como "corredor da morte". Tal prática punitivista foi muito utilizada nos centros de detenções da ditadura militar brasileira.

[104] Frase que ficou conhecida na ditadura civil-militar, em meio às manifestações de rua que havia um cordão de pessoas de mãos dadas, como também faz referência direta aos estudantes que ficavam de mãos dadas durante toda a noite nos movimentos de Ciências Sociais na USP, quando as luzes eram subitamente apagadas e se agarravam ao pilar mais próximo protegendo, assim, uns aos outros.

perguntar *“você sabe o que é corredor polonês né?”*. Foi essencial ter relido a bibliografia sobre história oral testemunhal (Bosi, 2003; Rovai, 2013) antes de a entrevista, pois ainda que não houvesse nenhuma questão específica sobre prisão, sabia que entrevistaria alguém que foi estudante de Ciências Sociais durante o regime autoritário brasileiro, ou seja, que potencialmente havia sido afetado não apenas fisicamente, como também na narrativa oficial construída sobre a figura do inimigo subversivo. Compreendi que meu lugar de pesquisadora ali era o de escuta, não de perseguir perguntas que fossem ao encontro da dor do trauma da violência física vivida pelo narrador.

O trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. Do ponto de vista das vítimas, toda catástrofe é única, nesse sentido é importante ressaltar o significado político do testemunho, como um instrumento de construção de uma memória contra o esquecimento e de um “trabalho de memória” (Seligmann-Silva, 2010) com relação aos traumas sociais. Logo, estudantes de Marília no interior do Oeste Paulista também sofreram repressão e tortura, sendo este um testemunho individual que ressignifica e joga luz a fatos antes embalsamados.

“Talvez um tapa na cara, um choque, seria menos humilhante do que os caras faziam com a gente. Vou contar o que um cara fez comigo. ‘Puxa, você mora onde? Marília? Nossa, onde fica Marília?’. Você tinha que responder, ‘Marília fica no interior’, ‘Dá quantos quilômetros daqui?’, ‘Ah, dá 450 km’, ‘Então lá é mato, você vive no meio do mato’. Aí esse cara falava pra você, ‘deixa eu ver sua mão’. Aí você fazia assim [Toloi mostra a palma da mão]*, trabalhava no comércio, trabalhava na roça quando eu era criança. Ele falava assim, ‘pára com essa frescura comunistinha de merda, volta lá pra sua terra, vai pegar na enxada, você não vai mudar o mundo, você acha que vai mudar o mundo? você tem mão de mulher!’. E você tinha que ficar quieto, ‘pega na enxada, cria calo na mão, o país precisa disso, não de ficar com esses burburinhos que vocês ficam aí’. Você ficava quieto, você vai falar o quê? Ele fazia aquilo pra quê? pra você reagir! Aqueles interrogatórios demoravam, às vezes a gente chegava tardezinha, ficava a noite inteira lá, até no outro dia”.*

A negação desses crimes pelo Estado promovem o apagamento de fatos e pessoas, pois há até hoje a negativa de setores das forças militares em abrir registros de violações (Rovai, 2013). *“Até o final dos anos 90 eu não gostava de falar disso. Sabe por quê? Muitas das pessoas que fizeram uma série de humilhações*

com a gente, tão vivas, e aí eu aprendi com meu pai, eu não queria ficar com raiva e ódio, então eu preferi não falar. Lembrava, mas preferia não falar, porque eu encontro essas pessoas na rua, mas que eu tinha raiva, tinha".

Perante a impunidade que permaneceu na subjetividade do interlocutor, na entrevista realizada houve também a memória da violência ressignificada por meio da arte no tempo presente. *"Agora eu recomendei o filme 'Ainda Estou Aqui', e muitos [alunos] foram assistir, ficaram chocados. E muitos 'professor, você tem algum livro?', 'sim, eu tenho vários', até tem um monte de alunos lendo!".* Entre os autores e obras mencionados por Toloi, repassados para os alunos temos: Carlos Marighella, Eduardo Reina, Nilmário Miranda, Vladimir Palmeira, as obras *Depois da Rua Tutóia*, *Cativeiro sem fim* e *Os filhos deste solo*. Toloi ainda não sabia, mas *Ainda Estou Aqui*, de Walter Salles, iria ser o primeiro filme brasileiro a ganhar a estatueta de melhor filme estrangeiro na 97ª edição do Oscar[105], uma semana após nossa entrevista.

O oralista, também nomeado como narrador, interlocutor ou entrevistado está comprometido com o sentido pessoal e político de seus relatos (Rovai, 2013), na produção de um conhecimento verdadeiro, sendo assim, não apenas transmitem informações, mas se constituem como sujeito, constrói realidades e se inscreve na história. *"Aprendi com essa professora [de História], Maria da Glória, você vê quantos anos faz? Uma frase que ela disse na sala de aula, e hoje eu ainda falo com meus alunos, 'Onde não tem memória, não tem história. Onde não tem história e nem memória, não é povo, é massa. Porque o povo pensa e decide por si. A massa é conduzida pelos outros'. A massa no sentido sociológico, e eu sempre usei isso, tenho que guardar essa memória, eu sabia lá se eu ia desaparecer antes pra falar, mas não, eu tenho que guardar essas memórias. Então, muitas delas foram embora em invasão do Diretório…"*

Como afirmou Portelli (1997) e reiterou Rovai (2013), mais do que analisar registros e disponibilizá-los, mais do que ter acesso ao conhecimento que pertence ao próprio entrevistado. Nós, pesquisadores, exercemos um papel muito além do acadêmico por meio da pesquisa e [da HO], o de restituir ao narrador a oportunidade

[105] O Oscar é considerado o prêmio de maior prestígio na indústria cinematográfica, apresentado anualmente pela Academia de Artes e Ciências Cinematográficas (AMPAS) nos Estados Unidos, um reconhecimento à excelência avaliadas pelos membros votantes da Academia.

de refletir sobre sua experiência e à sociedade, a chance de conhecer e enfrentar seu passado.

Figura 40 – Montagem de fotografias de Toloi com a camiseta vermelha do time de futebol da FAFI na fachada do Campus II



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

O “futuro do presente” na língua portuguesa refere-se ao tempo verbal que indica ações que ocorrerão após o momento da fala, em um futuro próximo ou incerto, um tempo verbal do modo indicativo. A antropóloga inglesa Mary Douglas (2007) atentou para o caráter temporário das instituições, e, de como não são eternas e, sim, dinâmicas, atribuindo, assim, o esquecimento como um elemento propício para a formação de novas instituições.

Vicente Ferreira foi um combatente de Marília morto em batalha na Revolução Constitucionalista[106] de 1932. Em Marília, a Avenida Vicente Ferreira homenageia o

[106] A Revolução Constitucionalista foi um movimento armado, que surgiu da revolta dos paulistas em 1932, após um golpe de Estado do então presidente Getúlio Vargas, dois anos antes. O governo central passou a nomear interventores e tirou a autonomia dos estados. A luta paulista por um país livre e democrático começou no dia 9 de julho de 1932 e terminou com a rendição dos revolucionários paulistas em 2 de outubro. Disponível em: https://marilianoticia.com.br/ruas-de-marilia-contam-a-historia-da-revolucao-dos-paulistas/ Acesso em: 16 jun. 2025.

revolucionário e abriga atualmente o Campus II da FFC, nesse mesmo prédio que já foi fábrica de seda, que já abrigou a Faculdade de Filosofia — “FAFI” — enquanto Instituto Isolado, onde a Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) também já esteve temporariamente em funcionamento, bem como o Centro de Estudos da Educação e da Saúde (CEES) e a Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNDEPE). Atualmente, ainda que o prédio esteja parcialmente interditado há o funcionamento da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), do Instituto de Políticas Públicas de Marília (IPPMar), da Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB), dos laboratórios da Central Interdisciplinar de Pesquisa Experimental (CIPE) e do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM).

Desde o início da pesquisa de mestrado, que aqui ganha palavras e corpo em forma de dissertação, já me incomodava passar em frente ao prédio da Unesp na Avenida Vicente Ferreira e ver as diversas rachaduras e musgos verdes nas paredes com pintura descascando e, a porta da frente trancada. Ao longo da pesquisa, percebi que, a depender da pessoa que escutava sobre a minha pesquisa, esta se referia ao prédio com um nome diferente. Cada uma das pessoas constituiu suas próprias memórias a respeito desse prédio, que não são apenas memórias individuais, porque estas se entrecruzam com outras memórias e constituem uma memória coletiva. Ou seja, todas essas transformações prediais alteraram, ao longo das décadas, o sentido e as percepções desse espaço e lugar. Logo, este se fez como um lugar de memória (Nora, 1993) para a sociedade local mariliense.

Enquanto as pessoas mais velhas de Marília se referem àquele prédio como “antiga FAFI”, a atual comunidade acadêmica da Unesp percebe aquele como “Vicente Ferreira”[107], ao passo que houve um desprestígio e decaimento do prédio ao longo das últimas décadas, o que provocou um “esgarçamento do tecido memorialístico”[108] haja vista que as gerações mais novas, após os anos 2000, não estabelecem mais vínculo com o prédio da Vicente Ferreira, como também há

[107] Esta consideração foi inspirada na fala da Profa. Dra. Paula F. Vermeersch na Conferência “Aspectos arquitetônicos do conjunto Vicente Ferreira” no evento “Vicente Ferreira”: trajetórias e perspectivas que ocorreu em 24 e 25 de abril de 2025 no Auditório do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM).

[108] Termo citado na Conferência “Um lugar de memória e a memória de um lugar” da Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery no evento “Vicente Ferreira”: trajetórias e perspectivas que ocorreu em 24 e 25 de abril de 2025 no Auditório do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM).

egressos da Unesp que nem souberam da existência de dois campus da universidade no município.

Urge, assim, que haja uma reconstrução dos vínculos entre as estruturas físicas que compõem a Universidade Estadual Paulista na cidade de Marília, para compreender o que esse lugar significa na constituição da FFC e na memória institucional da Unesp. Pois, existe um afeto pelo conjunto arquitetônico localizado na Avenida Vicente Ferreira, no entanto, este necessita de um tombamento e consequente reforma, para que haja assim uma reocupação predial para que as próximas gerações possam realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão. Pois, na memória coletiva da comunidade mariliense, ali também é a Unesp, ativa ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, me propus a pesquisar um fenômeno social do passado que habita a memória no tempo presente de parte da população mariliense, controverso e ainda pouco pesquisado, que se insere no amplo debate sobre a interiorização do ensino superior paulista, imprensa alternativa e a repressão estudantil na ditadura civil-militar brasileira: a implementação da Universidade Estadual Paulista de Marília na perspectiva estudantil. De modo mais específico, atentei particularmente à narrativa estudantil exposta por meio de duas edições dos jornais estudantis “FAFETO” produzidos pelo Diretório Acadêmico XV de Março, que expõe os entraves e dificuldades que o órgão representativo discente percebia e narrava na transição dos IIESESP para a Unesp, logo, essa pesquisa representa uma parcela específica dos estudantes da época e não pode ser generalizada.

De forma geral, o Problema de Pesquisa que desejava responder era: O que diziam os estudantes sobre o processo de transição da “FAFI” para a Unesp? Portanto o Objetivo Geral da pesquisa de mestrado que desenvolvi consistia em descrever e analisar a narrativa estudantil apresentada por meio do jornal FAFETO em conjunto com a memória de um dos estudantes egressos desse período. Para tanto, tracei os seguintes Objetivos específicos que me auxiliaram a responder o problema de pesquisa: (1) retornar às décadas de 1950 e 1960 para compreender a expansão do ensino superior no estado de São Paulo, o golpe militar em 1964 e como o autoritarismo militar operou nas instituições de ensino superior e universitárias no Brasil, e na fundação da Unesp em 1976; (2) identificar e entrevistar um dos agentes sociais que protagonizaram a produção acadêmica do jornal estudantil em questão; (3) Apresentar e analisar aspectos das edições de número 2 e 4 do FAFETO de 1976 e 1977, à luz das fontes documentais e da entrevista de História Oral; e (4) levantar outros documentos que permitissem compreender como reverberou a narrativa estudantil na implementação da Unesp no município de Marília.

Para esse propósito, utilizei a pesquisa documental e bibliográfica e a entrevista de HO como metodologias para a captação de dados empíricos qualitativos que, posteriormente, foram tratados por meio da etnografia de arquivo para compreender os sentidos e significativos da narrativa (Maluf, 1999), buscando assim inseri-los em um contexto nacional, estadual e municipal mais amplo de

itinerários pessoais e coletivos. Dessa forma, esta pesquisa sócio-antropológica que tomou a narrativa estudantil como objeto, é a interpretação de uma interpretação, que por meio da chave analítica da memória tentou alcançar os significados sociais da experiência de implementação da Unesp no município de Marília.

O FAFETO foi observado como um jornal alternativo estudantil institucional, segundo as classificações de Kucinski (1991), que em seu conteúdo carrega registros do movimento estudantil no interior paulista durante a década de 1970, representa uma contribuição significativa para a preservação da memória histórica institucional local e para o entendimento do papel desempenhado pelo movimento estudantil na implementação da Unesp em Marília. Mais do que evidenciar a relevância de jornais alternativos enquanto guardiões da memória no período de exceção marcado pela censura, percebeu-se também este enquanto um documento que revelou debates sobre a importância do ensino público e gratuito, como também a respeito da democracia brasileira, na luta por direitos humanos e na promoção de uma identidade cultural de militância estudantil. Sendo assim, o FAFETO foi um espaço de ação política livre, pois não se pautava nos interesses empresariais dos grandes veículos de comunicação, mas sim nos interesses específicos de uma comunidade estudantil do interior paulista. Desse modo, pode ser observado como um agente político na sociedade mariliense, principalmente dentro da Unesp, de modo que a imprensa estudantil, como vertente da imprensa alternativa, ocupou posição de destaque como voz de oposição e resistência.

Em consonância com Oliveira (2018), percebeu-se que a criação da Unesp se beneficiou dos Institutos Isolados que já existiam em estrutura física, gestão administrativa, corpo docente e discente, estabelecendo assim uma “reestruturação” que na verdade criou uma nova instituição universitária com baixo custo, verticalizada e autoritária. Essa implementação não considerou a história dos IIESESP, pouco escutou os estudantes, professores e funcionários, esses que tiveram que ser em alguns casos transferidos e realocados em outras cidades, devido às mudanças de cursos disponíveis por campus, como mencionado ao longo da dissertação. Assim, a Unesp é uma instituição complexa que para compreender sua história deve-se observar particularmente cada uma das 34 unidades universitárias distribuídas em 24 cidades do estado de São Paulo, levando em consideração aspectos geográficos, sociais e políticos dos municípios.

A consciência de que era preciso lutar pela continuidade do ensino superior público e gratuito mariliense se deu pela união dos estudantes e pelas histórias de vida de cada um que compunha o órgão representativo discente, o Diretório Acadêmico XV de Março, proibido e perseguido na época. Concluí, então, que a dita "reestruturação" pode ser observada também como uma estratégia política estadual que rompeu com a organização política e cultural crescente na sociedade mariliense desde o estabelecimento de um "Instituto Isolado" no município. Algo que desorganizou movimentos e agrupamentos considerados "subversivos" na época.

Acredito que seja importante ressaltar, ainda, os limites da pesquisa que desenvolvi e apresentar, por consequência, sugestões para trabalhos futuros. Em primeiro lugar, pude aqui mostrar fragmentos da memória de apenas um destes estudantes, ainda que tais situações individuais de momentos autoritários também dão identidade ao grupo de estudantes que passaram a ser "Unespianos", tornando-se assim uma memória coletiva. Acredito que pesquisas futuras possam se amparar nesta dissertação e mapear outros agentes sociais que vivenciaram essa transição institucional e que possam fornecer outras perspectivas. Ou seja, futuras pesquisas podem entrevistar[109] professores, funcionários e/ou pessoas que viviam no entorno da FAFI no bairro Maria Izabel, bem como considerar dados de raça e gênero, obtendo assim outras memórias da implementação da Unesp.

Uma segunda questão foi a dificuldade de acesso aos documentos institucionais da Unesp, os que tive acesso dependeram da disponibilidade de professores em me acompanhar em arquivos físicos da instituição, que ainda não foram digitalizados e disponibilizados publicamente, bem como a partir de requerimentos burocráticos no Sistema de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) que devem ser autorizados pela direção e alguns, consultados presencialmente. Somado à isso, houve a dificuldade de informações desatualizadas ou que não levam em consideração as próprias pesquisas da Unesp e sobre a Unesp em *sites* institucionais da Unesp. Logo, novas pesquisas podem se debruçar sobre as minúcias da narrativa institucional nesse período, bem como da presença (ou ausência) de órgãos de repressão nesses documentos, ou seja, se houve

[109] É importante mencionar que o Projeto Memória da Universidade do CEDEM possui um Arquivo de História Oral. No entanto, como o foco desta pesquisa de mestrado era o município de Marília, preferi não entrar em contato com o material disponível, que foi analisado por Castilho (2009) e Souza (2015), ambas consideradas como fonte secundária nesta dissertação. Para mais, ver: https://www.cedem.unesp.br/#!/acervo/projeto-memoria-unesp/ Acesso em: 28 jun. 2025.

comunicação e articulação de dirigentes da Unesp em diálogo com a AESI ou o SNI em atos repressivos para com a comunidade acadêmica.

Em terceiro lugar, ainda que tenha mencionado sobre a homenagem à Júlio de Mesquita Filho — jornalista e filho de Júlio de Mesquita, empresário fundador do jornal *O Estado de São Paulo* — enquanto patrono da Universidade, não houve tempo para a discussão da toponímia[110] e dos significados políticos que esse nome carrega. Assim sendo, acredito que pesquisas que se debrucem sob essa discussão possam oferecer novos e outros elementos analíticos para a interpretação do fenômeno da implementação da Unesp no interior do estado de São Paulo.

A última sugestão para pesquisas futuras, que acredito merecer ainda mais atenção, porque nos permitiria aprofundar o debate sobre a criação da Unesp em Marília seria a comparação entre a narrativa estudantil presente nos FAFETOs à narrativa midiática da imprensa local, que disponibilizou “Lamento de uma estudante” (20/10/1976), texto de uma estudante pró-ditadura que lamentava as dificuldades na transição, “A esdrúxula Unesp” (26/11/1976) e “Você que ama esta cidade precisa saber do crime que estão praticando…” (21/12/1976), textos de um cronista que integrava o jornal *Correio de Marília* e “FAFI: os professores reagem contra sistema de reforma” (01/01/1977), texto que menciona a narrativa de professores que se posicionaram contra a Reforma Universitária e reestruturação da FAFI que já havia acontecido. Ou seja, é complexo captar todos os elementos locais que estiveram presentes na transição institucional e que marcaram os primeiros anos da Unesp de Marília.

Por fim, cultivo a expectativa que esta dissertação se torne ultrapassada o mais breve possível, e que contribua para a emergência de novas pesquisas. Cabe dizer que todas as vezes que digitei “FAFETO” no teclado do computador, o corretor ortográfico automático tentou me corrigir, na cor vermelha apareciam duas palavras para eu clicar e substituir a grafia digitada, isso fez eu permanecer atenta em observar os jornais estudantis como um “FATO” e com “AFETO”.

---

[110] A toponímia estuda os nomes geográficos ou topônimos, ou seja, nomes próprios de lugares, da sua origem e evolução. Referenciar este campo de conhecimento só foi possível após a fala do Prof. Dr. Marcos Del Roio, a quem agradeço, na Palestra “Pequena História da USP, UNESP e UNICAMP” em 13 de junho de 2025, o evento contou também com a participação dos professores Marcelo Totti e Henrique Tahan Novaes.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. **Equatorial**, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018. Tradução de Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego e Leandro Durazzo. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615/12025 . Acesso em: 16 maio 2025.

ABRÃO, Rachel Tomás dos Santos. **Políticas de memória no Brasil e na Argentina**: lembranças do nunca mais. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021. *E-Book* (184 p.). Disponível em: https://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/wp-content/uploads/RACHEL-ABRAO-POLITICAS%20DE%20MEMORIA.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. **No interior... Ditadura militar e ensino superior (FAFI / UNESP)**: memórias sobre a intervenção na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Preto. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ÂNGELO, Leonardo. Repressão e tortura na ditadura militar brasileira: dinâmicas, colaboração e consequências. *In*: **Portal Memórias da Ditadura** – Ambiente Virtual de Aprendizagem. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2024

BISPO, Thiago Henrique de Almeida. **O Cinema na cidade**: Entre a memória e o esquecimento Marília - SP (1927 – 2000). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de São Paulo, Marília, 2017.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, 1993.

BOSI, Ecléa. A substância Social da Memória. *In*: **O tempo vivo da memória:** ensaios de psicologia social. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 13-43.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professôres, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, [1969]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196**, de 10 de outubro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília,

DF: Ministério da Saúde, 1996. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html Acesso em: 27 mar. 2025.

CALABRIA, A. de Mello. **Narrativas de prostitutas em movimento**: história oral e história pública em espaços culturais. História Oral, 26(1), 63–76, 2023.

CALAVIA SÁEZ, Oscar. **A terceira margem da história: estrutura e relato das sociedades indígenas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 39-51, fev. 2005.

CAMARGO, Juliana Marques de Carvalho. **Invasão, repressão e violência**: uma análise da cobertura do jornal Correio Braziliense sobre as invasões da Universidade de Brasília durante o regime militar. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura**: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

CASTRO, Gabriela Fortunato. **Antropólogos/as "em ação"**: Uma etnografia da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia. Orientador: Flavia Medeiros Santos. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

CASTRO, Rosane Michelli de. **A produção de uma faculdade**: as revistas Alfa, Estudos Históricos e Didática e a "FAFI de Marília" (1959 - 1975). São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2009.

CASTRO, R.; FALCÃO, H. **"Todas as áreas do conhecimento"**: a regulamentação legal de pesquisas científicas no Brasil e o (não) lugar das ciências humanas e sociais. Saúde Soc. São Paulo, v.33, n.3, e240362pt, 2024.

CASTILHO, Myrian Lucia Ruiz. **Memória e história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957-1976)** / Myrian Lucia Ruiz Castilho. Marília, 2009.

CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA. **Fundação é homenageada pela Câmara Municipal**, Marília, nov. 2017. Disponível em: https://www.univem.edu.br/noticias/50-anos#:~:text=Fundada%20em%20agosto%20de%201967,%C3%A9%20egressa%20da%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Eur%C3%ADpides Acesso em: 4 ago. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo:** Memória da criação das escolas que vieram a integrar a UNESP. Unesp 30 anos. 2006. Disponível em: https://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/15_34.pdf Acesso em: 8 out. 2024.

COSTA, I. T. M. **Memória Institucional:** a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.

DAEFIOL, Regina Célia. **O Brado Universitário**: "Um jornal feito sem pressa. E sem pressão?" A imprensa estudantil como ação de microrresistência à ditadura militar na Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, 2021a.

DAEFIOL, Regina Célia. **O jornal estudantil o brado universitário (1973-1976)**: uma expressão de microrresistência possível à ditadura militar na universidade estadual de maringá. ANPUH - Brasil - 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro/RJ, 2021b. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2024-09/1726732800_391e3a7d2981e1698ad45e900d0eb9fd.pdf Acesso em: 9 jun. 2025.

DELGADO, L. de A. N. **História oral e narrativa**: tempo, memória e identidades. História Oral, 2009.

DE SOUZA, F. F. Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Federal de 1975: O desafio brasileiro na estratégia de soberania internacional. **Revista Aedos**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/9818. Acesso em: 23 abr. 2025.

DJUROVIC, C. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. *In*: **Memorial da Resistência de São Paulo**, [2015]. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes/. Acesso em: 30 jun. 2025.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007.

FONSECA, Claudia. Que ética? Que ciência? Que sociedade? In: Fleischer, Soraya. (org.) **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica** / Soraya Fleischer, Patrice Schuch (org.); Rosana Castro, Bruna Seixas, Daniel Simões (Colaboradores) – Brasília, DF: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. 248 p.

FRAGOSO, Mariana Pitasse. **Confiar, desconfiando**: Uma etnografia sobre ritos de confiança, relações políticas e redes de informação em um jornal alternativo. Orientadora: Lucía Eilbaum.2022. 190 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

GALLOIS, Dominique T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. *In*: FANY Ricardo. (org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza**. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GASPAROTO, Jayme Wanderley. Da FAFI à FFC: uma avaliação. *In*: CARRARA, K. (org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**/ Marília: Unesp - Marília - Publicações: São Paulo: FAPESP, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC,1989.

GEERTZ, Clifford. Thick description: toward an interpretive theory of culture**.** *In*: **The Interpretation of Cultures**. London: Hutchinson, 1975, p. 3-30.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia:** caminhos e desafios. Tradução: Marcel Aristides F. Silva. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

GUMIERI, J. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. *In*: **Memorial da Resistência de São Paulo**, [2015]. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/faculdade-de-filosofia-ciencias-e-letras-de-presidente-prudente-ffcl/. Acesso em: 23 maio 2025.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, v. 10, n. 19, p. 41-60, 1997.

HOEVELER, Rejane. Empresariado e ditadura no Brasil: para além da corrupção. In: **Portal Memórias da Ditadura** – Ambiente Virtual de Aprendizagem. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2024.

JOVIANO, Carlos Vitório Martins. O colono e o índio na ocupação da nova alta paulista. **Revista Científica ANAP,** Brasil, v. 4, n. 4, p. 42-51, jul. 2011..

KALLÁS, Ana L. Trabalhadores e Ditadura Empresarial-Militar no Brasil. *In*: **Portal Memórias da Ditadura** – Ambiente Virtual de Aprendizagem. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2024.

KLINKERFUS, Jo Pedro Barros. **"Melhor que filme de ação**": Uma etnografia do canal de Youtube da Polícia Militar de Santa Catarina. Orientadora: Flavia Medeiros Santos, 2025. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão.. 2. imp. Brasília, DF: INEP; Santiago: REDUC, 1991.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LANG, Beatriz Gordo (org). **História Oral**: procedimentos e possibilidades. Desafios da pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, CERU, Texto 8, série 2, p. 91-112, 2001.

LARA, Paulo. **Marília, sua terra, sua gente**. Marília, S.P.: [s.n.], 1991.

LAUS, Guilherme Borges. Dinamizando estudantes: Reflexões sobre as oficinas temáticas do projeto de extensão Papo Sério. **Mosaico Social** - Revista do Curso de Ciências Sociais, ano XVII, n.10, 2019, p. 26-42.

LIMA, Eunice Ladeia Guimarães. **Instituto Isolado de Ensino Superior - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente - 1959-1976**: Uma instituição além das fronteiras. 2005. Tese (Doutorado em Educação), FFC/UNESP, Marília, 2005.

LIMA, Lívia M. G. **Velhice, memórias e pandemia**: História oral participativa no Galpão ZL – Jardim Lapena/São Paulo. Assis, SP, v. 20, n. 2, julho - dezembro de 2024.

LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Leticia. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. *In*: FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020, p. 17-52.

MAGALHÃES, Josiane. **Autonomia universitária**: uma análise da autonomia das universidades estaduais públicas paulistas, sua herança histórica, aspectos jurídicos, administrativos e políticos. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - FFC/UNESP, Marília, 1998.

MALUF, Sônia W. Antropologia, narrativa e a busca de sentido. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 12, p. 69-82, dez. 1999.

MAPA da USP mostra sítios arqueológicos indígenas na região de Marília. **Giro Marília**, Marília, 2 jun. 2024. Disponível em: https://www.giromarilia.com.br/cidades/marilia/mapa-da-usp-mostra-sitios-arqueologicos-indigenas-na-regiao-de-marilia/ Acesso em: 3 out. 2024.

MARQUES, A. C. S; LUCAS, L.; SANTOS, P. C. Fazer desaparecer, fazer esquecer: Desaparecimentos forçados e danação da memória sob as ditaduras de Segurança Nacional. **Epígrafe**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 244-265, 2023.

MATOS, Felipe; CUNHA, Maria Teresa Santos. **Entre chamas e labaredas**: histórias de fogueiras de impressos em Florianópolis no século XX. Anos 90, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 299-326, dez. 2018.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: Origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MELATTI, Delvair Montagner. **Aspectos da organização social dos Kaingang Paulistas.** Funai: Departamento Geral de Planejamento Comunitário/Divisão de Estudos e Pesquisas, 1976.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968 / Acesso: 23 abr. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Linha do tempo. 1977: Renasce o movimento

estudantil, 2015-2017a. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/estudantes-voltam-as-ruas-para-protestar Acesso em 5 jun. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Linha do tempo. 1977: Estudantes da UNB desfiam, 2015-2017b. Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/estudantes-da-unb-desafiam-o-regime Acesso em: 5 jun. 2025.

MOTTA, Rodrigo P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan./jun. 2008, p. 30-67.

MOTTA, Rodrigo P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. *In*: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (orgs) **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2014. p.47-61.

MUSSE, C. REIS, S. "Bar Brazil": Uma análise das edições do jornal estudantil de Juiz de Fora. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro - RJ – 4 a 7/9/2015.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, jul./dez. 1993.

OLIVEIRA, Natália Dorini de. **História e memória da práxis sindicalista da Adunesp**: política, ideologia e sociedade (1976-1985). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – FFC/UNESP,Marília, 2018.

OLIVEIRA, Fabio Ruela de. **HISTÓRIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS (1958-1964):** memória da formação da FCL / UNESP [recurso eletrônico] / Fábio Ruela de Oliveira. Assis: UNESP - Campus de Assis, 2020.

OLIVEIRA FILHO, J.P. **Viagens de ida, de volta e outras viagens**: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. Revista Travessia, São Paulo: CEM, v.9, n.24, p. 5-9, jan./abr. 1996.

PADRÓS, Enrique S. A política dos desaparecimentos e o Terror de Estado. *In*: **Como el Uruguay no Hay**...Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005, v. 2.

PAREDES que falam: Memórias da Moradia Estudantil da UNESP Marília. Direção: Fernanda Lima Peixoto. Produção: Meri Morais. Marília, 2025. Documentário (43 min.).

PEDRETTI, Lucas. **Bailes soul, ditadura e violência nos subúrbios cariocas da década de 1970.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, PUC,Rio de Janeiro , 8 mar. 2018.

PINTO, J. P. de A. N. Nossos ídolos da MPB vinham a Botucatu de Kombi no Circuito Universitário. Jonal da unesp, São Paulo,17 abr. 2021. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2021/04/17/nossos-idolos-da-mpb-vinham-a-botucatu-de-kombi-no-circuito-universitario/. Acesso em: 31 mar. 2025.

POLLAK, Michael**.** Memória e identidade social. *In*: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, A. História Oral, diálogos y géneros narrativos. Anuario digital. **Escuela de Historia**. Argentina, nº 26, p. 9-27 2017a. ISSN 1853-8835.

PORTELLI, A. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 7, n 13, p.182-195, jul./dez. 2017b.

PORTELLI. A. O que faz a História Oral diferente?. **Proj. História**, São Paulo, fev. 1997.

RESENDE, Luara. **Pobreza e prisão na Nova Alta Paulista**: Uma etnografia do município de Pracinha. Orientadora: Flávia Medeiros Santos, 2024. Dissertação (Mestrado em Justiça e Segurança) - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Direito, Niterói, 2024.

RESENDE, Luara. **Pobreza e prisão na Nova Alta Paulista**: uma etnografia do município de Pracinha. Niterói: Autografia, 2024.

RIBEIRO, Maria C. B. Mulheres e resistência à ditadura civil-militar brasileira. *In*: **Portal Memórias da Ditadura** – Ambiente Virtual de Aprendizagem. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2024.

RODEGHERO, Carla Simone. **História oral e ética:** um olhar comparativo entre Brasil, Canadá e Itália. 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/250143. Acesso em: 9 set. 2025.

RODEGHERO, Carla Simone. **“Riscos”, “danos” e “benefícios” da participação em um projeto de história oral sobre a COVID-19.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, vol. 18, e 21762, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.21762.048. Acesso em: 9 set. 2025.

ROVAI, M. G. de O. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v. 16, n. 2,p. 129-148, jul./dez. 2013.

SANTOS, Jordana de Souza. **A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Psic. clin., Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Graciella F. Negros e negras na ditadura: cotidiano, repressão e resistência. *In*: **Portal Memórias da Ditadura** – Ambiente Virtual de Aprendizagem. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2024.

SILVA, Iasmin Raquel Barbosa da. **Da labuta ao conhecimento**: os sentidos de ser estudante trabalhador no CAHL. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cachoeira (BA), 2019.

SIQUEIRA. Anna Lucia M.T. **Os processos de recuperação e reconstrução da memória histórica na Guatemala:** Um recorte a partir das memórias das resistências. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUZA, Herbert de. **Como se faz Análise de Conjuntura.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

SOUZA, Luana Silva de. **Condicionantes da criação e desenvolvimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências,Marília, 2015.

SOUZA, Ana Karla Pontes de. **Jornal de Opinião (1972-1977**): a frente jornalística e a redefinição da luta das oposições contra a ditadura. 2019. 87f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

TANURI, Rosalina. **Índios, Kaingang ou Coroados.** 1. ed. São Paulo: Comissão Organizadora dos Registros Históricos da Câmara Municipal de Marília,1999.

TOLLER, Mariana Escher. **Memória Institucional:** Estudo do acervo digital da TV Unesp Assis. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

TORREGROSSA, Danilo de Souza. **(Re)lembrar é preciso**: A imprensa estudantil de Londrina na resistência à ditadura militar. Orientador: Francisco César Alves Ferraz. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Centro de Documentação e Memória. Memória da Universidade. São Paulo, 1987. Disponível em: https://sistemas.unesp.br/acervo/publico/material.pesquisar.action Acesso em: 27 maio 2025.

UNIVERSIDADE DE MARÍLIA. **Linha do tempo**. Marília, [2022?]. Disponível em: https://ead.unimar.br/linha-do-tempo/ Acesso em: 4 ago. 2025.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: A história de sangue e resistência

indígenas na ditadura. Editora: Companhia das Letras, 2017.

VASCONCELOS, Luan Aiuá. Educação na ditadura. *In*: **Portal Memórias da Ditadura** – Ambiente Virtual de Aprendizagem. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2024.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade**: Uma experiência de geração Zahar, 1986.

VIANNA, A. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. *In*: CASTILLO, S. R. R.; SOUZA LIMA, A. C.; TEIXEIRA, C. C. (org.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2014. p. 43-70.

VIANNA, A.; LISSOVSKY, M.; SA, P. S. M. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, 1986.

VIEIRA, Helena B. A repressão moral na ditadura civil militar brasileira: o caso da população LGBTQIAP+. *In*: **Portal Memórias da Ditadura** – Ambiente Virtual de Aprendizagem. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2024

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Zeno and the art of anthropology: of lies, beliefs, paradoxes and other truths. **Common Knowledge**, v. 17, n. 1, p. 128-145, 2011.

WERLE, Flávia. Escola Normal Rural e seu impresso estudantil. **Educação em Revista**, [s.l], n. 45, p. 81-105, jun. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000100005. Acesso em: 30 maio 2025.

WIKIMEDIA COMMONS. **Mapa Tronco Oeste Companhia Paulista**. 2009. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_Tronco_Oeste_Companhia_Paulista.png. Acesso em: 22 abr. 2025

ZELANTE, Arlêta Nóbrega. Os 40 anos da FFC: Sua contribuição para a construção do conhecimento e da cidadania. *In*: Carrara, Kester (org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp Marília Publicações/, 2001.

ZIOLI, Miguel. **Política com café no oeste do estado de São Paulo**: Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(Lei nº 14.874/2024 e Resolução 510/2016 - Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada "Memória a partir de um jornal estudantil de Marília na década de 1970" sob responsabilidade da pesquisadora Gabriela Fortunato Castro, RG nº 40.180.671-6, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Marília, sob orientação da Profa. Dra. Maria Valéria Barbosa.

Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará sob o poder do PARTICIPANTE ENTREVISTADO e outra da PESQUISADORA. Você foi selecionado por ter sido parte da comunidade discente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (FAFI) e/ou da Universidade Estadual Paulista (UNESP) nos anos 70 em Marília/SP, cidade onde o estudo está sendo realizado. Você será convidado a responder uma entrevista semiestruturada.

I. A pesquisa:
A pesquisa tem o objetivo de entrevistar o professor e historiador Carlos Roberto Martins Toloi a partir dos procedimentos técnicos e teóricos da História Oral para coleta de dados no desenvolvimento da pesquisa de mestrado em andamento intitulada "Memória a partir de um jornal estudantil de Marília na década de 1970".

II. Procedimentos:
Com duração aproximada de 60 minutos, a entrevista será realizada dia 27 de fevereiro de 2025, às 14h, na Sala 13 do Campus II (Av. Vicente Ferreira, 1278) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP com a colaboração do professor e historiador Carlos Roberto Martins Toloi. A pesquisadora Gabriela Fortunato Castro participará propondo perguntas sobre a produção e distribuição dos FAFETOs - jornal estudantil, bem como sobre a história da implementação da UNESP Marília, pressupondo a contribuição para a memória local mariliense, partindo do diálogo sobre as histórias de vida do participante entrevistado.

III. Riscos/Desconfortos e Benefícios
a) Elencar, claramente os possíveis riscos ou desconfortos (riscos físicos, psíquicos, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais imediatos ou tardios, individual ou coletivo): O participante pode ser incitado pelas perguntas a relembrar eventos traumáticos e dolorosos, bem como se sentir desconfortável com a preocupação relativa à julgamentos sociais ou críticas sobre as experiências compartilhadas. Ademais, caso haja o compartilhamento de informações confidenciais durante a entrevista, pode haver preocupações sobre como essas informações serão manuseadas e mantidas em sigilo posteriormente.

b) Descrever as formas de acompanhamento e assistência em caso de ocorrência dos riscos ou desconfortos: A pesquisadora responsável pela entrevista deve respeitar os limites do entrevistado, garantir a escuta empática, oferecer pausas e intervalos para que o entrevistado se recomponha e se sinta confortável em continuar. Além disso, a entrevistadora pode redirecionar a entrevista para outros tópicos que o entrevistado não considere tão intrusivos.

c) Benefícios esperados para o participante e para a comunidade: Compartilhar seus relatos pessoais pode fazer com que o entrevistado sinta que sua experiência é valorizada e reconhecida socialmente e, neste caso, academicamente; essa questão é especialmente importante em casos de experiências anteriormente marginalizadas. Ao compartilhar sua trajetória, o entrevistado contribui para a preservação de memórias individuais e coletivas, bem como para a compreensão histórica e antropológica acerca de um determinado período ou comunidade.

IV. Liberdades/Garantias
LIBERDADE: O participante tem direito à liberdade de retirar-se da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou penalização; bem como a liberdade de não responder às perguntas ou não participar de momentos que possam causar-lhe constrangimento de qualquer natureza.

GARANTIA: O participante tem garantia de direito ao sigilo e confidencialidade em todo e qualquer momento da pesquisa.

V. Sigilo/Anonimato
Levando em consideração o objetivo da entrevista decorrente da pesquisa em andamento, ou seja, a divulgação dos relatos e as histórias de vida do professor e historiador Carlos Roberto Martins Toloi, parâmetros como sigilo e anonimato devem ser repensados tendo em vista a divulgação do nome e das informações oferecidas pelo entrevistado. Apesar disso, o participante tem garantia de direito ao sigilo e confidencialidade em todo e qualquer

momento da pesquisa. A pesquisadora responsável permanece à disposição em qualquer momento, caso o participante julgue necessário.

VI. Despesas/indenização
Esta pesquisa não acarretará ônus de qualquer natureza.

VII. Publicação/devolutiva
O participante colaborador entrevistado será informado sobre os resultados da pesquisa, tendo direito à devolutiva da gravação de aúdio e da transcrição da entrevista, bem como dos trabalhos posteriores como textos, artigos e produções futuras. A pesquisadora responsável se compromete em encaminhar via e-mail todo o material produzido a partir da entrevista.

CONSENTIMENTO

Eu, CARLOS ROBERTO MARTINS TOLOI, RG: 6-314-384-5, abaixo assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa "Memória a partir de um jornal estudantil de Marília na década de 1970". Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Gabriela Fortunato Castro sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Declaro, ainda, que autorizo a gravação em áudio da entrevista, bem como filmagens e fotografias durante a entrevista realizada e, concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente que meu depoimento foi cedido para fins científicos.

Marília, 27 Fevereiro de 2025

Assinatura do Participante

Eu, Gabriela Fortunato Castro, pesquisadora responsável pela entrevista, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

Gabfortcastro
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista semiestruturada

Pesquisa: “Memória a partir de um jornal estudantil de Marília na década de 1970”. Após lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de acordo com a Lei nº 14.874/2024 e Resolução CNS 510/2016).

Pesquisadora Responsável: Gabriela Fortunato Castro (PPGCS/FFC/Unesp)

Questões semiestruturadas:

1) Toloi, você pode nos contar um pouco sobre sua história de vida? Como foi sua infância, juventude… E por que decidiu fazer faculdade?

2) Gostaria de saber se você pode nos contar um pouco sobre o período que esteve na FAFI? (Desdobramentos da pergunta: Você foi estudante da FAFI? De qual curso? Quem eram os estudantes que cursaram o ensino superior nessa época?)

3) Como era o processo criativo dos FAFETOs (jornais estudantis)? Era uma produção exclusiva do Diretório Acadêmico (assinada por DA XV de Março)? (Desdobramentos da pergunta: Em quais condições se dava a produção, impressão e divulgação?)

4) Há nos FAFETOs editoriais, textos críticos e poemas sem assinatura, apenas com iniciais ou codinomes (p.ex.: “walmir”, “luiz carlos chinchilla”) ou assinados pelo DA XV de Março. Como era a questão da liberdade de expressão?

CONTEXTUALIZAÇÃO: O prédio novo da FAFI foi inaugurado em 6 de março de 1975 na rodovia Marília-Assis km 445. Na sequência, a Lei nº 952/76 criou a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, e a FAFI passou a integrar a nova universidade.

5) O FAFETO de edição nº 2 tem data de 22 de março de 1976. Ou seja, já havia sido institucionalizada a Unesp (Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976). Ainda assim, os FAFETOs seguintes, por exemplo o FAFETO de nº 4 se nomeia enquanto “FAFETO” carregando consigo a FAFI no nome… Como se deu a criação e implementação da Unesp e como você, enquanto estudante, entendeu essa transição?

6) Qual a memória que te vem à mente ao ver a capa do FAFETO de nº 4 “A Filosofia está morrendo…A quem cabe a culpa?”

7) No FAFETO de nº 2 são listados ao menos sete “aspectos” do Prédio Novo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, atual Unesp de Marília. Como você observa HOJE essa mudança predial? (Desdobramentos da pergunta: Percebe deslocamentos na forma como os estudantes circulam na cidade?)

8) Ao entrar em contato com os FAFETOs, percebi as molduras vermelhas. O que

significam, para você, as molduras vermelhas feitas?

9) Por fim, gostaria de saber se tem alguma coisa que não foi perguntada e você gostaria de contar…?

APÊNDICE C - Transcrição completa da entrevista

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Dados da entrevista		
01	Título do projeto	Entrevista de História Oral: "Memória a partir de um jornal estudantil de Marília na década de 1970"
02	Coordenador(es) do projeto	Gabriela Fortunato Castro
03	Data da entrevista	27/02/2025
04	Local da entrevista	Sala 13[111] (Instituto de Políticas Públicas - IPPMar), do Câmpus II da Unesp de Marília (Av. Vicente Ferreira, 1278)
05	Formato de gravação	[X] Áudio [ ] Vídeo
06	Entrevistadora	Gabriela Fortunato Castro
07	Participante da entrevista	Carlos Roberto Martins Toloi
08	Duração	1:56:53
09	Documentos coletados durante a entrevista (se aplicável)	Não se aplica

[111] A sala 13 do IPPMar foi disponibilizada pela Profa. Dra. Rosane Michelli de Castro, que compõe a Banca Examinadora desta pesquisa, para a realização da entrevista.

10	Documentos reproduzidos durante a entrevista	2 FAFETOs (jornais estudantis cedidos pelo entrevistado).
11	Observações / Diário de campo	No caderno de campo da pesquisadora foram descritos: os barulhos que possivelmente não iriam aparecer na gravação de áudio: ventilador de teto da Sala 13, cortina de persiana batendo com o vento, celular de Toloi que tocou durante a entrevista. E nome de uma ex-aluna de Toloi, que pesquisou a relação de Educação e imprensa em Marília (Aline de Novaes Conceição).

Gravação: áudio gravado via celular pessoal e pelo gravador de som do notebook pessoal (por Gabriela Fortunato Castro)

Entrevistador(es): Gabriela Fortunato Castro

Tempo: 1:56:53

Abreviação:

G: Gabriela Fortunato Castro

T: Carlos Roberto Martins Toloi

Resumo do depoimento: O depoimento de Carlos Roberto Martins Toloi, professor e historiador que participou do movimento estudantil durante a ditadura civil-militar na década de 1970 na cidade de Marília, mostrou como uma entrevista de História Oral com o foco na história oral temática pode também estabelecer uma história oral de vida e história oral testemunhal, pois as memórias da pessoa entrevistada sobre determinada temática que surgem ao longo da entrevista, se mesclam com sua vida, estabelecendo assim uma identidade.

Palavras-chave: Memória; estudantes; jornal; Unesp.

TRANSCRIÇÃO COMPLETA

G: Começando a gravar aqui e no computador. Bom Toloi, desde já eu quero agradecer muito a sua presença, a sua disponibilidade e o seu tempo, tá. É… Eu fiz algumas questões semiestruturadas, já conheço muito da sua história, porque tive a felicidade de ser colega de trabalho, por um ano contigo. E mesmo já sabendo de, de algumas coisas, eu quero perguntar na formalidade da entrevista né. Então eu quero saber primeiro, Toloi, se você pode contar um pouco sobre a sua história de vida, né, como que foi sua infância, sua juventude…

T: Então, vamo lá né. Eu tô aqui pra colaborar tá, se quiser perguntar depois, pode perguntar. É o seguinte, eu vim de cidade pequena assim, de Pompéia. Meu pai era um agricultor e açougueiro, né, e eu… era costume da época, acompanhava o pai, que ensinava a profissão. Então com 8 anos meu pai já me levou pro matadouro, naquele tempo matava o boi era o próprio açougueiro, e aí eu fui aprendendo e tal. Com 10 anos eu já limpava porco, eu e outro garoto, já fazíamos a limpeza do porco, tudo, tudo, né. Aí depois eu aprendi um negócio que hoje eu não sei mais, mas meu pai me ensinou a eu descarnar o boi, né. A gente cortava o boi em quatro partes e levava pro açougue e eu era pequeno, meu pai punha um banquinho assim [movimento com as mãos], com a faca lá, meu pai aqui e eu aqui, e eu aprendendo com ele, aquela história de aprender a profissão do pai né.

G: Uhum.

T: E aí, é… meu pai é uma pessoa de origem estrangeira, ele veio pra cá, chegou aqui no Brasil com uns 10/12 anos, ele nasceu na Áustria, mas depois meu avô tinha participado da 1ª Guerra, é, acabou ficando na Rússia, virou bolchevista, e depois meu avô levou meu pai pra lá, eles moraram em São Petersburgo na época, e aí, aqueles problemas que teve lá, senão nós vamos… [risadas]. Meu avô trotskista se retirou sabe, saiu de lá depois da morte do Lênin, e aí vem pra cá, aí parou um tempo na Argentina, e depois veio pra cá. Aí meu pai foi morar em uma Colônia na zona rural, onde era só italiano, depois saiu, foi pra onde só tinha espanhol né, ele foi inclusive aprendendo a língua, aí depois se casou, conheceu minha mãe que era descendente de espanhol, mas nasceu aqui. Aí foi e tal, e uma coisa que marcou é que meu pai era muito avançado, pela época dele, a cabeça do meu pai. Então eu criança assim, naquele tempo, isso eu já contei pra várias pessoas e muitas pessoas recordaram isso. No açougue, a gente cortava a carne né, é, punha num plástico né, e depois embrulhava com jornal pras pessoas levarem para casa, e meu pai comprava jornal velho, e punha debaixo assim [movimento com as mãos] e aí durante o dia eu pegava o jornal, mas não tinha muita paciência pra ler… E aí um dia meu pai falou assim "Que que você tá fazendo agora?", aí eu "Ah, nada, o senhor quer que faça alguma coisa?", aí ele "Não, pega aquele jornal lá", e eu lembro que acho que era no domingo o Estadão vinha, era volumoso mesmo, tinha não sei quantas páginas, era um pacote. Aí meu pai falou "Lê, abre o jornal e lê alguma coisa", e eu li o jornal, o jornal era de quase dois anos atrás, e aí foi uma das maiores lições de vida, meu pai "Você conhece tudo que tem aí?" eu falei "Não…", e ele "Então lê, porque tem muita coisa aí, que é antiga, mas é notícia, e você não sabe", aí eu comecei a ler e comecei a me interessar assim, por questões espaciais, gostava de futebol, jogava futebol e tudo, mas

aí você vai lendo e eu fui lendo, lendo, lendo, e fui adquirindo o hábito da leitura, aquilo pra mim foi fundamental, até hoje eu não posso ver nada na minha frente que eu tenho que ler, [risadas] sabe? E meu pai ensinou a gente isso…

G: o hábito da leitura…

T: Ensinou eu e minhas duas irmãs, tanto é que nós somos formados na mesma área os três. Na área de Ciências Sociais, História, Geografia, os três, os três professores da mesma área. E interessante né, isso que meu pai não discriminava as meninas, tá, porque era comum naquela época…

G: Elas puderam fazer faculdade…

T: Opa! E meu pai também obrigava elas a ler.

G: Nesse sentido Toloi, por que que você decidiu fazer Faculdade?

T: Porque aí eu vim pra Marília e tal, e eu assim, aí fiz o Ensino Médio em Marília, e tinham uns amigos que faziam Ensino Médio comigo, que eram parentes de uma família de odontologistas aqui em Marília, uma família famosa, e eles eram meus amigos e tinham parentes. E aí, sabe, veio aquele negócio da Odontologia, e eu fixei que queria fazer Odontologia. Aí eu fui fazer o vestibular né, naquele tempo era bem diferente de hoje o vestibular, você tinha CECEM, CESCEA E MAPOFEI, que falavam, não tinha VUNESP, COMVEST e FUVEST…

G: Ah tá. Sim…

T: CECEM era da área de Humanas, CESCEA que era da área de Biológicas, e MAPOFEI que era da área de Exatas. Então você escolhia o que você queria fazer, eu acabei fazendo em, em Araraquara que hoje é Unesp, mas não era, não existia. Eu fiz em Araraquara e tal, era completamente diferente do vestibular, tinham 100 questões, tinha 10 provas, tinha prova inclusive de laboratório.

G: Você chegou a passar dias lá?

T: É, fiquei lá, uma semana inteira fazendo né, eu e esses amigos, nós fomos em cinco. Assim a gente sonha e tal, da Odontologia, porque vivia na casa desse pessoal, só que ao mesmo tempo abriu aqui em Marília a Faculdade de Filosofia, que também fazia o vestibular dela, e eu fiz aqui também. Fiz lá e depois inscrevi aqui, eu e vários amigos meus, e aqui eu escolhi Ciências Sociais, aí passei, aí convocaram e tal, e aí a aula inaugural que eu assisti aqui, foi aquilo que eu falei "eu vou lá, se eu não gostar…", só que eu tive a aula inaugural com um professor de Filosofia chamado Ubaldo Puppi que deu aula aqui, o professor Puppi escrevia para várias Revistas de Filosofia no mundo e ele começou a dar aula e falou assim "Eu sei que vocês não tiveram Filosofia, nem Sociologia no Ensino Médio", e não tinha, hoje tem né, aí ele falou assim "Então eu tenho noção, eu vou abaixar no máximo meu nível, certo, porque eu não tô lidando com alguém que tem experiência, então caso vocês não consigam me acompanhar, para, que nós vamos…", e eu bobo, achava que sabia, caramba esse cara deu quatro horas de aula, só teve intervalo e a gente já voltava, na hora que ele acabou, eu saí daqui por essa Vicente Ferreira aqui, falei "Caramba, eu pensei que eu sabia, eu sou um rato, não sei nada, nada, nada, nada", aí foi um desafio pra mim, aí voltei, gostei do curso, peguei professores muito legais sabe, e aí já com uma certa… tava fazendo a área de Ciências Sociais, na época do regime

militar, na época da coisa bem dura mesmo, mas eu já tinha uma assim, uma formação sem saber, meu pai foi me formando, nesse sentido, ensinando várias coisas, sobre solidariedade, sobre respeitar os outros, sobre não querer se tornar superior né, desde criança, ele foi ensinando a gente. Aí quando você chega aqui, você começa né… Você entra, começa a ler filósofos, não sei o que, você começa a questionar o mundo, e aí foi embora né, tanto é que na época, entrava 40 alunos no curso de Ciências Sociais, só que dividia em duas turmas de 20, porque era semestral, então, você imagina o professor dando aula pra 20 pessoas, nossa, ele sabia o nome de todo mundo…

G: Criava relação né?

T: Criava relação, a gente debatia no seminário sabe, e aquilo foi, né. Eu sempre fui assim, o pessoal fala que é pelo signo, mas não foi, desde que eu estudava no Ensino Médio, eu era muito contestador de certas coisas e tal e, assim quando escolhia e tal, por exemplo, um problema na escola e precisa conversar com a diretora, ninguém queria ir, "ah o Toloi vai" sabe [risadas] Eu ia, conversava, então tudo que tinha no Ensino Médio é, Comissão não sei do que, Comissão pra arrecadar dinheiro e tal…

G: Você se envolvia…

T: Não, era eleito e os caras punha eu lá, certo. Tinha um cara que estudou comigo alguns anos, ele era de idade, ainda tá vivo, conheci ele na escola, depois ele veio aqui também, fez Licenciatura em Ciências, a gente tinha na época 16/17 anos e ele já tinha 32, era casado, tinha filhos, mas ele resolveu fazer o Ensino Médio, então ele era o paizão da turma, então a turma respeitava ele, aí ele falava "Toloi vai", [risos] E foi aí, entrei aqui e falei pô, tô onde que eu quero.

G: Você se encontrou…

T: Ah, eu me encontrei.

G: E aí, ô Toloi, nesse sentido, eu gostaria de saber um pouco sobre o período que você teve na FAFI, né, então você foi estudante da FAFI.

T: Fui.

G: Você foi estudante em Ciências Sociais…

T: Ciências Sociais.

G: E aí eu gostaria de saber quem eram seus colegas, quem eram os estudantes de Ensino Superior nessa época. E eu pergunto porque assim, até você deu essa abertura e por isso eu vou comentar que né, suas irmãs cursaram faculdade. E uma das grandes chaves ou assim bússolas pra eu estar fazendo essa pesquisa é o fato que a minha avó sempre quis fazer Pedagogia na FAFI e ela não pode fazer, pelo fato de ser mulher, né. E aí eu fico me perguntando, quem eram os estudantes de Ensino Superior nessa época? para além da questão de gênero né.

T: Quando eu entrei aqui, eu e minha turma, tinha bastante mulheres, era ainda FAFI né, funcionava aqui no prédio da Vicente Ferreira, até o prédio não comportava.

G: O tanto de aluno?

T: O tanto de aluno, tanto é que a faculdade alugou aqui embaixo na Rua Paraíba, um prédio ali que depois foi bombeiro e tudo, eu sei que na época era da igreja, e uma parte do pessoal de Pedagogia e

Letras ia lá, porque aqui não comportava né, o número de alunos. Então assim, quem era estudante? Primeiro, eram todos trabalhadores, eu fiz o curso no noturno, trabalhava eu e todos da noite, trabalhava o dia inteiro, eu trabalhava de vendedor em loja de tecidos, trabalhava até as seis e meia no centro da cidade, a aula aqui pra nós começava quinze pras sete e terminava onze e quinze naquele período [barulho de carros ao fundo]. Então saia do serviço 90%, quem eu lembro, tinham uns dois ou três bancários que o banco dispensava um pouco mais cedo, mas a gente que trabalhava no comércio, essas coisas, a gente vinha direto pra faculdade e saía daqui, aí que ia chegar em casa, tomar um banho, jantar né, e estudar.

G: Aqui, a gente tá no prédio da FAFI, desculpa te interromper, a gente tá relativamente próximo ao Centro, mas naquela época vocês vinham a pé, de transporte público, de carro?

T: Transporte público a maioria, eu por exemplo, depois de um tempo consegui comprar um carrinho e tal.

G: Uhum.

T: Vinha de carro, mas o primeiro ano e metade do segundo ano, eu saía lá da Prudente de Moraes e vinha a pé, cruzava aqui a FEPASA ali, descia a Rua Paraíba e saía aqui. E você encontrava diversos alunos sabe, que vinham descendo e tal, quem morava um pouco mais longe vinha de ônibus, de coletivo né, mas pra ir embora eu ia no coletivo, eu morava longe, daqui lá na Vila São Miguel, então, pegava o coletivo e chegava em casa onze e quarenta, quinze pra meia-noite. só que não era só eu, era a turma inteira, todo mundo trabalhava, então tinham várias pessoas que desciam, pegava o ônibus.

G: Então a FAFI era bem movimentada a noite?

T: Era, era muito movimentada, porque ela tinha curso de manhã [apito celular Toloi], mas quem fazia curso de manhã era o pessoal da elite da cidade né, que a gente tinha que trabalhar, e a noite era movimentadíssimo, era movimentado, tinha bastante mulheres viu, mas também mulheres trabalhadoras, trabalhavam no comércio, por exemplo, no curso de Ciências Sociais, tinha o que, tinha umas dez mulheres assim que trabalhavam e tal, e frequentaram o curso e foram até o fim. Então é, tem algumas passagens que uma hora eu vou lembrar, quando foi transformado na Unesp, a visão dos políticos de Marília tinham sobre a FAFI, né, que isso é muita coisa que a gente não sabe, que eu sei porque eu participei da Comissão, nós fomos discutir com o Secretário municipal de Educação, o prefeito, e nossa… a visão que eles tinham sobre a Faculdade de Filosofia, porque tinha bastante mulher que estudava aqui, era aquela visão bem… Bom, ainda tem gente que tem, mas então, era movimentado, a gente tinha sabe, e outra, o corpo docente aqui de todas as áreas, eram muito bons, eram muito bons, e fazia-se vários encontros sabe, veio aqui Osman Lins, pessoal de Letras trouxe o Osman Lins, e a gente ia assistir né, as palestras, discussões. Bom, na área de Ciências Sociais, a gente trouxe Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Dalmo Dallari, tá, numa época que esses caras não podiam ir pra lugar nenhum.

G: Era desafiador?

T: Era desafiador, e eles vinham! Mas não tinha aquela aparição né, mas enfim, era movimentadíssimo, todos os cursos, o curso que tinha mais gente era Pedagogia né, depois você tinha o curso de Licenciatura, [tosse Gabriela] e esse pessoal, nossa, era tudo ativado, era uma turma que participava, não era aquele silêncio profundo, não, a gente tinha a cidade de Marília que era conservadora, então, nós de História e Ciências Sociais, a gente encontrava uma certa resistência entre os alunos mesmo né.

G: Olha, entre os alunos?

T: É, entre os alunos por exemplo, alunos em Licenciatura em Ciências, a gente tentava atrair e trazia muito pouco, muito pouco mesmo, pessoal de Letras, que é um negócio, a gente conseguia trazer muito pouco pra nossa ala né, vinha mais o pessoal de História e Ciências Sociais, mas eram os dois cursos que tinham menos estudantes. Então, em eleição de Diretório, por exemplo, o pessoal de Licenciatura em Ciências, antes de eu entrar aqui, pesquisando a história deles, ganhavam só eles, só sei que chegou um grupo assim mais, e aí no primeiro ano que eu entrei aqui, esse grupo da área de Ciências Sociais ganhou as eleições, né, e aí tinha um pessoal que eu conhecia, que já tava aqui, era do segundo, terceiro ano e tal, e aí me convidaram pra fazer parte do Departamento Cultural, aí eu fui, primeiro ano tá, tinha alguns que me conheciam já, de algumas coisas aí, e aí entrei no Departamento Cultural e aí a gente, tinha duas meninas inclusive, do curso de Licenciatura que elas eram bem ativas mesmo, e elas vieram também pro Departamento Cultural, nossa aí, a gente começou a promover sabe, um monte de encontro, atividades, tudo o que você imaginar. Eu tô perdendo o rumo?

G: Não, fica em paz [risos]

T: O que você imaginar, nós trouxemos aqui Toquinho e Vinicius, foi aqui no Yara.

G: O Yara já era Yara?

T: Era, nós trouxemos aqui Beth Carvalho, que sempre foi uma mulher de esquerda, desde jovem! Trouxemos Beth Carvalho que foi lá no Cine São Luiz, não, Cine Marília, onde hoje é o Santander, mas ali era o Banco Banespa. É, nós trouxemos Belchior, o Belchior lançou o disco dele, o primeiro disco, Alucinação, o lançamento foi aqui em Marília…

G: Aqui em Marília?

T: No Yara! Eu que consegui trazer o Belchior com o grupo, porque eu frequentava as reuniões da USP assim, nós que éramos de Diretório, era difícil assim sabe, mas por mensagem, ou telefone, convidava, a gente ficava muito isolado, não tinha celular. Naquele tempo pra você ligar pra São Paulo, você entrava na fila, pedia pra tal hora você vir que vai sair o telefone. Então você não tinha muito contato, mas tinham os professores que traziam essa notícia, "Ó em São Paulo tá acontecendo isso", e tal e tal, e eu participava de várias reuniões lá e aí eu fomos conhecendo e tudo. E a gente que era das Filosofias: Marília, Assis, Prudente, Araçatuba né, que era Odontologia, e Jaboticabal que era Veterinária e Agronomia né. E a gente começou a fazer os chamados Circuitos, então nós convidava esse pessoal, o cara começava aqui em Marília, aí ele ia pra Assis no outro dia e depois ia pra Prudente.

G: Fazendo apresentação?

T: Isso, isso. Belchior veio aqui pra Marília, depois foi pra Assis… Muitas vezes deslocava pra lá [movimento com as mãos], mas lá já era mais assim… Esses cursos, por exemplo, você tinha Odontologia, né, não era um pessoal politizado.

G: Lá, você diz?

T: Araçatuba e Jaboticabal. Não era um pessoal… tudo, a maioria era de extrema-direita mesmo, mas a gente conseguia fazer algumas coisas boas. Agora aqui você tinha mais a área de Humanas, em Assis e tal, em Prudente você tinha Geografia sabe? Então aqui, é que se agitava mais.

G: Sim…

T: E a gente foi entrando com esse pessoal, o que veio um monte de gente aqui. E aí o pessoal fala "ah não fazia nada…". Fazia!

G: Ô Toloi, nesse sentido que você comentou, tanto sobre fazer parte do Departamento Cultural, como também sobre fazer parte do próprio DA. Acho que é um pouco nesse meio, penso eu, que surgem os FAFETOs. Os FAFETOs é esse material que você me apresentou como os jornais estudantis da FAFI né. E aí eu queria entender um pouco mais o que significavam os FAFETOs nesse período? Como era a produção? A divulgação?

T: Então era assim o primeiro FAFETO acho que nós lançamos em 75, 74 se eu não me engano…

G: Em 74? O segundo é de 74, o primeiro não sei, mas deve ser por aí…

T: Por aí… Surgiu a ideia no Diretório e tal, a gente sempre reunia sabe, o Departamento, o presidente, o tesoureiro, o vice, a gente tava sempre reunindo. E aí surgiu a ideia, porque a gente precisava divulgar, por exemplo, o nome do Diretório, ninguém conhecia. Hoje acho que ninguém conhece, nem sei se usam o mesmo nome. O Diretório era DA XV de Março, aí fomos ver, acho que 15 de março foi o dia em 59 que se estabeleceu a Faculdade de Filosofia em Marília. Por isso foi colocado, não fomos nós que colocamos, já existia Diretório Acadêmico [barulhos na mesa] XV de Março. E aí, quando esse pessoal que eu cheguei no primeiro ano, esse pessoal de Ciências Sociais, História, pegaram o Diretório né, esse pessoal era uma cabeça mais avançada e tal. Aí nós resolvemos "O que que nós vamos fazer? Nós vamos ficar aqui morto? Como se não estivesse acontecendo nada no país? Em Marília", acho foi surgindo ideias tá, nós tínhamos um rapaz de Letras, chamado Walmir, escrevia muito bem, e ele participava do Diretório, e aí ele deu a ideia "Vamos fazer um jornalzinho! A gente divulga entre os estudantes", e daí que saiu, a gente imprimia nós tínhamos no Diretório né, até era revolucionário na época, nós já tínhamos uma impressora o que geralmente se fazia com o álcool lá…esqueci o nome.

G: Era datilografado?

T: É datilografado tá, e depois imprimia numa impressora que nós tínhamos, é que nem uma impressora de jornal, já era naquela época, acho que nós éramos o único Diretório que tinha, porque você não tinha aqui em Marília. Você tinha de cursos superiores, você tinha a Faculdade de Filosofia

que foi a primeira, aí depois veio a Medicina, só que ela era restrita, também, era uma fundação municipal mas…

G: Era paga né?

T: Era paga, pagava-se menos do que uma particular, e depois a Fundação Eurípedes Soares da Rocha, trouxe o curso de Direito tá, que era pago também. Então pra nós, que era da classe trabalhadora, era só a FAFI mesmo, não tinha outro, você não tinha condição de pagar, e aí o pessoal falou "óh", porque o que agitava a cidade assim era o DACA, que era o Diretório da Medicina, mas agitava de que jeito? É fazendo baile, é um monte de coisa eles faziam, trote que eles faziam, daí aparecia muito DACA, DACA, DACA [tosse Gabriela], eu lembro até o nome, acho que tem o nome ainda.

G: Ainda é DACA…

T: É. Diretório Acadêmico Christiano Altenfelder, que era o nome da Faculdade… acho que foi o cara que ajudou a trazer pra Marília a Faculdade. E aí, era o que aparecia. Então nós começamos, começamos com jornal soltava entre os alunos né e foi, e depois foi andando, daí depois já começa a vir a repressão, porque o jornal sai e cai na mão de alguém, certo. Aí nós fomos pra luta dos panfletos, porque muita gente acha que não, sabe, o que aconteceu isso, aqui. Mas nós fomos soltar os panfletos, certo, denunciando a ditadura, denunciando as condições da escola pública e onde a gente soltava? A gente ia, geralmente, tinha as grandes empresas de Marília, que eram a Airilam, o Sasazaki, a Marilan, que era menor, tinha uma aqui perto do estádio que era Biscoito Juno, então eles trabalhavam 24 horas, então tinha revezamento de turno, então o que a gente fazia, levantava de madrugada e na troca de turno a gente ia panfletar, de madrugada que era seis horas que eles faziam a troca.

G: É como se os FAFETOs fosse mais pros estudantes e depois por conta da repressão, vocês fizeram alguns panfletos?

T: Isso, mas não, não tinha nada a ver com o FAFETO.

G: Entendi

T: Assim denunciando mesmo, abaixo a ditadura e tal…

G: Tem bastante denúncia nos FAFETOs também [risos]

T: É. Tem, então...

G: Mas é que volta para vocês né, do DA.

T: Isso. Aqui [apontando os FAFETOs em cima da mesa] o nível, o Walmir, que escrevia artigos, ele fazia a correção "ó, vamos usar esse termo aqui, é melhor", pra ficar com cara de mais sofisticado, mas daí nós entramos na classe trabalhadora mesmo, abaixo a ditadura, sabe, eu lembro que nós fizemos um panfleto que deu o que falar, porque nas fábricas o relógio onde você vai bater o ponto, sempre tava escrito assim, sabe, 'o trabalho dignifica o homem', bem espírito do capitalismo mesmo, e um dia nós fizemos um panfleto e soltamos em frente ao Sasazaki, de madrugada sabe 'o trabalho dignifica o homem, mas um bom salário também, o que você acha?', nossa deu uma polêmica, e aí, vinha, o pessoal sabia que era a gente, era louco pra pegar a gente, mas a gente fazia essas coisas e sumia, sabe, você não deixava rastro, porque eles invadiam mesmo o Diretório.

G: Sim.

T: Esse Diretório nosso aqui foi invadido várias vezes, quando a gente foi pro câmpus também, os caras invadiam mesmo, procurava tudo, revirava tudo, só que a gente sabia porque aí que vinha a vantagem de ser da nossa área, porque tinham alguns professores que também tinha passado por isso, como movimento estudantil e tudo, então eles orientavam a gente 'não pode deixar rastro' [risos].

G: Então era um processo criativo que era meio escondido?

T: Não, era totalmente clandestino, totalmente. Eu lembro uma vez, que nós íamos soltar uns panfletos e era para Marilan, e aí ia colocar no meu carro, aí eu ia levar e passar para o carro de uma outra pessoa, essa outra pessoa ia passar pra outra que morava lá perto, aí no outro dia cedo nós íamos lá, já ia estar perto da casa da pessoa, mas sei lá, alguém denunciou. E aí a polícia começou a rodar aqui em tudo, aí falei "ó, alguém dedou", o que nós fizemos, do lado atrás assim tinha uma senhora, tinha uma casa que a filha dela estudava aqui, então, o muro dela assim [barulho com as mãos] fazia fundo com a nossa casa lá…

G: Do Diretório Acadêmico?

T: É, aí, a Regina foi lá, conversou com ela e tal e falou "joga lá", aí nós pegamos [risos] e jogamos lá no quintal dela, a caixa com tudo, e na hora que eu desci, os caras sabiam lógico que eu que ia levar, aí a hora que eu desci eles me pararam no Largo do Sapo aqui embaixo, na Rua Paraíba, eu e o Valdir que estávamos, [inaudível 32'09''] daí "não, não sei o que", abriram capô, e tudo, levantaram banco sabe, e não tinha nada, e nós acabamos não fazendo a panfletagem lá porque tava arriscado. E aí foi, foi crescendo, pixamos muro "abaixo a ditadura", "fora FMI", sabe, "fora Tio Sam", sabe, a gente pichava muro em Marília mesmo, é lógico que no outro dia você via lá, no outro dia cedo todo mundo lia, mas já aparecia o dono, pintava, mas a gente pichava, pichava e tinha bastante pessoas que participava, agora não era a maioria né. Mas acho que assim, pra época era muita gente que atuava no DA. E nosso movimento foi assim…

G: E também participavam fazendo o jornal estudantil? Divulgando?

T: Isso, isso, divulgando.

G: Vocês tinham reuniões…?

T: Tinham reuniões. Nós fazíamos as reuniões entre nós do Diretório, e aí quando começou a vir a ideia de fazer a Unesp, nós começamos a reunir, a gente reunia o pessoal de Prudente, é, Assis, Marília, Rio Preto, que tinha a faculdade lá também de Filosofia, e uma vez nós levamos toda a reunião para Araçatuba na Faculdade de Odontologia. E depois nós até conseguimos fazer outras reuniões lá, só que a gente fazia assim, era feito, porque assim, um monte de estudante reunido, mesmo que você fosse discutir problema, eles não queriam saber né, a gente reunia sempre num domingo a tarde [batidas na mesa].

G: Por que num domingo à tarde?

T: Você acha que… por exemplo, o pessoal que ficava de olho né, falava assim, você vai fazer uma reunião no sábado, na sexta a noite, não os caras, então o que que a gente imaginava, e era verdade, domingo a tarde, quem acha que estudante vai reunir domingo quatro horas da tarde?

G: É inusitado.

T: É. Aí nós começamos a fazer isso, sempre, então tinha reunião em Marília, depois tinha reunião em Assis, e sempre a tarde, nós chegamos a fazer uma reunião, todo o pessoal aqui dessa região em São Paulo, na FATEC em frente ao Tobias Aguiar, o Batalhão de Choque lá Tobias Aguiar.

G: Hm…

T: Então o Tobias Aguiar aqui [movimento com as mãos] e FATEC aqui. Faculdade de Tecnologia aqui, era só cruzar a rua e tava lá, nós começamos a reunião cinco horas da tarde. Por que? Porque nós fomos entrando, tinha um portão lá, os caras deixaram lá aberto, e ia entrando de um em um, começamos a entrar era uma hora, até esperar todo mundo, porque se entra uma… sabe? Então essas táticas inclusive, nós aprendíamos com quem? Com os professores, os professores que falavam "Ó, faz isso, cuidado", né. A coisa de ter, e tinha no meio da gente, a gente ficou sabendo muito tempo depois, tá, o que a gente chamava de dedo-duro. Tinha, e sempre matriculavam alguém e aí nós descobrimos, aqui em Marília nós tínhamos [barulhos na mesa], ele veio pra cá no terceiro ano de Ciências Sociais, de São Paulo transferido pra cá, e era um cara que a gente achava que batia e tal tal tal, aí depois que nós ficamos sabendo que o pai dele era um militar e trouxe ele pra cá exatamente, ele passava as informações, por isso que por muitas vezes, nós falavamos "vamos fazer isso, tal" aí de repente, aparecia alguém "ó, tá tendo alguma coisa", e como é que tão sabendo? e não era só aqui [batuques na mesa], todos os lugares, em Assis o pessoal denunciava, em Araçatuba nós estávamos em uma reunião, inclusive, na segunda reunião que nós fomos lá, é, foi pouca gente, a coisa tava meio apertando, então fui eu daqui, representando a região e o Mauro Bragato de Prudente, que depois virou deputado, foi prefeito e mais uma menina de Araraquara, então nós estávamos, nós fomos lá, tava falando pra eles o que vai acontecer [tosse Gabriela], a hora que criar a Unesp e tudo e tal, porque eles estavam meio distantes e a gente participava de reuniões, e aí eu lembro lá, que eu fui sozinho, quando eu sai da faculdade, era umas seis e quinze e aí veio um pessoal e falou assim "Ô cara, cê ó, nós estamos inaugurando o Diretório novo no centro da cidade", deram o endereço pra mim, e falaram "vai lá cara, você fica um pouco com a gente", daí falei "não, eu tenho que ir pra Marília", "não, mas vai lá, passa lá e tal", e aí eu pensei "ah, vou passar", aí eu tinha deixado meu carro bem distante da Faculdade assim, daí eu tô andando e de repende chega dois caras atrás, andando assim "e aí tudo bem?", "tudo bem", já desconfiei né, daí o cara fala "então, o negócio é o seguinte", mas assim sem violência, "ó, nós estamos te endereçando pra delegacia", e eu falei "qual a razão?", "você tem que conversar com o delegado", aí eu falei "ó, tudo bem", eles estavam num carro civil, eu falei "eu vou cara", "só que você vai no meu carro", e eu falei "não, não vou, aí não", eu falei assim "eu vou, você vai um cara na frente, e se você quiser ir junto comigo, pode ir, ele vai lá dirigindo no dele, eu vou atrás e você vai do meu lado", e aí nós vamos pra delegacia né, aí ele "não, porque não sei o que", aí

eu falei “não vou largar meu carro aí, sou de Marília cara, daqui eu vou sair e vou embora”, até que o cara concordou e aí me levou.

G: Uhum.

T: A minha sorte é que eu peguei um delegado, que era um cara, que ele começou a perguntar, e eu falei, não, eu vim numa reunião, assim, assim, assim, assim… Pra esclarecer o que que tava… Aí o delegado virou e falou pra mim, “você conhece alguém daqui?”. Eu falei, “ninguém cara, eu cheguei aqui, participei lá”, aí eu lembrei. Aqueles dois caras que estavam lá assistindo o nosso encontro...Porque foi no Salão Nobre né. Aí é lógico, houve crítica ao governo, um monte de coisa, né. E aí o delegado falou assim, “pô cara, mas…”. E aí eu disse, “segura aqui”, “Não, mas qual a razão? Qual o motivo?”. Ele foi legal, sabe? Aí ele falou assim, “ó, eu conheço o diretor da faculdade, vou ligar pra ele”. Aí ele pegou o telefone e ligou. “Então ó, aconteceu isso, isso, isso, né? Os investigadores trouxeram o rapaz aqui”. Aí eu ouvi o diretor falando, “não, esse rapaz estava lá. Não, mas foi autorizado. Eu autorizei essa reunião. Até no começo eu ajudei ali, fazer a abertura e tudo”. Ele falou, “mas onde que ele está?”, “Está aqui”. Aí esse diretor foi lá e, nem conhecia. Foi lá e falou, “não, era liberado. Não teve nada. Eu liberei a reunião deles”. Ainda tive sorte, passei lá, tomei uma cerveja lá no Diretório dos caras [risos], mas, se contar isso, as pessoas falam que isso é mentira, que não teve isso, gente!

G: E nenhuma dessas passagens eram documentadas, assim, nessa época, né?

T: E outra, quando acontecia em São Paulo, tinha mais visibilidade. Mas e aqui no interior? Porque aqui no interior não tinha visibilidade nenhuma. Uma cidade como a Marília, bom, nós, né, quando eu dei uma entrevista, eu jamais imaginei que eu ouviria isso de novo. Na Faculdade, o termo melancia foi criado naquela época pelos estudantes, não em Marília, mas em geral, os estudantes de outras áreas, chamava a gente de Ciências Sociais e História, de melancia, verde por fora e vermelho por dentro, comunista, né? Cara, de repente eu tô ouvindo bolsonarista falando isso nas eleições, chamando militares de, “ah, militar traiu o Brasil”, “tem que ajudar a dar o golpe”, teve isso, ainda tem. Eu falei, eu jamais, nunca mais vou ouvir isso. Naquela época, tudo bem. A gente era chamado, primeiro, melancia. Isso na cidade, viu. Melancia, depois subversivo. A gente usava barba, cabelo comprido, que era moda na época, né. E ainda lá o pessoal da área de humanas usava mesmo. Depois veio o terrorista, quantas vezes eu não fui chamado terrorista, até hoje de vez em quando eu sou. Aí veio o termo que até era sempre falado assim, esses caras não sabem o que eles ficam falando. Na época que começou aqueles movimentos muçulmanos, lá dos xiitas, né? O pessoal falava do xiita, que era o radical. Daí começou a chamar a gente de xiita. xiita, xiita, sabe? Só que eram pessoas assim que falavam, não sabiam o que era. Até quando a gente era levado ao interrogatório, Os caras não sabiam, perguntavam porque alguém ali falou pra ele, “ó, esse cara é comunista, né?” Chegaram a ser, “ô, comunistinha de merda”, sabe? Se você perguntasse pra ele o que é ser comunista, ele não sabia. Ele não sabia, mas você tinha que dar, sabe, baixar a cabeça, ficar quieto, né?

G: Sim…Ô Tolói, você comentou por cima, talvez eu tenha comentado e me passou despercebido que a gente conversou bastante coisa. Nos FAFETOs, a gente vê editorial, texto crítico, poema sem assinatura. Isso muito no sentido do que você estava falando, né? Essa questão de se colocar diante de um material potencialmente subversivo né, clandestino. E aí eu vi, né, sem assinatura, apenas com o inicial, com o codinome, aí eu trago aqui, por exemplo, o Valmir era um nome, então você comentou, Luiz Carlos Chinchila.

T: Esse era o nome.

G: Esse era o nome também?

T: Esse era. O Luiz Carlos Chinchila, ele inclusive era um trabalhador na loja Mesbla, um cara muito inteligente. O Chinchilla, a gente alertava, sabe? "Num assina nome". E ele era meio doido. Ele falava, "eu assino" [risos]. Tem uns aí que era do João Mário, mas acho que não aparece. O João Mário era um cara que veio estudar aqui em Ciências Sociais, era de Prudente. E era um militante, assim, daqueles, sabe? É assim, até a gente falava, "João, não peita não, não peita não", porque quando tentavam invadir umas duas vezes, né, a polícia foi invadir o nosso Diretório ali, o João, ele era grandão. Os caras tinham metralhadora na mão. O João pôs a mão na porta e falou, "aqui ninguém entra". E eu estava em sala de aula, aí veio uma das meninas que era funcionária do Diretório, chamou na sala de aula, chegou lá comigo e disse "pelo amor de deus", e na hora que eu chego lá, está o João lá, e o cara que era o chefe aqui, da, não era o chefe de operações, eu também nem sabia, era o tático móvel. Lá e querendo entrar, eu cheguei. Aí eu fui, conversei com ele. Conhecia dois que estavam ali junto com ele, que eram da equipe dele. Foi e tal, tal, tal, vamos resolver isso. Aí eu passei e fui lá pro João. Ele disse, "não, nós temos que entrar". Eu falei, "mas tem ordem judicial?". Ele falou… lógico, não tinha. E ó [barulho com as mãos], quem vai denunciar isso? Então eu falei, "João, tem que deixar eles entrarem. Não tem nada aí, então deixa entrar". Aí convenci e os caras entraram. Só que eu e o João fomos seguindo ele lá, tinha uns quartinhos lá. Nossa, mas aí, sabe aquele negócio? Puxava, assim, pegava as gavetas e jogava tudo no chão. Como se fosse… é nada! sabe? Como se a gente… aquilo nosso lá… que era tudo material, poxa, coisas que às vezes a gente comprou com dinheiro do Diretório, jogava tudo, sabe? Mas não achavam nada, porque a gente também não deixava.

G: Uhum.

T: E o pessoal, às vezes a maioria, por exemplo, João Mário, acho que não colocava o nome, eu escrevi, acho que uns dois que coloquei o nome, Valdir Braga também. Porque o Valdir, o Masson, tinha um problema, eles trabalhavam no Banco do Brasil. Então, era um problema, né?

G: Como você via essa questão da liberdade da expressão, liberdade de expressão?

T: Ah, não tinha não. Tinha. Assim. Lá fora. Lá fora. Na cidade. Entendeu? Na cidade. Não tinha nada. Você não via movimento, assim. A cidade de Marília sempre foi conservadora pra caramba. Onde a gente encontrava mais problema era na própria faculdade. Que vinha. E a turma da manhã, então? A turma da manhã, nossa, era uma reaça contra a gente, sabe? Era uma reaça. Mas a gente encontrava aqui com alguns órgãos de repressão né, que era a polícia. Tava toda hora circulando aqui,

ó. Aí, de vez em quando, vinha [canto de pássaros] A gente sabe que era alguma denúncia que fazia, eles vinham, sabe? E vistoriava todo o Diretório e tal. E, muitas vezes, levou muita coisa. Eu, esses tempos atrás, lá na escola, nós tívemos uma… uma professora de artes fez sobre a… A imagem e a memória né, como uma imagem é importante para a memória, um trabalho de artes. E ela me convidou. Então, eu levei um monte de coisas assim que eu tenho de memória, álbuns e tudo, né? E aí, eu estava comentando né. Na época, Marília e a Fazenda do Estado aqui, foi a primeira experiência de reforma agrária de Marília, do estado de São Paulo, na época do governador Jânio Quadros, tá. E o Ministro, o cara que, o Secretário que implantou, foi o Plínio Arruda Sampaio, né, montou aqui. Aí depois veio o Golpe, foram desmontando e tudo. E aqui na Faculdade, a gente discutia isso e tal, e tinha os trabalhos que fazer. E aí escolhemos, eu e mais três ou quatro escolhemos pesquisar sobre a Fazenda do Estado, porque já tinha. Isso foi em 75, já tinha acabado tudo, né? E aí nós começamos, então elaboramos, como você fez aí tudo né, vamos pesquisar, né? Tinha aquelas disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa e tal. E aí nós elaboramos o trabalho. Aí um dia, eu tô num bar que eu sempre frequentava, e nós sentamos, eu e mais um cara do grupo, os outros dois do lado. Não, eram três homens e uma mulher. Então tava eu e o Waldir. Aí a gente conversando e tal. Eu falei, "caramba, a gente precisa achar mais informação, tem muito pouco sobre a Fazenda do Estado e tal". E vai conversando, de repente, um senhorzinho assim do lado, virou e falou, "vocês estão perguntando sobre o quê?". Eu falei, "não, é que a gente é estudante, nós vamos fazer"… E ele estava sempre lá, no bar. Ele acho que fez isso porque ele viu que eu [inaudível 50'24''']. Ele falou, "eu conheço várias coisas". Aí eu fui lá, sentei na mesa e comecei a conversar. Ele era o diretor lá quando começou a implantação. Aí ele começou a me contar umas histórias e eu falei, "para, para.... Falei, ó, o senhor, o senhor, eu até escondo o nome, mas o senhor tem coragem de gravar, porque eu preciso, tem aqueles que não têm a minha visão, eu preciso gravar essa conversa" [risos]. Ele falou, "não, eu venho aqui dia quarta e sexta, aqui no bar". Eu falei, "não, perfeito senhor", então, acho que era na quarta, ele falou, "sexta-feira eu estou aqui". Aí nós começamos a entrevistar ele, nossa, acho que tinha, aquelas fita cassete que era meia hora cada lado. Tinha umas quatro ou cinco. Aí quando… Só que aí a gente já tava lá em cima [apontando pra cidade universitária]. Já era Unesp, o Diretório já tinha ido pra lá. Aí teve uma invasão lá. Levaram tudo. Levaram o meu… tava… tava na minha gaveta. Que era um trabalho do grupo. Mas como eu era do Diretório, estava sempre lá, eu deixei. Levaram tudo. Levaram o gravador. Toda a gravação. Aí eu não consegui mais encontrar esse cara, sabe? Já era um senhor bem de idade. E aí, mais pra frente, o Mário Milan escreveu um livro sobre a Fazenda do Estado. Mas a primeira pesquisa que ia sair era nossa. Mostrando a questão da reforma agrária, porque… Nossa, ele contava como é que foi, que espetáculo que era o da polícia. Mas aí ele conta que o regime militar proibiu. Eles não conseguiam vender aqui. Os comerciantes de Marília. Isso tava tudo gravado, acho que tinha umas cinco horas. Foi tudo pro lixo. Até o aparelho. Até o aparelho perdeu...

G: Ô Toloi, você comentou já mais uma vez e agora a gente vai entrar de vez nessa questão, que é a transição da FAFI para a Unesp, né. Eu até trouxe aqui uma contextualização para mim mesma, ainda

que você já tenha falado dessas datas e saiba de cabeça. O prédio novo da FAFI foi inaugurado em 6 de março de 1975, lá né, na rodovia Marília Assis. Na sequência, no ano seguinte, tem uma lei de 76 que cria a Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, e a FAFI passa a integrar a nova universidade. Uma coisa que me interessou muito nos FAFETOs é que a gente vê que o primeiro FAFETO ele é de, eu trouxe aqui ó, o FAFETO de edição número 2 tem data de 22 de março de 76, ou seja, já havia sido institucionalizada a Unesp, mas ainda assim ele carrega consigo o nome da FAFI. E aí eu queria saber de você, como que se deu a criação, a implementação da Unesp e como você, enquanto estudante, entendeu essa transição?

T: Então, é o seguinte, quando começaram a construir aquele prédio no campus universitário, o que a gente achava é que seria uma transferência da Faculdade de Filosofia. Porque demorou para construir o prédio, né? Apesar de hoje estar cheio, mas era… Você só tinha aquele prédio central e a biblioteca, né? Então era só os dois prédios que construíram lá. Então a gente imaginava que seria a FAFI lá, tá?

G: Só uma mudança predial.

T: Isso, mudança predial. Porque aqui, como eu disse para você, teve uma época que precisou alugar prédio aqui embaixo, né? E aí, as coisas vão correndo. De repente, eu já nem lembro mais assim, mas se eu não me engano, foi o professor Celso Frederico que dava aula pra gente, que era de São Paulo e tudo, né? Então ali, no meio universitário, aquelas coisas, ele estava fazendo mestrado na USP; Sai as coisas, né? Que aqui no interior a gente não ficava sabendo. Se eu não me engano, foi ele que trouxe essa notícia "ó, haverá a criação da Terceira Universidade". E os campi, as Faculdades de Filosofia, que chamavam Instituto Isolado, vão fazer parte agora do… Cada uma é um campi da nova universidade. E aí ficou aquele negócio, aí você procura daqui daí, aí foi ganhando corpo, aí até que chegou aqui em Marília a notícia.

G: É…Terceira Universidade, porque já havia…

T: a USP e a Unicamp

G: Entendi

T: Então falava assim, nem o nome a gente sabia. Era a Terceira Universidade, isso que a gente ficava sabendo. E aí, como eu fazia parte do Conselho Universitário. E quando reunia aqui, né, daqui. Aí reunia todos os chefes do Departamento e tudo, e eu comecei a atiçar. Pessoal de Pedagogia, pessoal de Licenciatura. Falei, "gente, ó, tá vindo. Vocês sabem?", "Não". Acho que ninguém sabia mesmo que viria. Só que aí foi ganhando corpo, aí chegou a notícia. Chegou a notícia que viria a Terceira Universidade, aí já com nome, né. Universidade Paulista Júlio Mesquita Filho. E foi, e aí nós tínhamos essa reação. Porque o que a gente entendia, assim, no primeiro momento, por exemplo, Marília, durante o regime militar de 64 até mais ou menos anos 70, foi um grande foco de resistência. Marília, Pompéia, né, apesar que era pessoal de Marília que levava inclusive, não sei se é verdade, mas eu ouvia falar o pessoal daquela época, Pompéia, o depósito de armas era lá. Então, tinha aqui um pessoal que atuava muito no Partido Comunista, até conheci alguns. E aí, sei lá, a própria cidade via, sabe? Com certo receio que a gente tinha Ciências Sociais e História. Então, quando veio a ideia de

unificação e tal, formar a Terceira Universidade, não sei, devem ter consultado. A gente não foi consultado. Eu não sei se consultou, algo aqui, alguma pessoa, que nós tínhamos alguns deputados, tinha o Diogo Nomura, que era um deputado da cidade de Marília. Então não sei se consultaram, mas quando veio mesmo a decisão, eu inclusive, que trouxe mesmo assim de viva a voz em uma reunião, porque eu fui, em São Paulo, e aí era o conselho. Eu era do conselho de todas as FAFI. E eu fui. E lá veio a notícia, que ia fazer. Inclusive, os cursos que iam sair daqui, daqui pra lá, de lá pra cá, os que seriam remanejados. Quando eu cheguei aqui em Marília, que eu fui participar, que falei, que o curso de Letras, Licenciatura ia sair daqui, nossa, foi a maior reação, porque eram os que tinham maior quantidade de alunos, né. E aí eu falava o seguinte, "ó, vocês vão sair daqui, não sei pra onde vai, mas vai ficar Ciências sociais, História também vai sair daqui". Eles falaram, "o que é isso? Vai deixar História e Sociologia?". O pessoal do departamento, né? "História e Sociologia, esses comunistas aí podem tirar", porque não tinha Filosofia. E eu já tinha, lá, eu já tinha pego assim o esquema de quem ia pra lá. Então eu falei, "ó, vai sair", na época, até a professora do Departamento de Pedagogia, puxa não vou lembrar o nome dela, ela era muito ligada à gente, era uma figura importante, daqui a pouco eu lembro o nome dela. Ela foi a única que falou, "gente, ele tem razão, eu já vi os comentários e tudo diz que é isso". Eu falei, "gente, eu participei de uma reunião com o cara que é o secretário lá e tudo". "Ah, não". Mas ficaram aqui, sabe? E quando veio a reforma, foi exatamente aquilo [barulhos na mesa]. Perdemos onde tinha mais aluno. E aí veio Filosofia. Mas Pedagogia ficou. Ficou Pedagogia e Ciências Sociais. E aí veio Filosofia. Mas ficamos só com três cursos aqui em Marília. Quando foi? Aí funcionava lá. Aí depois começou a vir Biblioteconomia, sabe? Foi melhorando, mas no começo, foi triste. E a cidade não reagiu. Agora eu vou contar a história do prefeito.

G: Hm.

T: Nós reunimos o pessoal, assim, de professores e tal. Josefina Chaia! Agora eu não posso esquecer dela, ela era a única que me defendia nas reuniões do conselho. Ela marcou um encontro com o prefeito de Marília. O prefeito de Marília, na época, era o Pedro Sola. E aí nós fomos lá. Chegando lá, tinha outros professores. Tinha pessoal também da área de Licenciatura em Ciências. Tinha outros. Só sei que foi eu, foi o Waldir. Eu era Diretório também, foi o Waldir, acho que foi a Claudete também, que era... Nós fomos em três, quatro. E aí lá, a audiência do prefeito… Ah, o prefeito "não, mas não sei o quê", vamos ouvir falar dele. Daqui um pouco ele soltou aquela… Ele era meio chucrão, né? Esse prefeito. Sabe o que ele falou? "Não, tem que fechar aquilo lá mesmo na Vicente Ferreira. Fica aquelas biscataiada à noite tudo dentro dos carros". Sinceramente, na hora que ele falou isso, eu olhei para a Josefina, fiz assim com o meu pessoal, falei, "prefeito, eu tenho um compromisso. Eles ficam", eu desci e vim embora. A visão, e isso era a visão da cidade. Por quê? Porque não tinha estacionamento, não tinha nada, o pessoal ficava aqui. A gente ficava lá do lado de fora. Muitas… Você tinha mulher casada [inaudível 1:02'25''']. E tinha muitas meninas que namoravam. O namorado, no intervalo, vinha aqui. E às vezes ficava dentro do carro. Mas o termo que ele usou…

G: Para se referir aos estudantes?

T: Estudantes! Eu não fiquei para assistir o resto. Mas também não deu nada. Porque ele falou, "vamos ver o que vai acontecer". Não funcionou. Veio a reforma.

G: A reforma veio de qualquer jeito…É, a gente tá aqui no prédio da Vicente Ferreira, onde era a FAFI. E aí, eu queria que você desse uma olhada nesse jornal [barulho de sacola plástica] que você me cedeu, que é o FAFETO número 4.

T: 4, isso.

G: No FAFETO número 4, ele me chamou muita atenção. Por quê? Porque é o prédio aqui, da Vicente Ferreira, da FAFI, em ruínas, né. E aí tem tanto a data de criação, né, como se fosse o nascimento da FAFI, e ali uma cruz como se fosse a morte seguida por ponto de interrogação. Logo embaixo está escrito, "a filosofia está morrendo, a quem cabe a culpa?". E aí eu quero saber, ô Toloi, qual memória que vem, né, na sua mente ao ver uma capa desse FAFETO que diz exatamente isso?

T: Isso, aí… Essa capa aqui, por incrível que pareça, foi discutida. O autor da… Lembro até quem é. O autor daqui, desse desenho é o Waldir, que era o Diretório, Waldir Braga, esse que eu falei que trabalhava no Banco do Brasil, tá. Então ele bolou isso aqui. O Valmir é que bolou o nascimento, quando que vai morrer? e a quem cabe a culpa. Por quê? Porque exatamente nós estávamos vivendo esse momento da discussão, "gente vai tirar, precisa fortalecer". A intenção aqui foi provocar principalmente autoridades da cidade, certo? E provocar o pessoal que se opunha geralmente, que era o pessoal de Licenciatura em Ciências, os Departamentos, os professores, porque tinha uma briga tremenda dentro dos Departamentos. O dia que eu falei aqui, eu nem vou falar o nome dele, mas se algum dia vir eu falo pra ele, porque ele não tá aqui pra se defender, certo? Ele e a esposa dele, a esposa dele depois foi dar aula comigo em escola pública. E eu falava pra ela. Falava pra ela, pode falar pro seu marido, "eu tava lá, pode falar". Porque esse pessoal, era aquela história, "esses comunistas, eles ficam agitando, tem que tirar daqui mesmo, tem que limpar". Então eles achavam que eles iam ficar, entendeu? Porque eram os cursos mais fortes. Então quando a gente jogou a quem cabe a culpa, a gente queria envolver as autoridades, porque foram avisadas, certo? As autoridades, é, o pessoal assim, Câmara Municipal, a gente não conseguia o apoio e o interesse de ninguém, certo? E aí a gente achava assim, que nós deveríamos fazer um movimento então entre nós, mas nós não conseguimos. Conseguia o pessoal de Ciências Sociais e de História. A gente não conseguiu unir, sabe? Mas não foi só em Marília não, em lugar nenhum. Assis não conseguiu. Que a nossa ideia era provocar reação, sabe, assim, pra pelo menos, não que não pudesse acontecer, mas pelo menos todo mundo ficasse sabendo o que estava acontecendo. A ideia era virar um fato na cidade. Mas eu lembro que até a gente falava assim, "porra, as emissoras de rádio talvez convidem a gente pra falar". Ninguém, ninguém que eu me lembro, não sei, a Aline Conceição, ela é, que é lá da Unesp, de Pedagogia, que foi minha aluna também, ela pesquisou sobre a educação e a imprensa em Marília. Eu acho que não, eu tenho, inclusive, o trabalho dela.

G: É, vou anotar aqui a referência. Aline Conceição?

T: É. Ela é professora, ela está ali na Unesp agora. Ela fez uma pesquisa, que acho que foi o trabalho

de conclusão do curso dela, sobre os jornais de Marília e as notícias sobre educação. Se eu não me engano, nenhum jornal publicou nada dessas coisas, sabe? Quando veio, não teve discussão. Quando veio a decisão, ô, Marília vai ter uma universidade. Sabe aquelas informações distorcidas? Com o objetivo de esconder. Por isso que a gente põe, a quem cabe a culpa. Que foi uma discussão isso aí. Partiu da ideia, que o Waldir era um grande desenhista, ele lá, dentro do Diretório, sentado na mesa dele lá, olhando o prédio aqui, ele começou a fazer. E aí veio a discussão. E o Valmir é que deu assim.

G: Que curioso, ele tava dentro do Diretório olhando pra FAFI.

T: É, ali. É um sábado à tarde. E nós tínhamos aula de sábado, né? E o Waldir tava sentado lá, porque era uma casa grande. E tinha um tipo de uma área, aquelas antigas assim. Então, a gente também punha uma mesinha ali, sabe? Do lado de fora, assim. Ficava ali. E o Waldir, ele gostava de desenhar. E ele tava vendo. Eu sei que ninguém nem viu ele desenhando lá. Aí quando a gente foi embora, que a gente descia, saía daí, depois a aula acabava às seis horas, a gente, fazia reunião no Diretório, aí ele gostou. Quando eu comecei a olhar, "pô Waldir, que desenho, cara", foi, foi. Aí veio a ideia. Veio, aí foi, ó. Uma semana estava idealizado isso aqui [Toloi aponta para os FAFETOs]. Com o objetivo de chamar a atenção das cidades, das autoridades.

G: Que era o que vocês estavam vivendo, né?

T: E não conseguimos, não conseguimos. Nem dentro aqui, no nível dos estudantes. Ficou isolado o pessoal de Ciências Sociais e História [barulhos de saco plástico].

G: É… Aí, o que acontece? A FAFI vai para o novo prédio e é criada a Unesp. E aí, em um dos FAFETOs, vocês listam pelo menos sete aspectos [apito celular Toloi], segundo o que está escrito no FAFETO né, do prédio novo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, atual Unesp. E dentro desses aspectos né, se você quiser até abrir, dar uma olhada, vocês estão falando desde a localização geográfica do prédio até as vias de acesso, dos deslocamentos dos estudantes, né. E aí eu quero saber tanto como foi naquela época para vocês? E como você observa hoje essa mudança.

T: Então, quando, nós até, a gente, é, quando a aula inaugural lá né, foi da minha turma, Ciências Sociais, eu até, foi professor Ubaldo Puppi. Hoje eu não sei como é que tá lá, mas naquela porta de entrada, no começo tem uma escadinha, foi a sala que era bem em cima, ali foi a primeira aula, foi a aula inaugural, a minha turma que assistiu ali. Só que as críticas que a gente fazia, porque tem outros jornais com mais críticas, é que sumiu, né. O pessoal invadiu várias vezes e tal. Foi lá, por exemplo, e tal, invadiu várias vezes e tal.

G: Inclusive, eu quero te contar que os jornais, os FAFETOs que tem são esses. Pelo menos eu não encontrei em nenhum lugar.

T: Não, porque provavelmente o pessoal que pegou, né, da polícia e tal, deve ter jogado tudo fora, queimado, não guardou nenhum. Esse aqui, esses dois, é porque tava atrás. Eu guardava os exemplares, eu fui guardando desde o primeiro. A gente guardava num arquivinho que tinha lá. Esses dois eu achei, acho que depois de seis meses que eles tinham entrado, tinha levado o que tinha, eu achei atrás de uma escrivaninha. [barulho de saco plástico - Toloi mexendo nos FAFETOs] Tinha

assim atrás. Eu puxei e estavam os dois. Não sei porque o um e o quatro. Não sei se ali, quando a gente manuseava, caiu… Não sei. Não sei explicar. Porque tinha que ter. Porque eu guardava, arquivava por sequência. Só tinha o 1 e o 4.

G: É o 2 e o 4.

T: É. É verdade. É o 2 e o 4. Falei 1, né? É o 2. Só… Não sei por quê. Não entendo. Mas aí eu peguei e guardei. Ainda era coisa na época lá. Então, guardei. Falei, vou levar isso aqui de recordação. Não vai ter mais nada. Já tinha perdido meu gravador com tudo aquilo. Esses caras já partiram pra lá.

G: Já era o DA lá.

T: Já.

G: Eles invadiram tanto aqui quanto lá.

T: DA?

G: É.

T: Aqui! Lá! Porque o DA… era ali naquela casa, aí depois nós conseguimos e passamos aqui pra dentro, aqui na Vicente Ferreira, aqui do lado esquerdo ali, nós ficamos um tempo. Aí quando foi pra lá, hoje eu nem sei se tem. Aí, onde fizeram a cantina, que eu não sei se ainda é cantina no mesmo lugar, que eu vou lá em vestibular agora, né, você fica lá fora, você quase não entra. Eu, é… Aí nós reivindicamos, porque não tinha nada. Não tinha nada, nada, nada. Aí nós reivindicamos. Aí fizeram um predinho assim, atrás de onde era a cantina, sabe? Inclusive assim, dava uns 30 metros, né? colocaram lá, com tijolão à vista, aquele, cobertura de brasilit, que aquilo queimava igual não sei o que, e nem calçada não calçaram viu, nem pedrisco jogaram. A gente tinha que sair da cantina assim, e quando chovia, pisar tudo em barro pra entrar na Diretório. Mas nós reivindicamos, e fizeram. Aí a gente começou a reivindicar, tem vários jornais. Reivindicando, por exemplo, uma quadra, um campo, que veio depois, mas era a reivindicação que a gente tinha aqui [barulho na mesa]. Reivindicamos, por exemplo, ônibus, na época,
ele pegava aquela marginal, a Hygino Muzzi, não tinha asfalto na Hygino Muzzi.

G: Era terra?

T: Era, ainda. Aí, o que que faziam? Parava no portão lá, onde é o portão até hoje, certo? O ônibus parava ali. Ali era o ponto final dele, aliás. Porque a UNIMAR veio depois. A Fundação veio depois. A FAFI ficou lá isolada.

G: Não tinha nada da cidade universitária ali pra trás?

T: Nada, nada, nada.

G: A Unesp era como se fosse a última construção?

T: É. Aí, parava o ônibus lá. Aqui em cima. A gente tinha que descer a pé também com lama, não tinha nem pedrisco, não tinha nada. Você pegava lama, não tinha nem grama.

G: Era tudo terra?

T: Tudo terra. Quando chovia era um inferno. Quem ia de carro muitas vezes descia e depois pra subir. Porque era barro vermelho mesmo. E aí a gente começou nas lutas de reivindicação. Só que aí também

eu terminei o curso, né? Saí de lá, mas depois eu sei o que veio. O campo de futebol, a quadra, e aí foram surgindo, aí vieram novos cursos, né? Fizeram aquele prédio ali na frente, logo na entrada, que era para o curso de Filosofia, hoje nem sei se está lá, parece que eu fui outro dia lá no vestibular e tal. E aí, você vai se afastando, vai se afastando dos professores que deu aula pra gente, por exemplo, o Bruit foi para a Unicamp, o Celso Frederico foi para a Federal de São Carlos, a Maria da Glória que era professora de História, nossa, antiga, foi para a USP. José Roberto, que era um professor de Idade Média, também foi. Sabe? E aí, você vai perdendo contato. O único cara que a gente ficou contato foi o Jayme. O Jayme Gasparotto, que morreu recentemente.

G: Faleceu recentemente…

T: O Jayme era muito… Bom, o Jayme era da área de Ciências Sociais.

G: Virou professor lá depois

T: Hã?

G: Virou professor da Unesp.

T: Sim, mas ele chegou a ser diretor.

G: É.

T: Diretor. E eram os caras assim, então foi distanciando. Ah, outra que a gente tinha uma certa aproximação, a Yoshiko, professora de Antropologia, que, aliás, até hoje de vez em quando eu ainda encontro, que era uma pessoa também, que ela deve ter muito, não sei se ela vai lembrar, ela está bem de idade, apesar que eu tô também, né? [risos] Mas ela era bem mais velha que a gente. Então, assim, e foi uma luta meio inglória para melhorar aqui e lá. Porque você ia na Câmara Municipal, sabe? Os vereadores, ninguém estava lá preocupado, que é curso universitário, que é trabalhador que está indo lá. Não tinha, não tinha essa visão. Mas foi melhorando, melhorando. Hoje, por exemplo, quando eu vou lá, certo? Que eu acompanho vestibular, a primeira coisa que eu faço, quando chego na entrada assim, eu paro com o meu carro. Quantas vezes eu desci aqui, a pé e já com o carro, para não descer com o carro lá, porque depois não subia. Tomando chuva, sabe? Quantas vezes. Lá agora você entra, tudo asfaltado lá [risos], tudo legal, sabe? Mas eu acho que hoje no campus, pelo menos eu vejo que tem reformas nos prédios. É que a gente não frequenta, né? Então… Mas eu acho que hoje tá… Não sei o que o pessoal estuda lá. Nada como quem tá lá dentro.

G: Pra saber, né?

T: É porque o nosso prédio aqui, na época, todo mundo passava… "Olha, a Faculdade de Filosofia, senhor prédio". Né, era bonito mesmo, você olhar a fachada e falar, mas pô, entra pra dentro pra você ver, sabe? Um negócio assim… Se eu não me engano, isso aqui acho que nem foi construído, isso aqui acho que era uma fábrica de seda, que foi alugada...

G: Foi adaptada, né?

T: Foi adaptada, entendeu?

G: Estamos aqui se encaminhando para as últimas perguntas, Toloi, para não tomar mais seu tempo, que é valioso. Quando eu entrei em contato com os FAFETOs, logo no momento que você me cedeu

para fim de pesquisa, você estava folheando suas pastas, com muitas recordações, né, recordações materiais, eu logo percebi a moldura vermelha. A moldura vermelha que tem em todas as páginas. Não só nos FAFETOs, mas nos seus documentos que você guarda no geral, né. E tanto que, pra mim, no momento de análise, parece que eu não poderia olhar só para os FAFETOs, porque você estava em todas as páginas, você estava ali, você é parte dos FAFETOs.

T: Sim.

G: Você é essa moldura vermelha também que constrói, você além de ter possivelmente recortado, colado, dado pitaco, discutido muito o conteúdo do jornal estudantil, você colore ele por fim, porque é um jornal em preto e branco que tem essa moldura vermelha. E aí eu quero saber pra você o que significam essas molduras vermelhas.

T: Então, é assim, eu tenho… A gente tá da área de História, né? Aprendi com essa professora Maria da Glória, você vê quantos anos faz? Uma frase que ela disse na sala de aula, e hoje eu ainda falo com meus alunos. Hoje, às vezes, quando eu escrevo algum artigo, ou por aí eu uso, ela dizia assim, "onde não tem memória, não tem história. Onde não tem história e nem memória, não é povo, é massa. Porque o povo pensa e decide por si. A massa é conduzida pelos outros". A massa no sentido sociológico. E eu sempre usei isso, quer dizer, memória. Falaram assim, poxa, tenho que guardar essa memória. Eu sabia lá se eu ia desaparecer antes, pra falar, mas não. Eu tenho que guardar essas memórias. Então, muitas delas foram embora em invasão do Diretório. Você vê esses dois aqui, eu garanto que ninguém mais tem, a não ser que algum estudante daquela época guardou. Eu até preciso pesquisar, mas não acho. Já perguntei pra vários, "ó, você tem aquele jornalzinho?". "Não tenho Toloi", falaram. "Não tenho. Joguei fora". Eu sempre fazia limpeza no carro. Então, quando eu fui montar, que eu tenho [tosse Gabriela]… eu tenho… fotografias, fotos, eu tenho quase 5 mil. Naqueles, álbum de 12, 12 não, de 200. E eu comecei a montar pasta, por quê? Porque eu guardava tudo que eu guardava? Eu guardava assim, no meu armário, na minha biblioteca, eu tenho uma biblioteca e eu ia guardando essas coisas. Aí chegou uma hora e falei, gente, tem muita coisa aqui. Aí veio a ideia de fazer uma pasta né, e fazer a pasta de acordo com o assunto, o tempo. As fotos que eu tenho, por exemplo, eu tinha foto de um negócio inédito, tinha foto daqui, a gente tirando foto, é, quando nós fizemos o primeiro trote que foi feito aqui, da nossa turma, nós acabamos com a violência. Nosso trote foi feito assim, uma semana, ninguém pinta ninguém, nós recolhemos alimentos para distribuir [barulho de sacos plásticos em cima da mesa]. E aí nós fizemos na cidade assim, levantamento, né, Mansão Ismael, só asilo. Lembro até hoje, o pessoal do Rotary veio louco aqui, queria ver uma sala que tinha lá no fundo, lotou e aí o pessoal queria, "não porque o Rotary sabe como distribuir'" Nós falamos, "não, não, nós já temos tudo aqui, ó. Nós já pesquisamos quais são os asilos, nós mesmo vamos entregar". Nós mesmo que entregamos. Então foi tirado foto, sabe? Só que aí, aquele negócio, guardava no Diretório. Cara, nessas invasões, eu não tenho uma foto daqui. E olha que eu sempre andei com máquina fotográfica. E eu não tenho nenhuma. Eu lembro que, é, no primeiro dia nós recolhemos, os alunos iam chegando, a gente ia recolher ali na esquina, na Vicente Ferreira com a

outra. Então, ia chegando o pessoal do Diretório lá, todos os voluntários. Então, a gente ia pondo. Por exemplo, chegava o arroz, eu ia pondo, eu ia fazendo, empilhando o arroz, empilhando o feijão, aqueles negócios todos, né? Daí, tiramos fotografia. Acho que veio até, não sei se jornal veio, mas, sabe, não tem nada [barulho de palmas e mãos], não sobrou. A não ser que alguém naquela época que tirou, que nem por exemplo eu com isso aqui [barulho do Toloi mexendo nos FAFETOs], não sei. Mas o vermelho é assim, para mim o significado do vermelho é aquele mesmo. A resistência. Certo? E o vermelho que se diz o sangue do trabalhador. Sabe? Aí o pessoal fala, "pô, mas você gosta de vermelho?". Eu gosto de todas as cores, mas vermelho pra mim tem um símbolo. Sabe? Que é a luta dos trabalhadores, o sangue foi derramado, várias conquistas que tiveram desde lá no século XIX, né? Na Europa, vão chegando aqui no Brasil e tudo. E uso vermelho mesmo. Todos os... [risadas] E outra também fica melhor, você coloca naquela pasta, fica meio assim mas óh. É como se diz, mas…

G: Página por página.

T: É, é que aqui, né? [Toloi mostrando a moldura vermelha].

G: Capa contra capa.

T: Capa contra capa. Sempre… guardo, levo pros meus alunos ver. Levo. Levo assim. "E aí, professor, isso aí não é verdade, não sei o que…". "Não? Tá bom". Aí eu chego e mostro pra ela. "Tá vendo? Quem que tá aí? Quem que é esse cara?". "Ah, é o senhor", "então eu tava lá". Aí, a foto aqui.

G: Eu vivi.

T: Eu tô escrevendo, sabe? Mas, sei lá, eu… Eu elaborei assim, eu tenho que escrever assim. Eu vi, porque eu estive lá. Eu quero contar várias histórias, de coisas que eu vi, mas que eu tava lá também.

G: Você tá escrevendo um livro?

T: É. Seria memórias. Seria a memória. Eu até já coloquei assim, né? O que eu vi que foi fundamental pra mim. Mas… é, precisa tempo. Precisa tempo, você precisa parar, escrever, porque precisa ter a memória, né? Porque tem coisas que às vezes passam um pouquinho, né? Mas eu gostaria de escrever. Por exemplo, eu estava dando aula agora com o pessoal da escola sobre revolução, as revoluções inglesas. Então eu estava dando aula sobre Revolução Puritana, Revolução Gloriosa e Revolução Francesa. E aí… Estou falando para eles daqueles documentos que saíram, né, os primeiros já pensando em defesa do direito das pessoas contra a repressão. Aí fui mostrando para eles, "ó, aqui e lá, por exemplo, no *Bill of Rights*, era para elite, mas depois da Revolução Francesa já subiu um pouquinho mais, foi, foi". Aí, falando para eles, "ó, até chegar aqui", por exemplo, aí eu mostro a Declaração Universal dos Direitos Humanos, né, e mostro os artigos. Teve um ano que eu até distribuí para eles. Aí eu falo, e daqui, o Brasil [inaudível 1:27'18']. Eu fico lendo o artigo da Constituição para eles. E aí eu falo assim, ó, essa Constituição, eu levanto a questão, eu falo assim, "ó, ela foi promulgada dia 5 de outubro de 1988. E eu tava lá" [risos].

G: Tu tava lá?

T: Eu tava no Congresso Nacional. Eles duvidam. Eu falo, "gente, eu não tenho nada que comprove. Mas eu estava lá", isso que eu digo pra eles, né? Porque na discussão sobre educação, eu era da

APEOESP[112], e a gente discutiu isso no estado de São Paulo. Aí nós fizemos um seminário em Alagoas, todo mundo. A Confederação Nacional dos Professores do Brasil, é isso, né. Ela promoveu, e aí o pessoal, a maioria não podia ir e tal, tinha outros que tinham participado, mas eu falei, eu vou, então eu fui. Em Marília tinha um deputado que era constituinte, que era o Seu Oswaldo Doreto Campanari, que era amigo meu. E ele participava [barulhos na mesa] da Constituição de Educação da… do setor da, Comissão lá no Congresso Nacional. Então o que a gente fazia? As coisas que a gente tirava, eu falava para os caras, "olha, ó em Marília tem um deputado". Aí trazia, ia lá na casa dele, conversava com o Seu Doreto. Aí ele falava, "não, vamos levar lá, lá eu vou por para discutir lá" também, sabe? E aí, quando veio a promulgação da Constituição, que ia ser dia 5, ele falou pra mim. "Ô, professor, o senhor tem que ir. O senhor tem que ir". Aí nós fizemos uma caravana.

G: É mesmo? Foram de caravana.

T: Foram de caravana lá. E eu tava lá, o dia que o Ulysses Guimarães levantou a Constituição, né? E aí, em 2018, eu fiz uma atividade na escola com os alunos. "Os 30 anos da Constituição", uma semana inteirinha, cada grupo pesquisou uma Constituição Brasileira. Os principais temas, né?

G: Uhum.

T: Expôs lá no pátio da escola. E a Constituição atual, aí eu ampliei mais, com os três grupos. Você vê, foi um espetáculo, a turma montou tudo lá, né? E aí eu levei exatamente no dia 5 de outubro de 2018 [Toloi batucando na mesa], que foi numa sexta-feira, eu levei o Doreto Campanari lá.

G: É mesmo?

T: E ele deu uma palestra, tava a molecada, tudo sentado naquele pátio, todo mundo começou a perguntar e não sei o que…

G: Nossa, os estudantes devem ter adorado.

T: Sim. E a turma não acreditava, porque o Doreto, na época, estava com 89 anos já.

G: Bem senhorzinho.

T: É, mas estava com uma cabeça lúcida. Aí começava a contar, né? Porque eu conhecia, porque eu vivia na casa dele.

G: Sim.

T: E aí, e mais um detalhe, que até escrevi um artigo na internet, esses dias eu reprisei. Quando fez, você vê que cidade que é Marília. Quando fez 30 anos da Constituição, Doutor Doreto era o único vivo da região de Prudente, direção a Marília, ó de todo o Oeste Paulista, pegando inclusive uma outra parte lá, da chamada Sorocabana. Era o único…

G: A Nova Alta Paulista?

T: Isso, não. Daqui tudo. Ele era o único vivo que foi constituinte, por isso que eu quis homenagear ele. Aí foi, marquei com ele em maio, falei, "ó, vai ter um monte de gente que vai querer entrevistar o cara, ele tava lá". Em Marília, não teve nenhuma notícia, nenhuma Faculdade de Direito lembrou…

G: Ou Ciências Humanas?

---

[112] A APEOESP é o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

T: Ninguém, nem Unesp, nem Câmara Municipal, a única publicação que teve foi no dia 6, que o pessoal do *Jornal da Manhã* foi lá na Interação, tirou uma foto, minha e do Doutor Doreto, escreveu muito mal escrita, a jornalista depois chamei a atenção dela.

G: Você chamou a atenção?

T: Lógico, eu falei, "moça, perdão, esse evento aqui, pouquíssimas pessoas podem fazer, o homem está vivo, ele participou, ele era constituinte e outra, ele era mariliense". Teria que ir fazer, porque… é isso, ela foi lá, entrevistou ele. Primeiro quando chegou, ela falou assim, "Ah mandaram eu aqui, o que está acontecendo?" Ah, eu já fiquei puto da vida. Falei, "Moça, aqui ó, está lá ó, uma faixa que eu mandei fazer". "Ah, tá. E o senhor que vai falar?". Eu falei, "Não. É o doutor Doreto". "Ah, tá, tá bom". O que ela fez? Foi lá, entrevistou o Doutor Doreto com um negócio desse aqui [Toloi apontando para o celular que estava gravando na mesa]. Me entrevistou. Aí eu pus o Doutor Doreto lá, fiz a abertura e falei para a garotada, contei toda a história do Doutor Doreto, foi colocando… E aí o que eu peguei…

G: Eu só vou mudar o computador de lugar, porque ele vai acabar a bateria, mas eu tô escutando.

T: Aí o que eu fiz? Eu já tinha conversado com os alunos antes, eles já tinham feito esse trabalho, certo? Então, eu orientei eles assim, né? Cada grupo, "Ó, pergunta sobre tal coisa, o que aconteceu na discussão lá". E a molecada começou a perguntar, e debateu e tudo mais. Ela ficou lá. Aí no outro dia, eu tenho até nessa pasta, eu tenho isso. No outro dia, publica uma foto, Doutor Doreto sentado, eu, de pé, com o microfone, porque eu falei, "Doutor, é para eu não ficar de pé, se eu ficar sentado, aí a hora que o senhor for responder, eu fico segurando o microfone". Ela escreveu, pôs a foto assim, eu e o Doutor Doreto, "Escola homenageia 30 anos da Constituição". Um pedacinho assim. Mas eu fiquei esperando, porque o filho do Doreto, eu falava pra ele, "Ó, seu pai tá meio assim, tá esquecido, você não pode esquecer". Falei, "Zé Ivan, seu pai tem um compromisso comigo, você sabe?". "Não, Toloi", "Nesse dia", eu falei, "Tá, das dez até meio-dia, mais ou menos, e meio, por aí, ele tem compromisso lá na escola, que eu vou fazer uma atividade, vou depender dele". "Não, tá aqui na agenda, já marquei". Foi, foi, foi. Eu sempre perguntava ao Zé, né? "Ninguém, ninguém, ninguém convidou meu pai". Chegou no dia, não saiu um assunto no jornal. Nenhuma das TVs aqui que tem Marília, nenhuma, deu notícia, as rádios, ninguém falou nada. As faculdades de Direito, Câmara Municipal. Aí eu fiquei esperando, mês de outubro, inteirinho. Então chegou o dia de finados. Eu liguei pro Zé e falei, "Zé, só pra mim confirmar", e eu acompanhei. "Alguém fez alguma homenagem pro seu pai? Esse mês, pelo menos?". Ele falou, "Não. Ninguém, Toloi, só foi aquela sua". Ninguém. Escrevi um artigo no *Facebook* e aí chutei o balde mesmo. Onde já se viu? Duas faculdades de Direito em Marília. Ninguém lembrar disso? Câmara Municipal. O cara foi vereador. O cara foi deputado estadual. E deputado federal duas vezes constituinte, um mariliense! Nossa! Essas são minhas críticas aí. O pessoal da faculdade lá da Univem, o cara lá que diz que era coordenador ligou pra mim. "Como é que você fala isso?". Falei, "Eu tô mentindo? Eu deveria perguntar pra você como é que vocês não

lembram um dia desse aí. É uma Faculdade de Direito. Muitas aulas de Direito Constitucional que existem aí". Eu sei que ficaram bravo.

G: Pra você ver a importância da memória…

T: Sabe o que aconteceu? A Câmara Municipal marcou… Aí, eu fui no velório de um amigo meu, chegou um cara que era assessor de um vereador e falou, "Os caras querem te matar lá na Câmara". Eu falei, "Avisa o dia que eles querem que eu vou lá". Eu já sabia agora. Por quê? Porque eu conhecia, conheço vários vereadores. "Pô Toloi, o que que você falou, eles se sentiram ofendidos". Eu falei, "E eles fizeram?". "Não". "Então, se alguém quiser conversar comigo, pode marcar um horário e eu vou lá explicar porque eu escrevi isso aqui". Aí a Câmara prometeu, e aí fez, em fevereiro…em fevereiro? Não, em março de 2019, fizeram uma homenagem. Aí é lógico, né? O Doreto me convidou e tudo. Aí quando chegou lá, o Doutor Doreto falou pra mim, "Ó, eu faço questão, você senta lá embaixo comigo". Eu falei, "Não, doutor, a festa é sua. Eu vou sentar lá em cima na galeria e vou ficar lá assistindo a festa. Porque eu fiquei sabendo que depois o senhor vai dar uns traguinhos lá na casa do senhor". "Ó, lógico que vai ter"

G: Aí você vai. Aí você senta do lado

T: Aí lá nós conversamos. Aí eu [risos]… Ninguém, mas ninguém… Só a Câmara que fez, mas seis meses depois. Seis meses. Você imagina a cidade que é.

G: Toloi, por fim… Eu gostaria de saber se tem alguma coisa que não foi perguntada e você gostaria de contar.

T: É, eu tenho algumas coisas assim, por exemplo, né, que aconteceu comigo. Aí é uma coisa que os alunos perguntam até hoje. "Professor, você foi preso?" Aí eu respondo, "Preso não. Eu não fui preso, porque eu nunca fui condenado a nada. Não fui julgado, eu fui detido". Não só eu. Vários, né. Mas aí, "Professor, você sofreu tortura?". Aí eu falo, "Olha, física, muito pouco, né?". O máximo que eu passei foi lá em São Paulo, quando levou a gente lá para o DOPS lá no corredor polonês, que eles punham a gente, né? Você sabe o que é o corredor polonês, né? E eu falei, agora, é, a gente, principalmente nós aqui no interior, quando a gente caía, foi… Falei, a minha sorte é que acho que eu não caí na Rua Tutóia.

G: Tutóia?

T: É. Rua Tutóia, onde ficava o… o… o… o… o… o…DOI-CODI, ali morria um monte de gente. Ali onde as pessoas eram…torturadas.

G: Lá em São Paulo?

T: É. Ali eu várias vezes fui levado pro DOPS, na Avenida Tiradentes, né, que é um… O negócio é assustador lá dentro, é assim, é pra dar terror no ser. Na hora que levava assim, aquele monte de estudante e a gente entrava naquele corredor, sabe, e eles apagavam a luz, tudo escuro né. E aí, pouca gente sabe, é que nasceu o termo 'ninguém solta a mão de ninguém' [barulhos na mesa]. E quando a gente entrava naquele, você não sabia. De repente, cara, você separava aqui e um sumia. A gente não se conhecia. Porque juntava a gente nas primeiras passeatas que a gente fez, né? Juntava a gente em

várias coisas, né? A gente sempre revezava o grupo da frente. Porque o pessoal do DEIC e do DOPS, tirando foto então, numa tava uma turma, na outra tava outra. Certo?

G: Uhum.

T: Nessas passeatas. Mas, e aí quando a gente entrava, alguém gritava, "Ninguém larga a mão de ninguém". Então a gente pegava uma corrente assim, se alguém saísse daqui da sua mão, você sabia que era porque tiraram. Porque no escuro você não via. E aí levava gente, fazia aquelas interrogações. Aí, eu sempre falo para os alunos assim, "Talvez um tapa na cara, sabe, um choque, seria menos humilhante do que os caras faziam com a gente". Não só comigo, mas por exemplo, vou contar o que um cara fez comigo na hora que sentou lá, pede um documento, não é menosprezando, mas você percebia que a pessoa sabe, não tinha nem preparo para conversar com você, que era um estudante, não tinha. "Puxa, você mora onde? Marília, cara? Nossa, onde fica Marília?" Né? É lógico, você tinha que responder. "Não, Marília fica no interior e tal", "Dá quantos quilômetros daqui?". "Ah, dá 450 km". "Ah, então lá é mato. Então você vive no meio do mato". Aí, esse cara falava pra você, "Deixa eu ver a sua mão". Aí você fazia assim [Toloi mostra a palma da mão], trabalhava no comércio. Trabalhava na roça quando eu era criança. Ele falava assim, "Ah pára com essa frescura, comunistinha de merda. Volta lá pra sua terra. Vai pegar na enxada, cara. Você não vai mudar o mundo. Você acha que vai mudar o mundo? Você tem mão de mulher, cara!". E você tinha que ficar quieto. "Pega na enxada, cria calo na mão. O país precisa disso. Não de ficar aí com esses burburinhos que vocês ficam aí". Você ficava quieto, você vai falar o quê? Por dentro, dá vontade… Ele fazia aquilo pra quê? Pra você reagir. Ixe, e aí aqueles interrogatórios lá demoravam. Às vezes a gente chegava tardezinha, ficava a noite inteira lá, até no outro dia. Até eles começarem a fazer o interrogatório. Só de São Paulo, a gente nesse ponto aí no começo, a gente tinha defesa. Dom Paulo Evaristo Arns, certo? Toda vez que vinha a notícia que levava estudante pro DOPS, ele ia lá. Ele ia lá. E o pessoal tinha uma bronca dele, mas… Não podia, sabe, porque aquele jeitão dele. Ele e o advogado lá, que depois foi até ministro do Fernando Henrique, que criaram a Comissão de Justiça e Paz em São Paulo, Pazzianotto, eles iam lá e tal, visitavam a gente. Mas se você passava, você era humilhado, humilhado mesmo. Aqui em Marília, você não podia andar de camisa vermelha. Você não podia andar de camisa vermelha! A polícia hoje olha pro negro. Na época, olhava pra gente que tinha camisa vermelha. Se não fosse uma camisa de clube de futebol, fosse uma camisa comum vermelha, nossa…

G: Essa camisa vermelha mesmo que você trouxe da FAFI?

T: Essa? Não, só usava nos jogos. Só não vinha com ela pra escola. Só usava nos jogos, porque tinha essa. Essa foi a gente que mandou fazer. Tinha a cinza, antes. Antes era a cinza. Mas nós mandamos fazer essa. Mas que cinza o que? É vermelho, mesmo!

G: Mas só usava por aqui?

T: Só quando tinha os campeonatos. O campeonato universitário tinha. Então, os cursos de Direito, Administração, Medicina e da Faculdade, a gente tinha um time. No curso de História e Ciências

Sociais, a gente tinha um time que jogou no tempo de colegial junto e era um time bom. A gente jogou na várzea, em tudo, já desde moleque. E aqui, nós éramos um time.

G: Da FAFI?

T: É, é da FAFI. Aí nós mandamos fazer essa camiseta aí.

G: Quantos anos tem essa camiseta, Toloi?

T: Essa camiseta foi feita em setenta… setenta e cinco.

G: Setenta e cinco.

T: E essa é a minha, era a que eu usava.

G: Então tem cinquenta anos.

T: É. Eu tinha a cinza também, mas… Não sei porque desapareceu. Mas eu tinha em casa, não sei como sumiu, e tem essa também.

G: Ô Toloi, e me veio agora, não tá escrito isso em nenhum canto, é… Como que você se sente sendo entrevistado?

T: Então, é um negócio que aí com o tempo vai aparecendo, a gente vai falando. Depois que eu saí da Faculdade, e tudo, fui dar aula, é continuou o processo né, falar que a democracia dos tempos, acabaram em 75 é mentira, tá, até o Figueiredo ainda foi problema, muitas questões. Para professores, eu sofri muito já dando aula, tá certo? E eu, teve muito tempo que eu fiquei sem falar disso. Eu não gostava de falar. Nos anos 90, final dos anos 80, até o final dos anos 90, eu não gostava de falar disso. Sabe por quê? Muitas das pessoas que aqui em Marília sabe, fizeram uma série de humilhações com a gente, tão vivas, e aí eu aprendi um negócio com meu pai. Eu não queria ficar com raiva e ódio. Então eu preferia não falar. Lembrava. Mas eu preferia não falar, sabe? Porque eu encontro essas pessoas na rua. Mas que eu tinha raiva, tinha. Quando eu comecei a dar aula e tudo, eu encontrava, às vezes, alguns na rua, dá vontade de passar com o carro por cima. Mas aí eu lembrava, meu pai falava, "Não faça nada disso, porque vai fazer mal pra você. Não vai pro outro". E eu, mas que eu curti ódio de algumas pessoas, eu curti. Aí depois eu… Hoje… Tem um aí, que foi um delegado famoso aí, que de vez em quando parava num bar que eu tô, senta lá. Ele não lembra de mim. Porque eu era barbudo, cabeludo. A filha dele depois foi minha aluna. O cara que era o chefe da polícia aí, que era, nossa, um nojo, um nojo com a gente, a filha dele foi ser minha aluna. E eu via essas pessoas, então eu não ia lá. Por exemplo, esse cara que eu estou falando, um dia a filha dele, e eu sabia que era filha dele, mas aí já no Interação. Aí a filha dele falou assim, ela não sabia e ia bem pra caramba, gostava de História. E eu sabia que era filha. Aí um dia ela falou assim, "Toloi, meu pai vem me pegar todo dia, meio-dia e meio. Eu falei pra ele hoje ficar esperando o senhor descer lá, o senhor conhecer meu pai". Aí eu fiquei pensando, "O que eu vou fazer? Bom, eu vou". Ela não tem culpa, gente, disso. Aí eu falei, mas… "Então faz o seguinte, ó, desce, tá? Fala pro seu pai, que eu só vou guardar meu material lá", mas eu fiz isso que eu fui pensando. Falei, e se ele me reconhecer? Porque eu sei quem ele é. O que que eu vou fazer? Mas eu fiquei quieto, aí eu desci. Quando eu cheguei, ela já tava dentro do carro. E ela estava do lado de cá, onde que eu cheguei, e ele lá dirigindo. Aí ela falou, "Pai, olha aí o professor

que eu falo para o senhor". E aí ele falou "Como é que vai?", deu a mão para mim, eu olhando para ele, ele olhando para mim. Só que eu tinha mudado muito, ele também. Aí ele falou assim, "Nossa, minha filha só fala de você em casa, não sei". Eu falei, "Não, porque ela gosta de História". Provavelmente ele não me reconheceu, agora eu reconheci ele. E ela foi minha aluna três anos. Eu nunca… falei nada pra ela. Agora que eu tinha a bronca dele, eu tinha. Tinha, porque ele foi um dos caras que enfiou a metralhadora no meu ouvido. No dia que eu desci aqui, ó. Que eu contei que nós jogamos as coisas e tal. Na hora que chegou lá no bairro, no Largo do Sapo, lá embaixo, o Waldir morava assim, eu parava pro Waldir descer. Na hora que eu e o Waldir paramos assim, ó. Fechou, a gente chamava de ROTA. Fechou assim.

G: Carro de polícia?

T: É. Era uma veraneio. Desceu seis policiais. Seis. Eu num fusca.

G: Só pra vocês dois?

T: Eu num fusca. A noite. Eu num fusca. Esse cara que era o… O comandante chegou assim, meteu a metralhadora, eu sentado, ele de pé. "Desce do carro, desce do carro". "Calma, o senhor quer o documento?", aí a gente tinha aprendido. Documento nunca deixa no… deixa sempre em cima. porque você faz assim para pegar, ele mete tiro no cê e fala que você, joga um revólver lá, fala que você reagiu. Então já deixava aqui ou aqui no quebra-sol [inaudível 1:50'28"]. "Pode descer, pode descer". Ele abriu a porta, eu desci, o Valdir desceu lá. Foi o dia que eu desci. E ele, assim para mim, gente. Assim para mim. Depois eu ficava pensando, que perigo que eu representava? Qual era o perigo? Eu não sabia nem atirar. Meus amigos também não. E nesse meio tinha três policial que eram amigos meus. Eu percebi que eles olharam pra mim assim, sabe? Mas, é lógico, eles tavam sob comando. Mas eles não… Ninguém tocou a mão em mim, nada. Eles entraram no meu carro e revistaram. Aí também aprendi. Na hora que o cara for revistar, ou, certo, se tiver uma lanterna, a melhor coisa é ficar com a lanterna, assim, pra ele ver, porque ele pode jogar um saquinho de pó lá e falar que você estava traficando. Então, isso, nem falo mais disso. Você imagina a tensão que a gente passava. Eu ia falar, "Pô, esse cara vai jogar alguma coisa, né, alega que eu sou traficante, como é que eu vou me defender?" Eu e o Valdir. O Valdir, funcionário do Banco do Brasil. Eu pensava logo nele. Aí vai ser mandado embora. Então, essas coisas assim, que eu fiquei muito tempo, não gostava de recordar, sabe? Hoje não, hoje eu falo tranquilo, encontro essas pessoas na rua. Pra mim, já passou. Mas, eu tenho medo que volte pra essa nova, essa turma nova, nós estamos sob ameaça. E tem um detalhe, os nossos próximos eleitores, que vai votar em 2026, pra escolher o Presidente, o Congresso. Quando que eles nasceram? Gente, esse pessoal nasceu em 2010. Eles não conhecem nada o que era antes. Eles passaram a tomar conhecimento, se conscientizar, a partir de quando? Quando o Bolsonaro estava na presidência. Eles não conhecem a história lá atrás. Eles não conhecem o que foi um regime militar.

G: E já tiveram muito acesso também, né?

T: Não, não tem. Agora eu recomendei o filme, né? "Ainda estou aqui". E muitos foram assistir, ficaram chocados. E muitos, "Professor, você tem algum livro?", "Sim, eu tenho, tenho vários", até

tem um monte de alunos lendo.

G: Que ótimo!

T: É um monte.

G: Sob influência desse filme?

T: Desse filme! Lendo tem um aluno que tá lendo Marighella, uma aluna. Tão lendo dois livros do Eduardo Reina, que é amigo meu, que escreveu "Depois da Rua Tutóia" e, "Cativeiro sem fim", tudo da época do regime militar. Tem um do José Dirceu e do… que o outro lá, um cara na época, Vladimir Palmeira, que era um livro estudantil meu, que ele escreveu *Abaixo à Ditadura*. Tem um que chama *Os Filhos deste Solo*, que foi produzido pelo… ele era dos direitos humanos, até hoje acho que ele voltou, Nilmário Miranda, escreveu esse livro com toda a história, e ali tem pessoas que eu conheço. Conheci que desapareceu na época da gente. Falava "Aquele cara lá sumiu". Quando a gente encontrava em São Paulo, é óbvio. E os alunos estão lendo.

G: Que ótimo.

T: Teve uma menina que leu *Depois da Rua Tutóia*, "Mas professor, aquilo aconteceu?". Aí eu vou mostrar procê agora a sequência do livro. Você vai ver a sequência do livro e você vai ver que não foi só aquela menina, agora ele traz o nome de dois. Então ele se interessava. Vou ver até onde vai. Espero, porque eu não sei, esperar o que. Eu falo, eu não espero mais nada pra mim. Eles esperam, tem sobrinhos, crianças, o que vêm por aí. Eu falo pra eles, nem pro pior inimigo meu que eu tenho, esses dias comecei uma discussão lá na escola, do professor, que ele, nós estávamos comentando, foi de brincadeira, mas depois ele falou assim, "É, agora, meu, eu fui servir o Exército, fiquei dois anos no Exército, eu era humilhado, os caras batiam em mim, e não sei o que, não sei o que, e aí hoje suspenderam, não pode mais torturar o militar lá [tosse Gabriela] que está tendo instrução". Aí eu falei, "Cara, não pode mesmo, meu", "É, pô e aí eu fui torturado", eu falei, cara, "E eu não desejo que eu passei para…só porque eu fui?". "É, mas tem que mesmo, porque vai ter que formar homem". Eu falei, "Ah, cara, para com isso. Você vai torturar um soldado e ensinar a ele a violência, ele vai jogar a violência em cima de quem? De você. Povo". Ele precisa aprender sobre violência. "Primeiro, ele tem que aprender que ele está aqui pra defesa do cidadão, e não para intimidar o cidadão". Por que eles intimidam? Por causa disso, pratica violência, violência… aí sai de lá e vai descontar, e vai descontar em quem? No povo. Na população. Eu não quero, de jeito nenhum. Mas, ainda acabam ficando coisas.

G: Toloi, eu vou encerrar a gravação pra gente tirar uma foto com essa camisa vermelha, beleza?

T: Só que depois eu quero tirar essa foto também lá fora, tá? Depois eu quero tirar no meu aqui [celular].

G: No seu também a gente tira, tá bom [risos]?

T: Tá, vamos!

ANEXOS

ANEXO A - Evento “‘Vicente Ferreira’: trajetórias e perspectivas”[113]

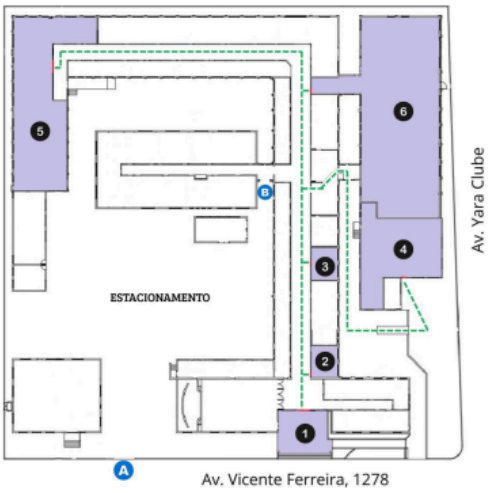
Organizador
Ubirajara Rancan de Azevedo Marques

Comissão Organizadora da Visita
Aline de Almeida Carneiro
Bruno Rafael Pereira Lopes
José Aparecido Garcia
Maíra Maria Melo de Oliveira Janini
Wilson Roberto Rezende

Cessão de fotos
Luiz Gustavo Leme
Telma Campanha de Carvalho Madio

Apoio
Instituto de Políticas Públicas de Marília
Laboratório Editorial
Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - STAEPE

unesp
Instituto de Políticas Públicas de Marília
staepe
SEÇÃO TÉCNICA DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



Roteiro da Visita

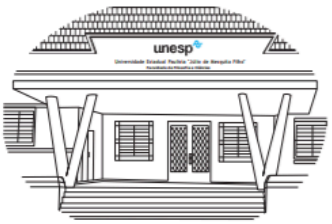
A) Entrada do estacionamento
B) Acesso interno ao prédio

1) Hall de entrada: Ponto de Encontro
2) Sala nº 29: Apresentação da UNATI
3) Sala nº 39: Apresentação do IPPMar
4) Sala nº 135: Apresentação CGB
5) Sala nº 117: Apresentação CIPE
6) Sala nº 91: Acesso ao CEDHUM e Apresentação Encerramento da Visita.




unesp
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências

24 e 25 de abril
2025



“Vicente Ferreira”:
trajetórias e perspectivas

Auditório do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília [CEDHUM]

[113]Houveram duas alterações na programação disponibilizada abaixo: 1) a Conferência “O pioneirismo do Departamento de História da FAFI” de Clodoaldo Bueno foi cancelada por problemas de saúde do conferencista. E 2) Angélica Lovatto não compareceu a mesa-redonda “Aparelhos urbanos da era industrial sob gestão da economia financista: uma solução pós-moderna para o bloco da Unesp - Vicente Ferreira”, que foi apresentada apenas por Ana M. Portich.

Programação

24 de abril, 5a. feira

10:00 Visita
Unidade II da FFC

14:00-14:10 Abertura
Ubirajara R. A. Marques

14:15-14:55 Conferência
Ana Clara B. Nery
Um lugar de memória e a memória de um lugar

15:00-15:40 Conferência
Sonia M. T. Rodriguez
O que representa o patrimônio?

15:45-16:15 Debate

Intervalo

Mesa-redonda

16:40-17:00 Nêusa M. A. Stavarengo
Tempos áureos da FAFI

17:05-17:25 Ana Cristina C. da Silva e Deborah H. Spinoso
História e horizontes: algumas travessias da Universidade Aberta à Terceira Idade no Campus de Marília

17:30-17:50 Ubirajara R. A. Marques
A "Filosofia" e a "Vicente Ferreira": pretérito imperfeito e futuro do presente

17:55-18:15 Debate

19:15-19:55 Conferência
Clodoaldo Bueno
O pioneirismo do Departamento de História da FAFI

20:00-20:15 Debate

Intervalo

Mesa-redonda

20:40-21:00 Márcia Pazin
O Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (Cedhum): memória da Unesp e da cidade no Campus da Vicente Ferreira

21:05-21:25 Rosane M. de Castro
Vicente Ferreira: tempos de resistência

21:30-21:50 Debate

25 de abril, 6a. feira

10:00 Visita
Unidade II da FFC

14:30-15:10 Conferência
Paula F. Vermeersch
Aspectos arquitetônicos do conjunto Vicente Ferreira

15:15-15:30 Debate

Intervalo

Mesa-redonda

15:55-16:15 Edna Bonini de Souza
Minha trajetória na Unesp

16:20-16:40 Leonel Nava
As ciências físicas e biológicas na FAFI Vicente Ferreira

16:45-17:05 Ana M. Portich e Angélica Lovatto
Aparelhos urbanos da era industrial sob gestão da economia financista: uma solução pós-moderna para o bloco da UNESP – Vicente Ferreira

17:10-17:30 Debate

19:00-19:40 Conferência
Mariângela S. L. Fujita
Vicente Ferreira: da FAFI à FFC

19:45-20:00 Debate

Intervalo

Mesa-redonda

20:25-20:45 Ataliba Moraes
Da criação à instalação da FAFI – Breve relato

20:50-21:10 Márcio B. Barros
Sentido e papel da Universidade no Brasil atual

21:15-21:35 Marcelo Fernandes
Visão Prospectiva da "Vicente Ferreira": Continuidade na Mudança!

21:40-22:00 Debate

ANEXO B - Levantamento dos jornais Diário de Marília e Diário Regional de Marília - ano de 1976[114]

Título da matéria jornalística	Dia	Mês	Ano
Vizinhos querem impedir construção da Casa do Estudante	28	janeiro	1976
Casa do Estudante pode mudar planos para sede	30	janeiro	1976
A partir de hoje, a FAFI faz parte da 3ª Universidade	30	janeiro	1976
Normal a eleição para o Conselho da UNESP na FAFI	13	fevereiro	1976
D.A faz Semana do Bicho	15	fevereiro	1976
Universitários da FAFI esperam movimentação de seu Diretório	19	fevereiro	1976
Segundo Vestibular na FAFI: Estudos Sociais	19	fevereiro	1976
Diretório da FAFI prepara Semana do Calouro	26	fevereiro	1976
No campus universitários, o caos	10	março	1976
Problemas no campus ainda à espera de solução	14	março	1976
Vereador quer viaduto para acesso ao campus	18	março	1976
Convocação geral de estudantes na Semana do Calouro na FAFI	15	março	1976
Reunião de estudantes abre Semana do Calouro da FAFI	21	março	1976
Villas-Boas falou de índios na FAFI	26	março	1976
Acesso ao “campus”	27	março	1976
Tom Zé, no Sagrado	28	março	1976
Sindicância no Diretório da FAFI	3	abril	1976
CODEMAR construirá marginal. Estudantes querem também viaduto	20	abril	1976
Viaduto ao campus será pedido dia 30 ao governador	21	abril	1976
Concluída a perimetral Campus universitário espera o trevo	14	maio	1976
FAFI pode perder cursos	11	julho	1976
Diretor da Fafi explica sobre fechamento de cursos	13	julho	1976
Diretor da FAFI pede tranquilidade quanto à reestruturação de cursos	14	julho	1976
Diretor da FAFI acha difícil a FAMEMA na 3ª Universidade	22	julho	1976
Acesso às Faculdades poderá ter semáforo	5	agosto	1976
Chuva e ônibus, apenas alguns dos problemas dos estudantes	11	agosto	1976
Asfalto começa a afundar na avenida perimetral “’Campus”	13	agosto	1976
CMT discutirá pedido de mais ônibus para o “campus” universitário	14	agosto	1976
Vereador preocupa-se com o “campus” universitário	21	agosto	1976
Continua sem sinalização trevo de acesso ao “campus”	2	setembro	1976
Reitor da Unesp confirma remanejamento de cursos	15	setembro	1976

[114] Os jornais levantados acima foram consultados presencialmente e estão disponíveis na Biblioteca da Câmara de Marília “Rangel Pietraroia”, onde funciona a Comissão de Registros Históricos de Marília.

Show de Belchior dia 24	22	setembro	1976
Hoje, no Yarão, o show do rapaz latino-americano, Belchior	24	setembro	1976
Faculdades serão melhores atendidas pela empresa Circular	28	setembro	1976
Arthur Moreira Lima no Circuito Universitário	2	outubro	1976
Fafi prepara sua Semana. E já definiu objetivos	2	outubro	1976
De 11 a 16, à Semana da FAFI	6	outubro	1976
Jornal Opinião apreendido pela Polícia Federal	9	outubro	1976
Começa amanhã programa da Semana da Faculdade de Filosofia	10	outubro	1976
FAFI abre Semana e discute regionalização	13	outubro	1976
Continua a semana da FAFI	14	outubro	1976
Estudantes fazem encontro sábado na Capital	14	outubro	1976
Reitor falará da reestruturação	16	outubro	1976
Reitor da Unesp na FAFI confirma reestruturação	17	outubro	1976
Estudantes optam pelo voto nulo em novembro	20	outubro	1976
Voto nulo dos estudantes não preocupa arenistas	21	outubro	1976
Deputado intercede pela FAFI	30	outubro	1976
Movimento contra a extinção de cursos	5	novembro	1976
Carta aberta dos estudantes critica a regionalização	5	novembro	1976
Reestruturação é a solução?	12	novembro	1976
FAFI quer apoio para não perder cursos	20	novembro	1976
Em estudo anteprojeto que extingue Cursos da UNESP	20	novembro	1976
Mandados de segurança contra o reitor da Unesp	23	novembro	1976
Anteprojeto da reestruturação da Unesp: novos projetos	24	novembro	1976
Encontro em Prudente para discutir reestruturação	26	novembro	1976
Reitor da UNESP esperado hoje	27	novembro	1976
Diretor da FAFI: Marília sensibilizou reitor da UNESP	28	novembro	1976
Estatuto da UNESP foi aprovado - Marília perde Ciências e Letras	10	dezembro	1976
FAFI repudia reestruturação	12	dezembro	1976
Prefeito tenta auxiliar a FAFI	14	dezembro	1976
Comitiva vai à Capital. Assunto: os cursos da FAFI	15	dezembro	1976
Vereador fala do fim da Faculdade de Filosofia	16	dezembro	1976
Problema na FAFI será discutido hoje na Capital	16	dezembro	1976
Nasib protestará contra diretor da Fafi	17	dezembro	1976
Reestruturação: marilienses foram ouvidos. E ouviram. Diretório da FAFI critica	18	dezembro	1976
“Crítica à Reestruturação” do Diretório da Filosofia	18	dezembro	1976
Sola com o governador volta a falar sobre a Faculdade	21	dezembro	1976
Prefeito fala hoje da reestruturação	28	dezembro	1976

ANEXO C - Levantamento do Fundo “Memória da Universidade” - CEDEM[115]

Título da matéria jornalística	Dia	Mês	Ano	Nome do jornal
Gilberto Gil vem a Marília numa promoção dos acadêmicos da Faculdade de Filosofia	4	outubro	1974	Jornal do Comércio
15 anos de FAFI. Uma semana de festa (cultural)	20	outubro	1974	Correio de Marília
Com 6 cursos e 1389 alunos, FAFI comemora 15º aniversário	21	outubro	1974	Diário de Marília
Escolha de novos membros para o Diretório Acadêmico da FAFI	21	outubro	1974	Diário de Marília
Peça de Osman Lins na Semana da FAFI	23	outubro	1974	Correio de Marília
Na FAFI, a comunidade e o ensino superior	24	outubro	1974	Diário de Marília
Um teatro diferente	30	outubro	1974	Correio de Marília
Hoje o último exame do CESCEA. Na FAFI não há expectativa	10	janeiro	1975	Correio de Marília
A FAFI está de casa nova	7	março	1975	Correio de Marília
Prefeitura? Câmara? DER? Quem pode ajudar a FAFI?	9	março	1975	Jornal do Comércio
FAFI e Clube de cinema mostrarão filmes alemães	24	abril	1975	Correio de Marília
Executivo interfere na escolha do diretor da FAFI	23	agosto	1975	Jornal do Comércio
Noitada no centro acadêmico da FAFI	5	setembro	1975	Correio de Marília
Visite a FAFI de 9 a 13 de novembro	8	novembro	1975	Diário de Marília
Faculdade de Filosofia de Marília tem 60 vagas para Ciências Socias	13	novembro	1975	Jornal do Comércio
Ciências Sociais: mais uma opção na FAFI	13	novembro	1975	Jornal do Comércio
Faculdade de Filosofia de Marília tem 60 vagas para Ciências Sociais	13	novembro	1975	Jornal do Comércio
Manifesto contra professor da FAFI	7	dezembro	1975	Diário de Marília
Protesto foi estudado pelo Conselho da CEUM	30	janeiro	1976	Correio de Marília
DA: Comissão estudará irregularidades	3	abril	1976	Correio de Marília
Lamento de uma estudante	20	outubro	1976	Diário de Marília
A falta de união e informação dos universitários	24	outubro	1976	Correio de Marília
A esdrúxula Unesp	26	novembro	1976	Correio de Marília
Diretório acadêmico programa reunião	19	dezembro	1976	Jornal do

[115] A consulta pública ao Banco de Dados do CEDEM está disponível em: https://sistemas.unesp.br/acervo/publico/material.pesquisar.action?d-4010925-p=4&btn_pesquisar=&txt_palavra_chave=FAFI Acesso em: 27 maio. 2025.

				Comércio
Você que ama esta cidade precisa saber do crime que estão praticando...	21	dezembro	1976	Correio de Marília
FAFI: os professores reagem contra sistema de reforma	1	janeiro	1977	Correio de Marília
A certeza do esbulho na FAFI	19	janeiro	1977	Diário de Marília
FAFI: todos os cursos no campus universitário	7	abril	1977	Correio de Marília
Palestras e filmes na FAFI	14	abril	1977	Jornal do Comércio
Diretório da FAFI lança mais um “FAFETO”	30	abril	1977	Diário de Marília
Palestra na FAFI	4	junho	1977	Jornal do Comércio
FAFI comemora 25 anos	10	março	1984	Correio de Marília
UNESP quer reviver a FAFI	28	maio	1985	Correio de Marília